

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

RÔMULO JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA JÚNIOR

“OS OPERÁRIOS DAS LETRAS”
O campo literário no Recife (1889-1910)

Recife
2016

RÔMULO JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA JÚNIOR

“OS OPERÁRIOS DAS LETRAS”

O campo literário no Recife (1889-1910)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora:

Prof^a Dra. Isabel Cristina Martins Guillen

Recife /UFPE/PPGH

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

O48o Oliveira Júnior, Rômulo José Francisco de.
"Os operários das letras" : o campo literário no Recife (1889-1910) / Rômulo José Francisco de Oliveira Júnior. – 2016.
275 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Isabel Cristina Martins Guillen.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.
Inclui referências e anexos.

1. História de Pernambuco. 2. Academia pernambucana de letras. 3. Literatura. 4. Livros. I. Guillen, Isabel Cristina Martins (Orientadora). II. Título.
981.34 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-35)

Rômulo José Francisco de Oliveira Júnior

**“OS OPERÁRIOS DAS LETRAS:
O campo literário no Recife (1889-1910)”**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **29/02/2016**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Martins Guillen
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Antonio Jorge de Siqueira
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof.^a Dr.^a Maria Ângela de Faria Grillo
Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Prof. Dr. Anco Márcio Tenório Vieira
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

*Para meu pai e minha mãe, Rômulo e Vera,
amores eternos...*

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer pessoa ou instituição eu tenho a obrigação de agradecer aos meus pais, Rômulo Oliveira e Vera Guzella. Eles são a base fundamental na minha vida, a expressão de um amor sem medidas. Obrigado por tudo que fizeram por mim e todo apoio que tenho. Amo tanto vocês que os dedico esta tese.

Aos meus irmãos: Daisy, Roberto e Kátia pelo afeto, amor, apoio e motivações para finalizar o doutorado e aos meus sobrinhos: Bia, Miguel, Felipe e Mateus pelas horas de brincadeiras em que me fizeram voltar a ser criança.

À minha orientadora, Dra. Isabel Guillen, que acreditou e aceitou orientar um trabalho fora de seu campo de pesquisa institucional, mas que pelo carinho e afeto que sempre demonstrou por mim encarou essa empreitada e muito contribuiu para que chegasse até a versão final do texto.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, muitíssimo bem representados pelos professores: Antonio Torres Montenegro, Regina Guimarães, Flávio Weinstein, Marília de Azambuja, Antonio Jorge Siqueira, Durval Muniz de Albuquerque, com quem pude compartilhar aprendizagens de forma mais próxima através de leituras e trabalhos. Às secretárias Sandra e Patrícia, que muito colaboraram com as questões burocráticas, em especial peço desculpas e obrigado por desbloquearem minha senha no Sistema Siga, todos os semestres para que eu fizesse a renovação da matrícula.

À professora e amiga Ângela Grillo, que desde a orientação na graduação e no mestrado foi de um afeto, apoio e incentivo para que o título de doutor fosse obtido.

À FACEPE, pelo auxílio financeiro, sem a qual teria sido impossível dedicar tempo ao levantamento de fontes.

Aos colegas de sala, que propiciaram ricos debates durante as disciplinas: Airton Pereira, Erinaldo Cavalcanti, Mario Ribeiro, Geovanni Cabral, Ana Maria Souza, Pablo Porfírio, Marcio Vilella, Patrícia Alcântara, José Bezerra, Frederico Toscano, Rosely Tavares, Izabel Cristina Cordeiro e Vânia.

Ao professor Dr. Marcos Galindo, com quem pude aprender sobre o universo dos livros e das tecnologias da comunicação, bem como aos colegas que fiz no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação: Pollyana Hudson, Edilson e Rose.

Durante o período de fevereiro a julho de 2013 pude viver a experiência de trocar saberes com o NUPEHC-UFF, no Rio de Janeiro, sob a supervisão da professora Dra. Gisele Martins Venâncio, que me acolheu com muito carinho e destinou horas de conversas sobre as fontes e indicou vários trabalhos que busquei incorporar na tese e me apresentou a diversos profissionais. Muito obrigado Gisele por acolher um desterritorializado de forma tão humana. Na UFF também contei com o apoio afetuoso de Mariana e Michele durante aulas e discussões de textos no NUPEHC e das professoras Martha Abreu e Larissa e da secretária do PPGH-UFF que resolveu os trâmites burocráticos da mobilidade de pesquisa interinstitucional.

O que falar das pessoas encontradas pelos arquivos que andei? Agradecer é pouco, elas foram as chaves que abriram as portas de fontes creio nunca antes acessadas. Mas, preciso dividir os agradecimentos de acordo com os territórios.

No Rio de Janeiro agradeço a Mila, Verônica, Renato, Luiz Antonio e Suzie das Bibliotecas da Academia Brasileira de Letras. Na Biblioteca Nacional sou grato pela atenção de Fábio e Alex na Busca pelas obras raras.

Em São Paulo, agradeço a todos os funcionários da Biblioteca Mario de Andrade, que me acolheram no ano de 2013.

Em Pernambuco nos arquivos da FDR, do APEJE, FUNDAJ, do Gabinete Português de Leitura e da Biblioteca Castelo Branco foram muitos os que ajudaram.

No Gabinete Português de Leitura de Pernambuco os agradecimentos destinam-se à Juliana, Vânia, Silvia, Romário e Charles, foram dias e mais dias escarafunchando estantes, empoeirando as mãos, limpando livros e dividindo o deleite de descobrir cada obra dos integrantes da APL.

No APEJE a acolhida de Noemia Luz e de Áurea Lima que contribuíram na localização das fontes.

Na FUNDAJ às indicações de Rodrigo Cantarelli, que pacientemente me explicava o funcionamento da instituição e da consulta ao acervo.

Na biblioteca da Faculdade de Direito do Recife fui acolhido pela atenção de Bernadette, Ingrid, Marinês Vidal e Alessandra Santos que cuidadosamente me traziam livros e revistas.

E na Biblioteca Castelo Branco agradeço a todos os funcionários.

Na Academia Pernambucana de Letras agradeço a professora Fátima Quintas e ao professor Rostand Paraíso pelas sugestões e indicações na pesquisa documental.

No exame de qualificação muito aprendi e me senti beneficiado pela leitura cuidadosa e atenta do texto feita pelos professores Flávio Weinstein, Anco Márcio Vieira e Noemia Pereira da Luz. Foram exemplos de professores que se preocupam com a produção acadêmica. Com Flávio aprendi a olhar mais para o campo literário, com Anco descobri que Pernambuco tem uma literatura riquíssima e precisa ser melhor estudada e com Noemia aprendi e continuo aprendendo sobre a escuta, a simplicidade e a humildade no trato para com as pessoas, além da importância do conjunto documental para o trabalho do historiador. Obrigado a todos pelo carinho.

Aos alunos e colegas de trabalho da Faculdade Joaquim Nabuco – unidade Recife. Deyglis Fragoso, Renatha Costa, José Carlos Melo, Kátia Rocha, Celiane Araújo, Aureliano Barros, Bruno Marones, Adriana Higino, Thiago Sales, Carlas Ferreira, Jéssica Pimentel e Cilene Maria, amigo(a)s, professore(a)s lindo(a)s e competentes. Às minhas coordenadoras pelo apoio total e permissão de ausências: Belkiss Goulard, Selma Seixas e Ângela Fofan.

A Antônio Henrique Ferreira, amigo, aluno, parceiro de pesquisas nos arquivos e das idas aos congressos, por ler as primeiras versões dos capítulos, antes que eu entregasse para a orientadora. “Henrique, sua ajuda foi muito importante e saibas que me divertias sempre com uma piada e um sorriso no rosto”.

A Alisson Dias Gomes, amigo piauiense, que entre trocas de e-mails e conversas via facebook leu o trabalho e teceu considerações importantes para me lembrar de que eu escrevia de forma romanceada e precisava ser mais acadêmico na escrita.

À Karla Queiroz, amiga e confidente, que muito torceu pela conclusão deste doutorado e para que eu me tornasse mais empreendedor na vida e na profissão.

À Sandra Ugiette, minha psicanalista, que escutava e me ensinou a ouvir para que eu enxergasse a importância de concluir esse doutorado e me “tornar adulto”.

Às amigas de sempre: Amanda Pascoal, Elaine Santos, Juliana Rodrigues, Daniela Melo, Keila Virgínia e Isabela Goulart, sempre, pois estamos juntos desde a graduação em História e torceram pela finalização desta tese.

Aos amigos que foram fundamentais nas horas de diversão e nas boas conversas, nem um pouco acadêmicas, que me tiravam da tensão da escrita: Anderson Oliveira, Deyglis Fragoso, Gustavo Galindo, Diogo Braga, Euclides Moura, Allan Charles e Rondinelli Santos.

Se alguém mais contribuiu e esqueci-me de mencionar, peço desculpas, mas saibam que estarão eternamente nas minhas “memórias, crônicas e declarações de amor...”

“O escritor fala de coisas que todos sabem, mas não sabem que sabem. Explorar esse conhecimento, e vê-lo crescer, é um deleite; o leitor está de visita a um mundo que lhe parece familiar e ao mesmo tempo miraculoso”.

Orhan Pamuk. *Outras Cores*. p.461.

RESUMO

Esta tese objetiva analisar questões que se apresentam na fronteira entre história e literatura tendo a Academia Pernambucana de Letras (APL) e seus fundadores como fio condutor da problemática central: Como se constituiu o campo literário na virada do século XIX para o século XX na cidade do Recife? As fontes consultadas para constituir a narrativa foram revistas literárias, jornais, almanaques, livros de romances, crônicas, folhetins, poesia, contos, bem como um diálogo com a historiografia que versa a respeito da literatura brasileira, do livro e da leitura. A partir de um suporte teórico e metodológico da História Cultural, em especial de conceitos de autores como Pierre Bourdieu, Michel de Certeau, Roger Chartier e do trabalho prosopográfico sugerido por Laurence Stone procurou-se enxergar a literatura de determinado período como fonte e como meio para entender as relações pessoais, os jogos sentimentais, o imaginário de um grupo social e as práticas sociais. Investigou-se também as práticas de produção e circulação da literatura de ficção elaborada pelos literatos que viveram no Recife durante o período de transição do século XIX para o XX. É um trabalho que buscou contribuir para minimizar a vacância de pesquisas que existe nos estudos sobre a literatura pernambucana no período em tela e ao fazer uso de escritos existentes em arquivos diversos e de um aparato historiográfico denotou-se a necessidade de conhecer a constituição do campo literário recifense e suas nuances.

Palavras- chave: Academia Pernambucana de Letras, Campo literário, Livros

ABSTRACT

This thesis aims to analyze issues that arise on the border between history and literature with the Pernambuco Academy of Letters (APL) and its founders as a guide the central problem: As was the literary field at the turn of the nineteenth to the twentieth century in the city Recife? The sources consulted to constitute the narrative were literary magazines, newspapers, almanacs, books of novels, essays, pamphlets, poetry, short stories, as well as a dialogue with historiography which deals about the Brazilian literature, books and reading. From a theoretical and methodological support of cultural history, especially the concepts of authors such as Pierre Bourdieu, Michel de Certeau, Roger Chartier and prosopographical work suggested by Laurence Stone tried to see the specific literature period as a source and as a means to understand personal relationships, sentimental games, the imagination of a social group and social practices. It also investigated the production and circulation practices of fiction literature prepared by writers who lived in Recife during the XIX century transition period to the twentieth. It is a work that sought to help reduce the vacancy of research that exists in studies of Pernambuco literature in the period screen and make use of existing written in multiple files and a historiographical apparatus is denoted a need to know the structure of the field Recife literary and its nuances.

Keywords: Pernambuco Academy of Letters, literary Field, Books

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Faculdade de Direito do Recife	76
Imagem 2 – Cartão Postal da Rua Marques de Olinda onde se localizava o Gabinete Português de Leitura no século XIX	97
Imagem 3 – Salão de honra do GPL. 55º aniversário do GPL 1906	97
Imagem 4 – Anúncio do Café Ruy	129
Imagem 5 – Grupo Cenáculo da Silveira	138
Imagem 6 – Fotografia de Carneiro Vilella	170
Imagem 7 – Capa do Folheto Tributo ao Mérito: Martins Júnior	175
Imagem 8 – Grupo de Martins Júnior na Redação do Jornal do Recife	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Relação de patronos e fundadores da APL	60
Tabela 2 - Quadro social de escritores que fundaram a Academia Pernambucana de Letras	65
Tabela 3 – Cafés do Recife	128
Tabela 4 - Imagens dos bustos dos membros fundadores da APL	155
Tabela 5 – Obras dos escritores da APL	186

LISTA DE ABREVIATURAS

ABL- Academia Brasileira de Letras

APEJE- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

APL- Academia Pernambucana de Letras

BN- Biblioteca Nacional

FDR- Faculdade de Direito do Recife

FUNDAJ- Fundação Joaquim Nabuco

GPL – Gabinete Português de Leitura de Pernambuco

IAHGP- Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

PRPE – Partido Republicano de Pernambuco

UFF- Universidade Federal Fluminense

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE- Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PARTE I – FABRICANDO A IMORTALIDADE	
CAPÍTULO 1 - CRIAR UMA ACADEMIA E HONRAR AS TRADIÇÕES LITERÁRIAS DE PERNAMBUCO	39
1.1 Dos Oiteiros à Academia Pernambucana de Letras	42
1.2 A gesta da Academia Pernambucana de Letras	48
CAPÍTULO 2 - OS FUNDADORES DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS E A BASE DA FORMAÇÃO INTELECTUAL	63
2.1 A Faculdade de Direito, a Geração de 1870 e seus frutos na construção da literatura no Recife	72
2.2 Da História para a Literatura: O Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e a produção das Letras.	86
CAPÍTULO 3 – O GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA, A IMPRENSA E A POLÍTICA NA VIDA DOS LITERATOS DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS	94
3.1 O Gabinete Português de Leitura de Pernambuco na vida dos literatos da APL	95
3.2 Fazendo carreira no jornalismo	98
3.3 A política e os literatos	109
CAPÍTULO 4 - OS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE DOS LITERATOS DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS	117
4.1 A cidade e os literatos	118
4.2 Os lugares cotidianos de encontro dos literatos	133
4.3 O inquérito Literário de 1905 como palco da literatura	143

PARTE II – A LITERATURA FABRICADA

CAPÍTULO 5 - REPRESENTAÇÕES DOS FUNDADORES DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS NAS PÁGINAS IMPRESSAS 150

5.1 Biografados e imortalizados 152

5.2 Joaquim Maria Carneiro Vilella: o maior folhetinista 159

5.3 Martins Júnior: o representante da poesia científica 171

CAPÍTULO 6 - O PRODUTO EM CIRCULAÇÃO: OS LIVROS DE FIÇÃO DOS MEMBROS DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS 179

6.1 as obras da ficção dos fundadores da APL 180

6.2 “Paratextos editoriais”: materialidade, dedicatórias e prefácios 189

6.3 Tipografias, Livrarias e a circulação literária no Recife 197

CAPÍTULO 7 - OS ROMANCES IMORTALIZADOS DOS FUNDADORES DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS 211

7.1 Quatro romances que resistiram ao tempo 214

7.2 O Realismo/Naturalismo e os efeitos de realidade compondo as bases dos romances pernambucanos 219

7.3 Temas e representações sociais nos romances pernambucanos 224

CONCLUSÃO 245

REFERÊNCIAS E FONTES 249

ANEXOS 266

INTRODUÇÃO

“Para produzir um efeito realístico, é preciso exercer certa seleção e discernimento”.

Arthur Conan Doyle

“*Os operários das letras*” foi uma expressão usada em 1895, pelo bacharel, jurista, poeta e jornalista José Izidoro Martins Júnior, no prefácio do livro de poemas *Os Mezes*, do escritor pernambucano Gervásio Pires Fioravanti, para referendar nomes de literatos pernambucanos e a falta de conexão e o desconhecimento da produção existente dos homens de letras nos vários lugares do Brasil no final do século XIX.

De fato, essa desconexão ainda existe e a Academia Brasileira de Letras hoje se mostra uma instituição distante da realidade social, política e cultural mais ampla do país. Aparece com pouca visibilidade, exceto nos momentos de falecimento de algum acadêmico, quando se tem candidatura para ocupar cadeiras ou para inferir sobre mudanças na língua portuguesa. Nessas situações parece se tentar resgatar o seu peso histórico para justificar algum discurso de permanência das letras no cenário intelectual. O mesmo ocorre com as academias estaduais, cujos escritores mal são conhecidos pelo grande público e muitas vezes não se sabe a programação de eventos literários promovidos por elas ou as obras produzidas pelos imortais.

Durante muitos anos a literatura e a história estavam demarcadas como espaços de práticas e sociabilidades de produção bastante diferenciadas. Entretanto, com a virada cultural nos estudos históricos ocorrida nos anos 1970, a literatura ganhou novos olhares no terreno dos historiadores. Se durante décadas a Literatura e a História tinham uma zona limítrofe e com restrições quanto ao uso de trabalhos literários apenas como ficcional, essa realidade passou a mudar. A fronteira existia, como defendeu L. Kramer¹, pois até início do século XX, era preciso diferenciar o que era trabalho de literato e o

1 KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra . In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2ª ed. São Paulo: Martins, 2006.

que era trabalho de historiador, onde o primeiro podia criar, inventar e ficcionar, já o segundo tinha que evitar as metaforizações e o desenfaturar das semelhanças entre a historiografia e a atividade imaginativa dos romances. Mas, o ponto principal da diferença era que a História estaria preocupada com a verdade, enquanto a literatura com o fictício, uma narrativa fruto da imaginação de seus autores².

Hayden White em alguns de seus trabalhos explica que o historiador: “poderia então ser visto como alguém que, a exemplo do artista e do cientista modernos, procura explorar certa perspectiva do mundo e que não pretende esgotar a descrição ou a análise³”. Tal postura atenua a ideia de que a fronteira entre a História e a Literatura se tornou cada vez mais tênue, pois se entende que o texto histórico é um produto construído com base em fontes, mas requer a imaginação histórica do historiador, portanto teria o poder de ficção presente.

A literatura também passou a ser fonte para os estudos da história cultural, cujo objetivo desta é compreender as representações do passado, dando a ver as diferentes formas em que realidades culturais são construídas e pensadas de forma plural⁴. Assim, produções historiográficas cuja análise se baseia na história cultural, não estão mais limitadas ao mecanismo de utilizar fontes para provar uma verdade única, como algo que se encaixa perfeitamente no domínio de Clio, mas sim com propósitos variados que possibilitem experiências formas de escrita da história.

A importância do trabalho com a literatura tem ganhado uma dimensão tão significativa que cresce cada vez mais o número de trabalhos, cuja fonte por excelência é a literatura de ficção. O historiador Peter Gay afirma que:

² A respeito deste debate entre história e literatura verificar ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História a arte de inventar o passado**: ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007. Em especial o capítulo: A hora da estrela: história e literatura, uma questão de gênero? Ver também PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

³ WHITE, Hayden. **Tropics of discourses**: essays in cultural criticism. Baltimore. 1978. p. 46-47. Do mesmo autor vale conferir também. WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 2008. Existe uma crítica forte dos historiadores para White, principalmente os da corrente francesa, pois defendem que o que conduz o trabalho do historiador é o rigor no processo teórico-metodológico.

⁴ Cf. em CHARTIER. Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002. p. 17.

[...] quem recruta a ficção para ajudar a busca do conhecimento deve estar sempre alerta ao sectarismo do autor, às perspectivas culturais limitadoras, aos detalhes fragmentários oferecidos como fundamentais, para não falar nas obsessões neuróticas⁵.

O mesmo autor afirma que, “qualquer um que avalie a evidência que um romance pode fornecer deve procurar conhecer não apenas a ficção em questão, mas o seu criador e a sociedade desse escritor⁶”.

O historiador Antonio Jorge Siqueira pensa a aproximação entre História e Literatura como algo de suma importância para a prática historiográfica. Ele afirma que:

A aproximação com a literatura nos permite sintetizar uma tendência em expansão, atualmente, como prática teórica e metodológica na História. Trata-se de trabalhar a tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam mais ou menos fortemente o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer. Cabe à história, nesse sentido, reconhecer como os atores sociais investem em termos de produção de sentido em suas práticas e discursos. Cabe, pois, trabalhar as representações dadas. Nenhum historiador poderá fazer isso sozinho, como um demiurgo no continente de Clío⁷.

Entende-se a partir de tais visões diferenciadas, que a literatura de determinado período pode ser usada como fonte e como meio para entender as relações pessoais, os jogos sentimentais, o imaginário de um grupo social e o campo de práticas sociais⁸.

⁵ GAY, Peter. **Represálias Selvagens**: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.20.

⁶ Idem. p. 24.

⁷ SIQUEIRA, Antonio Jorge. **Labirintos da modernidade**: memória, narrativa e sociabilidades. Recife: Editora UFPE, 2014. p.55.

⁸ Existe um rico debate historiográfico que buscou analisar as fronteiras entre história e literatura, principalmente no campo da história cultural. Michel de Certeau, por exemplo, sinalizou esse debate nos anos 1980, quando analisou a obra de Sigmund Freud como um conjunto de textos que podem ser entendidos repletos de elementos característicos da ficção, pois Freud escrevia a partir do vivido entre o meio científico e as apropriações que fazia da literatura e da mitologia. Cf. CERTEAU, Michel. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica 2012. Em especial o capítulo *O “romance” psicanalítico. História e Literatura*. No Brasil os trabalhos sobre teoria da história da historiadora Sandra Pesavento e dos historiadores Durval Muniz de Albuquerque Junior e José Carlos Reis também são exemplos de análise a respeito da aproximação entre história e literatura. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005; ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História a arte de inventar o passado**: ensaios sobre teoria da história. Bauru : EDUSC, 2007; REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2010.

Esta tese trata de questões que nos coloca na fronteira entre história e literatura tendo a Academia Pernambucana de Letras (APL) e seus fundadores como fio condutor da questão central: Como se constituiu o campo literário na virada do século XIX para o século XX na cidade do Recife?

Para responder essa questão foi necessário pensar outras, que formam o caleidoscópio literário do período. Por isso buscou-se também identificar quais foram os fundadores, as práticas de sociabilidade desses literatos, que tipo de produção elaboraram, qual relação com o aparato de impressão tipográfico e editorial mantiveram, quais obras ganharam maior visibilidade e que conexão os textos produzidos possuíam com os estilos literários da época.

Minha trajetória de pesquisa é intrínseca ao processo narrativo que desenvolvo e ao interesse pelo tema desta tese. A literatura de crônicas, romances, contos e poesias sempre exerceram um poder de sedução sobre mim. Odeio a rotina e a literatura permite essa fuga da mesmice por meio do hábito da leitura de forma prazerosa. Pode parecer contraditório, afinal tal ato gera alguma ação rotineira. A verdade é que cada vez que aventuras, memórias, crônicas e declarações de amor adentram pela porta do olhar, me desloco pelo exercício da imaginação para as histórias dos livros. Esse exercício de imaginação histórica foi algo construído ainda na infância e na adolescência ao ler as histórias da série Vaga-Lume da Editora Ática⁹, muitos romances da literatura brasileira e as aventuras de Sherlock Holmes do Sir. Arthur Conan Doyle.

Essa sedução continuou na graduação e no mestrado em História na UFRPE, em que passei a ter aproximação com a produção da literatura de cordel e a relação com o cangaço¹⁰. Ao consultar os cordéis foi preciso

⁹ A série Vaga-Lume foi criada pela Editora Ática a partir de 1972, mas só teve expressividade nos anos 1980 e 1990. Suas obras são voltadas para o público infanto-juvenil, passou por várias alterações gráficas, mas as capas dos anos 1990 foram as mais famosas. Os objetos e personagens ficam para fora do quadro nas capas e nas imagens que aparecem no corpo do texto. Entre os mais famosos destacaram-se: *A Ilha Perdida* e *Éramos Seis* de Maria José Dupré, *A Maldição do tesouro do Faraó* de Sérsi Bardari, *A turma da Rua Quinze* de Marçal Aquino, *O Escaravelho do Diabo* de Lucia Machado de Almeida, *O Rapto do Garoto de Ouro* de Marcos Rey, entre outros.

¹⁰ O trabalho de pesquisa feito na iniciação científica da graduação e no mestrado resultou no livro. OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José F. de. **Antonio Silvino**: de governador dos sertões à governador da Detenção (1875-1944): Recife: Editora Bagaço, 2012.

descobrir os mecanismos de divulgação dos folhetos e então vislumbrei um universo de anúncios e livros de escritores, que na transição dos oitocentos para os novecentos passaram a ter hábitos semelhantes de produção e circulação literária e acabaram por fundar a Academia Pernambucana de Letras. O propósito inicial no doutorado era a busca pelas obras escritas por tais homens e desenvolver um trabalho que desse resposta ao silêncio na qual se encontra a APL. Entretanto, a leitura das fontes e o processo de formação doutoral descortinaram a existência do campo literário no Recife.

Achei! Falei repetidas vezes tal palavra sempre que encontrava as obras de ficção dos fundadores da APL nos arquivos. Obras que, por mais de cem anos vivem entre as poeiras de bibliotecas e que muito provavelmente não foram consultadas, a supor pelo estado em que foram encontradas. Talvez por isso eu precise concordar com o historiador Georges Duby, quando ele diz que “a caçada foi muito mais importante que o animal capturado¹¹”.

Foram vários os tipos de escritos dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras: crônicas, contos, romances, poesia, textos jurídicos, filosóficos, históricos, geográficos, entre outros. Se as histórias dos textos escritos pelos sujeitos que compuseram o campo literário recifense no período abordado estavam perdidas na poeira dos arquivos, eu me dei o trabalho de limpar cada livro e os li no desejo de conhecer histórias que se perderam no tempo. Arlete Farges ensina que ao conhecer arquivos tem-se a ideia de conquistar o privilégio de “tocar o real” de um tempo que passou, pois “a palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornam-se representações do real¹²”. Mas os arquivos também ensinam que o historiador precisa separar e unir, montar um quebra-cabeça e dar sentido ao que produz. Fazer como o Baudolino, personagem de Umberto Eco: “-trabalho com fragmentos de episódios, restos de acontecimentos, e tiro disso tudo uma história, tecida num desenho providencial¹³”. Para Michel de Certeau é esse o processo da operação historiográfica: “Em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra

¹¹ DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UFRJ, 1993. p.38.

¹² FARGES, Arlete. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009. p. 18

¹³ ECO, Umberto. **Baudolino**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.17.

maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho¹⁴. Entretanto não é algo simples, este é o ponto de partida, depois se cruzam referenciais teóricos, escolhem-se quais caminhos metodológicos serão trilhados e por fim monta-se o quebra-cabeça, constrói-se a peça final da exposição.

Ao longo dessa jornada de pesquisa e escrita, alguns nomes, textos da literatura de ficção e a materialidade desses textos apareceram como peças soltas de um quebra-cabeça e me chamaram a atenção para um lugar de produção literária edificado na cidade do Recife. Os responsáveis por esses trabalhos foram homens de letras, que circulavam nos centros de saber, nas redações de jornais e constituíram o que chamo aqui de campo literário do Recife, na virada do século XIX para o XX, mais precisamente nos anos que se seguiram entre Proclamação da República (1889) até 1911, quando se deu uma significativa baixa da produção literária recifense¹⁵. Foram as obras desses homens, que nortearam a delimitação da temporalidade da pesquisa documental sobre o campo literário, muitas delas em primeira ou segunda edição. Tais obras são elementos de um tempo, em que se esperava a mudança do Brasil, um país que seria melhor se fosse republicano, que se transformaria urbanisticamente, que daria certo como nação¹⁶.

Mas como reler as lembranças de um tempo que era a esperança do futuro? Como os viventes do século XIX esperaram o século XX? O historiador R. Kosseleck mostra que até o século XVIII a história consistia em pensar as coisas previsíveis, prognosticáveis e que a escrita da história seria um estudo dos registros passados, exatamente para que a humanidade aprendesse com nossa história e não repetisse os erros de outrora.¹⁷ Entretanto, o século XIX trouxe um futuro imprevisível com a ideia de progresso, repleto de transformações e rupturas com as coisas estáticas, com a concepção de

¹⁴ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. São Paulo: Forense Universitária, 2007, p.81.

¹⁵ Entre os anos de 1911 e 1920 são raros os trabalhos publicados pelos integrantes da Academia Pernambucana de Letras.

¹⁶ Os trabalhos de Stefan Zweig e Paulo Prado descreveram como essa ideia de ser o Brasil um país do futuro, apesar dos problemas diversos que existem nele, era algo forte no imaginário populacional da virada do século XIX para o XX. Cf. ZWEIG, Stefan. **Brasil: um país do futuro**. Porto Alegre: L&PM, 2013; PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁷ Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos**. Rio de Janeiro: Contraponto- Ed. PUC-Rio, 2006.

homem do iluminismo, de homem sociológico. Foi o tempo para pensarmos os homens e suas identidades, como defendeu o antropólogo Stuart Hall¹⁸. Foram tantas as mudanças desse período que o cronista do Recife, Mario Sette chamou o século XIX de “pai do doido varrido do século XX¹⁹”.

Este período trouxe as grandes influências que o Brasil recebeu como as famosas Exposições Mundiais visitadas pelo Imperador D. Pedro II, o positivismo de Auguste Comte, que tanto influenciou o pensamento dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife, as ideias de sociedade de Pierre-Joseph Proudhon, Spencer, Hackel, a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, as ideias de Karl Marx para ler a sociedade capitalista, a filosofia de Nietzsche que proclamava a morte de Deus e a teoria de Sigmund Freud com a descoberta do inconsciente humano.

Na literatura surgiram expoentes que se destacaram na França como Charles Baudelaire, Murger, Gustave Flaubert, Honoré de Balzac, Eugène Sue, Ponson du Terrail e tantos outros que motivaram os nossos escritores a pensar outra estrutura de romance, que não mais o romance nacionalista, constituidor de símbolos brasileiros, defendido por José de Alencar nas obras *O Guarani* e *Iracema*. Os romances de efeitos realísticos ganharam vida pelas mãos de Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Carneiro Vilella, Theotônio Freire, Faria Neves Sobrinho, entre tantos outros representantes. A consagração desses nomes se deu com a formação das academias de letras, que se espalharam por diversos lugares brasileiros.

Politicamente o Brasil se tornou independente, deixando de ser colônia e império, mas não deixando de ser agrário, rural. As Faculdades de Direito e Medicina passaram a existir no país como centros de saber, que leram a sociedade de forma determinista e eugênica, utilizando-se das teorias raciais, muito influenciadas pelas teorias de Beccária e Lombroso. Silvio Romero, um dos representantes da geração de 1870, defendia que a mestiçagem era o produto da raça brasileira, que branqueando-se pelos comportamentos se

¹⁸ HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

¹⁹ SETTE, Mario. **Maxambombas e Maracatus**. 4ª ed. Recife: FUNDARPE, 1981.

atingiria a sociedade da ordem e progresso estampada na bandeira nacional. José Veríssimo no Rio de Janeiro andava na contramão de Silvio Romero, não concordava com uma produção literária de cunho cientificista, pois nada na capital era autorizado se não passasse pelo crivo de Veríssimo e Machado de Assis. Assim, as produções de outras localidades do país foram se isolando ao ponto de entrar no ostracismo editorial e até mesmo não ocupar espaços significativos nos manuais de literatura brasileira do século XX²⁰.

As cidades passaram a copiar o modelo de cidades como Londres e Paris; e todas as políticas públicas de higienização inspiradas na Paris do Prefeito Haussman, que clamava pela sanitização e modernização, com avenidas largas, arborizadas, iluminadas, calçadas, com transportes que aumentavam a velocidade, que tiravam a calma bucólica com a tecnologia que chegava por meio da fotografia, com bondes, o automóvel, com cinemas, a imprensa, as livrarias, os cafés, as lojas de modas, as óperas inspiradas na Alemanha, e de tudo mais que veio a compor a chamada *Belle Époque* brasileira. Todas essas transformações apontavam para a dinâmica das cidades que se urbanizavam em projeção avassaladora e conduziram a sociedade para conviver com o inesperado, com vestígios do rural, com a insatisfação das novas tecnologias, com o encantamento das novidades que chegavam de outras partes do mundo e com o futuro imprevisível.

Essas rupturas e permanências foram registradas pelos fundadores da Academia Pernambucana de Letras, porém pouco se estudou sobre o campo literário do Recife, sobre as obras e homens que defendiam a força do “Leão do Norte”, não apenas nos feitos históricos, mas também nos textos em forma de poesia e prosa.

²⁰ Sobre os manuais da literatura brasileira me refiro aos trabalhos: ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1949; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964; VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 5ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1969; BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1974. CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 2ª edição. São Paulo: Martins, 1964.

Esta tese objetiva analisar a consolidação do campo literário na cidade do Recife e suas nuances de produção. Mas, que mapa teórico/metodológico foi traçado? Em História não é a escolha de determinada teoria/metodologia que se aplica às fontes, mas ao contrário, são as fontes, em seu estado bruto, que precisam ser lidas, interpretadas e que pedem ao historiador um suporte teórico/metodológico que possibilite a composição textual de uma narrativa. Neste sentido, as fontes mostravam-se indiciárias de uma necessidade de entender a rede de produção, ou seja, o campo em que estavam inseridas, os lugares de fala na qual emergiram e as representações que criaram sobre os homens e sobre um tempo. Por isso, dialoga-se neste trabalho com a compreensão de campo proposta por Pierre Bourdieu, em que este chama de:

[...] o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe como relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada²¹.

Montar o que entendo pelo quebra-cabeça chamado campo literário no Recife, não foi algo simples, pois arquivos e fontes apresentaram-se dispersos. Foi necessário partir da matéria-prima que possuía no início do doutorado, algumas obras e os nomes dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras. A partir dos nomes foi possível elaborar os perfis sociais dos homens de letras e dos textos publicados por eles na cidade do Recife na transição do século XIX para o XX. Como sugeriu o historiador Carlo Ginzburg: “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido²²”.

²¹ BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p.20. Ainda sobre o conceito de campo vale conferir o trabalho de diálogos entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. BOURDIEU, Pierre. **O sociólogo e o historiador / Pierre Bourdieu e Roger Chartier**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

²²GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: **Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991. p.175.

Tendo o nome dos principais escritores dos textos literários, sejam eles no formato de livro, folhetim ou poemas publicados em jornais, revistas e almanaques, se tornou possível cartografar quem eram tais homens, que tipo de escritos produziam, de quais lugares sociais falavam e como consolidaram a rede de produção e circulação da literatura no Recife até atingirem a distinção social máxima a partir da fundação a Academia Pernambucana de Letras.

Se hoje, os gostos em comum aproximam as pessoas por meio de comunidades, grupos e “fanpages” da internet, antigamente isso também ocorria. As redes sociais não são dinâmicas do século XXI. Robert Darnton aponta que temas em comum interligavam as pessoas para certas atividades: poemas, *charrivarris*, críticas sociais e a política já estavam no cotidiano de cidades europeias desde o século XVI, e a criação da imprensa por Gutemberg facilitou a difusão das ideias que se sintonizavam²³.

O século XIX no Brasil também teve seus temas geradores de redes de sociabilidade: a criação de instituições, o republicanismo, o abolicionismo, o progresso e tantos outros assuntos que emergiram nos documentos sobre o estudo do campo literário. Eram justamente esses temas, que aproximavam homens de letras e os motivavam à criar práticas sociais e a buscar certo poder simbólico para ter alguma distinção social. A criação de órgãos como Faculdades, Institutos Históricos, Academias de Letras, Sociedades Literárias, etc, são elucidativos da formação do campo literário no Recife.

Mas como chegar aos nomes dos pernambucanos de destaque? Um longo trabalho de detetive se faz necessário. Primeiro foi identificado, de forma prosopográfica²⁴ os sujeitos, segundo apontei os espaços que formaram a

²³ DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Sobre a discussão das redes de produção e circulação literária vale conferir do mesmo autor. **Boemia Literária e Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. **A Questão dos Livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. **Poetry and the Police**: communication networks in the eighteenth- century Paris. London: Belknap Harvard University Press, 2010.

²⁴ No trabalho prosopográfico [...] os grupos se definem por suas propriedades relacionais ou por suas imagens recíprocas, ou ainda por sua capacidade em impor uma imagem de si mesmos aos outros, mas também a maior parte dos seus membros. A noção de construção do objeto torna-se, assim, decisiva nessa micro-história social baseada nas biografias coletivas. CHARLES, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In:

mente deles e terceiro pensei como a criação da Academia de Letras de Pernambuco foi uma consagração, mesmo que local, do grupo que reivindicava a presença no centro da produção literária.

Após o processo de cartografar escritores foi necessário pensar os lugares de fala desses sujeitos. Michel de Certeau defende que a constituição de uma rede saber, se faz atrelada às regras de determinado grupo social, de uma instituição, de um legitimador do que circula, ou seja, de um lugar institucional que aceita ou reprova o que se produziu: quem fala, de onde fala e o que fala²⁵. Assim, a produção da literatura fabricada pelos fundadores da Academia Pernambucana de Letras não estava legitimada apenas por essa instituição, mas por outras também, em especial a Faculdade de Direito do Recife, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, o Gabinete Português de Leitura e pelas várias redações de jornais que existiram no Recife.

Ainda compondo o panorama teórico/metodológico deste trabalho, muitas vezes foi necessário enxergar os escritos dos e sobre os literatos da Academia Pernambucana de Letras como representações de um tempo, ou seja, identificar como essas representações se articulam com os interesses dos indivíduos ou grupos que as fabricaram²⁶.

Mas como era esse campo literário no Recife e quem eram os homens envolvidos neste cenário? A quais instituições eles pertenciam? Que tipo de literatura criaram na transição de séculos? O que era interessante escrever e onde publicavam? Para buscar tais respostas se fez necessário uma busca pela historiografia que versasse sobre o panorama literário brasileiro e por muitos acervos.

HEINZ, Flávio (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.44. A prosopografia consiste em analisar o conjunto de trajetórias de vida de sujeitos que integram uma mesma categoria social e permitem a ver o comum e o que cada um se diferencia dentro dessa mesma categoria. Laurence Stone a sua maneira diz que: "*Prosopography is the investigation of de commom backgroud characteristics of a group of actors in history by means of a collective study of their lives*". In:STONE, Laurence. Prosopography. **Deadalus**, V. 100. N. 1, pp.46-79, 1971. p. 46.

²⁵ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. São Paulo: Forense Universitária, 2007.

²⁶ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

A historiografia da literatura e a ausência de Pernambuco

A historiografia sobre a produção literária brasileira é bastante significativa, principalmente quando se discute a respeito de uma autonomia dessa literatura. Trabalhos clássicos sobre a história da literatura brasileira de Silvio Romero, de Nelson Werneck Sodré e de José Veríssimo realizaram um rico panorama dos principais nomes, textos e análises importantes do ponto de vista cronológico, narrativo e da crítica literária. Seus trabalhos dão rumos e auxiliam o pesquisador a pensar a necessidade de compreender a formação dos campos literários que se constituíram em cada localidade do país e que problematizaram se havia ou não uma literatura de cunho nacional ou se o que se produziu era uma literatura de língua portuguesa.

Antonio Candido em *Literatura e Sociedade*²⁷ elaborou considerações também já consolidadas da formação de grupos de intelectuais em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e tinha a literatura como fator de compreensão da sociedade e suas variantes, bem como a relação que os escritores estabeleceram com o público para difundir os diversos gêneros literários. Candido apresenta como os homens de letras adentravam em diversos espaços sociais para ter visibilidade e fazer circular os produtos que tinham para oferecer. Para este autor, a autonomia da nossa literatura está relacionada aos grupos que se estabeleceram em diversas instancias sociais e variou conforme cada momento histórico²⁸.

Brito Broca no clássico *A vida literária no Brasil 1900*²⁹ apresentou um panorama de nomes, espaços, práticas culturais, textos e muito do que cercava o universo das letras brasileiras. Para Broca, a literatura era muito mais do que poesia e prosa difundidas em folhetins ou livros. O autor descreve influências na produção e na criação de órgãos literários, costumes, relações das casas editoriais para publicar trabalhos, polêmicas e a (in)visibilidade da literatura

²⁷ CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Outro sobre Azul, 2006.

²⁸ Sobre a “autonomia” da produção literária brasileira Cf. VIEIRA, Anco Márcio Tenório. **Entre Tupã e a Cruz de Malta: A autonomia literária e o conceito de literatura luso-brasileira no século XIX: 1800-1875**. (tese de doutorado em literatura brasileira) João Pessoa: PPGL-UEPB. 2002.

²⁹ BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.

nacional. Esse leque de informações remete a pensar no panorama sociocultural da nação e a busca por uma legitimidade literária, que vai ser estendido para esta tese como a necessidade de mapear os sujeitos, os lugares, as produções, as polêmicas e tantas outras práticas culturais que envolveram os literatos de Pernambuco.

Sérgio Miceli foi um pioneiro no campo dos estudos literários como determinante para analisar o universo sociológico. Um trabalho de fundamental importância desenvolvido por este escritor foi *Intelectuais à brasileira*³⁰. Na obra é possível entender como são compostos os grupos e as redes de sociabilidade que se consolidaram na cidade de São Paulo, tendo a literatura como epicentro de debates sociais, políticos e culturais na virada dos séculos XIX para o XX. Miceli não visou uma análise da autonomia da literatura nacional e auxiliou metodologicamente a pensar a trama social, a mapear as bases dos sujeitos quanto à origem, formação, carreira, atuação profissional e tipos de produções dos literatos de Pernambuco.

Antonio L. Machado Neto no trabalho *Estrutura Social da República das Letras*³¹ elaborou um painel de como a base da literatura realista-naturalista se consolidou no Brasil, analisou detalhadamente a força da *Escola do Recife* e dos intelectuais da geração de 1870, assim como a chegada e inserção do positivismo de Auguste Comte nos textos literários. A literatura nacional vai se caracterizar para este autor, por um refinado mundanismo em que o texto poético, romantizado ganhava ares de morbidez, de boemia e de tudo que o fim do século XIX permitiu florescer nos sobrados, cafés, salões e nas academias de letras. Machado Neto estabeleceu uma tipologia para os homens de letras do período de 1870 a 1930 na qual estavam categorizados como ébrios, cáspios, boêmios ou como bem comportados, pais de família, intelectuais de escritórios e redações de jornais. Suas análises nortearam a busca por instituições, nomes e alguns dos textos que foram destaque em Pernambuco no período.

³⁰ MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³¹ MACHADO NETO, Antonio L. **Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira 1870-1930**. São Paulo: EDUSP, 1973.

Ainda nos estudos da Sociologia, o trabalho *Primeira geração romântica versus escola do Recife*³², de Márcio Luiz do Nascimento, confronta as duas gerações: Romantismo e Escola do Recife, situando cada um dos integrantes dos grupos a partir do contexto social e da produção que desenvolveram. Nesta tese, o autor mostra como os letrados do Recife conviveram com uma dupla condição de marginalizados: eram excluídos do cenário político do império e operavam com poucos recursos econômicos e sociais. Associado a essa realidade defendiam que o romantismo de base sertanista e indianista não representava a autonomia de nossa nacionalidade e do português falado no Brasil, uma vez que já começávamos a despontar com a figura do homem burguês, ou seja, já se consolidava um novo perfil de homem brasileiro, aquele que olha para a sociedade e torna científico tudo que pode explicar. O trabalho, entretanto, deixou de analisar a produção literária feita pela geração de 1870 e fazer uma crítica ao mecanismo de legitimação das obras lançadas ao público pelos pares acadêmicos.

No que tange à explicação da literatura como fonte e como forma de produção de sentidos históricos, um trabalho pioneiro, entre historiadores foi escrito por Nicolau Sevcenko em *Literatura como Missão*³³. No texto é possível conhecer um panorama do universo literário da intelectualidade brasileira entre 1870 e a primeira república, centrado no Rio de Janeiro. Sevcenko defendeu que os intelectuais da segunda metade do século XIX eram engajados por terem em suas produções um reflexo das correntes de pensamento oriundas da Europa, tais como Positivismo, Darwinismo, Determinismo Social, Antropologia Criminal, entre outras. Para ele, ao se desejar proclamar a República ocorreu o abandono do engajamento social e deu-se a defesa de bandeiras como abolicionismo e republicanismo. Na crise por não serem inseridos no universo literário, os literatos dividiram-se em três grupos: Os que aderiram ao novo momento social/político (República), os que aderiram a via da literatura marginal e por fim os que, como a geração de 1870, ainda

³² NASCIMENTO, Márcio Luiz. **Primeira Geração Romântica versus Escola do Recife:** trajetórias de intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife. Tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: PPGS/USP, 2010.

³³ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

defenderam a literatura como um dos meios de transformar a realidade social. Essas categorizações ficam por demais vagas, pois o autor não aprofunda tais análises e já parte para explicar a inserção de Euclides da Cunha e Lima Barreto numa *Belle Époque* em decadência e como era difícil viver de literatura no Brasil.

Na mesma linha de raciocínio do Sevcenko seguiu o trabalho de Jeffrey Needel, *Belle Époque Tropical*³⁴. No que é apresentado pelo autor, o Brasil foi um mero modelo de repetição das escolas literárias europeias, na modernização urbanística e na forma de pensar os símbolos de nacionalidade. Para o autor ser literato implicava aderir às transformações que ocorriam no campo intelectual e no jornalismo, principal via de ascensão social para um homem de letras. Ao elencar quatro sujeitos simbólicos (Olavo Bilac, João do Rio, Coelho Neto e Julia Lopes de Almeida) Needel conclui que a *Belle Époque* brasileira foi decadente, narcisista e tentou a todo custo manter a presença de literatos num circuito elitista. Tanto o trabalho de Sevcenko quanto o de Needel acabaram por discutir pouco o campo literário em relação à presença de intelectuais no campo político. O que se torna algo impossível num período em que ser homens de letras implicava estar nas malhas da política, do direito, do jornalismo e da literatura.

Flora Sussekind no livro *Cinematógrafo de Letras*³⁵ analisou que desde o final dos anos 1880 até 1920 a literatura se alterou nesse horizonte de aparatos técnicos do Brasil. Essa foi a fase muitas vezes definida como pré-modernismo pelos estudiosos da história da literatura brasileira. A autora aponta que é preciso investigar como a literatura representou a mudança do aparato técnico, mas também ver como a própria literatura transformou-se em detrimento da modernização técnica. Para ela, o cinematógrafo, a fotografia, o fonógrafo foram objetos recorrentes nas páginas dos jornais e indicaram os encantos e desencantos de um país que viveu em plena transformação urbana, literária e tecnológica. Neste momento histórico tem-se a hipótese de que escrever a mão

³⁴ NEEDEL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³⁵ SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de Letras**: Literatura, Técnica e Modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

era algo corriqueiro e o uso de máquinas de datilografia não era pensado como produto e sim como o exercício de passar a limpo. O trabalho de Sussekind é fundamental para entender o aparato de produção técnica das obras produzidas pelos homens que fundaram a Academia Pernambucana de Letras e para compreender o momento da sedução técnica no âmbito da literatura.

Não menos importante nesse processo, está o trabalho de Roberto Ventura, *Estilo Tropical*³⁶. Tendo como figura central de sua análise Silvio Romero, o autor mostra de que forma o país viveu culturalmente as polêmicas literárias lançadas por este, como as discussões em torno da mestiçagem e das ideias eugênicas entre os anos 1870 a 1914 foram bastante intensas. Ideias de abolição, república, criar centros de saber-poder e a atuação de sujeitos que tinha na sua base de formação acadêmica o cientificismo geraram, conforme Ventura, um país que criava o estilo literário do “lado de baixo do Equador”, ou seja, a literatura que combinava naturalismo, realismo, evolucionismo e teorias raciais. O texto de Roberto Ventura é fundamental para identificar nos romances e textos poéticos o caráter científico que pairou na produção, bem como entender como se consolidam as polêmicas literárias nas páginas dos jornais recifenses.

Alessandra El Far em *A Encenação da Imortalidade*³⁷ elaborou uma análise da composição da Academia Brasileira de Letras (ABL) e indica como os escritores que estiveram envolvidos na trajetória desta instituição nas três primeiras décadas do século XX copiaram o modelo acadêmico francês, bem como os homens de letras da ABL fizeram uso de símbolos acadêmicos e da imortalidade que lhes foi conferida para ter reconhecimento social, legitimidade de seus projetos no amplo processo de constituição de símbolos nacionais e de lançamento dos trabalhos que escreviam. O trabalho de El Far contribui nesta tese para visualizar nas diversas fontes consultadas de que modo, em certa medida, ser um imortal pernambucano garantia legitimidade para com o público leitor, para publicar textos e para manter-se na visibilidade social.

³⁶ VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³⁷ EL FAR, Alessandra. **A encenação da Imortalidade**: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

O livro *A Dança das Cadeiras*³⁸, escrito por João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, também propõe uma análise bastante adequada para a formação do campo literário no Rio de Janeiro no momento histórico dos primeiros anos da república brasileira. Por meio da história da Academia Brasileira de Letras (ABL), Rodrigues elaborou uma narrativa na qual defende ser a organização da dinâmica literária da capital do país diretamente ligada à malha política. Nomes de baixa contribuição literária acabaram compondo a fundação da ABL junto com outros que tinham uma fértil produção. Para este autor as disputas políticas eram sim determinantes para se ter uma visibilidade no cenário das letras. A contribuição de tal trabalho deu-se a partir do momento que passo a compreender como a criação de uma Academia de Letras em Pernambuco esteve ligada a uma trégua momentânea na política estadual e como os nomes escolhidos para compor as cadeiras deixam transparecer certos critérios como origem, formação e relações sociopolíticas.

O que espanta nessa vasta bibliografia sobre a literatura brasileira é a parca produção a respeito da literatura feita em Pernambuco e sobre a Academia Pernambucana de Letras (APL)³⁹. Os autores citados anteriormente não se preocuparam em fazer algum tipo de análise mais profunda sobre a APL e os frutos que dela surgiram.

Porém há que se destacar, os trabalhos que buscaram fazer alguma retrospectiva dessa dinâmica literária do “Leão do Norte”. Em 1955 foi publicado o trabalho *História Geral da Literatura Pernambucana- Antologia-*

³⁸ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A dança das cadeiras**: literatura e política na Academia Brasileira de Letras(1896-1913). Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

³⁹ Vale ressaltar que essa produção existiu, porém ficou limitada e raras foram as vezes que obras produzidas nas cidades menores chegaram a circular nas capitais de maior expressividade literária. Alguns trabalhos já foram produzidos e se dedicaram a pensar a produção literária no campo da historiografia. Sobre o Piauí vale conferir o trabalho de QUEIROZ, Therezinha. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011. Também em seu trabalho de doutoramento, Francisco Dênis Melo analisou a Academia Sobralense de Letras (ASEL) e como os acadêmicos associados à igreja católica, à prefeitura e profissionais liberais procuraram transformar, entre as décadas de 1940 a 1970 a Academia num lugar institucionalizado de instância privilegiada de afirmação da história da cidade de Sobral-CE. Segundo o autor, na ASEL construiu-se o discurso de naturalização da história, cujos documentos apresentavam que a história era o passado, o passado era a história, que o passado era memória. Foram esses homens do Ceará que também buscando legitimidade social edificaram tal órgão. Cf. MELO, Francisco Dênis. **Os intelectuais da Academia Sobralense de Estudos e Letras – e a invenção da cidade letrada**. (tese de doutorado em História). Recife: PPGH-UFPE, 2013.

Poetas da Academia (séculos XVI-XX) sob a organização de Mariano Lemos⁴⁰. O livro é o 11º volume da coleção que fez parte do projeto de homenagens ao Tricentenário da Restauração Pernambucana do domínio flamengo e apresenta um conjunto de textos dos principais escritores de Pernambuco, entre eles estão os fundadores da APL. Trata-se de um compilado de poemas, que não são analisados. Tal trabalho auxiliou em muito nesta tese, do ponto de vista documental, uma vez que muitos documentos estavam em precário estado de consulta.

Rostand Paraíso foi o responsável pela organização do texto *Academia Pernambucana de Letras: sua história*⁴¹. Também como uma espécie de compilado de informações sobre a memória institucional, o autor apresentou datas, nomes e curiosidades sobre o órgão que ficou conhecido como a Casa de Caneiro Vilella. É certamente um guia cronológico para compreender a produção do campo literário do Recife nos anos iniciais da república.

Luzilá Ferreira também organizou uma coletânea biográfica e antológica de escritores pernambucanos dos séculos XIX. Neste trabalho aparecem as trajetórias biográficas de escritores e escritoras, excertos da produção e algumas considerações sobre a corrente literária que mais se aproximavam. Também se fez importante nesta tese como indiciário das produções dos literatos da APL⁴².

Somar neste panorama da História da Literatura de Pernambuco se fez algo necessário, por isso esta tese apresenta uma contribuição historiográfica por entender a dinâmica social dos intelectuais que compuseram o campo literário recifense, apresenta as obras e expõe as práticas de produção cultural da literatura durante a transição do século XIX para o XX.

O historiador José Carlos Reis ao pensar o ofício dos que se aventuram no território de Clio defende que:

⁴⁰ LEMOS, Mariano. **História Geral da Literatura Pernambucana** – Antologia - Poetas da Academia (séculos XVI – XX). Recife: União Gráfica LTDA, 1955.

⁴¹ PARAÍSO, Rostand. **A Academia Pernambucana de Letras: sua história**. Recife: APL, 2006.

⁴² FERREIRA, Luzilá. **Escritores pernambucanos do século XIX**. Tomo 2. Recife: CEPE, 2010.

O historiador não está condenado a registrar fatos, a constatar-los. Ele raciocina sobre eles, busca a sua inteligibilidade, atribuindo-lhes sentido, pensando as possibilidades objetivas e os seus desdobramentos. Afinal pensar não é registrar, mas considerar caminhos possíveis, alternativas. A crítica erudita, a apuração e o estabelecimento de fatos são condições necessárias, mas não suficientes, para uma ciência histórica. É preciso construir um juízo histórico, atribuir um sentido aos fatos⁴³.

Neste sentido, a construção deste trabalho de doutoramento precisou ser raciocinada diversas vezes no que tange ao formato em que se apresentaria, ou seja, na alternativa e no sentido que se daria ao campo literário do Recife. Como resultado de muitas reflexões decidi dividir a tese em duas partes que se conectam pelos rastros da Academia Pernambucana de Letras e de seus fundadores.

A primeira parte intitulada: ***Fabricando a Imortalidade***, distribuída em quatro capítulos buscou mostrar uma história social das práticas culturais dos intelectuais⁴⁴, que fundaram a Academia Pernambucana de Letras. O cruzamento de fontes e o diálogo com uma historiografia se fez necessário, muitas vezes sendo preciso um caráter descritivo devido ao ineditismo do tema.

No primeiro capítulo: ***Criar uma academia e honrar as tradições literárias de Pernambuco*** a ideia de composição de um campo literário, com regras e nomes que se fariam distintos para compô-lo foi apresentada e buscou-se apresentar o processo de criação de uma academia de letras em Pernambuco e como se deu a articulação de sujeitos que se tornariam os imortais. Para tanto, os jornais, livros dos literatos pernambucanos, revistas da APL e atas de reunião do Instituto Histórico Pernambucano foram fundamentais nessa composição narrativa.

⁴³ REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2010. p.26.

⁴⁴ A noção de intelectual que se adotou nesta tese é a mesma pensada pela historiadora Angela de Castro Gomes em que os intelectuais são sujeitos “produtores e mediadores de interpretações da realidade social que possuem grande valor político”, afinal entendo, que na transição do século XIX para o século XX não é possível separar o campo intelectual (literário/acadêmico) do campo político, embora seja possível perceber diferenças nas ações e no que se produzia em cada âmbito. Cf. GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009

No segundo capítulo: ***Os fundadores da Academia Pernambucana de Letras e base da formação intelectual*** traçou-se um quadro prosopográfico dos sujeitos que estavam inseridos no campo literário. A base da formação deles, bem como o pertencimento a um lugar institucional foi determinante na afirmação da identidade de literato. Como sugere Michel de Certeau, o local de fala é legitimador de discursos e práticas sociais, portanto, apresentar espaços como Faculdade de Direito do Recife e o ser bacharel, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e a ideia de um Estado rico em raízes históricas se fez necessário. Foram usadas fontes como: romances desses literatos e as Revistas da Faculdade de Direito do Recife, do Instituto Histórico e da Academia.

No terceiro capítulo: ***O Gabinete Português de Leitura, a imprensa e a política na vida dos literatos da Academia Pernambucana de Letras*** foi analisado a passagem desses homens pelo Gabinete Português de leitura, como o atuar na imprensa, participar de polêmicas e tornar-se político foram outras ações importantes, ou seja, o que se falava e para quem se falava era fundamental para se fazer distinto no meio social e como isso legitimava a presença no campo literário. As fontes consultadas e utilizadas foram: relatórios do Gabinete, correspondências, jornais (Diário de Pernambuco, A Província, O Norte, O Democrata) escritos dos literatos e a Revista do IAGHP.

No quarto capítulo: ***Os espaços de sociabilidade dos literatos da Academia Pernambucana de Letras*** foi necessário pensar os lugares nas quais circulavam esses homens de letras. A presença nos cafés, salões, livrarias e nas instituições (FDR, IAGHP, APL, Gabinete Português de Leitura e redações dos jornais) se fazia cotidiana e afirmava práticas que homens de letras precisavam ter para serem vistos como partícipes de um campo literário. A documentação utilizada abarcou a Revista da APL, a Revista da FDR os jornais Diário de Pernambuco e A Província, romances e a revista A Cultura Acadêmica.

A segunda parte da tese intitulada: ***A Literatura Fabricada*** dá prosseguimento ao universo que compôs outra parcela do campo literário da

virada do século XIX para o XX na cidade do Recife. Dividida em três capítulos buscou-se investigar o que era produzido pelos sujeitos fundadores da APL e como esses trabalhos circulavam. Aqui foram usadas as obras produzidas pelos literatos e a aproximação com a historiografia do livro e da leitura foi de fundamental importância para compreender uma parcela do universo livresco que existiu na cidade.

No quinto capítulo: ***Representações dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras nas páginas impressas*** investigou-se que periódicos literários eram produzidos pelos literatos da APL, como eram representados e quais os dois que mais ganharam mais visibilidade no período. A base documental contou com fotografias, a Revista Cultura Acadêmica, Revista da APL, os jornais e romances.

No sexto capítulo: ***O produto em circulação: os livros de ficção dos membros da Academia Pernambucana de Letras*** foi apresentado o trabalho de cartografia dos livros de romance, crônica, contos e poesia encontrados no decorrer da pesquisa documental, analisada a materialidade desses livros e compreendido os paratextos editoriais. Versou-se também sobre as tipografias e livrarias do Recife no período e como também foram responsáveis pela circulação de obras dos fundadores da APL.

No último capítulo: ***Os romances imortalizados dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras*** o trabalho focou na análise dos únicos quatro romances que tiveram mais de uma edição e chegaram aos leitores do século XXI. Foi realizado o trabalho de descrição dos romances, estudo da aproximação com as correntes literárias do realismo/naturalismo e os principais temas que permearam esses romances.

O trabalho que se apresenta é uma elaboração do passado, um conjunto de leitura de fontes, interpretações, associações com a historiografia e afirmações de uma possibilidade de ler o campo literário que se compôs na cidade do Recife na virada do século XIX para o XX. Ao pensar como José

Eduardo Agualusa no romance *O vendedor de Passados*⁴⁵, creio que este foi um passado possível de ser feito.

Elisabeth Roudinesco ao se basear na corrente psicanalítica, entende que “o que o historiador exige é um texto: um texto ou um pedaço de papel; de toda forma, deve haver em algum lugar num arquivo alguma coisa que certifique pelo escrito, e cuja falta torna a história impossível⁴⁶”. Ao fazer uso de escritos existentes em arquivos diversos e de um aparato historiográfico, a necessidade de conhecer e analisar a constituição do campo literário recifense e suas nuances se tornou ainda mais intensa e na medida das condições de produção de pesquisa e escrita surgiu a tessitura deste texto.

⁴⁵ AGUALUSA, José Eduardo. **O vendedor de Passados**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

⁴⁶ ROUDINESCO, Elisabeth. **A Análise e o Arquivo**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar editor, 2006. p. 27.

PARTE I
FABRICANDO A IMORTALIDADE

CAPÍTULO 1

CRIAR UMA ACADEMIA E HONRAR AS TRADIÇÕES LITERÁRIAS DE PERNAMBUCO

“As coisas tem vida própria”, apregoava o cigano com áspero sotaque, “tudo é questão de despertar a sua alma”

Gabriel García Marquez

A vida intellectual do Norte, principalmente, é quase um mystério para o Rio de Janeiro. Autores que aqui não tenham vivido, livros que aqui não sejam editados, são raramente conhecidos e lidos.

Entretanto, enxameiam por toda a extensão do país as mais brilhantes aptidões e as produções mais notáveis. E nos Estados, contanto, é que tem surgido as auroras de quase todos os nossos grandes dias litterários.

(...) Mas, em companhia do Gervásio Fioravante, e ao mesmo tempo que elle, eu estimo e admiro os demais cultores da poesia, que na minha terra natal estão a esta hora alimentando o fogo da Arte rimada na pyra onde fumegam os restos das estrophes de Castro Alves, de Tobias Barreto, de Victoriano Palhares, de Plínio de Lima, de Souza Pinto, de Generino e de outros.

É assim que eu não posso deixar de consagrar nestas linhas os nomes de Theotônio Freire, França Pereira, Faria Neves Sobrinho, Demosthenes de Olinda, Thaumaturgo Vaz, Alcedo Marrocos e João Gonçalves Júnior.

Todos elles são conhecidíssimos em Pernambuco, sobretudo no Recife; muitos deles tem livros publicados. Todavia seus nomes não são absolutamente pronunciados fora do Estado.

Entretanto, Theotônio Freire é um poeta de fôlego largo, de inspiração social, escrevendo alexandrinos magníficos, cheios de pensamentos e de imagens; os outros cinco são artistas delicadíssimos, de um parnasianismo discreto e sábio, aliando a uma forma correcta um grande sentimento da natureza e uma grandeforça de sentimento. Por sua vez, o último o João Gonçalves (GREGÓRIO JÚNIOR) é um admirável humorista, um RIEUR adorável, cuja lyra tem uma tonalidade juvenalesca e bocagiana temperada por um romantismo ao mesmo tempo lacre e sceptico. — Uma litteratura poética, com todas as gammas, em todos os tons!

Isto sem querer falar em Carneiro Vilella que actualmente raras vezes escreve versos, tendo-nos dado as MARGARIDAS, onde há cousas realmente preciosas; em Balthasar Martins Pereira que é, a par de João Gonçalves, um satirista feliz e correcto; finalmente Virgílio de Sá Pereira, que se revela desde alguns mezes um poeta futurisíssimo, de inspiração polymorpha forrando um jornalista que já é uma notabilidade no Estado onde viu a luz⁴⁷.

⁴⁷Prefácio escrito por Izidoro Martins Júnior do livro de poemas de FIORAVANTE, Gervásio. **Os Mezes**. Rio de Janeiro: Empreza Democrática Editora. 1895.pp-6-7 e 9-12.

Em 1895 o líder do Partido Republicano José Izidoro Martins Júnior, no prefácio de um livro de poemas chamado *Os Mezes*, de autoria do bacharel, jornalista e poeta, Gervásio Fioravante, mencionou uma lista de nomes que seriam na sua concepção os literatos de maior destaque de Pernambuco na poesia e lamentava a ausência de muitos desses escritores e das obras que eles produziam não estarem circulando no cenário nacional.

Se como destacou Martins Júnior, Pernambuco era essa terra fértil que alimentou durante anos a poesia, onde escreviam com fôlego largo, com perspectivas sociais e com humor uma literatura poética com toda a gama e tons, por qual razão esses homens não eram conhecidos de modo mais amplo? Por que o campo literário que se solidificou na cidade do Recife não estava em diálogo com o cenário literário nacional, ao ponto de haver uma inexpressão de pernambucanos nos manuais da literatura brasileira? Quem legitimava a produção desses escritores? Qual a base de formação desses sujeitos? Quais espaços e redes de sociabilidades eles travavam com pares e com o mercado de impressão de livros? Que elementos narrativos estavam presentes nos textos dos escritores pernambucanos? Em tese, a questão central deste trabalho é compreender como se constitui um campo literário no Recife na transição do século XIX para o XX. Tais questões levantadas norteiam este trabalho e buscaram ser respondidas mediante o aparato documental e bibliográfico consultado em diversos arquivos.

No livro *Os Mezes*, Martins Júnior descreveu que Pernambuco tinha a luz para a poesia, mas ele não respondeu o porquê dessa inexpressividade de escritores pernambucanos num âmbito mais nacional no período, apenas apontou que se produzia uma poética que teria por base o cientificismo e todas as outras influências que a Escola do Recife gerada no seio da Faculdade de Direito do Recife recebeu. É interessante destacar que foi exatamente isso que possibilitou para os literatos se consagrar e ocupar a primeira formação da Academia Pernambucana de Letras (APL). Os nomes descritos no livro de Gervásio Pires⁴⁸, por Martins Júnior, no máximo podem ser pensados como

⁴⁸ Conforme os nomes dos fundadores forem aparecendo na narrativa será exibida nas notas de rodapé uma breve biografia de cada um. Gervásio Fioravante Pires Ferreira foi oriundo do Engenho Bulhões, da freguesia de Santo Antonio, nasceu na cidade do Recife em 13 de fevereiro de 1870. Seu pai foi um renomado desembargador do Tribunal da relação, Gervásio

uma prévia dos que compuseram em 1901 a Academia Pernambucana de Letras.

Ao consultar qualquer lista de jornais, almanaques ou a própria Revista da Academia Pernambucana de Letras (APL) tem-se a sensação de certa unidade na consolidação desta instituição no começo do século XX. Entretanto, nem tudo se apresentou de forma homogênea. Entre a intenção e a concretização da construção da APL muitas coisas divergiram, destinos de sujeitos se cruzaram e tantos outros se separaram. Este capítulo levanta as seguintes questões: como se fundou Academia Pernambucana de Letras? Que sujeitos fundaram-na? Que polêmicas existiram ao se fundar o panteão de imortais da literatura de Pernambuco? Quais os pré-requisitos exigidos para integrá-la?

Buscou-se responder tais interrogações neste capítulo como uma compreensão do conjunto de questões que envolvem os nomes dos que a fundaram. Ou seja, estudou-se o campo literário que se formou no Recife na transição do século XIX para o XX, não para mostrar de forma desnudada o fazer literário, mas sim para compreender a gênese de um campo literário, os jogos sociais intelectuais, as apostas simbólicas dos homens de letras e a busca por uma distinção social⁴⁹.

Campelo Pires Ferreira e sua mãe D. Zelinda Fioravante Pires Ferreira. Após os estudos secundários entrou para a Faculdade de Direito e seguiu carreira na qual chegou a ser promotor público na capital entre os anos de 1890 a 1893. Prosseguiu sua atuação como professor catedrático da disciplina de Direito Criminal e publicou textos na área, em especial na revista da FDR. Foi casado com Maria Augusta de Azevedo Fioravante e teve cinco filhos: Luis Ângelo Fioravante (funcionário da FDR), Ruy Fioravante e Sylvio Fioravante (advogados), Paulo Fioravante (médico) e Iza Fioravante. Foi eleito deputado federal por Pernambuco no ano de 1911. Sua produção no campo literário foi intensa, pois escreveu para o Diário de Pernambuco, para o Almanaque de Pernambuco, Almanak Literário de Pernambuco e para a Revista Pritaneu. Entre suas produções de destaque temos: Os Meses (1895) e As Horas Marianas (1927). Fundou a Academia Pernambucana de Letras em 1901 e ocupou a cadeira nº 05, e entre os anos de 1904 e 1905 foi presidente da instituição. Faleceu no Recife em 13 de agosto de 1936.

⁴⁹ Cf. BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

1.1 Dos Oiteiros à Academia Pernambucana de Letras

Com o objetivo expresso de honrar as tradições literárias de Pernambuco algumas reuniões ocorreram na virada dos séculos para se atribuir legitimidade à produção literária feita neste Estado e a criação de um órgão que fosse sua representação legal. A propósito, a prática de encontros para pensar as letras já existia e não é uma coisa que remonta apenas à fundação de uma Academia Pernambucana de Letras. As primeiras reuniões para dar crédito à literatura feita em Pernambuco tem uma relação com as celebrações de oiteiros⁵⁰ e com a constituição de sociedades literárias. Como registrou Rostand Paraíso:

A APL não foi a primeira sociedade literária fundada em Pernambuco. Antes dela, criada em 1802, já houvera a Academia Suassuna, que funcionava no engenho do mesmo nome, e a Academia Paraíso fundada em 1807, e que tinha sua sede no próprio Hospital do Paraíso, no bairro de Santo Antonio. Essas academias tinham, porém, mais do que um caráter literário, finalidades de natureza política, batendo-se pela independência do Brasil e pela implantação da república, tanto que se dissolveram, ambas, em 1817, por conta da Revolução Pernambucana que eclodira naquele ano.

Houve, no Recife do fim do Século XIX e início do Século XX, várias sociedades literárias que, congregando pequenos grupos de intelectuais, funcionavam em locais os mais variados da capital pernambucana. Entre elas o Cenáculo Pernambucano de Letras, que segundo Luiz do Nascimento, seu participante, morreria da desídia e do abandono; a Academia Recifense de Letras, de Fernando Pio e Mauro Mota; o Silogeu Pernambucano de Letras, de Berguedoff Elliot; o Grêmio Recifense de Letras; A Falange Literária Dr. Oliveira Lima; e

⁵⁰ Sobre as celebrações de oiteiros tem-se registro na Revista da Academia Pernambucana de Letras do ano de 1901. “Entre nós, como vimos, era a noite que tinha lugar a celebração dos oiteiros, para o que se armava um elegante palanque no pátio da igreja, como que representando o Monte Parnasso, sobre o qual tinha assento uma mulher, convenientemente trajada, figurando de musa, a qual dava os motes para serem glosados pelos poetas que concorriam ao certamen. Toda a praça se illuminava e se adornava de arcos de folhagem odorante, geralmente a canneleira e pitangueira, e de bandeiras multicores, e litteralmente cheia de povo, apresentava um aspecto imponente e agradável. Os poetas contornavam o palanque, e, dado o mote pela musa, cujos conceitos eram sempre adequados ao objeto da festa religiosa, aquelles que dentre elles se propunha a glosa-lo batia palmas, e recitada immediatamente a glosa. Não raras vezes acontecia de apparecer mais de uma glosa sobre o mesmo mote. Se a poesia agradava, hamonizando-se perfeitamente ao mote, e formando um pensamento completo, era o poeta victoriado pelo povo com frenética s aclamações e palmas, e, no caso contrario havia signaes de vehemente desagrado. Os oiteiros entre nós tiveram muita voga até os primeiros anos do século que findou e eram muito concorridos e apreciados, e nelles se exhibiam os melhores e mais afamados poetas da epocha. D’hai por deante vem a sua decadência até que em meados do século já tinha caído em completo desuso.” Cf. **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. nº 1 Jan-Mar, 1901. p. 24. Acervo FDR.

o Cenáculo Livraria Silveira entre outras instituições que chegaram a ter seus momentos de glória⁵¹.

A dificuldade de saber a respeito desses vários grupos literários que se reuniam para debates de textos é uma constante na pesquisa histórica, mediante ao estado que se encontra o corpo de fontes que versam sobre os séculos XVIII e XIX. Algumas sociedades literárias e políticas surgiram com base no Iluminismo francês e em Pernambuco no ano de 1798 foi fundado o Areópago de Itambé por Arruda Câmara, em 1802 a Academia Suassuna e posteriormente a Academia Paraíso de Antonio Carlos de Andrada e Silva. Além de serem grupos em que se discutia literatura, eram espaços que vetavam a presença de portugueses e buscavam um caráter de emancipação nacional⁵².

A existência desses cenáculos, silogeus, academias e grêmios denotam a presença de um fluxo literário pouco conhecido na historiografia. Mas, a presença desses grupos e a pouca visibilidade nacional deles não se deu apenas na transição da Colônia para o Império, pois outros grupos ainda foram se solidificando, principalmente após o processo da passagem do Império para a República.

Cresceram os grêmios estudantis das escolas de destaque, responsáveis por produzir textos em verso e prosa, porém, com pouca notoriedade e projeção nacional⁵³. Como exemplos podem ser citados os nomes identificados nos jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província* no ano de 1905: Grêmio Literário Joaquim Nabuco, Grêmio Literário Martins Júnior, e Grêmio Literário Crispim do Amaral.

Esse mecanismo de produzir poemas, na forma de soneto, era algo comum no final do século XIX. Quase todo estudante secundarista ou

⁵¹ Cf. PARAÍSO, Rostand. (org.) **Academia Pernambucana de Letras: sua história**. Recife: APL, 2006. p.37.

⁵² Cf. BARRETO, Célia de B. Ação das sociedades secretas. In.: HOLANDA, Sérgio B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, vol. 4. São Paulo: DIFEL, 1970. Sobre as Academias ilustradas na França ver. ROCHE, Daniel. **Le siècle des lumières en province: Acedémies et académiciens provinciaux, 1680-1789**. Paris, 1978.

⁵³ Sobre Grupos literários em Pernambuco vale conferir o trabalho de Vilmar Carvalho. Cf. CARVAHO, Vilmar Antonio. **Letrados e Ufanos: o Club Literário de palmares (1882-1910)** (Dissertação de Mestrado em História. Recife: PPGH-UFPE, 2008.

integrante da Faculdade de Direito do Recife fazia versos e os publicava nos diversos periódicos da cidade. Mas, mesmo com toda essa prática comum, Pernambuco não tinha um panteão das letras.

Conforme Maria Margareth Lopes, o século XIX foi marcado por uma dinâmica de descoberta da pesquisa científica e da difusão literária. Para a autora, a criação de instituições de saber foi fundante de um desejo de tornar o Brasil um país que produzia saberes. Foi inspirado em modelos como a Academia Parisiense de Letras, os museus de história natural e de universidades europeias que a nação passou a gestar práticas de escrita acadêmica e promover a circulação desses trabalhos⁵⁴.

É preciso pensar que neste período, os textos de escritores pernambucanos não foram os únicos a ter pouca circulação nas grandes capitais da nação. Também, não se viveu uma corrida em busca da construção de Academias de Letras, em caráter de disputa; mas vale destacar que o período entre a Proclamação da República até os anos 1950 pode ser considerado significativo no que tange a criação de muitas instituições literárias em todo o país.

Desde os anos 1870 a força da geração influenciada por Tobias Barreto provocou uma mudança na forma de escrita dos recém-saídos da Faculdade de Direito do Recife. Em consonância a isto, ideias republicanas e abolicionistas estavam como pautas nos discursos da vez e a cidade já contava com uma produção de periódicos significativa, que se tornou o espaço por excelência de veiculação da política e da literatura em verso e prosa⁵⁵. Eram nos jornais e revistas, que alguns homens de letras publicavam seus textos e aos poucos consolidavam o nome no circuito literário, muitas vezes feito à duras penas, dividindo a escrita de textos literários com o exercício de

⁵⁴ Cf. LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁵⁵ Luiz Nascimento realizou um levantamento que aponta ter existido mais de 60 periódicos na cidade do Recife na transição do século XIX para o XX. A maior parte desses jornais teve vida curta, muitos não passaram de uma edição. Cf. NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa em Pernambuco** (1821-1954). Vol. II Diários do Recife -1829/1900. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1996.

profissões liberais, realizando muito mais a prática profissional do que a literária.

A centralização de uma literatura no sul do país, em especial no Rio de Janeiro, com as figuras de Machado de Assis, Lúcio de Mendonça como escritores e de José Veríssimo, Araripe Júnior e Silvio Romero como críticos literários foi fundadora de uma literatura representativa dos valores da cultura brasileira. Eram eles quem aprovavam ou refutavam as produções, mediante o grau de relação que estabeleciam entre seus pares. Conforme ressaltou João Paulo Rodrigues ao analisar composição da Academia Brasileira de Letras (ABL):

Os literatos buscam dizer em alto e bom som, para a sociedade e para as instituições da época, que reivindicavam um lugar para si, que iriam lutar por ele e desejavam respeito pelo fato de serem os altos representantes da cultura nacional⁵⁶.

Vale ressaltar, que essa cultura fazia referência à produção de romances, de textos históricos, políticos, entre outros, considerados por esses homens como cultura erudita e tinha por características: a escrita no português culto, a legitimação pelos pares da ABL, o respeito aos estilos literários e o reconhecimento dos pares e do mercado editorial. Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* advoga que é comum nesse período de virada de séculos XIX para o XX a produção de vários gêneros e estilos literários pelos homens de letras, muitas vezes um só homem escrevia sobre variados temas, e, portanto é preciso pensar a literatura no sentido de escritura textual e a relação com a área de atuação dos sujeitos que a produzia⁵⁷.

Na historiografia, alguns trabalhos se destacam e possibilitam pensar a existência de Academias de Letras como espaços de afirmação e legitimação de campos intelectuais. Alessandra El Far, em *A Encenação da Imortalidade*, analisou como a criação da Academia Brasileira de Letras esteve presa aos diferentes significados atribuídos pelos grupos de letrados que circularam no Rio de Janeiro, nos primeiros anos da República, e que tais letrados buscaram

⁵⁶ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A Dança das cadeiras**: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). São Paulo: Editora Unicamp, 2003. p 29.

⁵⁷ CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

se firmar de forma institucional como meio de obter legitimidade no cenário social por meio dos discursos de nacionalidade e imortalização das tradições⁵⁸.

Seguindo a linha de raciocínio e ampliando a compreensão sobre a Academia Brasileira de Letras, João Paulo Coelho de Souza Rodrigues em *A Dança das Cadeiras* efetuou um estudo demonstrando que os interesses dos imortais cariocas estavam muito além de posturas compenetradas, sisudas e defensoras das artes da escrita. Para o autor, esses letrados estavam na malha política, entravam em polêmicas, criavam conflitos em detrimento do envolvimento com a política, aprovavam e reprovavam aqueles escritores que não se alinhavam com o pensamento do grupo machadiano, combatiam a ideia cientificista na literatura e assim elaboraram um discurso de defesa de tradição e neutralidade literária⁵⁹.

No que tange a Academia Pernambucana de Letras, Recife apresenta uma escassez de trabalhos em compreender a importância dessa instituição para além da ideia de honrar a tradição literária. Rostand Paraíso organizou um livro intitulado *Academia Pernambucana de Letras: sua história* cuja descrição segue aspectos cronológicos da entidade e dos literatos que fundaram este órgão, por vezes ainda elabora descrições em caráter de curiosidade e de homenagens aos diversos fundadores e aos que ocuparam as cadeiras até os anos recentes⁶⁰.

Tais trabalhos são sinalizadores de questionar a ausência de uma produção mais crítica a respeito das Academias de Letras, em especial despertam o interesse de estudar a Academia Pernambucana de Letras e como esta foi simbólica na composição de um campo literário na cidade do Recife na transição dos séculos XIX para o XX. No trabalho com os literatos do Recife é possível compreender tais sujeitos integrantes da Academia Pernambucana de Letras como fabricantes de uma imortalidade por meio da

⁵⁸ EL FAR, Alessandra. **A Encenação da Imortalidade**: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: Editora FVG, 2000.

⁵⁹ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A Dança das cadeiras**: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

⁶⁰ PARAÍSO, Rostand. (org.) **Academia Pernambucana de Letras**: sua história. Recife: APL, 2006.

criação de um espaço simbólico para se afirmar no espaço social e político. Eles construíram a ideia de literatura feita em Pernambuco, caracterizada pela influência de temas jurídicos, pelo determinismo social, pela importância histórica do Recife para o país e pela gama de diferenças entre grupos culturais que formaram o Brasil, ou seja, por certo teor academicista na forma da escrita⁶¹.

Os trabalhos que buscaram analisar a importância de algumas academias do país também não responderam a pouca articulação que ocorria entre academias estaduais e a brasileira. Mas, no que tange a produção literária feita em Pernambuco pode-se afirmar, que não tinha grande circulação em nível nacional em decorrência de três questões: primeiro Recife não tinha muita representatividade entre os acadêmicos da ABL; segundo fazer literatura implicava estar presente na política nacional e poucos eram os representantes pernambucanos⁶² no cenário político da capital; terceiro e último o mercado tipográfico/editorial no Recife ainda não contava com um aparato de impressão tão moderno quanto o Rio de Janeiro e além do mais os editores eram os donos dos próprios jornais de grande circulação.

Essas três situações não conectavam de forma mais direta Recife ao Rio de Janeiro, capital do país no período. As obras dos escritores do sul do país chegavam às terras recifenses, mas o contrário era mais difícil de acontecer. Numa crítica literária escrita no ano de 1902 essa situação é mencionada:

O conceito litterário que Pernambuco goza no sul se não nos é muito favorável deve-se á nossa própria desorientação e a mania que possuímos de seguir-lhes ás pegadas, sob todos os pontos de vista.

⁶¹ Sobre essa cultura academicista que influenciou a literatura ver. SILVA, Maurício. **O Sorriso da Sociedade**: literatura e academicismo no Brasil na virada do século (1890-1920). São Paulo: Alameda, 2013. No Brasil da virada de séculos era comum a produção dos seguintes gêneros textuais: romances, poesias, crônicas, contos, textos históricos e geográficos, biografias, textos jurídicos e polêmicas que circulavam nos jornais e revistas. São essas fontes que permitem cartografar a existência de um campo literário no Recife e a criação da Academia Pernambucana de Letras.

⁶² Dos fundadores da APL apenas Martins Junior e Artur Orlando integraram o quadros dos imortais da Academia Brasileira de Letras.

E esta mania torna-se tanto mais insupportável quanto maior é o grão de exagero que se pratica na ligação a esta ou aquella escola⁶³.

Pelo excerto redigido por um colaborador da *Revista de Pernambuco* percebe-se que os escritores de Pernambuco nem sempre dialogavam com certos tipos de posturas literárias ou escolas que os literatos do Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, cultuavam. Mas, eram produtores de textos pulverizados que recebiam diversas influências científicas e literárias. O excerto da crítica aponta ainda, para o costume de seguir exemplos externos e não ter originalidade na produção, por esta razão não tinham um reconhecimento no sul do país. Neste sentido, formar um grupo que pensasse a produção da literatura feita no Recife era um meio de sinalizar a existência de uma literatura local e também de reivindicar pertencimento ao cenário literário nacional.

1.2 A gesta da Academia Pernambucana de Letras

De maneira geral, não se vivia de literatura na cidade do Recife. José Izidoro Martins Junior⁶⁴ em correspondência enviada a um sócio do IHGB

⁶³ Crítica literária escrita por Paulo Matheus. Notas Litterárias- Pernambuco e o sul. In: **Revista de Pernambuco**. Recife: Imprensa Industrial. 15 de dez. de 1902. Nº 3. Anno I . p. 28. Acervo FUNDAJ.

⁶⁴ José Izidoro Martins Júnior nasceu em Pernambuco em 24 de novembro de 1860, era filho de José Izidoro Martins e Francisca de Oliveira Martins. Fez as primeiras letras com o avô, professor Vitoriano Martins e prosseguiu no colégio do professor Jesuíno Lopes de Miranda no Recife. Com 15 anos fundou o jornalzinho “O Progresso” em parceria com os colegas: Rodolfo Araújo, Leovigildo Samuel Campelo e Gercino Ferreira. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1879, onde bacharelou-se em 13 de novembro de 1883 e teve como amigo de curso Clóvis Beviláqua, com quem produziu jornais e textos literários como: Vigílias Literárias (1879), Ideia Nova e o Escalpelo (1881). Em 1883 elaborou a “Folha do Norte” com Phaelante da Câmara, Brandão e Samuel Campelo. Atuou como advogado, jornalista e professor de aulas particulares. Casou-se em 1887 com Elisa Quintero e após o falecimento desta casou-se em 1894 com Claudina Nogueira. Irmã do dono da Livraria do Nogueira. Sujeito com quem manteve boas relações e que publicou alguma de suas obras. A partir do ano de 1887 Martins Júnior passou a prestar concursos para professor da Faculdade de Direito do Recife e acabou por produzir três teses na área de História do Direito. Este autor apresentou nos textos temas que cambiaram na sua produção, desde o direito criminal até a história do pensamento judiciário. Não tomou posse em nenhum dos concursos, mesmo tendo sido classificado em primeiro lugar nos dois últimos que fez. Martins Junior passou a atuar em cargos públicos e dedicou-se a lutar pelo processo republicano em Pernambuco. Em 1889 foi nomeado chefe de polícia interino e após a data de 15 de novembro de 1889, proclamada a república, sendo a principal referencia em conhecimentos republicanas de Pernambuco foi nomeado em 30 de novembro do mesmo ano ao cargo de professor da Faculdade de Direito, por decreto governamental. Ao ser empossado por decreto governamental em 30 de novembro de 1889 ao

(Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) Max Fleiuss⁶⁵, apresentava certo lamento sobre a atuação burocrática que tomava o tempo de escrita. Vale transcrever o trecho da missiva:

E tu? **Tens escripto ou estas também de um burocratismo feroz?** Li Femina. Francamente gostei, não do livro, mas eu vi que manifestaste nelle um certo numero de qualidades artísticas muito apreciáveis⁶⁶.

Martins Junior foi um dos sujeitos que teve expressiva produção literária e chegou a ser eleito para a Academia Brasileira de Letras. Porém, não conseguia viver de literatura e foi por meio dele que ocorreu a articulação com alguns homens de letras para inaugurar uma academia em Pernambuco. Isso porque Integrando um espaço destinado as letras, estes homens poderiam fazer circular ideias pessoais e elevar ainda mais a posição social de destaque na elite letrada da época.

Da mesma forma que os literatos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), a pernambucana não tinha um corpo homogêneo de escritores.

cargo de professor da Faculdade de Direito, Martins Junior atuou como lente da disciplina de História do Direito Publicou os trabalhos: *Fragmentos Jurídicos-Philosóficos* 1891, *História do Direito Nacional* 1895 e *Compêndio da História Geral do Direito* 1898. Martins Junior adentrou no cenário político de grande visibilidade nacional ao presidir a comissão que elaborou a lei Constitucional de Pernambuco, quando a partir de 1891 passou a integrar o Jornal do Recife e a tecer ferrenhas críticas ao Barão de Lucena e neste mesmo ano fundou o Novo Partido Republicano de Pernambuco. No ano de 1894 projetou-se de sobremodo, ao ser eleito Deputado Federal e transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro. Na então capital federal foi reeleito em 1897 e também lecionou na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Quando Quintino Bocaiúva assumiu a presidência do Rio de Janeiro convidou-o para ser secretário do governo. No campo literário criou muitos livretos de poemas e se destacou ao enfatizar a ideia de uma poesia científica, obra publicada em 1883. A poesia científica obedecia a uma lógica de transformar os saberes científicos em poesia, no qual histórias, ciências médicas, jurídicas, entre outras poderiam ser expressas por meio de versos. Esse tipo de produção elaborada por Martins Junior gerou algumas polêmicas literárias com Olavo Bilac e Guimarães Passos, que o criticavam veemente. Martins Junior Faleceu de pneumonia na cidade do Rio de Janeiro em 22 de agosto de 1904.

⁶⁵ Max Fleiuss foi um bacharel em Direito, historiador, filho do pintor e caricaturista Henrique Fleiuss. Publicou crônicas em jornais cariocas e escreveu um romance naturalista intitulado *Femina*, com pseudônimo de Rodrigues d'Almeida. Foi oficial da Diretoria dos Correios, colaborados do Jornal Comércio de São Paulo, Diretor da Revista A Semana- RJ, membro da Academia de História de Portugal, Cuba, Madri, Munique, Argentina. . Sócio grande-benemérito e secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Usou os pseudônimos de Adin, Chrispim Faz Tudo, Frederico Martins, Rodrigues d'Almeida, Tácito e Terêncio. Cf. COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira**. São Paulo: Global. 2001.

⁶⁶ Correspondência de José Izidoro Martins Júnior enviada para Max Fleiuss. Recife, 16 de fevereiro de 1897. Acervo IHGB. Grifo por mim destacado, para exemplificar que o escritor não tinha tempo de escrita literária, pois os trabalhos burocráticos ocupavam seu tempo. Isso possibilita pensar que a ocupação burocrática era uma necessidade de se manter e por consequência não era possível viver do que se produzia em termos de literatura.

Os homens que fundaram a academia no “Leão do Norte” vivam nas mesmas condições destacadas por Alessandra El Far ao se referir sobre a ABL:

Apesar de esses literatos comporem uma camada heterogênea, já que alguns ocupavam cargos de destaque no funcionalismo público, enquanto outros trabalhavam em vários periódicos para conseguir uma renda razoável no final do mês, podemos dizer que, em relação à atividade literária, a maioria encontrava-se diante do mesmo problema: a falta de prestígio do trabalho do escritor no país, fato bastante visível na hora de negociar seus escritos nos jornais e editoras⁶⁷.

Mesmo não vivendo das letras, alguns homens decidiram constituir um espaço destinado a perpetuar as letras do Estado. Não tardou para que o processo de junção desses homens ocorresse. Em 3 de julho de 1890, qualquer leitor que tenha folheado a página dois do jornal *A Província*, encontrou uma missiva do escritor Carneiro Vilella⁶⁸ tendo como remetente

⁶⁷ EL FAR, Alessandra. **A Encenação da Imortalidade**: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: Editora FVG, 2000. p. 17.

⁶⁸ Joaquim Maria Carneiro Vilela Nasceu no Recife em 09 de abril de 1846 na freguesia de São José. Seus pais foram Joaquim Vilela de Castro Tavares e Maria Madalena Carneiro Rios. Realizou seus primeiros estudos no Colégio Bemfica, em regime de internato. Em 28 de julho de 1864 teve um de seus primeiros poemas publicados, Deus, no Diário de Pernambuco. Casou-se aos 19 anos em 07 de outubro de 1865 com Margarida Iria Bruno. Atuou na maçonaria e formou-se em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Recife em 1866. Chegando a exercer no mesmo ano a função de bibliotecário da FDR. Seu processo de atuação foi plural, pois atuou como jornalista, poeta, romancista, teatrólogo, exerceu cargos na magistratura em Natal – RN, e outras funções públicas em Pernambuco, no Rio de Janeiro e Pará. Carneiro Vilela era um contador de histórias, mais especificamente, um contador de histórias de folhetins, formato principal de veiculação e exercício da ficção no século XIX. Sobre suas publicações podemos enfatizar uma série de escritos maçônicos, poemas, romances, críticas literárias e textos que circularam por diversos periódicos, em que o autor descrevia a sociedade na qual vivia, sociedade essa que se modernizava aceleradamente, se urbanizava aos moldes europeus entre finais do século XIX e início do XX, e que culminava na por representar as mudança de hábitos sociais. Suas obras foram: *Inah*, 1879, romance, *Iara*, 1880, romance, *Noêmia*, 1894, romance, *A menina de luto*, 1871, romance, *Os mistérios do Recife*, 1875, romance, *Os mistérios da Rua da Aurora*, 1891, romance, *O esqueleto*, 1875, romance, *O amor*, *A mulher de gelo*, *Perfil do século XIX*, entre 1871 e 1875, romances, *A gandaia*, 1899, romance, *Drama íntimo*, 1900, romance, *Quadros da vida*, 1901, romance, *Os filhos do governador*, 1907, romance, *A emparedada da Rua Nova*, entre 1909 e 1912 (esta última primeiro foi publicada em forma de folhetim e depois como livro em 1936). Na produção de dramas elaborou: *Gabriela*, *Soberba*, *Avareza*, *Maçons e Jesuítas*, *Brasil e Paraguai*, *Os sete passos*, *Emília ou Quatro Anos depois*. Vilela ainda publicou operetas, comédias e textos que retrataram o cotidiano da cidade do Recife transfigurados para a ficção. Carneiro Vilela funda em 26 de janeiro de 1901 a Academia Pernambucana de Letras, onde se torna o primeiro presidente e comumente se encontra nos documento da época a alusão de ser a APL a casa de Carneiro Vilela. Ocupou a cadeira nº08. Na reformulação da Academia nos anos 1920 passou a ser o patrono da cadeira nº 21. Vilela faleceu no Bairro de Afogados em 01 de julho de 1913.

Artur Orlando⁶⁹, bacharel em Direito do Recife. O texto tratava de uma resposta negativa a uma carta recebida dias antes e assinada por Artur Orlando, Eduardo de Carvalho, Joaquim Thiago da Fonseca e José Izidoro Martins Júnior, convidando Vilella para participar da “1ª sessão preparatória de uma associação destinada ao engrandecimento das letras pátrias e à dos que a ellas se dedicam⁷⁰”. Na missiva Vilella afirmou:

[...] hoje principalmente em que todo o mundo anda à cata de distincções e procura por-se em evidencia, mas por isso mesmo devo expor de cara, embora succintamente, os motivos que a determinam, dando-te ao mesmo tempo conta do meu modo de pensar a respeito dessa projectada associação e de quejandas destinadas ao

⁶⁹ Artur Orlando da Silva nasceu no Recife em 22 de junho de 1858, filho do Tenente José Caetano da Silva, homem de destaque no cenário militar do Recife e também por ser proprietário do periódico *América Ilustrada*. Fez seus estudos primários no Recife e ingressou na Faculdade de Direito, onde se tornou bacharel em 1881. Nesse processo de formação tornou-se amigo íntimo de Tobias Barreto, para quem dedicou trabalhos e compôs em participação outros. Casou-se com a escritora Maria Fragozo, responsável por publicar vários textos e traduções em jornais recifenses. Além da advocacia, prestou concurso para a cadeira de retórica e poética do Curso Anexo da Escola do Recife e foi diretor geral da Instrução Pública do Recife. Em 1891 foi nomeado secretário do Estado dos Negócios da Indústria Pública e Particular, Assistência Pública e Estatística, porém por razões políticas não tomou posse. Em 1893 foi eleito deputado estadual de Pernambuco ficando no cargo até 1895 e no ano de 1901 foi Senador pelo Estado de Pernambuco, porém renunciou e só no ano de 1914 tomou lugar na Câmara Federal. Participou de muitos periódicos em que produziu textos para: *24 de fevereiro*, *A Esmola*, *Homens e Letras*, *Concentração*, *Folha do Norte*, *O Norte*, *A Província*, e *Diário de Pernambuco*, onde neste último chegou a ser o redator-chefe do Diário de Pernambuco no período de 1901 a 1911. Sua importância se deu também na atuação dentro do Ginásio Pernambucano (GP). No concurso que havia feito para a cadeira de retórica e poética, vivenciou a situação ter sido o concurso anulado após todo o processo e desistiu da atuação docente. Ao ser o primeiro diretor da Instrução Pública de Pernambuco, do período republicano, elaborou o relatório no ano de 1890. Quanto na sua produção jurídica destacou-se por levar a fundo a concepção materialista científica do século XIX. Elaborou os trabalhos: *Teses e Dissertações de Philosophia Processual* (1885), *O Momento histórico das leis* (1885), *Philocritica* (1886), *Propedêutica político-jurídica* (1904), *Ensaio e crítica* (1904), *Pan-americanismo* (1906), *Reforma do ensino*, discurso pronunciado na Câmara Federal (1907), *Código de Direito Sanitário* (1909), *Direito entre Estados* (1914). No que tange aos temas de história, geografia e educação ainda produziu os trabalhos: *Reforma do Ensino* (1907), *Porto e Cidade do Recife* (1908), *São Paulo versus Alexandre VI* (1910), *São Paulo Bandeirante* (1910), *Pernambucana* (1910), *O Clima Brasileiro* (1911), *O Brasil*, *A Terra e O Homem* (1914). *O Riso* (1914). Essa produção também foi mencionada e por vezes reproduzida nas Revistas do IHGB e do IAHGP. Na literatura participou como crítico literário em várias colunas, elaborou versos e textos para o Almanaque de Pernambuco, para a Revista da Academia Pernambucana de Letras e para diversos periódicos já mencionados anteriormente. De destaque para a literatura escreveu o texto: *Ensaio sobre a Literatura Pernambucana* (1912). Em 1901 fundou com muitos colegas da área jurídica a Academia Pernambucana de Letras em que ocupou a cadeira nº 06 e no ano de 1907 ingressou na Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 27, vaga por Franklin Dória e foi recebido pelo acadêmico Oliveira Lima. Artur Orlando faleceu na cidade do Recife em 27 de março de 1916.

⁷⁰ Carta publicada no Jornal **A Província**. 03 de julho de 1890. p. 02. É possível então que esta tenha sido a primeira reunião para depois se fundar a Academia Pernambucana de Letras.

engrandecimento das letras e a ainda mais cavillosa protecção aos que, entre nós, infelizmente, com ellas se occupam⁷¹.

Apesar da recusa de Carneiro Vilella, a reunião preparatória ocorreu no prédio do Gabinete Português de Leitura no dia 02 de julho de 1890 por volta das seis e meia da noite e provavelmente alguns nomes que estiveram presentes se tornaram os futuros integrantes da Academia. Nomes que ao que se poderá perceber mais adiante, estão imbricados numa teia de relações políticas e sociais, principalmente porque os perfis que integraram a fundação da APL pertenciam de certa forma a um mesmo grupo: bacharéis, jornalistas e homens públicos.

Vale destacar, que no processo de criação da APL polêmicas surgiram. As duas que se tem documentado envolveram Joaquim Maria Carneiro Vilella e Julio Pires Ferreira⁷². A de Vilella publicada no jornal *A Província* em 03 de julho de 1890, e a de Julio Pires Ferreira, publicada em segunda edição no *Almanaque de Pernambuco* para o ano de 1902. Carneiro Vilella assim descreveu sua recusa:

Não tenho confiança, pois, no engrandecimento das letras pátrias, promovido por um batalhão feito de propósito, nem sujeito às fórmulas de um regulamento qualquer.

As letras engrandecem-se, como os povos, pelo trabalho espontâneo, lento, surdo, anonymo, inconsciente até que lhe é próprio. É justamente nas letras que a centralisação é mais prejudicial e contra producente.

Pode-se trabalhar, e muito, para engrandecimento das letras, sem precisar de matricula.

Quanto ao outro objetivo de confiança, perdoa-me a franqueza: também não me inspiram confiança alguma os promotores da alludida associação.

Devo declarar-te em tempo, em abono da verdade, e não porque estejas presente, que excepto a ti e ao Eduardo de Carvalho, dessa minha desconfiança, porque julgo sinceramente que ambos estão de boa fé e tão illudidos, como estão os outros, como eu próprio estaria, se não tivesse reflectido logo que recebi o convite, a que respondo, e lido alguns dos nomes que o subscrevem.

Subscreve-o e até em primeiro lugar à uma prioridade que sob o ponto de vista litterário e scientifico considero desrespeitosa para ti – o Dr. José Izidoro Martins Junior.

⁷¹ Carta publicada no Jornal **A Província**. 03 de julho de 1890. p. 02. Acervo da BN.

⁷² Julio Pires Ferreira nasceu no Recife em 10 de junho de 1868, foi bacharel em Direito pela FDR. Foi juiz, funcionário público, colaborador de diversos jornais, publicou diversos poemas e textos sobre língua portuguesa, mas tornou-se conhecido por dirigir por mais de trinta anos o *Almanaque de Pernambuco*. Cf. MORAIS, Lamartine. **Dicionário bibliográfico de poetas pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1993.

Ora, este nosso ilustre comprovinciano, ou pela pouca idade ou por effeito de vertigem subsequente a uma imprevista e indébita posse do poder, tem ultimamente dado tantas provas de falta de senso, e precedido com tanto descaso nas coisas que interessam a economia e a política do nosso Estado que eu receio, com todo o fundamento, que siga igual caminho aquellas que interessam às letras⁷³.

Já Julio Pires tem-se a descrição da razão da sua recusa:

Somente para matar a intriga. Convidado pelo Dr. Carneiro Vilella para fazer parte da Academia Pernambucana que se pretende organizar neste Estado, aceitei o honroso convite.

Era ideia predominante que só devia fazer parte da Academia pernambucana que tivesse publicado alguma obra.

Há poucos dias soube que tinha sido incluído como membro fundador o honrado e distinto português, meu amigo, o comendador Barbosa Viana.

Não se fez esperar o meu protesto: o comendador Barbosa Viana não é pernambucano.

Muito lhe deve este Estado – “a heroica terra que é pátria querida de seus filhos”, como, delicadamente, se expressou no seu belo e utilíssimo livro O Recife – e muito lhe devo eu: atenção e delicadezas e a confiança em admitir-me como professor de seus interessantes filhos.

Aceitar, porém, o comendador Viana, ainda mais com um fim especialíssimo de Elegê-lo tesoureiro, como se num grupo de literatos pernambucanos não houvesse um incapaz de alguma falcatura, é mais do que uma desconsideração, é uma injúria.

Já o declarei entre os meus colegas acadêmicos e faço-o hoje em público que nestas condições não posso fazer parte da Academia Pernambucana⁷⁴.

Para Vilella a recusa em participar se dava por duas razões: Por ter Martins Junior como integrante do grupo, pois este era o atual representante da política pernambucana, agora republicana, e Vilella não concordava com muitas das posturas políticas de Martins Junior e diversas vezes o criticou publicamente⁷⁵. A recusa também ocorreu por acreditar que quem define os

⁷³ Carta publicada no Jornal **A Província**. 03 de julho de 1890. p. 02. Acervo BN.

⁷⁴ **Almanaque de Pernambuco** para o Anno de 1902. p. 57. Acervo APEJE Não foi localizada a primeira edição, mas o almanaque menciona que a missiva foi publica em um jornal do ano que antecedeu a fundação da APL e não mencionou o jornal.

⁷⁵ Um dos espaços de crítica a figura de Martins Junior, feita por Carneiro Vilella pode ser visto na coluna **Cartas na Mesa**, publicadas no Jornal **A Província** no ano de 1890. Martins Junior pertencia ao grupo dos martinianistas de base republicana e vivia em conflito com o grupo de José Mariano de base liberal. A presença dos intelectuais na política será apresentada mais adiante nesta tese. Essas discussões podem ser melhor analisadas nos trabalhos HOFFNAGEL, Marc. J. **From Monarchy to Republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895**. Indiana: Indiana Universty, Ph.D. 1975 e OZANAM, Israel. **Capoeira Capoeiras entre a Guarda Negra e a educação física no Recife**. (dissertação de mestrado em História) Recife: PPGH-UFPE, 2013.

imortais é o povo, são os leitores, além disso, defendia que para se engrandecer as letras pátrias não se fazia necessário ter um registro, uma matrícula.

Já para Julio Pires a recusa feita deu-se pelo fato de não concordar em ter entre os membros fundadores, sujeitos que não eram pernambucanos de nascimento, no caso se referindo à figura de Barbosa Vianna. As duas polêmicas lançadas só elucidam o fato de ser a fundação da APL mais um meio de estreitar a rede de sociabilidades dos sujeitos que compuseram o campo literário.

Promover a polêmica em torno da literatura não foi algo específico do Recife. A polêmica se configurou no Brasil como uma forma de narrativa na transição do século XIX para o XX e ganhou as páginas dos periódicos com muita intensidade. Roberto Ventura em estudo a respeito da presença de Silvio Romero nestas narrativas, defendeu que o autor de *História da Literatura Brasileira* foi a principal referência de polêmicas literárias do período, cujos ataques aos diversos escritores, por meio das páginas de jornais, se faziam constantes. Romero criticou, por exemplo, as obras de José de Alencar e de Machado de Assis⁷⁶ e suas ríspidas palavras à figura de Machado de Assis renderam um atrito com José Veríssimo. O fato é que Machado de Assis, pouco se deu o trabalho de responder às críticas que lhe faziam, então José Veríssimo foi quem o defendeu. É por causa dessa disputa que Silvio Romero e José Veríssimo estiveram em lados opostos no cenário da crítica literária.

O historiador João Paulo Rodrigues, também mostrou que as polêmicas eram geradoras de desavenças e até mesmo rompimento de relações políticas e sociais. Ao analisar a história da Academia Brasileira de Letras, nos anos iniciais de seus trabalhos, ele explica como a reforma ortográfica proposta pelos acadêmicos entre os anos de 1907 e 1913 gerou calorosos debates nos jornais cariocas entre portugueses e brasileiros, pois os primeiros entendiam se tratar

⁷⁶ Cf. VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia Das Letras, 1991. Sobre tal polêmica Cf. BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

de uma língua universal, já os segundos desejavam com essa reforma fortalecer a identidade nacional⁷⁷.

Percebe-se que a polêmica não estava apenas restrita a Pernambuco, era algo que circulava na capital do país e os escritos chegavam nos estados do Norte e eram reproduzidos nos jornais diários. Carneiro Vilella foi o exemplo máximo desse tipo de narrativa em Pernambuco e criticou diversas vezes escritores e políticos locais em suas colunas: *Maravalhas*, *Anotações*, *Cartas na Mesa*, *Cartas sem arte*, *Monólogos*, entre outras. Além das notas, que saíam principalmente no período que colaborou para os jornais *A Província* e *Correio do Recife*.

Mesmo no cenário da polêmica, que costumava colocar o escritor no ostracismo da sociabilidade literária, Carneiro Vilella ainda assim integrou o corpo de fundadores da Academia Pernambucana de Letras e não apenas fez parte, como foi o primeiro presidente da instituição, mesmo sendo em um curto período, 11 dias apenas. As razões pela qual ele voltou atrás da missiva publicada em 03 de julho de 1890 e o levou a integrar o quadro de fundadores da APL, foi porque se acalmaram os ânimos entre Carneiro Vilella e Martins Junior, este último já não fazia parte da política local. É preciso também ressaltar, que o nome de Vilella como fundador se deu pelo expressivo número de publicações em diversos gêneros literários em comparação aos demais integrantes. Quanto a Julio Pires, não houve acordo e ele só ingressou na APL na década de 1920 quando apenas pernambucanos integravam o corpo de imortais literários.

Os requisitos para integrar o quadro da Academia Pernambucana de Letras estavam associados com a relação que mantinham no corpo social dos estudos jurídicos, nas funções burocráticas das profissões liberais, na política e na contribuição com textos, independente do gênero que estavam mais frequentemente produzindo ou tivessem produzidos. A literatura que circulava não era apenas presa a textos normalmente categorizados como romances e

⁷⁷ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *Op cit.* 2003.

poemas, mas abarcava uma variedade textual que de alguma forma retratasse a contribuição que o escritor estava ofertando a Pernambuco.

Apresentados os requisitos sociais para ingressar na Academia e os nomes que a compuseram, a dificuldade então foi conseguir um espaço para acomodar a instituição. Em 10 de janeiro de 1901 na sessão ordinária do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano foi concedido uma das salas para funcionar a APL. Conforme registro da ata de reunião do IAHGP:

O Dr. Regueira da Costa pediu, e o Instituto aprovou, que se concedesse o salão de honra para nele ser instalada solenemente, no dia 26 do corrente, a Academia Pernambucana de Letras, a qual, conforme resolução do mesmo instituto, continuará a funcionar na sede de suas sessões⁷⁸.

A Inauguração da Academia Pernambucana de Letras se deu de fato em 26 de janeiro de 1901⁷⁹. A escolha dos membros e a composição das cadeiras seguiu a mesma estrutura da Academia Brasileira de Letras, fundada por Lucio de Mendonça e Machado de Assis em 1897⁸⁰. Na reunião inaugural, a dança das cadeiras executada seguia um ritual solene que simbolizava saraus, homenagens cívicas e patrióticas na qual era repetida a lembrança dos homens da tradição das lutas políticas pernambucanas, discursos eram pronunciados, se ovacionava os integrantes das cadeiras, contava-se com a presença de pessoas do corpo administrativo do governo, de alguns parentes dos membros e dos sócios do IAHGP⁸¹. Assim, criar uma Academia em Pernambuco serviu para dar visibilidade e apresentar nomes que representaram o que foi e o que era produzido nos vários gêneros literários no Estado.

⁷⁸ Ata da sessão ordinária de 10 de janeiro de 1901 do IAHGP. Acervo IAHGP.

⁷⁹ Vale destacar que se tratava de uma Academia de Letras no sentido clássico, Letras cultas. O que possibilitava que sujeitos tivessem textos variados, sejam eles: romances, históricos, dicionários, relatos políticos, etc, pudessem compor o corpo de fundadores.

⁸⁰ Escolhem-se 20 nomes de patronos, são escolhidos 20 ocupantes das cadeiras, nomeados, executa-se uma reunião e atribui-se a importância de cada um para o cenário literário local.

⁸¹ Esse ritual pode pensado a partir da Lei Orgânica da Academia Pernambucana de Letras e dos poucos registros deixados como atas de reuniões descritos nos números da Revista da Academia Pernambucana de letras entre os anos de 1901 e 1902.

Segundo a descrição do relator do termo de inauguração da APL, João Batista Regueira da Costa⁸², registrado no primeiro número da Revista da APL, a Reunião ordinária de fundação, ocorrida no salão de honra do IAHGP, começou com a apresentação do projeto do que seria a Academia Pernambucana de Letras, seguiu com a leitura da Alocução Inaugural pelo primeiro presidente, Carneiro Vilella, na qual apontava que:

É também preciso que Pernambuco possa atestar ao resto do Brasil a sua vitalidade literária, mostrando e demonstrando que não se deixa atrophiar pelo desanimo, que não succumbe sob a inércia, porém que, honrando seu passado, cada vez trabalha e pensa mais⁸³.

(...) Honrar as tradições litterárias de Pernambuco, não em simples contemplação de fetichistas, voltados para o passado, como os mulsulmanos voltados para Meca em horas de oração, porém sim continuando essas tradições e desenvolvendo-as já por meio do estudo, que nos dê a força precisa para lutar e vencer, já por meio de publicações de obras, que vão levar ao povo pleno conhecimento das glórias de Pernambuco⁸⁴.

Dando sequência a alocução de Carneiro Vilella, ocorreu a leitura do discurso pelo orador oficial do órgão, Carlos Porto Carreiro⁸⁵. No texto de

⁸² João Batista Regueira da Costa Nasceu no Recife em 24 de junho de 1845, pouco se sabe do seu processo de formação secundária. Fez o curso jurídico na Faculdade de Direito do Recife, conviveu com Castro Alves quando a FDR já funcionava na Rua do Hospício, juntos fundaram uma sociedade abolicionista em 1866 de quem foi grande amigo. Foi inspetor Geral da Instrução Pública, Reitor do Instituto Benjamim Constant e regedor do Ginásio Pernambucano, onde fundou a biblioteca da instituição e com pedidos de ajudas de homens de destaque da sociedade e do dono da Livraria Ramiro Costa & Cia. adquiriu um número considerável de obras para a instituição. Lecionou português, francês, latim, inglês, geografia e História do Brasil em várias escolas do Recife. Denominava-se nos seus discursos como abolicionista e republicano. Foi eleito Deputado Estadual em 1895 e ficou no cargo até 1897. Foi um dos fundadores da Sociedade Propagadora da Instrução Pública em Pernambuco. Escreveu sobre diversos temas, fundou a APL e ocupou a cadeira nº07. Colaborou com a revista da APL e entre suas obras de destaque temos: Flores Transplantadas (poemas 1874), Nova Seleta Clássica (prosa e verso), A lírica de Maciel Pinheiro (editado pela APL). Faleceu no Recife em 02 de junho de 1915.

⁸³ Alocução Inaugural da APL realizada por Carneiro Vilella. **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. nº 1. Anno I, Jan-mar. 1901. p. 05. Acervo FDR.

⁸⁴ Idem. p.06.

⁸⁵ Carlos da Costa Ferreira Porto Carreiro nasceu no Recife, em 24 de setembro de 1865. Após o curso primário, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, entretanto não exerceu a profissão de advogado. Sua atuação foi no jornalismo, na educação e no campo da literatura com produção de poemas, além de ter se destacado com as traduções dos textos do escritor francês Edmond Rostand, em especial as obras: *Cyrano de Bergerac* e *Os Romaneiros, La Samaritaine et L'Aiglon*. Ainda publicou uma série de poemas: Algumas Poesias (1881), As crianças (1883), Ritos- poemas(1893), Lições de História Universal – prosa (1894). No campo da educação dedicou-se a estudos da língua portuguesa e publicou no ano de 1818, pelo editor Jacinto Ribeiro dos Santos, a *Gramática da Língua Nacional*, em que

Carreiro são elencados: a força da antiguidade greco-romana, as leituras positivistas, os nomes clássicos da literatura francesa, inglesa e germânica e as mesmas questões do passado dos feitos históricos do Estado, lutas como 1817, 1824 e 1848⁸⁶, bem como o processo em defesa pela república e pelo abolicionismo (temas que permearam a formação intelectual desses sujeitos). Concluindo o discurso, os nomes dos patronos das cadeiras foram mencionados com suas respectivas obras e Porto Carreiro findou com o trecho: “a alluvião pyschica deste terreno foi o limo fecundante do solo intellectual brasileiro; - e que o Brasil científico é um presente da Terra Pernambucana⁸⁷”. O autor deu o remate final para exaltar Pernambuco como espaço de forte influência literária para a nação, mostrando pelo seu versejar, repleto de citações acadêmicas, que tinha tal localidade, uma tradição, porém não vislumbrada, mas significativa e que merecia sair do ostracismo intelectual no âmbito nacional.

No ritual de fundação da APL, fez-se o pronunciamento do representante do IAHGP, Dr. João Coimbra, no qual parabenizou a iniciativa e enfatizou a necessidade e contribuição de tal órgão para a tradição histórica e literária de Pernambuco. Em seguida encerrou-se o evento que contou com 47 pessoas, entre elas apenas uma mulher, Maria Esther Falcão⁸⁸.

Segundo um de seus membros fundadores, Artur Orlando, ao relatar sobre a importância das academias literárias no país dizia que:

defendia um método de ensino próprio. Sempre tinha textos dos seus poemas impressos no Almanaque de Pernambuco e no jornal A Província, da qual fez parte do corpo de redatores-colaboradores. No ano de 1901 fundou e ocupou a cadeira de nº 04 da Academia Pernambucana de Letras. Porto Carreiro ainda foi professor na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, aonde veio a falecer em 11 de janeiro de 1932.

⁸⁶ Tais datas se referem a: 1817-Insurreição Pernambucana, 1824- Confederação do Equador, 1848- Revolução Praieira.

⁸⁷ Discurso do Orador Oficial, Carlos Porto Carreiro. **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. nº 1. Anno I, Jan-mar. 1901. p.13. Acervo FDR.

⁸⁸ Não identifiquei a origem dessa senhora em fontes do período. Acredito ser alguém de importância e respeito social no meio literário, para ser a única a integrar um espaço que era por excelência masculino. Note-se que não há presença de mulheres entres os que fundaram a APL. A primeira mulher que integrou a APL foi Edwiges de Sá Pereira, ocupante da cadeira nº 20 no ano de 1920. Entretanto, vale destacar que Edwiges Pereira foi a primeira sócia correspondente da APL a partir de novembro de 1901. Depois de Edwiges, outras mulheres passaram a ser sócias correspondentes: Joanna Tiburtina da Silva Lins, Francisca Izidora Gonsalves da Rocha e Dona Ignez Sabino Pinho Maia. Alguns dos trabalhos dessas mulheres foram publicados na Revista da APL. Este tema merece um aprofundamento de pesquisa no campo de história das mulheres e das relações de gênero. Cf. PARAÍSO, Rostand. (org.) **Academia Pernambucana de Letras: sua história**. Recife: APL, 2006. Acervo FDR.

“[...] as academias não precisam de antiguidade como não precisam de imortalidade. Elas não precisam senão de conservar e desenvolver o patrimônio sagrado das tradições literárias de um povo”⁸⁹.

O discurso de dar visibilidade às letras era uma vaidade que muitos tinham, pois o desejo era sim o de tornar-se visto e imortal, de ter a garantia de imortalização das relações políticas, das regras da arte literária e de manter o simbólico que estava envolvido nas práticas da composição de um campo literário, ou seja, o capital social. Como advoga Regina Abreu tais letrados eram homens-semióforos, comum nas grandes cidades brasileiras do período. Para esta autora:

No topo das sociedades “encontram-se sempre um ou mais homens-semióforos, que são os representantes do invisível: dos deuses, ou de um deus, dos antepassados, da sociedade vista como um todo.” Esses homens-semióforos estabelecem uma distância entre eles e os outros, rodeando-se de objetos-semióforos e deles fazendo alarde⁹⁰.

Esses sujeitos buscavam ser a representação das letras no período e portavam os objetos, que podem ser considerados como as ações e posturas tomadas por eles na esfera pública e privada. Vale também destacar, que a presença desses homens de letras no Instituto Histórico não está de forma aleatória. Eles eram também oriundos do grupo que participava das reuniões do IAHGP, que pensavam o passado histórico e que em certa medida passaram a exigir a presença de nomes pernambucanos no terreno da literatura de expressão nacional, uma literatura não apenas com teor histórico, mas em outros gêneros literários. Nesta perspectiva de homens-semióforos compuseram o quadro da Academia Pernambucana de Letras os seguintes:

⁸⁹ Discurso de Artur Orlando. **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. nº 1. Anno I, Jan-mar. 1901. p.13. Acervo FDR.

⁹⁰ ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: ROC/CO/LAPA, 1996. p.44.

Tabela 1: RELAÇÃO DE PATRONOS E FUNDADORES DA APL

Nº DA CADEIRA	PATRONO	FUNDADOR
01	Bento Teixeira	Antonio Joaquim Barbosa Viana
02	Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão	Francisco Phaelante da Camara Lima
03	Frei Joaquim do Amor Divino Caneca	Bianor Gadault Fonseca de Medeiros
04	Vigário Francisco Ferreira Barreto	Carlos da Costa Ferreira Porto Carreiro
05	José Natividade Saldanha	Gervásio Fioravanti Pires Ferreira
06	Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama	Artur Orlando da Silva
07	Antonio Peregrino Maciel Monteiro	João Batista Regueira da Costa
08	Joaquim Vilela de Castro Tavares	Joaquim Maria Carneiro Villela
09	Francisco Muniz Tavares	Francisco Augusto Pereira da Costa
10	Álvaro Teixeira de Macedo	Eduardo de Carvalho
11	José Inácio de Abreu e Lima	Alfredo Ferreira da Carvalho
12	Antonio Joaquim de Melo	José Antonio de Almeida Cunha
13	Francisco de Paula Batista	José Izidoro Martins Júnior
14	Aprígio Justiniano da Silva Guimarães	Henrique Capitolino Pereira de Melo
15	Francisco do Brasil Pinto Bandeira e Acioli (Francisco Cismontano)	Ernesto de Paula Santos
16	Vitoriano José Mariano Palhares	José Joaquim Faria Neves Sobrinho
17	Manuel da Costa Honorato	Sebastião de Vasconcelos Galvão
18	Afonso Olindense Ribeiro de Souza	Luiz de França Pereira
19	Paulo Gonçalves de Arruda	Manuel Theotônio Freire
20	Demóstenes de Olinda de Almeida Cavalcanti	Celso Vieira de Melo Pereira

Criada a APL é interessante destacar a escolha dos patronos⁹¹ das cadeiras. O elenco dos patronos deu-se pela importância que tais sujeitos tiveram no cenário histórico pernambucano tanto nos feitos heroicos quanto na literatura, mas também receberam o elevar de sua representatividade histórica através dos fundadores da APL. A bem da verdade, os escritores pernambucanos acabaram por projetar a invenção de uma tradição para as letras em Pernambuco, como sinônimo de histórias de lutas e heroísmo.

Era esta uma forma de destacar Pernambuco, não apenas pela sua atuação em feitos históricos, mas também porque manteve uma forte tradição literária durante sua história. Seja no processo de trazer à luz escritores, seja por constituir grupos literários era o “Leão do Norte” uma terra fértil para consolidar uma academia que chegou a ser a terceira do Brasil⁹², criada aos moldes da Academia Francesa.

Apesar de toda mobilização para dar força a essa instituição, ela ficou sem sede própria e a Academia por dez anos dividiu espaço de reuniões com o IAHGP até a demolição do prédio da Rua Duque de Caxias. Suas atividades, como a revista iniciada nos anos de 1901 e 1902, as reuniões e a articulação para publicação de textos de literatos pernambucanos ficaram sem muita força nos anos seguintes, sendo todas essas práticas retomadas década de 1920.

Criada como associação de intelectuais locais, sob o discurso de não estarem filiados à correntes estéticas, narrativas, filosóficas ou características específicas, todos tinham o objetivo de debater, estimular e produzir as artes da escrita e a cultura em geral. Na prática os homens que compuseram a APL integraram-na por estar num círculo de sociabilidade política, cultural e

⁹¹ Descrever a importância histórica e literária desses patronos seria por demais extenso e demandaria uma compreensão da periodicidade em longa duração da história de Pernambuco. Entretanto, o que tais sujeitos têm em comum para demarcar o território na literatura produzida em Pernambuco é cabível de análise. Entendo a invenção da tradição como sugere o historiador Eric Hobsbawm como um “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. Cf. HOBBSBWNM, Eric e RANGER, Terence. (Orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.p.09.

⁹² Antes foram criadas em 15 de agosto de 1894 a Academia Cearense de Letras (Ceará) e em 20 de julho de 1897 a Academia Brasileira de Letras (Rio de Janeiro).

intelectual, em grande medida, comum entre eles e por possuírem algum tipo de produção textual, independente do gênero textual. Criaram a Academia no sentido clássico da palavra letras, ou seja, todos os tipos de produção escrita que pudessem garantir legitimidade a instituição que se erguia e que daria glórias a Pernambuco.

A criação da Academia Pernambucana de Letras se deu em meio a conflitos pessoais, esperas para arrefecer os ânimos das polêmicas geradas entre alguns dos integrantes fundadores, estabeleceu por requisito de ingresso os homens que eram predominantemente da área jurídica, política e jornalística e buscou na tradição histórica nomes que pudessem honrar a tradição literária de Pernambuco. Mas saber apenas sobre a criação de uma academia literária limita a compreensão da constituição de um campo literário em Pernambuco. Para ampliar tal estudo se fez necessário conhecer as bases de formação dos fundadores dessa instituição.

CAPÍTULO 2

OS FUNDADORES DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS E A BASE DA FORMAÇÃO INTELECTUAL

“Toda influência é imoral... Imoral, sob o ponto de vista científico...”

Oscar Wilde.

Compreender o recrutamento dos homens que fundaram a APL não se resume a entender as reuniões que fizeram para fundar a instituição. É preciso entender o percurso intelectual que trilharam, pois as trajetórias dos fundadores da APL não se cruzaram apenas no momento da fundação. Esses homens já vinham construindo laços de solidariedade e estabeleceram relações que configuravam uma ação coletiva, em que o exemplo mais simbólico na verdade foi a criação da APL e a solidificação de um campo literário.

No que tange essa escolha de trabalhar com biografias coletivas e a produção desses biografados foi necessário um direcionamento para pensar que os textos históricos, geográficos, jurídicos e biográficos (produzidos pelos escritores aqui elencados) têm sido explorados de maneira superficial no campo historiográfico brasileiro.

Essas fontes a respeito dos escritores pernambucanos estão dispersas em vários arquivos e os livros deles encontram-se mal conservados nas bibliotecas públicas, o que exige do pesquisador um trabalho de paciência, digitalização de fontes, leituras de letras miúdas, consulta aos jornais microfilmados e folheando, com o mínimo cuidado os impressos. Mas a partir desse exercício de pesquisa é que foi possível localizar muitas das obras dos literatos pernambucanos, quase todas em suas primeiras ou segundas edições e desenvolver um estudo dos lugares sociais deles e dos elementos literários que compuseram seus textos.

A partir do exercício de identificar os nomes dos sujeitos que fundaram a Academia Pernambucana de Letras, tendo previamente a relação já apontada em algumas fontes e por alguns pesquisadores, bem como a consulta de biografias, memórias, dicionários e listas específicas sobre escritores de

Pernambuco traçou-se um perfil desses homens de letras⁹³. Mas quem foram esses homens? Qual a base de formação intelectual deles? Isso foi possível responder a partir do trabalho intenso de relacionar nomes, datas de nascimento e morte, origem, formação, carreira e tipo de produção, que resultou no quadro a seguir:

⁹³ Sobre o processo de uso de Biografias, memórias e trabalhos que fazem uma certa catalogação de autores de determinado período Sergio Miceli aponta como um caminho para se entender as redes de relações sociais e práticas de construção dos campos literários. Cf. MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001. Na pesquisa destaque entre esses trabalhos: *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres* escrito por Pereira da Costa, *Dicionário Biobibliográfico de Poetas Pernambucanos* escrito por Lamartine Moraes, a *Lista de Desembargadores do Tribunal da Relação* feita por José Ferraz Ribeiro do Vale, o trabalho organizado por Luzilá Ferreira intitulado *Escritores Pernambucanos do Século XIX*, A consulta aos vários números do *Almanaque de Pernambuco* que tinha como diretor Julio Pires Ferreira, a consulta do *Catálogo de alunos da Faculdade de Direito do Recife*⁹³ feito por Clovis Bevilacqua e a consulta ao *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco* de Sebastião Galvão.

**Tabela 2: QUADRO SOCIAL DE ESCRITORES QUE FUNDARAM
A ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS**

ESCRITOR	DATA E LUGAR DE NASCIMENTO	PROFISSÃO DO PAI	CURSO SUPERIOR	CARREIRA	TIPO DE PRODUÇÃO	DATA E LUGAR DA MORTE	INTEGROU O IAHGP
Alfredo Ferreira de Carvalho	27.06.1870 Recife	Coronel	Engenharia – EUA Escola Militar – Ceará	Engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil e Engenheiro da Estrada de Ferro de Pernambuco, Professor do Ginásio pernambucano, Fiscal e engenheiro de usinas, Jornalista	Histórico, Poesia	23.06.1916 Recife	Sim
Antonio Joaquim Barbosa Viana	25.10.1852 Minho-Portugal	Comerciante	Direito Portugal	Caixeiro, comerciante de ferragens, Cônsul de Portugal em Pernambuco, Diretor do Gabinete Português de Leitura, Político, jornalista	Histórica, Poesia	09.02.1920 Recife	Sim
Artur Orlando da Silva	22.07.1858 Recife	Tenente	Direito Recife	Advogado, Professor da FDR, Jornalista, deputado Federal	Jurídica e Poesia	27.03.1916 Recife	Sim
Bianor Gadault Fonseca de Medeiros	25.08.1865 Recife	Não encontrado	Direito Recife	Auxiliar de livreria, Funcionário Público dos correios, Professor do Ginásio pernambucano, Deputado Estadual e Federal	Poesia e Contos	15.07.1933 Recife	Sim
Carlos da Costa Ferreira Porto Carreiro	24.09.1865 Recife	Major	Direito Recife	Tradutor, Jornalista, professor da FDR Político	Poesia e Traduções	11.01.1932 Rio de Janeiro	Sim
Celso Vieira de Melo Pereira	12.01.1878 Garanhuns -PE	Dono de Engenho	Direito Recife	Jornalista, Secretário do Tribunal de Justiça do RJ	Histórico, Poesia	20.12.1954 Rio de Janeiro	Sim
Eduardo de Carvalho	13.10.1849 Recife	Coronel	Direito Recife	Funcionário Público da Caixa econômica, jornalista	Poesia	10.04.1907 Recife	Sim
Ernesto de Paula Santos	22.02.1873 Recife	Advogado	Direito Recife	Jornalista, Juiz	Jurídica, Poesia	30.06.1918 Recife	Sim
Francisco Augusto Pereira da Costa	16.12.1851 Recife	Professor de Música	Direito Recife	Guarda-livros de livreria, Funcionário público, Deputado estadual, Secretário de governo no Piauí, Professor do Ginásio Pernambucano e do Liceu de Artes e Ofícios de PE, Jornalista	Histórico, Poesia	21.11.1923 Recife	Sim
Francisco	04.11-1862 /	Dono de	Direito	Professor da FDR,	Jurídica e	28.01.1909	

Faelante da Camara Lima	25.10.1862 Jaboatão	engenho	Recife	Jornalista, Político	Poesia	Rio de Janeiro	Sim
Gervásio Fioravanti Pires Ferreira	13.02.1870 Recife	Juiz, Desembargador	Direito Recife	Jornalista, Professor da FDR, Deputado Federal	Jurídica e Poesia	13.08.1936 Recife	Sim
Henrique Capitolino Pereira de Melo	15.07.1857 Jaboatão	Não encontrado	Direito Recife	Jornalista	Poesia, Biografias	08.02.1930 Jaboatão	Sim
João Batista Regueira da Costa	24.06.1845 Recife	Procurador, Juiz, Desembargador	Direito Recife	Tradutor, Juiz, epigramista, funcionário da Instrução Pública, Professor do Ginásio pernambucano, Deputado Federal e Senador	Poesia	02.06.1915 Recife	Sim
Joaquim Maria Carneiro Villela	09.04.1846 Recife	*Professor da Faculdade de Olinda *Presidente de Província do Ceará *Deputado geral e provincial de PE	Direito Recife	Juiz, jornalista, escritor	Literária (poesia, conto, romance, teatro, novela, crônica)	01.07.1913 Recife	Sim
José Izidoro Martins Júnior	24.11.1860 Recife	Avô Professor Pai Leiloeiro	Direito Recife	Jornalista, Professor da FDR, deputado Estadual, deputado Federal,	Jurídica e Poesia	22.08.1904 Rio de Janeiro	Sim
José Antonio de Almeida Cunha	09.08.1841 Rio Formoso-PE	Comerciante	Direito Recife	Advogado, jornalista	Poesia	17.08.1919 Recife	Sim
José Joaquim Faria Neves Sobrinho	02.04.1872 Recife	Comerciante	Direito Recife	Promotor, Professor do Ginásio Pernambucano, Deputado Federal	Poesia, Contos, Romances	04.01.1927 Rio de Janeiro	Sim
Luiz de França Pereira	24.02.1872 Recife	Não encontrado	Direito Recife	Jornalista, Professor do Ginásio Pernambucano	Poesia	31.07.1925 Recife	Sim
Manuel Theotônio Freire	06.10.1865 Açari - RN	Não encontrado	Direito Rio de Janeiro	Funcionário do Hospital Militar, Jornalista	Poesia, Contos, Romances	24.03.1917 Recife	Sim
Sebastião de Vasconcelos Galvão	28.06.1865 Limoeiro-PE	Coronel	Direito Recife	Superintendente de Ensino e Diretor Geral da Instrução Pública	Histórico e Poesia	22.06.1918 Recife	Sim

Ao analisar o perfil dos fundadores da APL têm-se a ideia de homogeneidade: todos eram bacharéis (em sua maior parte oriundos da Faculdade de Direito do Recife), todos eram jornalistas (alguns donos de jornais), todos tiveram envolvimento em cargos públicos (seja como político ou como funcionário público) e por fim, mas não mencionado no quadro, todos tiveram publicações de textos, mesmo que fossem livretos ou poemas em jornais literários. Porém essa homogeneidade é apenas aparente. As discordâncias de ideias desses escritores são observadas na variedade de gêneros textuais que publicavam nas revistas e jornais, nas funções que acabaram por exercer como principal fonte de renda adotada por cada um no período e nas concepções políticas.

A partir do quadro mencionado, é possível vislumbrar a composição das condições sociais dos literatos fundadores da APL. Ao identificar o universo em que estiveram inseridos e como se aproximaram, entende-se que o reconhecimento pelos pares na formação acadêmica e na atuação que estes homens de letras tinham em certos espaços, possibilitava pensar na ideia de que ser escritor no período estava diretamente interligado com as sociabilidades vividas. Segundo Antonio Candido a figura de escritor:

[...] numa determinada sociedade, é não apenas *indivíduo* capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um *papel social*, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma de sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público⁹⁴.

Assim, as posições dos agentes e a produção literária elencavam pontos em comum entre os escritores na cidade do Recife, mas se intensificaram quando instituições passaram a legitimar essa produção, como a Faculdade de Direito do Recife, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e posteriormente a Academia Pernambucana de Letras.

Tomando como base o quadro prosopográfico realizado, é possível entender o que era ser um homem de letras, saber de quais lugares sociais e

⁹⁴ CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006. pp-83-84. Grifos de Candido.

origens esses escritores falavam, como a formação jurídica e a participação no Instituto histórico foi determinante para chegar à Academia de Letras. Após a montagem do quadro citado buscou-se compreender quem foram os escritores, saber que lugares frequentavam, o que publicaram e o processo de articulação para se formar a Academia Pernambucana de Letras em 1901.

Realizado esse mapa, uma primeira impressão a ser analisada trata da origem e do nascimento desses sujeitos. Nascidos entre os anos 1841 e 1878, eles viveram os anos de ascensão e decadência do reinado de D. Pedro II e as constantes mudanças do cenário político e escravista, marcas fulcrais da história da transição da monarquia para a república no Brasil.

Na formação de todos eles está presente a figura de professores de primeiras letras em escolas particulares ou dos que ministravam aulas em casa. Dos literatos da APL quase todos passaram pelos bancos da Faculdade de Direito do Recife, muitos tiveram relações diretas com Tobias Barreto, Silvio Romero, Clovis Bevilacqua ou tiveram contato com as ideias desses artífices da palavra, seja por trabalhos, pelas conferências literárias ou pelas disputas acadêmicas e jornalísticas que existiram outrora.

Do grupo que se constituiu como os mais velhos entre os fundadores da APL estão: José Antonio de Almeida Cunha (1841), João Batista Regueira da Costa (1845), Joaquim Maria Carneiro Villela (1846), Eduardo de Carvalho (1849), Francisco Augusto Pereira da Costa (1851), Antonio Joaquim Barbosa Viana (1852), Henrique Capitolino Pereira de Melo (1857) e Artur Orlando da Silva (1858). Nascidos nas décadas de 1840 e 1850 pode-se inferir que esses sujeitos após receber as primeiras letras, ingressarem e se formarem na Faculdade de Direito do Recife foram os que receberam a influência mais direta de Tobias Barreto, pois carregavam no bojo de suas sociabilidades a relação com os vivos da *Geração de 1870*⁹⁵, adversa ao romantismo e adepta do

⁹⁵ Não se fez estudos mais intensos dos sujeitos dessa Geração de 1870 no campo literário recifense, pois a historiografia, referendada no final desta tese, já consagrou alguns trabalhos a respeito da Escola do Recife, porém canalizaram as análises nas figuras de Tobias Barreto, Silvio Romero, Castro Alves e Clovis Bevilacqua. Mesmo sabendo da importância deles procurou-se versar sobre outros nomes que participaram dessa geração e principalmente os que se formaram na FDR a partir das ideias deles. Além do mais, os quatro não fundaram a Academia Pernambucana de Letras e como o fio condutor da narrativa é a Academia e os seus

cientificismo e do germanismo deixado por Tobias. Inclua-se também que se trata de um grupo que iniciou suas críticas nos jornais em defesa ou contrários ao sistema monárquico e foram os receptores do Manifesto Republicano de 1870.

O segundo grupo levando em consideração a idade engloba os que receberam a influência dessa geração mais velha formada nas ideias de Tobias Barreto e corresponde aos nascidos entre as décadas de 1860 e 1870: José Izidoro Martins Júnior (1860), Francisco Faelante da Camara Lima (1862), Manuel Theotônio Freire (1865), Sebastião de Vasconcelos Galvão (1865), Bianor Gadault Fonseca de Medeiros (1865), Carlos da Costa Ferreira Porto Carreiro (1865), Alfredo Ferreira de Carvalho (1870), Gervásio Fioravanti Pires Ferreira (1870), José Joaquim Faria Neves Sobrinho (1872), Luiz de França Pereira (1872), Ernesto de Paula Santos (1873), Celso Vieira de Melo Pereira (1878). Os sujeitos dessa segunda geração estão em concordância com os componentes da segunda e terceira fases da Escola do Recife, conhecidas como fases da crítica literária e da crítica jurídica respectivamente, definidas por Silvio Romero em *História da Literatura Brasileira*⁹⁶.

Este segundo grupo já se formou, em grande maioria, na Faculdade de Direito do Recife, imersos nas ideias de república e avessos a tudo que remetia à monarquia e as práticas de governança de D. Pedro II. Estiveram na defesa ferrenha do Manifesto de 1870 e acabaram por assumir os principais cargos políticos quando se proclamou a República no país. No que tange a formação deste grupo pode-se afirmar que são os beneficiários diretos das reformas educacionais, mas que também mantiveram na base da formação os estudos filosóficos e retóricos propostos pela Faculdade de Direito do Recife.

Destacam-se esses estudos de retórica na formação dos sujeitos membros da APL, pois eram definidores da presença pública deles, pois a verborragia e o argumento científico, ou o excesso de citação de nomes científicos está bastante presente nos textos, alocuções e discursos desses homens de letras, conforme se verá em capítulo seguinte.

fundadores eles aparecem menos decorrer do texto, porém é reconhecida a importância que tiveram.

⁹⁶ ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 2 vols.1888.

Ingressos na Academia Pernambucana de Letras moços ou velhos é importante frisar, que muitos são provenientes de condições econômicas mais favorecidas, pois alguns tiveram pais que já haviam passado pelas escolas primárias e até mesmo pela Faculdade de Olinda, como é o caso dos pais de: Gervásio Fioravanti Pires Ferreira, Carneiro Vilella, Regueira da Costa e Ernesto de Paula Santos (ocupantes de cargos públicos). Isso contraria a ideia de que no século XIX os bacharéis que engrossaram a massa do serviço público e político eram originários dos engenhos e responsáveis pela decadência do patriarcado rural, ideia defendida por Gilberto Freyre⁹⁷.

Os escritores em tela são oriundos em sua grande maioria de uma elite urbana, cuja classificação de seus genitores está na malha dos desembargadores, advogados, comerciantes, comendadores, professores, políticos e homens que integraram o corpo militar. Há que se destacar que apenas dois escritores são filhos de donos de engenho, o que denota a existência de permanências e mudanças no processo da composição social letrada. Afinal, a força dos produtores de açúcar ainda se manteve forte, apesar das modificações inseridas com a industrialização do país⁹⁸.

O historiador Evaldo Cabral de Mello discute em *O fim das casas-grandes*, ao analisar livros de assentos⁹⁹, que o final do século XIX é também

⁹⁷ Gilberto Freyre dedica um capítulo do livro *Sobrados e Mucambos* a figura do bacharel na sociedade brasileira intitulado: *Ascensão do bacharel e do mulato*. Cf. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15ª edição. São Paulo: Global, 2004.

⁹⁸ Como afirmou Peter Einsenberg, Pernambuco vivenciou uma “modernização sem mudanças”, pois apesar da alteração tecnológica em que se introduziram máquinas no fabrico do açúcar, a mão de obra continuou a ser explorada e não se modificou a estrutura social e econômica. O açúcar neste momento, passou a perder consideravelmente a importância no mercado exportador, mas não deixou de existir esse comércio. O número de homens que trabalhavam no corte da cana, tornados ex-escravos, ou dos migrantes da região sertaneja para a zona da mata, passou a ser reduzido devido à introdução de máquinas no fabrico do açúcar e de seus derivados. Cf. EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840/1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Outro autor que contribui para pensar essa mudança do processo de engenhos para as usinas em Pernambuco é Gadiel Perruci que analisa a chegada da industrialização do país e ao mesmo tempo os investimentos na produção de açúcar. Cf. PERRUCI, Gadiel. **A república das usinas**: um estudo de história social e econômica do Nordeste (1889-1930) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁹⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O fim das casas-grandes*. In: NOVAES, Fernando A.; ALENCASTRO, Luis Felipe de. (orgs.) **História da vida privada no Brasil**. Vol 2 São Paulo: Companhia das Letras. 1997. Pp385-437. Livros de Assentos são cadernos em que senhores de engenho registravam os principais acontecimentos do engenho.

um momento de crises dos engenhos, de mudanças significativas no sistema político brasileiro em decorrência da emergência da presença mais significativa de profissionais liberais assumindo o poder imperial e que nesse período muitas práticas antigas ainda permearam a política como: nepotismo, trocas de favores e casamentos arranjados para se garantir o poder.

Apesar de Gilberto Freyre apontar para a decadência rural brasileira, não acredito que se pode manter o discurso generalizado de que o bacharel “mata” a figura do dono de engenho e dá novos ares de urbanidade ao país. A presença dos jovens que saíram dos engenhos para as capitais com a finalidade de ingressar nos cursos de direito, medicina e na Escola Militar é forte para a primeira metade do século XIX e sim contribuiu para o desmonte do poder dos senhores de engenho na política imperial, mas manter essa ideia para a segunda metade é não perceber as rotinas, rupturas e permanências dos homens de letras na história social do país.

Se os integrantes da Academia Pernambucana de Letras não estão na esfera de origem dos senhores de engenho é preciso então investigar qual a base de formação dos homens que compuseram o corpo de fundadores desta instituição. No quadro traçado identificou-se que eram originários das classes urbanas e que muitos buscaram a formação na Faculdade de Direito do Recife e estiveram associados ao Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucanos.

Gestados a partir das várias ideias científicas importadas da Europa como: ecletismo, positivismo, monismo, materialismo, germanismo, republicanismo e todo o “bando de ideias novas” que aqui aportaram, esses órgãos são definidores das ideias presentes no campo literário recifense do período¹⁰⁰. A força desses dois centros de saber em Pernambuco foi tão significativa na segunda metade dos oitocentos, que merece uma análise deles, pois foram fundamentais para gerir as ideias, a produção, a circulação de textos e ditar as regras do campo literário, definindo assim o que Roberto

¹⁰⁰ Sobre as várias correntes de pensamento que adentraram no Brasil durante o período monárquico ver. COSTA, João Cruz. O pensamento brasileiro sob o império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II – O Brasil Monárquico: 3º volume- Reações e Transações. 5ª edição. São Paulo: Difel, 1985. pp-323-342.

Ventura chamou de “estilo tropical”, em que a ciência, a constituição da ideia de nação e a polêmica demarcaram espaço.

Neste sentido, entender a importância desses centros de saber na estrutura do campo literário do Recife e suas nuances se faz fundamental, principalmente porque a geração de 1870, nascida na Faculdade de Direito do Recife, foi a responsável por influenciar a formação dos literatos que compuseram o quadro de fundadores da Academia Pernambucana de Letras e deixou as bases e sentidos simbólicos que estarão presentes nos romances, folhetins, crônicas, poemas, entre outros estilos literários.

2.1 A Faculdade de Direito, a Geração de 1870 e seus frutos na construção da literatura no Recife.

Referenciando o quadro prosopográfico mencionado anteriormente, é possível notar que o agrupamento dos homens que formaram a Academia Pernambucana de Letras reporta a um processo que é a formação predominante na área jurídica dos acadêmicos. Dos vinte escritores citados, somente Alfredo de Carvalho se formou em engenharia e não em direito.

Esta panorâmica permite compreender que ser homem de letras não estava associado unicamente a algum tipo de produção ou por ter relação com qualquer instituição letrada. O conhecimento jurídico e o *status* de ter passado pela FDR era determinante para o ingresso no panteão das letras de Pernambuco, entretanto isso não era um caso específico, apesar de ser a Faculdade uma instituição das mais fortes no campo educacional do país. Fazer o curso de direito era uma das poucas opções válidas para ter certo destaque social. Ressalto ainda, que havia no curso um encontro inevitável de pessoas ligadas às elites intelectuais e políticas¹⁰¹, que dispunham de meios

¹⁰¹ Em *A Construção da Ordem*, José Murilo de Carvalho destacou que a formação das elites imperiais no Brasil ocorreu por meio de uma dinâmica bastante fechada de acesso aos cargos políticos máximos do governo. Os homens precisavam se submeter a favores, treinamentos em repartições e cargos menores, encaravam cisões entre partidos políticos, vivenciavam experiências na burocracia dos órgãos do funcionalismo público e estavam presentes nas malhas dos partidos políticos. De tal forma as elites não eram apenas feitas por homens

para flertar com as tendências literárias europeias e que muitos alunos já acostumados com as imagens e as ideias europeias desde os anos 1870 buscavam reproduzir tais tendências em suas produções literárias¹⁰².

Essa dinâmica do saber jurídico se consolidou no país no século XIX com a criação das Academias de Olinda e de São Paulo. Ser bacharel era o destino para muitos dos filhos das elites agrárias. Os cursos, apesar de não contarem com estrutura para funcionar, foram autorizados em 11 de agosto de 1827 pela Assembleia Geral e pelo Imperador D. Pedro I por meio da Lei Imperial na qual determinava que: “cria dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda¹⁰³”. Os espaços que, no ano de 1828, funcionaram os cursos foram o Convento de São Francisco em São Paulo e o Seminário de Olinda em Pernambuco.

No que se refere ao curso jurídico de São Paulo a formação desta instituição se consolidou pelo ecletismo, dos docentes contratados, em que a formação destes tinha se dado na Europa, principalmente nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Paris e Bolonha. Neste sentido, a academia do sul do país tinha visões variadas na formação e não apenas sobre Direito. Ela também fazia discussões políticas, literárias, econômicas e sobre a religião. Como afirmou Lilia Moritz Schwarcz¹⁰⁴ o diferencial de São Paulo foi o fato de estar mais ligada ao modelo político liberal, fundamental para formar as elites que no final do século XIX em início do XX consolidaram, junto com o Rio de Janeiro, a força da administração política do país.

reminiscentes do panorama açucareiro, este era importante, mas não exclusivo na teia política¹⁰¹. O trabalho de Carvalho mostra que a base jurídica como formação era condição *sine qua non* para ingresso na política, mas não analisa a produção literária também como uma forma de busca da distinção social desses sujeitos e forma de apelo para ingresso na política. Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹⁰² Uma discussão acerca da chegada das ideias europeias em especial do Positivismo nas faculdades de direito do país foi elaborada por Cláudio de Cicco na qual o autor argumenta que duas vertentes teóricas se fizeram presentes. O positivismo de Auguste Comte e o positivismo de Hebert Spencer. A Faculdade do Recife tendeu mais para a perspectiva de Spencer em que a ideia evolucionista estava associada aos mais aptos na sociedade para manter os poderes conquistados. Cf. CICCIO, Cláudio de. **História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

¹⁰³ BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3 ed.- Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p.28.

¹⁰⁴ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Situação semelhante se deu com o processo de formação da Faculdade de Olinda, que foi instalada no Mosteiro de Olinda. Inicialmente dirigida por Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda e depois interinamente por Lourenço José Ribeiro, a Academia captou parte dos filhos das elites rurais de Pernambuco e passou a mudar o panorama político e social da província. Neste mecanismo de deixar os engenhos e seguir para a cidade com o intuito de formar o doutor, os cargos públicos começam a deixar de ser ocupados pelos homens da açucarocracia e aos poucos foram inseridos os bacharéis, indivíduos que pensariam a nação com o perfil do progresso.

O funcionamento do curso em Olinda durou 22 anos e conviveu com precárias instalações, parca biblioteca, poucos professores, ensino de forte influência religiosa e com um corpo de alunos oriundos das famílias proprietárias dos engenhos de Pernambuco e de outras províncias do norte. Esta dinâmica esquadrinhou o que anos mais tarde se conheceu como elite urbana liderada pelos bacharéis. Estruturada no modelo das elites europeias, essa nova forma de sociabilidade em que o poder se dava por meio dos homens de letras tais como: juízes, professores, comerciantes e funcionários públicos acabou por se intensificar no período¹⁰⁵.

A partir do momento que não estavam mais preocupados com a valorização dos engenhos familiares e entregavam-se aos modismos europeus aqui instaurados, bem como por serem absorvidos nos cargos públicos, no comércio e nas relações políticas, esses primeiros homens que saíram da Faculdade de Olinda compuseram a base inicial da decadência do patriarcado rural existente em Pernambuco.

¹⁰⁵ Sobre essa estrutura de homens de letra na transição dos séculos XIX para o XX ver. ¹⁰⁵ MACHADO NETO, Antonio. L. **Estrutura Social da República das Letras**: sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930. São Paulo: EDUSP, 1973. Vale lembrar que já existe uma produção historiográfica consolidada no Brasil no que tange a explicar a presença dos bacharéis que saíram das faculdades de São Paulo e Recife e assumiram o espaço dos cargos públicos e da política em geral. Apesar de terem fixado análises em sujeitos como Tobias Barreto, Silvio Romero e Clovis Bevilacqua é preciso enxergar que a geração de 1870 se estende a outros indivíduos como José Izidoro Martins Júnior, Phaelante da Camara, João Vieira de Araújo, José Higino e muitos dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras. Sobre essa historiografia ver. CARVALHO, José Murilo de. . **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro das Sombras**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Luis Martins defende que essa inserção dos bacharéis na administração do país foi fator responsável pelo desmonte da presença dos senhores rurais no poder político. Segundo afirmou o autor:

[...] desde que as circunstâncias levaram os bacharéis do século XIX a tomar, no campo político e social, uma posição prática e ostensiva, contrária dos patriarcas rurais, seus progenitores, criou-se uma atmosfera propícia à manifestação, à ação, à exteriorização dinâmica do complexo de Édipo, com todas as suas consequências dramáticas¹⁰⁶.

Partindo do simbólico do Complexo de Édipo criado por Sigmund Freud, Martins busca explicar como os bacharéis influenciados pelos modismos europeus e pelas ideias de república e abolição da escravidão foram levados a refutar a figura do pai, donos dos engenhos, e assumir novas posturas nos espaços sociais. Entretanto, Martins não sinaliza quais eram essas novas posturas, apenas torna homogênea a ideia defendida por Gilberto Freyre de decadência do patriarcado rural, ideia que já não cabe para compreender os integrantes do campo literário recifense, pois, como já mencionado, eram os bacharéis das últimas décadas do século XIX ligados às camadas urbanas.

Fonte literária fundamental para compreender esse período é o trabalho de Lima Barreto, *Bruzundangas*¹⁰⁷, na qual enfatiza essa presença do bacharel na sociedade brasileira. Para ele não há homem que não tenha parentes e amigos que tenham vindo das Faculdades de Direito e que não estejam ocupando cargos de Estado; não há doutores e políticos que não se considerem no direito de deixar aos parentes pensões pagas pelo Tesouro da República, vencimentos, subsídios e aposentadorias duplicados, triplicados, afora os rendimentos que vêm de outras e quaisquer origens. Enquanto isto, a população que não estava inserida na malha política era sobrecarregada de impostos e cobranças fiscais.

Gilberto Freyre, Luis Martins e Lima Barreto preocuparam-se em lançar a figura do bacharel nos seus textos e apesar de apresentarem-se com

¹⁰⁶MARTINS, Luis. **O patriarca e o bacharel**. São Paulo: Alameda, 2008. p.58.

¹⁰⁷BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. 3ª edição. 9ª impressão. São Paulo: Ática, 2005. Bruzundangas" na obra pode significar "mistura de coisas imprestáveis, atrapalhadas". Lima Barreto fala da arte de furto, do nepotismo e das redes de privilégios. Isso se torna deflagrado nas eleições, na religião, entre os literatos e na imprensa. São temas que servem de pano de fundo para a construção de seu texto.

estatutos diferentes, os dois primeiros na historiografia e o último como registro literário, o que se pode afirmar é que exploraram as práticas do bacharel para inferir sobre a realidade vivida por eles e como estar inserido entre as redes de sociabilidade com a formação jurídica era quase uma exigência de reconhecimentos dos pares, além de conferir certa legitimidade ao que se produzia literariamente.

A Academia de Olinda vivenciou outro fator de dificuldade que foi a distância com a capital, Recife. A mudança deste centro de saber promoveu a concretização da Faculdade na capital, ocorrida em 1854. A nova sede, na Rua do Hospício foi apelidada pelos acadêmicos de “pardieiro”, pois eram precárias as condições e “se chovia formava-se lago, se fazia sol era um Sahara sem oásis”¹⁰⁸ afirmou Nilo Pereira. Mas, se as condições físicas não mudaram, a produção intelectual mudou.

Imagem 1



Fonte: Faculdade de Direito do Recife, situada à Praça 17, na Rua do Hospício. S/d. Acervo FUNDAJ.

A partir de 1854 a Faculdade de Direito do Recife tornou-se o centro de irradiação do pensamento do norte do país. Mudança que veio ocorrer de forma mais intensa com a constituição da Escola do Recife, fortemente influenciada por Tobias Barreto.

A chamada *Escola do Recife*, com papel de destaque para a Geração de 1870 teve atuação significativa na constituição social dos homens de letras do Recife. Como afirmou Antonio L. Machado Neto:

[...] graças à figura singular de Tobias Barreto, e ao grupo de jovens pensadores que o genial sergipano conseguiu reunir em torno de suas “ideias novas”, a cidade e a faculdade do Recife puderam lograr uma significação extraordinária na distribuição ecológica de nossa

¹⁰⁸PEREIRA, Nilo [et al] . O Recife e a Faculdade de Direito. In. **Um Tempo do Recife**. Recife: Edição Arquivo Público Estadual, Secretaria de Justiça, 1978. p.146.

vida intelectual. Na história intelectual do país, a cidade e a faculdade estão imortalizadas na realidade e na legenda da Escola do Recife¹⁰⁹.

Consistia a Escola do Recife num desdobramento da nova configuração social que passou a existir em Pernambuco a partir da figura dos bacharéis, que aderiram a muitas das ideias de Tobias Barreto e a lógica cientificista que entrou no controle do imaginário¹¹⁰. Para Alberto Venâncio Filho a Escola do Recife foi estruturante da forma da escrita literária que se deu em Pernambuco e o modelo científico dos textos dos acadêmicos era reforçado a cada publicação feita no período¹¹¹. Já José Veríssimo pontuou se efetivamente teria sido uma Escola de significância para os estudos literários. Assim questionou o autor:

A Escola do Recife não tem de fato existência real. O que assim abusivamente chamavam é apenas um grupo constituído pelos discípulos diletos de Tobias Barreto, professor diserto e, sobretudo, ultrabenévolo, eloquente orador literário e poeta fecundo, mais do que Tobias pensador e escritor. Cumpre, aliás, repetir que este grupo salvo migrações individuais posteriores, restringiu-se ao Norte, donde era a máxima parte de seus alunos, e mais exatamente a Pernambuco¹¹².

A crítica elaborada por Veríssimo trata-se de uma represália ao produto que Silvio Romero tinha lançado: *A História da Literatura Brasileira*, cujo autor categorizou em três fases a Escola do Recife deu importante destaque para os sujeitos que haviam produzido textos em que associavam ciência e literatura. Veríssimo ainda limita a presença das influências da Escola do Recife apenas

¹⁰⁹ MACHADO NETO, Antonio. L. **Estrutura Social da República das Letras**: sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930. São Paulo: EDUSP, 1973. pp. 69-70.

¹¹⁰ Faço uso da noção de controle do imaginário de Luiz Costa Lima, quando este defende que as sociedades burguesas do final do século XIX adotaram novas formas de sociabilidade, de controle artístico dos estilos literários e de práticas sociais determinantes dos modos de ser e estar publicamente. Cf. LIMA, Luiz Costa. **O Controle do imaginário e a afirmação do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹¹¹ Cf. VENACIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. 2ª ed. São Paulo: editora Perspectiva, 1982. Ver o capítulo 5 A Escola do Recife. Oferece uma breve síntese da estrutura da Escola do Recife no final do século XIX: o autor divide a nossa literatura em 3 fases e que todas foram refletidas na produção literária local. São as fases: 1862- 1870 – Fase puramente poética e sob forte influência do romantismo, conhecido nos manuais das escolas literárias brasileiras como o tempo hugoano, condoreiro. 1870-1881- Fase crítica, filosófica em que se elaboram rupturas com o romantismo. 1882-1900 – Fase de uma nova concepção do Direito, conhecida como jurídico-filosófica.

¹¹² VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 1963, pp.255-256. É nesta obra que José Veríssimo mantém as críticas literárias à figura de Silvio Romero. Não se pode deixar de ressaltar que ambos viviam em constantes polêmicas nos jornais cariocas como já estudado por Roberto Ventura no livro já citado *Estilo Tropical*.

nas províncias do Norte e que Tobias Barreto não teve a força que Romero dedica na obra.

A pesquisa desenvolvida por Ângela Alonso no livro *Ideias em Movimento*¹¹³ e o trabalho de mestrado do historiador Lécio Dantas *A Escola do Recife e os discursos sobre criminalidade*¹¹⁴, enfocam o quanto tal escola teve uma dimensão bem mais ampla do que foi elaborada pela historiografia que acabou por canalizá-la na figura de Tobias Barreto. O fato é que muitos outros tiveram importância e não se analisou os vários nomes que compuseram a Geração de 1870, nem se vislumbrou a atuação deles no campo literário. Em certa medida mostra-se na tese alguns dos produtos literários de alguns desses integrantes da Escola do Recife.

A importância de ser bacharel para adentrar no campo literário também foi apresentada por Nelson Werneck Sodré cujo debate aponta uma relação entre o romantismo e os bacharéis bem como a continuidade da presença desses bacharéis produzindo textos com outras perspectivas literárias como o Realismo e o Naturalismo. Para Sodré:

Os bacharéis, pela própria natureza dos seus estudos e pelos serviços que lhes presta, na atividade profissional, o domínio da língua, foram os mais sujeitos a essa poderosa atração. Não havia quase estudante de Direito que não pagasse o seu tributo à poesia e à retórica ou perpetrasse, na mocidade, alguns pecados literários; e só quando lhes sorria a literatura é que os bacharéis sentiam abrir-se perspectivas na carreira intelectual; tão irmanadas andavam, nessa especialidade, as letras e a profissão¹¹⁵.

Note-se que ser bacharel ou estudante de Direito possibilitava adentrar na literatura e ganhar notoriedade, fazer-se distinto e perceptível aos olhos da intelectualidade do período. Esse arranjo em associar Direito e literatura demonstra que não ingressaram na Academia Pernambucana de Letras qualquer pessoa que tinha produção literária, mas os homens formados pela

¹¹³ ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

¹¹⁴ DANTAS, Lécio. Albuquerque. **A Escola do Recife e os discursos sobre a criminalidade**: teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das décadas de 1880-1890. (Dissertação de mestrado em História) Recife: PPGH/UFPE, 2013.

¹¹⁵ SODRÉ, Nelson W. **História da Literatura Brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969. p. 302. Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* também corrobora com essa ideia de Sodré. Cf. CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

Faculdade de Direito e que tinham adquirido certa distinção nos espaços de divulgação literária.

Pelo processo prosopográfico adotado, nota-se que de fato os sujeitos envolvidos na constituição da Academia Pernambucana de Letras aproximam-se em sua formação do período em que a FDR estava recebendo forte influência das ideias de Tobias Barreto, seja como alunos, seja por estarem próximos a ele ou dando continuidade a suas posições ideológicas do germanismo. A atuação de Tobias junto a esses homens foi trazer outro olhar para a produção das letras e das ciências, foi combater a metafísica¹¹⁶ e apontar para a necessidade de uma autonomia científica, uma vez que o que se praticava era cópia de modelos científicos e literários da França e Inglaterra. Estava na base de Tobias Barreto a influência germânica, a oposição aos francesismos, a inserção das ideias evolucionistas, entre outras ideias. Essa nova configuração de estudos e formas de pensamento que passaram a ser adotados nas letras foi descrita por Silvio Romero. Para ele:

O decênio que vai de 1868 a 78 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram nossa vida espiritual. De repente a imutabilidade das coisas se mostrou... Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte... positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, novos processos de crítica e história literária, transformação da instrução do Direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola de Recife¹¹⁷.

Sim, chegaram um bando de ideias novas, pois foram muitos os autores e as teorias sociais que adentraram o cenário da Escola do Recife: Comte, Huxley, Haeckel, Buckle, Spencer, Darwin, Littré, Le Play, Le Bon, Gobineau, Lombroso, Becária. A leitura dos trabalhos desses autores pelos estudantes e bacharéis, ampliava o campo de visão, permitindo compreender por outras perspectivas a sociedade em que viviam¹¹⁸.

¹¹⁶ Sobre o combate a metafísica Silvio Romero travou forte embate na defesa de sua tese de doutoramento. Ver. Atas da FDR para o ano de 1875. In: BEVILAQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3ª ed. Recife: Ed.UFPE, 2012.

¹¹⁷ ROMERO, Sílvio. Explicações indispensáveis. Prefácio a **Vários Escritos**: Tobias Barreto. Sergipe: Editora do Estado de Sergipe, XXIII-IV. 1926.

¹¹⁸ Sobre essas influências ver Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Como elucidativo deste momento de forte influência literária deixada por Tobias Barreto e sua geração nos anos posteriores tem-se o discurso de Gilberto Amado, em relato memorialista apontando que, quando não se lia algum desses autores se aprendia sobre eles de ouvir falar. Assim descreveu em *Minha Formação no Recife*:

O espírito de certas épocas penetra a gente, de maneira que se aprende no ar, recebe-se a doutrina dos tempos como pelos poros, mesmo sem ter estudado, passando os olhos por algum livro. Quase todo rapaz do meu tempo em Pernambuco era agnóstico, darwinista, spenceristas, monista. Para simplificar, todo mundo era positivista, Isto é, darwinista, monista, fenomenista, evolucionista, mas ninguém propriamente prosélito de Augusto Comte. Nenhum dos meus contemporâneos, ao que me recordo, queria ser positivista de igreja, nenhum queria adorar o Grande Ser e Clotilde de Vaux¹¹⁹.

Apesar da postura contrária de fixar-se de forma rígida ao positivismo, o relato de Gilberto Amado apresenta como a partir desta constelação de ideias novas foi sendo inserido no meio intelectual pernambucano e como dominava-se, mesmo que por “osmose”, os temas fundamentais que deveriam ser debatidos entre os homens de letras.

Mas não só de ideias estrangeiras viviam os acadêmicos. Segundo a *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* (RAFDR) a formação completa de um bacharel passava por três cursos: ciências jurídicas, ciências sociais e notariado. A mesma revista aponta que o corpo de disciplinas cursadas pelos alunos na virada de séculos eram as seguintes: Filosofia e História do Direito; Direito Público e Constitucional; Direito Civil; Direito Comercial; Direito Criminal; Medicina Legal; Processo criminal, civil e comercial; História do Direito Nacional; Noções de economia, política e Direito; Prática forense; Direito das gentes, Diplomacia e História dos Tratados; Economia Política, Higiene Pública, Ciência da Administração e Direito Administrativo; Ciência das finanças e contabilidade do Estado¹²⁰.

¹¹⁹ AMADO, Gilberto. **Minha formação no Recife**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955. pp.60-61.

¹²⁰ Foram consultados os anos de 1891 a 1910 da **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife** (RAFDR) e notou-se que em grande medida a manutenção dessas disciplinas se deu durante a virada dos séculos XIX para o XX.

É possível perceber que a formação do bacharel no Brasil, em especial na FDR, era em suma um leque de estudos, muitas vezes superficiais de teorias sociais e filosóficas e não com foco na prática jurídica, deste modo o aluno de Direito só aprenderia após a conclusão do curso e se optassem por atuar como advogados, juízes ou em cargos correlatos ao poder judiciário.

Ainda se pode enxergar dentro do corpo de disciplina que eram cursadas, uma tendência em dotar os estudantes de conhecimentos burocráticos e administrativos, representados pelas cadeiras de Diplomacia e História dos Tratados, Higiene Pública, Ciência da Administração, Ciência das finanças e contabilidade do Estado. Neste sentido, sim, o bacharel era formado para ocupar cargos públicos após a conclusão dos estudos.

Bianor Medeiros¹²¹ em *Contos Mal Contados*, publicado no período, constrói o personagem de João Caldas mostrando como o estudante de Direito almejava a carta de doutor para assumir algum emprego de destaque social:

No final do quinto anno de direito quando eu esperava a cada momento uma carta de bacharel, não pela vaidade de ser chamado de Doutor, porque a isso eu me habituei desde calouro, porem sim pela necessidade de obter um emprego rendoso, uma posição social invejável¹²².

O bacharel era a elaboração do que se desejava como perfil de homem do país que se tornara república em 1889. A Proclamação de República em 1889 demandou de outros perfis, não apenas os das Revoluções de 1817, 1824, 1848, mas os que defenderam a abolição, a ascensão do partido liberal, a defesa de uma república. Era preciso que o homem da política republicana tivesse os princípios da ciência, da ordem e do progresso. Phaelante da Câmara ao se referir aos partícipes da geração de 1870, no jornal Folha do

¹²¹ Bianor Gadault Fonseca de Medeiros nasceu em 25 de agosto de 1865 na cidade do Recife. Perdeu o pai aos onze anos e sob a custódia da mãe e de parentes conseguiu concluir os estudos secundaristas e adentrar aos 14 anos no curso jurídico da Faculdade de Direito, onde se bacharelou em 1888. Entre os estudos e o trabalho atuou como auxiliar de uma livraria no Recife, na empresa de postais e chegou a ser diretor da Empresa Fluvial de Navegação do Baixo São Francisco. Após seu processo de formação, foi professor de Frances do Ginásio Pernambucano e chegou a ser diretor desta instituição na primeira década do século XX. Sua atuação também se deu no campo da política como Deputado Estadual em três legislaturas e sua produção na literatura se deu em formas de poemas que várias vezes foram publicados no Almanaque de Pernambuco e suas duas principais obras foram: *Ad Lucem* (poemeto) e *Lastênia* (poemas). Bianor Medeiros faleceu em 15 de julho de 1933.

¹²² MEDEIROS, Bianor de. **Contos Mal Contados**. Recife: Hugo & C^a Papelaria Americana. Typographia Industrial, 1893, p.13.

Norte, destacou essa realidade e elaborou uma crítica ao sistema político alertando que este deveria também contar com os doutos da ciência jurídica:

Os nossos homens políticos, em geral, aprendem nas escolas e academias uma metaphisica palavrosa, copiada de qualquer autor gasto e desmoralizado pela invasão de novas ideias, e, ao chegarem no mundo prático, abandono completamente a theoria e vão intentar reformas com o diminutismo cabedal que colherão no banco escolastico. (...) Ora, isto é um mal prejudicialissimo. Pode-se ser político sem se abandonar as sciencias e até deve-se no vasto laboratório das sciencias sociaiscolher regras e preceitos para appical-os na confecção de qualquer projeto de lei. (...) Eis as razões que nos distanciam dos políticos militantes. Sem ideias assentadas, sem princípios amadurecidos, elles vão levando a nau do estado (para empregar a chapa) no meio do borborinho doudo dos felizes que batem palmas, e dos desgostosos que arengao nas praças públicas, nos comícios, nas tribunas, na imprensa¹²³.

Mas não só nos jornais e na política a figura do bacharel se fazia notada. Não faltam exemplos na literatura de que os ocupantes desse cenário foram os bacharéis. Carneiro Vilella já apontava em 1875, no romance *O Esqueleto*, a figura dos estudantes da academia jurídica:

- Não te faltam os meios, graças a Deus! E portanto, podes ter aspirações maiores e mais nobres do que ser simplesmente senhor de engenho: isso é muito bom... lá isso é... mas é ainda melhor quando está acompanhado com um título qualquer. Não, achas?
- Sim, Senhor...
- Ora bem. Estimo muito que sejas da minha opinião. Eu não podia te querer para matuto: as ambições de um pai para seu filho são sempre nobres e legítimas.
- Sagradas! – acrescentou o rapaz.
- Não será, portanto bom que vás estudar direito na Academia de Olinda?¹²⁴

O diálogo travado entre Felipe e seu pai, Sr. Ludovico, expresso na crônica *O Esqueleto*, de Carneiro Vilella, publicado em 1871 em primeira edição e em 1894 na segunda edição, ambas no formato de folhetim, retrata uma história que se repetiu diversas vezes entre o século XIX e XX: o pai que envia o filho para estudar na capital e se tornar doutor.

O romance *Noivados Originaes*, de Carneiro Vilella, discorre sobre a relação entre Mariquinhas e os estudantes da Faculdade de Direito do Recife, indicando como esta figura do acadêmico era presente no cotidiano da cidade. Como relatou Vilella:

¹²³ **Folha do Norte**, 3 de maio de 1883. p.01 Acervo APEJE.

¹²⁴ VILELLA, Carneiro. **O Esqueleto**: crônica fantástica de Olinda. 3ª edição. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000. p.27.

E muitos outros estudantes chegaram ainda. A velha academia fazia-se representar abundantemente no chá do Sr. Caetano, desde o imponente e presumpçoso veterano até o humilde e acanhado calouro. É excusado dizer que todos esses moços eram ricos ou passavam por tal, por isto ficava subentendido á vista dos princípios e dos fins do velho Caetano e da sua amada filha¹²⁵.

Na literatura feita em Pernambuco do final do século XIX essa história parece se repetir em vários romances, crônicas, folhetins e contos. O perfil social do bacharel já era mostrado de forma expressiva. Esta figura, que assumiu muitos dos cargos públicos, passou a existir no Brasil, quando homens formados nas universidades de Portugal ou de países como França e Itália chegaram para ensinar nos colégios e para ministrar aulas nas faculdades de Direito, que passaram a funcionar no país durante o período Imperial.

Na segunda metade dos oitocentos, o bacharelismo torna-se quase que um fenômeno social, cuja predominância do doutor absorvendo as diversas instâncias da vida cotidiana se fez notória. Paulo Medina expõe que:

O diploma de bacharel não habilitava, apenas, para a profissão de advogado e as carreiras jurídicas: era o instrumento próprio para o ingresso numa série de outras atividades, como o jornalismo; o magistério, em diferentes níveis e matérias, especialmente no ensino de línguas, da história, ou da geografia; a chefia de órgãos públicos a que se atribuíssem tarefas de ordem econômica ou para os quais se requeresse formação no campo da sociologia ou das ciências sociais. Na vida publica o prestígio do bacharel só era contrastado, nas comunidades do interior do país, pelo coronel, protagonista de fenômeno social semelhante em termos de influência política, que foi o coronelismo¹²⁶.

A literatura mostrava o bacharel com representações que ora se assemelhavam, ora se distanciavam nos romances. Muitas vezes personagens de um mesmo texto, apesar de ocuparem a postura do bacharel, do estudante de Direito, tinham posturas diversas. No romance *Regina* de Manuel Theotônio Freire¹²⁷. Raul de Castro é descrito da seguinte forma:

¹²⁵ VILELLA, Carneiro. **Noivados Originaes** - Contos. Recife: Caza Editora Empreza D'A Província, 1893. p.37.

¹²⁶ MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **Ensino jurídico, literatura e ética**. Brasília: Editora OAB, 2006. p.40.

¹²⁷ Manuel Theotonio Freire nasceu em Recife em 06 de outubro de 1863, viveu grande parte de sua vida profissional como funcionário do Hospital Militar do Recife. Formou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Sua produção circulou em grande medida em jornais recifenses e sob pseudônimos como T.F. Américo Yetsin, Nemo, Yetim. Foi crítico, poeta, romancista, teatrólogo, um drama de propaganda abolicionista e tem como principais temas de

Raul arrastava a existência inútil e ociosa dos bacharéis de fortuna, sem cuidados no futuro, nem que fazer no presente. Gozava-a sem conta nem medo, largamente esbanjando os seus bons rendimentos, na dissolução quase criminosa dos rapazes para serem notados como fazendo parte do grande mundo, frequentam o lírico, pelos bastidores, as corridas, os cafés da moda, vestem-se ao último figurino, apontam à roleta e sustentam amante¹²⁸.

Já, outro personagem descrito por Theotônio Freire é João Bandeira:

João Bandeira, estudante de Direito, filho de uma riquíssima família do Norte, sustentando graças a isto, luxo e boas relações. Era considerado como um sujeito nulo, possuidor de uma certa dose de ingenuidade que degenerava em tolice, e de que revestia a conversação, tornando-se, por isto, querido dos rapazes de seu conhecimento, que flauteavam-no sempre. No fundo, uma alma cheia de sentimentos oscilantes, caráter sem diretriz, nem vontade, tendendo mais para o mal do que para o bem, enfatuado e vaidoso de si mesmo, de sua pessoa, julgando-se com a beleza de Adonis e os encantos de Narciso, e namorando a todas as mulheres, como irresistível sedutor que se presumia¹²⁹.

Destarte as diferenças entre personagens, a literatura dos escritores pernambucanos da transição de séculos mesmo apontando características divergentes parece encaminhar a vida de todos os estudantes de Direito e bacharéis para a vida de sujeitos nem um pouco sociais aos moldes de uma elite oligárquica, mas sim de homens que visavam apenas concluir o curso para ocupar cargos públicos ou que caíam na degeneração social, que se envolviam em maus comportamentos, que se submetiam aos vícios de jogo, da bebedeira, dos galanteios, dos envolvimento nos bordeis. Eram sujeitos que aos poucos deixavam as casas de freguesias e engenhos de cidades distantes ou que vinham de outros Estados e ocupavam o espaço da Faculdade de Direito do Recife. Neste centro de saber travavam as relações necessárias para que se fizessem visíveis e esse processo os levava à assumirem além da figura bacharelesca a postura de escritores do cotidianos.

sua produção o amor e a pátria. No ano de 1884 publicou os versos sob o título de: A República. Funda a APL em 1901 e no ano de 1903 começa a publicar uma série de cartas no Jornal A Província. Pouco se sabe sobre seu casamento, era pai do romancista "pré-modernista" Theo Filho que escreveu Praia de Ipanema. Foi ocupante da cadeira nº 19 da APL e suas publicações são quase na totalidade literárias. Entre as obras de destaque tem-se Ritornelos Líricos (1899, poesia), Lavas (1899, poesia), Relevos (1894, contos), Clotilde (1887, poesia), Passionário (1897, romance), Regina (1899, romance), Flammulas (1904), Bronze de Corinto (1907, poesia), Com destaque para estes dois últimos, pois são romances que tiveram grande repercussão na cidade do Recife quando de seus lançamentos. Faleceu em 1917 na cidade do Recife.

¹²⁸ FREIRE, Theotônio. **Regina**. 2ª edição. Recife: Editora do autor, 2005. p.200.

¹²⁹ Idem, p.201

Em contrapartida os fundadores da APL, bacharéis de formação, diga-se de passagem, são construídos pelas fontes do período, almanaques, revistas e folhetos, totalmente com postura divergente dos textos literários. São homens de destaque social, de formação e carreira profissional honrada e representativa do homem repleto de moral, sensatez e erudição como se verá em capítulo posterior.

A base da Faculdade de Direito se fez presente de tal modo, que a produção da literatura realizada pelos fundadores da APL se vestiu de um cientificismo originário dessa instituição, ao ponto que todo homens de letras, que prezasse pela sua visibilidade lançava ao público através de jornais, revistas, almanaques e até mesmo como livro, textos que tivessem essa base teórica exposta de forma muito clara. Assim, se consolidou um tipo de literatura com textos cientificistas, polemistas e críticos das variantes sociais que existiam no Brasil¹³⁰. Não obstante, tendo a formação jurídica e científica na base de muitos intelectuais, a literatura ficou nas mãos deles ou como argumentou Fernando de Azevedo:

Essa atração pelas letras chegou a generalizar-se de tal modo no Brasil que nenhum profissional parecia julgar-se completo sem se dobrar de um letrado. Os bacharéis pela própria natureza de seus estudos e pelos serviços que lhes presta, na atividade profissional, o domínio da língua eram os mais sujeitos dessa poderosa atração. Não havia quase estudante de Direito que não pagasse o seu tributo à poesia e à retórica ou perpetrasse na mocidade, alguns pecados literários; e só quando lhes sorria a literatura é que os bacharéis sentiam-se abrir perspectivas na carreira intelectual: tão irmanadas andavam na especialidade, as letras e a profissão¹³¹.

Mas o academicismo e o cientificismo não estavam limitado aos textos jurídicos e literários, afinal, como muitos dos integrantes da Academia Pernambucana de Letras também produziram textos que reportavam à história e à geografia de Pernambuco essa influência cientificista adentrou na produção da história da nação e da província. Ou seja, a produção que teve por base a dinâmica da Escola do Recife também alterou de forma significativa a escrita dos textos histórico e geográficos e adentrou o espaço do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

¹³⁰ Cf. VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹³¹ AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: 1943, p.169.

2.2 Da História para a Literatura: O Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e a produção das Letras.

Do grupo apontado no quadro de escritores que fundaram a APL outro fator determinante é que todos integraram de alguma forma o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Este diferiu do modelo metodológico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que pretendia uma história geral do Brasil. o IAHGP foi responsável por contar a História de Pernambuco no Império e na primeira metade do século XX e esteve com foco metodológico em documentos dos tempos coloniais, em especial do período holandês e em contar uma história da província¹³². Mas em que medida o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano contribuiu para o campo literário do Recife na virada dos séculos?

Segundo Manoel Salgado pensar a história é uma das marcas características do século XIX e neste processo o historiador deixa de ser um homem de letras e passa a ser visto como pesquisador de uma questão central que se chama nacionalidade. Baseados nos moldes das academias ilustradas europeias dos séculos XVII e XVIII se criou no século XIX um *corpus* de instituições cujos eleitos a partir de relações sociais determinavam um lugar de fala e regras de como se escrever a história¹³³. Nesta medida é que em 1838 se fundou o Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (IHGB) e seus sócios passaram a pensar a ideia da nação brasileira, diferenciando-se de outros países e definindo-se pela diferença. Nesta operação historiográfica, para usar a expressão de Michel de Certeau, “O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter portanto aquela abrangência a

¹³² Parte dessa história dos institutos já vem sendo contada por alguns historiadores e adentram nesta tese como um material necessário para compreender os feitos dessas instituições. Como é o caso dos trabalhos de Angela de Castro Gomes e George Félix Cabral de Souza. Tais trabalhos nos faz refletir sobre o fazer história e o que era ser historiador, além de apresentarem uma cronologia dos acontecimentos ocorridos nestas instituições. Cf. . GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009 e SOUZA, George F. Cabral de. Et al. **Instituto Arqueológico. Histórico e Geográfico Pernambucanos**: breve história ilustrada. Recife: IAHGP, 2010.

¹³³ GUIMARAES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**. Nº 1. Rio de Janeiro, 1988.

que o conceito se propunha no espaço europeu¹³⁴”. A emergência da proposta de gerir a nação se deu a partir de duas diretrizes: a coleta de documentos e publicações e o incentivo aos estudos públicos de natureza histórica. De tal modo definiu-se nos estatutos aquilo que Manoel Salgado explicita como pretensões do IHGB:

[...] manter relações com instituições congêneres, quer nacionais, quer internacionais, e em constituir-se numa central, na capital do Império, que incentivando a criação de institutos históricos provinciais, canalizasse de volta para o Rio de Janeiro as informações sobre as diferentes regiões do Brasil¹³⁵.

Apoiado pelo governo imperial o IHGB acabou por elaborar uma arqueologia do saber que legitima saberes, homens e poderes de produção dos discursos sobre a nação. Muitos dos saberes produzidos se deram pelas mãos de homens que estavam na rede de funções do aparelho estatal como: juristas, militares, religiosos e políticos. Sujeitos que também estavam na composição das elites imperiais.

A forma de ingresso nessas instituições se deu como em muitas outras do período imperial: relações sociais e pessoais, capital financeiro e interesses políticos vinculados ao imperador. Após ingressar, esses sócios tendo por base o movimento romântico vão estabelecer signos de nacionalidade como o indígena, as belezas naturais e o passado de lutas em prol da independência do país no caso do IHGB e no caso do pernambucano seriam as lutas da província e o passado que contava com a expulsão dos holandeses. Ao elencar esses temas estaríamos tendo uma nação e uma civilização nos trópicos e mantendo o devido diálogo com outros órgãos estrangeiros.

A partir de tais ideias o IHGB e o IAGP se consolidaram e ganharam apoio, do Imperador além executar e fazer circular uma série de trabalhos que ganham caráter de representante da história nacional e passaram a ser o discurso legitimado na rede pública de ensino e nas rodas intelectuais até o início do século XX.

Luis Felipe de Alencastro destaca que os historiadores pernambucanos foram os primeiros a organizar cientificamente a disciplina da História e alerta

¹³⁴ Idem. p. 07.

¹³⁵ Idem. p. 08.

que foi em Pernambuco que suscitou uma resposta, inscrita na corrente nativista, como forma de reação a escrita de uma história imperial, que se fazia no Rio de Janeiro sobre os ditames do IHGB. Percebe-se assim, que essa lógica de criar duas metodologias para escrever a história do país, pós Varnhagen foi algo construído entre os pesquisadores do século XIX, que ora alertavam para o fazer uma história geral do Brasil, ora para uma história feita de forma regional, ou até mesmo municipal¹³⁶.

Tanto o IHGB quanto o IAHGP foram órgãos, como destacou Lilia Moritz Schwarcz¹³⁷, apoiados pelo imperador, ou pelos próprios sócios e se caracterizavam mais como sociedades de corte, especializados na produção de um saber de cunho oficial.

Segundo José Honório Rodrigues:

Na história intelectual do Brasil os Institutos históricos representam uma ação cultural pioneira. Eles procuraram, a princípio, o sentido da tradição do passado na sociedade brasileira. Estudando com carinho nossas raízes, evocando nossas lutas políticas e sociais, tentaram por em relevo antes as influências sensíveis ou desprezadas dos nossos feitos do que dos nossos defeitos. Os Institutos Históricos inauguraram na História da história brasileira uma nova fase. Até então, a História havia sido ou um sermão de padres ou uma crônica eclesiásticas de virtudes cristãs. Coube aos Institutos históricos tornar civil e política a história do Brasil¹³⁸.

Sobre a história do IAHGP, sabe-se que o processo de sua formação foi lento. José Antonio Gonsalves de Mello registrou que, desde 16 de setembro de 1837 se procurava por dados que retratassem a respeito da história de Pernambuco e do Brasil de maneira geral. Mello cita do Diário de Pernambuco a seguinte nota:

Uma Sociedade de Literatos Pernambucanos nos propõe-se a escrever a História desta heroica Província, desde seu descobrimento até os nossos dias. A mesma sociedade roga aos seus concidadãos

¹³⁶ ALENCASTRO, Luis Felipe. Desagravo de Pernambuco e a glória do Brasil: a obra de Evaldo Cabral de Mello. In: **Revista Novos Estudos CEBRAP**, nº 26, Março de 1990. pp.219-228.

¹³⁷ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Ver o capítulo em que a autora versa sobre os Institutos Históricos.

¹³⁸ RODRIGUES, José H. Apresentação. In: **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife. Vol. XLIV – Anos de 1954-1959. p.09

que tiverem documentos, memórias, etc., relativamente a este objeto dignem de os emprestar¹³⁹.

Todos os dados que fossem recolhidos

[...] deveriam ser entregues na loja de livros nº 37 e 38 na Praça da Independência. Os cedentes receberiam como garantia de devolução um recibo e como recompensa um exemplar da obra, quando ela ficasse pronta¹⁴⁰.

Outro acontecimento importante a respeito da ausência de alguma entidade que fosse a propulsora dos estudos sobre Pernambuco foi a visita do Imperador D. Pedro II no ano 1859 à província. O imperador registrou em seu diário que ficou decepcionado com a “ignorância que encontro em geral nos pernambucanos da história gloriosa de sua província nessa época”. Era interesse do líder do país saber sobre fatos locais, pessoas e relatos da guerra contra os holandeses. Daí partiu a sugestão do imperador para se criar em Pernambuco um órgão aos moldes do IHGB¹⁴¹.

Em 11 de outubro de 1861, o *Diário de Pernambuco*, jornal de grande circulação na província, questionou: “teremos nós uma história propriamente nossa, propriamente pernambucana?”¹⁴². O próprio editorial chegou a responder que sim, porém faltavam homens e um órgão responsável para buscar fontes e fazer tal registro. A partir de então alguns homens de letras sentiram-se provocados e segundo a *Revista do IAGP*, em 07 de janeiro de 1862 circulou na cidade um convite para se organizar uma reunião na Biblioteca Provincial, que se localizava no Convento do Carmo do Recife.

Ilustríssimo Senhor – quando todas as nações polidas, ainda as mais adiantadas, não cessam de mostrar decidido empenho pela aquisição de cabedal com que enriqueçam a sua história pátria, é certamente para sentir que a Província de Pernambuco, ainda na infância de sua literatura, e aliás, tão cheia de gloriosas recordações, não possua uma sociedade, que seguindo, embora de longe e modestamente, o nobre exemplo da capital do Império com seu importante Instituto Histórico e Geográfico, se aplique desvelada e exclusivamente, já a colher e fazer perpetuar tradições que perder-se-iam com o volver dos tempos, já a pesquisar e reviver documentos ainda não

¹³⁹ MELLO, José A. G. de. **Diário de Pernambuco**: economia e sociedade no 2º Reinado. Recife: Ed.UFPE, 1996. p.109.

¹⁴⁰ Idem. p. 115.

¹⁴¹ Cf. PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**. 2ª edição. Recife: FUNDARPE, V.I, 1983. Páginas introdutórias.

¹⁴² **Diário de Pernambuco** 11 de out de 1861. Acervo FUNDAJ.

vulgarizados, e já finalmente a descobrir, verificar e dar notícia de monumentos e padrões, que, servindo para lançar a luz sobre certos fatos e de notar a passada existência de outros, concorram para o desenvolvimento de uma história propriamente nossa.

Assim pensando, lembraram-se os abaixo assinados de promover a criação de uma tal sociedade, sob nome de Arqueológica Pernambucana; e, certos de que à dedicação e patriotismo reúne V. as precisas habilitações e recursos para a realização desta ideia, tem a honra de invocar a coadjuvação de V. convidando-o para ser sócio instalador, e rogando-lhe que, no caso de anuir a isto, se digne de comparecer no salão da Biblioteca Pública Provincial, pelas 11 horas do dia 28 do corrente, escolhido para a instalação da sociedade, por ser aniversário da Restauração de Pernambuco do poder holandês, em 1654.

Somos com a maior estima e consideração de V. – atenciosamente veneradores – Joaquim Pires Machado Portela – José Soares de Azevedo – Antonio Ragel de Torres Bandeira – Antonio Vitrúvio Pinto Bandeira e Acioli Vasconcelos – Salvador Henrique de Albuquerque¹⁴³.

A busca das fontes e os responsáveis por fundar esse órgão teria dado o ponto de partida ao fundar em 28 de janeiro de 1862 o Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano e já no primeiro encontro ficou claramente exposto que os principais objetivos deste centro de saber, que se formava, eram salvaguardar a história da pátria e mostrar a importância de Pernambuco na história do Brasil. Essas duas concepções ficam claras ao analisar o seu principal periódico e identificar que mais de 50% da produção versava sobre esses dois eixos. Na província, como demonstrou Lília Schwarcz: “a concentração temática é tal que os textos sobre Pernambuco chegam a significar 83% do total de artigos da revista. Também os temas e eventos selecionados recebem um tratamento repetitivo¹⁴⁴”.

Entre os sócios fundadores há que se destacar o perfil social deles. Em sua maior parte eram filhos de uma elite rural, que enfrentou diversas crises na produção de açúcar e do algodão e que por um sentimento bairrista defendiam a força do Leão do Norte nas diversas investidas militares e culturais ocorridas desde o período da colonização, principalmente os eventos de 1817, 1824 e 1848¹⁴⁵. Mas isso podemos atribuir aos sócios fundadores do IAHGP, pois na

¹⁴³ **Revista do IAHGP**. Recife : n. 2, jan-1864, pp.58-60.

¹⁴⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p.120.

¹⁴⁵ Sobre essa ideia de que os sócios fundadores eram decorrentes de uma elite rural da açucarcocracia pernambucana ver. SOUZA, George F. Cabral de. Et al. **Instituto Arqueológico. Histórico e Geográfico Pernambucanos: breve história ilustrada**. Recife:

geração do final do império a presença de profissionais liberais predominou e foram exatamente esses homens que pensavam na produção de textos históricos que começaram a gerir a ideia de uma literatura feita em Pernambuco a incitar a necessidade de se criar uma casa que pensasse as artes da escrita no terreno da poesia, do romance, da crônica, do conto e de tantos outros gêneros literários.

A criação do IAHP, que na época de sua fundação e durante todo o século XIX e parte do XX ficou conhecido como IAGP propiciou a construção de um mito identitário pernambucano que pode ser representado através do hino estadual na expressão: “nova Roma de bravos guerreiros, Pernambuco Imortal, Imortal”.

No trabalho de gerir essa imortalização de Pernambuco, a religião, o patriotismo e a nação foram temas recorrentes nos discursos dos sócios pronunciados nas reuniões¹⁴⁶. Eram temas que se cruzavam de tal forma, na qual deixa a impressão de serem harmônicos num período tão conturbado politicamente que foi a segunda metade do século XIX na província.

Foi uma luta desigual, mas nunca se viu tanta virtude, tanto heroísmo, tanta abnegação. Cada brasileiro vale um heroe, cada heroe uma história, cada história uma eternidade(...) mas primou o milagre que é a força mais de Deus que do homem; uma história sagrada: houve um Moyses foi Vidal, tivemos um Gedeão, foi Vieira, também houve um Sansão foi Henrique Dias, um Josué foi Camarão. Liberdade, religião, pátria, tudo lhe devemos¹⁴⁷.

Provocações, buscas, encontros e desencontros foram responsáveis por fazer nascer o Instituto. Após sua fundação passou a circular o órgão que teria a responsabilidade de escrever e difundir a História da província, a Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. A bem da verdade, o Instituto de Pernambuco buscava ser o produtor da história da

IAHP, 2010. Em especial o capítulo 2 A fundação e os anos iniciais. Outro trabalho que referenda essa presença de filhos de uma elite rural compondo o quadro de fundadores do IAHP é o capítulo sobre esta instituição apresentado por Lilia Schwarcz e já citado em nota anterior.

¹⁴⁶ Sobre a historiografia produzida pelo IAGP vale consultar GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. **Religião, Pátria e Liberdade**: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876. (Dissertação de Mestrado em História) Recife: PPGH/UFPE 1996.

¹⁴⁷ **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife.— Ano 1884. p.460.

província e legitimar por meio dessa produção, ser o que poderíamos chamar de “guardião da memória histórica”.

Outros temas também foram assuntos discutidos no IAHGP e na sua revista, de forma menos expressiva que o trabalho patriótico e ufanista, mas revela uma relação com a chegada das teorias sociais oriundas da Europa no século XIX como: mestiçagem, branqueamento, evolucionismo e determinismo social, pois aparecem nos discursos de alguns membros do IAGP¹⁴⁸.

A literatura que se produziu no Recife pela escrita dos fundadores da APL estava carregada deste modelo de escrita histórica legado pelo IAGP, em que grandes datas, nomes, heróis, conquistas pernambucanas são representativas da narrativa literária. Entre os textos literários com teor históricos publicados na Revista da APL tem-se um quantitativo de seis trabalhos: *Estudos sobre Pernambuco* (Arthur Orlando), *Apontamentos para a história da litteratura pernambucana* (Pereira da Costa), *Legendas da Pátria* (Carneiro Vilella), *O jornalismo literário em Pernambuco* (Alfredo de Carvalho), *República do Equador* (Alfredo de Carvalho) e *Estudo Bio-bibliographico pernambucano* (Sebastião de Vasconcelos Galvão)¹⁴⁹. Esses textos correspondem a aproximadamente 22% dos textos publicados nos oito números da revista em 1901 e 1902.

Vale lembrar que não apenas na Revista da APL foram publicados textos históricos, mas muitos trabalhos foram publicados como livros: *História do Direito Nacional* (Martins Júnior), *Soberania e Acre* (Martins Júnior) *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco* (Sebastião Galvão), além dos muitos trabalhos publicados por Pereira da Costa, em que se pode considerar como o pesquisador que mais condensou fontes e

¹⁴⁸ Sobre o assunto das teorias raciais dentro dos Institutos históricos do país Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. É interessante que a autora apenas menciona no tópico “*Uma Raça Pernambucana*” a problemática racial.

¹⁴⁹ Os textos seguintes textos da Revista da APL foram publicados em partes: *Apontamentos para a história da litteratura pernambucana* (2 partes) *Legendas da Pátria* (3 partes), *O jornalismo literário em Pernambuco* (3 partes). Cf. **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Anos de 1901 e 1902. Acervo FDR.

escreveu textos históricos sobre Pernambuco, com destaque para os Anais Pernambucanos¹⁵⁰.

Tendo por base de formação intelectual essas duas instituições, percebe-se que tanto a Faculdade de Direito do Recife, quanto o Instituto Histórico Pernambucano foram determinantes no exercício da produção dos textos desses literatos e foram os órgãos que fabricaram os homens que fundaram a Academia Pernambucana de Letras. Além de estar nessas instituições e beber de suas ideias, os acadêmicos estiveram durante grande parte de suas práticas sociais envolvidos no processo da conquista de uma carreira promissora e de destaque, porém, sempre em nível local. Mas além de bacharéis/pesquisadores e conhecedores de fontes sobre o Direito e a História de Pernambuco esses fizeram trajetória e fabricaram a imortalidade também na imprensa e no cenário da política.

¹⁵⁰ Por se tratar de um conjunto muito extenso de produtos textuais e que demandariam muitos anos de pesquisa optei por não trabalhar com textos históricos e jurídicos dos fundadores da APL, mas apenas com os textos de caráter ficcional: romances, crônicas, contos e poesias. Análise apresentada em capítulo mais adiante. A atenção especial foi dada aos romances.

CAPÍTULO 3

O GABINETE PORTUGÊS DE LEITURA, A IMPRENSA E A POLÍTICA NA VIDA DOS LITERATOS DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS

“Se ele não tem recursos, vai levar dez anos para ganhar a vida com a pena”

Honoré de Balzac

A trajetória profissional dos homens que se dedicaram à produção literária no Recife precisa ser analisada como uma grande teia, principalmente pelo fato de que quase nenhum teve sucesso em nível nacional na literatura, a exceção de Carneiro Vilella, Martins Júnior e Artur Orlando. Isso se deve como destacou Marcio Nascimento, porque:

O desejo de conjugar vida intelectual com a atividade política ou a necessidade e viabilizar a carreira intelectual com a carreira público-burocrática representou, em termos gerais, uma força inercial para retardar o progresso da vida literária ¹⁵¹.

Mas esse desejo só se tornava possível quando tais homens ganhavam legitimidade entre os pares e por meio de práticas de sociabilidade. Por isso, questiona-se neste capítulo como se deu a presença desses literatos no Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (GPL), na imprensa e na política, pois se entende que tais espaços eram legitimadores da produção literária e do campo na qual os escritores estavam inseridos. Quero com isso afirmar, que era preciso estar no principal centro de leitura local, na imprensa e na política para ter sucesso na literatura. Na prática essa relação GPL, Imprensa e Política era também uma das formas de adquirir certa distinção social.

¹⁵¹ NASCIMENTO, Marcio Luiz do. **Primeira Geração Romântica versus Escola do Recife:** trajetórias de intelectuais da corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife. (Tese de doutoramento em sociologia) São Paulo: USP, 2010, p.117.

3.1 O Gabinete Português de Leitura de Pernambuco na vida dos literatos da APL

O comendador José Alves, que em 1850, era ocupante do cargo de chanceler do Consulado de Portugal em Pernambuco, foi o idealizador da criação de um espaço destinado para ser ponto de encontro e do cultuar da pátria portuguesa, bem como servir de lócus da circulação literária na segunda metade do século XIX. Este espaço, na prática, foi o *Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco*, cuja fundação ocorreu em sessão solene no Teatro Apolo, em 03 de novembro de 1950 e teve o cirurgião e jornalista João Vicente Martins como o primeiro responsável a formar a diretoria da instituição. O Gabinete, na ocasião de sua fundação, localizava-se na Rua da Cadeia Velha, hoje Rua Marques de Olinda, e permaneceu neste espaço até ano de 1921, quando se concluiu a atual sede, que se encontra na Rua do Imperador.

Uma das primeiras ações da diretoria foi a criação de uma biblioteca. Mas, infelizmente, não se tem muitos dados a respeito dos primeiros anos de existência dessa instituição e de sua biblioteca. Não obstante, na pesquisa documental localizei os relatórios que o Gabinete produziu para os anos de 1878, 1879, 1880 e 1905 e eles dão algumas pistas da existência de uma circulação literária e da presença de alguns fundadores da Academia Pernambucana de Letras circulando nesta casa.

A biblioteca do Gabinete a princípio recebeu muitas doações dos fundadores, sócios e simpatizantes da ideia de ter um espaço de leitura no Recife. Conforme o relatório do ano de 1879, o acervo recebeu a oferta de “826 obras em 1235 volumes, inclusive folhetos¹⁵²”. Mas, segundo alguns de seus relatórios, este órgão literário, também realizou a compra de livros em cidades como Paris, Lisboa e Rio de Janeiro. Pelo que descreveu o relatório de 1878, a compra de obras para abastecer o acervo era algo efetivo e bastante custoso:

Notando-se a falta quase absoluta de obras científicas e litterárias, recentemente publicadas, e outras que tenham o mérito da actualidade, fizemos aquisição das que se acham consignadas à

¹⁵² Relatório apresentado a Assembleia geral do Gabinete Portuguez de Leitura eos 14 de julho de 1878. Recife. Typographia do Jornal do Recife. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1878. p.03.

conta de Livros e Encadernações, cujo valor monta a 1:830\$049, consoante as respectivas facturas de Paris, Lisboa e Rio de Janeiro. havendo-se extraviado centenares de obras do Gabinete, como é notório e consta dos recibos archivados em várias épocas, fizemos igualmente aquisição das mais importantes, de accordo com a nomenclatura fornecida pelo Sr. guarda-bibliothecario¹⁵³.

Além da necessidade de compra de obras para o acervo em decorrência dos extravios de obras, os relatórios também permitem perceber um fluxo de circulação das obras. Segundo os dados para o ano de 1878, o movimento da biblioteca foi assim descrito:

Durante os três últimos semestres (de outubro de 1877 a junho de 1878) sahiram 4,794 obras em 7,061 volumes , sendo 4,539 em portuguez e 255 em francez, pertencentes as seguintes matérias:

6 de theologia
2 de jurisprudência
217 de história
142 de philosophia
4,427 de bellas-lettas.

4,794

Entraram no mesmo período 4,749 obras em 6,893 volumes sendo 4,510 em portuguez, 239 em francez, pertencentes ás seguintes matérias:

7 de theologia
3 de jurisprudência
194 de historia
133 de philosophia
4,412 de bellas-lettas

4,749

Frequentaram a bibliotheca 3,795 sócios.¹⁵⁴

Tal fluxo indica um número significativo de leitores de obras diversas, em especial de livros de história, filosofia e literatura. Vale destacar, também, que os relatórios enfatizam a presença de muitos jornais no acervo, mais de 30, que podiam ser consultados pelos frequentadores do Gabinete. Neste sentido, acredita-se que a aquisição de obras para o acervo pode ter sido, não apenas por doações e compras, mas também em decorrência do número de frequentadores da biblioteca do Gabinete, uma das poucas existentes na cidade na segunda metade do século XIX, sujeitos esses que em sua grande

¹⁵³ Relatório apresentado a Assembleia geral do Gabinete Portuguez de Leitura aos 14 de julho de 1878. Recife. Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1878. p.03.

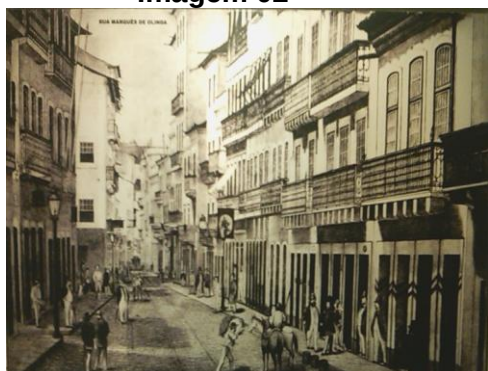
¹⁵⁴ Relatório apresentado a Assembleia geral do Gabinete Portuguez de Leitura aos 14 de julho de 1878. Recife. Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1878. p. 08.

maioria eram literatos, estudantes da Faculdade de Direito e pessoas da colônia portuguesa, ou seja, portugueses que habitavam na cidade.

Mas o Gabinete não foi apenas um espaço para as práticas de leitura, muitas vezes ele foi espaço de sociabilidade dos literatos que fundaram a Academia Pernambucana de Letras e dos letrados do período. Os relatórios citados anteriormente, em especial o do ano de 1905, mostra, que além de ter sido um local para as primeiras reuniões que antecederam a fundação da APL, ele era frequentado e recebia doações de obras de alguns dos membros da APL. Conforme relatório do ano de 1905 compareceram para solenidades e fizeram ofertas de obras para a instituição: Joaquim Barbosa Vianna, Arthur Orlando, Theotônio Freire, Regueira da Costa, José Izidoro Martins Júnior, além do mais alguns deles estão descritos na relação de sócios honorários ou correspondentes do Gabinete.

Estar no espaço do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco era também uma forma de se fazer visível entre os pares e mostrar-se como admirador e produtor de uma literatura que merecia respeito em esferas sociais maiores. Não bastava circular ou consumir as obras disponíveis na biblioteca do Gabinete, era sim preciso frequentar as reuniões, os salões e as comemorações que este órgão realizava, como o Dia da Colônia Portuguesa e o Dia de Camões, datas significativas para esta instituição. Além do Gabinete estar na imprensa era algo corriqueira para muitos do literatos fundadores da APL.

Imagem 02



Fonte: Cartão Postal da Rua Marques de Olinda. Neste conjunto de casarões se localizava o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco no século XIX. Acervo FUNDAJ.

Imagem 03



Fonte: Salão de Honra do GPL no 55º Aniversário – 1906. Acervo GPL.

3.2 Fazendo carreira no jornalismo

A carreira literária dependia do percurso profissional trilhado por cada um. Ao observar o panorama de escritores mencionados no quadro prosopográfico (Tabela 2), percebe-se, que as atividades desenvolvidas por eles são em sua grande maioria burocráticas (Advogado, Desembargador, Político, entre outras) e todos de alguma forma integraram o corpo do jornalismo (noticioso, humorístico, literário, político). Como sugere Pierre Bourdieu, o capital social¹⁵⁵ adquirido por esses sujeitos foi grande e determinante para solidificação das carreiras que desempenharam.

De maneira geral, as etapas de aquisição de um bom capital social eram graduais. No caso dos literatos do Recife, se iniciava com a formação pela Faculdade de Direito, adentrava-se para o Instituto Histórico, frequentavam o Gabinete Português de Leitura, estavam presentes no jornalismo e assim era possível se fazer visível na sociedade letrada. Quase como que uma condição para fazer carreira, tais sujeitos escreviam diariamente em algum periódico, eram donos de jornais ou atuavam como colaboradores de periódicos locais e de outras províncias e também participavam da política, por isso se faz importante conhecer a atuação deles nesses outros espaços.

Desde o tempo de estudantes na faculdade, escrever para jornais, publicar poemas e crônicas ou fazer traduções havia se tornado uma prática corriqueira e até mesmo banal em muitos casos. Sobre o período da virada dos séculos, Gilberto Amado em suas memórias destacou essa sede de escrita, enfatizando que:

Os rapazes da Faculdade, que em Pernambuco escreviam nas revistas acadêmicas e mesmo nos jornais, botavam tudo que tinham aprendido para fora, mostrando uma sabença exagerada, isto é, falta de intuição da arte de escrever. Montavam em cima dos assuntos para se engrandecerem. Aspiravam à fama de filósofos continuadores de Tobias Barreto¹⁵⁶.

O jornalismo da virada de séculos foi sem dúvida, o grande canal para travar práticas de sociabilidade, seja de forma positiva ou negativa. A palavra lançada nos jornais tinha via de mão-dupla, pois era pelo texto impresso que se

¹⁵⁵ Cf. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

¹⁵⁶ AMADO, Gilberto. **Minha formação no Recife**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955. p.

atacava e se via atacado. A importância de se lançar nos jornais era tão grande que o exemplo mais claro a ser notado é a figura de Machado de Assis. Sidney Chalhoub ao analisar os textos deste literato mostra como refletiam a sociedade e que a atuação nos jornais era fulcral para o sucesso e aceitação do que se produzia¹⁵⁷. Somado a isso, integrar algum tipo de grêmio literário era outra condição essencial para se ter destaque. Entretanto, essa prática não foi algo típico do grupo pós Geração de 1870, pois já era algo realizado antes mesmo do II Reinado, como destacou José Aderaldo Castelo ao mencionar:

“o *Areópago de Itambé*, com Arruda Câmara, as Academias *Suassuna*, dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque, e o *Paraíso* do Pe. João Ribeiro Pessoa, a *Universidade Democrática*, de Antonio Carlos, a *Oficina de Iguaraçu*, de Francisco Xavier de Moares Cavalcanti, todas voltadas para o destino do país, promovendo discussões de ideias políticas liberais, preparando as revoluções de 1817 e 1824¹⁵⁸”.

Ao passar pela base bacharelesca, pelo jornalismo e ao integrar grêmios os homens de letras já tinham percorrido metade do caminho para ser visível na malha dos pares e de uma elite letrada e política. Pode-se inferir que esta inserção e reconhecimento pelos pares sociais corrobora com a ideia da historiadora Ana Luiza Martins, quando ela discorre sobre a produção periódica em São Paulo na virada de séculos e argumenta que a base bacharelesca era via de acesso à imprensa e por tabela à sociedade burguesa. Segundo a autora:

Aliando funcionalismo/literatura, magistério/literatura, jornalismo/literatura, os bacharéis encontraram no periodismo a representação possível para suas carreiras híbridas. Na maioria originários de famílias bem situadas, mas geralmente vivenciando o declínio econômico, colocaram-se na alta burocracia, ou no funcionalismo, ostentando a posição do literato em meio provinciano e meio culto. Mais que isso esse bacharel transformou a atividade literária em capital cultural que lhe garantiu, com honra, a inserção na sociedade burguesa¹⁵⁹.

Reconhecidos socialmente, o passo seguinte era assumir cargos públicos como chefe de polícia, juiz, desembargador, diretor de órgãos e por

¹⁵⁷ Cf. CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁵⁸ CASTELO, Jose Aderaldo. Os pródromos do romantismo. In: COUTINHO, Afrânio. (Dir.) **A literatura no Brasil**. Vol. II (Romantismo) Rio de Janeiro: Editora Sul América, 1969. p. 53. Grifos do original.

¹⁵⁹ MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2008. p.437.

fim cargos políticos como deputados e senadores. Formados em sua grande maioria entre os 20 e 25 anos, os literatos não demoravam a engrossar o caldo da política pernambucana. Alguns tinham ascensão meteórica, outros passavam anos lutando pela causa republicana e há ainda os que não conseguiam ganhar a simpatia do público em geral, e não passavam mais do que uma gestão na política. Levando em consideração o quadro de escritores mencionado, podemos elencar alguns nomes e mostrar como essa sequência (**FDR> Jornalismo> Cargo Público> Cargo Político> Visibilidade Literária**) foi preponderante na carreira de dez dos vinte homens de letras que em 1901 se agrupam para fundar a APL:

- **José Izidoro Martins Junior** formou-se na FDR, ainda na faculdade já havia integrado o corpo do jornalismo, inclusive sendo dono do jornal *O Norte*, foi lente da FDR, atuou fortemente nas campanhas da abolição e da república, foi chefe de polícia, assumiu por fim a política como deputado federal.
- **Bianor Medeiros** trabalhou como auxiliar de livraria, formou-se na FDR, escreveu para *A Província*, foi funcionário dos Correios, foi professor do Ginásio Pernambucano e chegou a ocupar o cargo de deputado federal.
- **Artur Orlando** cursou a FDR, atuou como jornalista redator-chefe do *Diário de Pernambuco*, redator de *A Província*, colaborou com o *Jornal do Recife*, *Revista Brasileira* e a *Revista Ilustrada*. Foi professor na FDR e assumiu a política como deputado federal.
- **José Joaquim Faria Neves Sobrinho**¹⁶⁰ formou-se na FDR, foi dono do jornal *Revista Norte*, atuou como Promotor, foi professor do Ginásio Pernambucano e por fim atuou como deputado federal.

¹⁶⁰ José Joaquim Faria Neves Sobrinho nasceu no Recife em 02 de abril de 1872. Foi jornalista, chegou a ser redator do *Diário de Pernambuco*, atuou como político em que foi Deputado Estadual e Federal. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife, atuou como professor do Instituto Benjamim Constant, onde lecionava a cadeira de Latim. Fundou a APL e ocupou a cadeira de nº 16. A influência da literatura parnasiana era muito forte na produção poética de Faria Neves, bem como o gosto pelos temas mórbidos, com certo determinismo biológico e acentuado pessimismo existencialista. No gênero poético se destacou na produção de sonetos. Atuou no IAHGP como sócio e teve uma significativa produção de poemas e de grande destaque foi o Romance *Morbus* prefaciado por Clovis Bevilacqua (1898), publicou também: *Quimeras*(1890), *O Hidrofóbo* (1896), *Estrophes* (1911), *Pôr do Sol* (1920), *Sol Posto* (1923), *Crepúsculo* (1924), *Noite* –Obra póstuma (1935). Faleceu no Recife em 04 de janeiro de 1927.

- **Gervásio Fioravanti Pires Ferreira** frequentou os bancos da FDR, No jornalismo escreveu para o jornal *O Norte*, *Diario de Pernambuco* e *A Província*, foi professor da FDR e assumiu o cargo de deputado Federal.
- **João Batista Regueira da Costa** formou-se pela FDR, escreveu para o *Diario de Pernambuco* e para o *Almanaque de Pernambuco*, foi professor do Ginásio Pernambucano e também foi deputado federal
- **Francisco Augusto Pereira da Costa** foi funcionário público, formou-se na FDR, atuou como jornalista no *Diario de Pernambuco*, Professor do Liceu de Artes e Ofícios e chegou a assumir a política como deputado estadual.
- **Francisco Phaelante da Câmara**¹⁶¹ formou-se na FDR, adentrou o funcionalismo público como juiz, atuou como jornalista do *Diario de Pernambuco*, tornou-se professor da FDR e também ocupou a política como deputado estadual.
- **Carneiro Vilella**, na consolidação de sua carreira, apesar de fazer uso do discurso de homem que vivia de parcas rendas das gaiolas que fazia, passou pela Faculdade de Direito, fez longa carreira no jornalismo, publicando textos em quase todos os jornais de grande circulação (*Diario de Pernambuco*, *A Província*, *Jornal Pequeno*), foi dono de jornais como *América Ilustrada* e *O João Fernandes* e é o literato que teve o maior quantitativo de trabalhos lançados em forma de folhetim e posteriormente como livro. Vilella só não assumiu cargo

¹⁶¹ Francisco Phaelante da Câmara Lima nasceu em 22 de outubro de 1862, no Engenho Jussara, na cidade de Jaboatão dos Guararapes. Viveu sua infância no engenho e na adolescência transferiu-se para Recife, onde realizou seus estudos primários e veio a bacharelar-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Tendo na bagagem de sua formação os ensinamentos de Tobias Barreto. No processo de sua formação dedicou-se à literatura, compondo poesias e passou grande parte de sua vida como jornalista, orador de solenidades acadêmicas e como político. Durante anos passou a lecionar na Faculdade de Direito do Recife. Em 1901 a cadeira de nº 02 da Academia Pernambucana de Letras, era de Gregório Júnior, porém este não ocupou a vaga, devido sua morte, sendo logo a cadeira ocupada por Faelante da Câmara. Tanto que, no quadro dos fundadores da APL, Faelante aparece entre eles. Sua posse ocorreu em 22 de junho de 1901 e quem o recebeu para discurso de posse foi Carlos Porto Carreiro. Entre as produções literárias deste escritor têm-se os textos: *Tentames* (versos), *Elétricos*, *Verdades ao Sol*. No campo do Direito elaborou o plano de estudos de direito criminal da FDR, e publicou alguns textos sobre as ciências jurídicas na Revista da FDR. Faleceu em 28 de janeiro de 1909, na cidade do Rio de Janeiro.

político, entretanto foi um ferrenho crítico das mudanças políticas entre a monarquia e a república e foi um polemista ferrenho nos periódicos que publicava.

A permanência desses homens nos jornais foi quase que preponderante em toda a vida deles, seja para escrita noticiosa ou literária. Como escreveu Sidney Chalhoub: “jornalismo e literatura eram ofícios quase intercambiáveis: as mesmas personagens praticavam regularmente os dois ofícios, e se exercitavam nas variadas formas de texto existentes em cada um deles¹⁶²”. Sobre o tema, continua o autor:

Ademais, a imprensa do século XIX estava permeada por procedimentos de ficcionalização nos vários tipos que a constituíam, fosse noticiário, correspondência, anúncio, humor, até editorial, além de crônica, conto, e romance-folhetim, gêneros os quais se suporia literários, apesar de sobre a crônica ainda pairar um preconceito documentário duro de matar¹⁶³.

É importante mencionar que o jornalismo do período, além de misto nos textos destacou-se em três instâncias: noticioso, literário e humorístico¹⁶⁴. Alguns letrados transitaram nas três categorias, mas de forma mais ampla estiveram presente no noticioso e no literário.

O primeiro tipo, o noticioso, se preocupava em retratar os acontecimentos diários de cunho internacional, nacional e local. Divulgavam-se fatos, disputas do cenário político tanto monárquico quanto republicano, a instabilidade econômica, as decisões que interferiam diretamente na dinâmica social. De destaque tem-se: *Diário de Pernambuco*, *A Província*, *Jornal Pequeno*, *Correio do Recife*, *O Norte*, etc.

¹⁶² CHALHOUB, Sidney. Apresentação. In: **História Social**. Campinas: UNICAMP, n.22-23, 1º e 2º semestres. 2012. p.12.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Sobre a produção de jornais, sua materialidade e mudanças técnicas no Brasil Cf. ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da Fotorreportagem no Brasil**: A fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Sobre o tema ver também CARDOSO, Rafael. O Início do design de livros no Brasil. In: CARDOSO, Rafael (org.) **O Design Brasileiro Antes do Design**: aspectos da história gráfica 1870-1960. São Paulo: Cosac Naif, 2005. Tais trabalhos denotam a importância que os tipos de jornais e a diagramação/formato deles tinham para a circulação dos mesmos, pois é possível investigar em certa medida para qual público eram destinados.

O segundo, o jornalismo literário estava diretamente ligado à promoção das letras no sentido amplo da palavra, ou seja, divulgação de textos estrangeiros e nacionais, saberes científicos, poesia, prosa. Valorização de correntes literárias diversas e uma postura de exaltar a produção nacional com uma forte influência da geração do Romantismo. Temos: *O Heliantho*, *Pallium*, *Helios*, *O Lábaro*, *O Lyrio*, *O Progresso*, *Cultura Acadêmica*, *Revista de Pernambuco*, *Revista do Norte*, além dos Almanques que agregavam de forma significativa uma produção literária, entre eles *Almanach de Pernambuco* e *Almanak Literário Pernambucano*.

Machado Neto defende que a intelectualidade da época adentrou no jornalismo literário e dividiu-se entre os apologistas e os críticos literários. Os primeiros teciam comentários de elogios aos textos literários que eram publicados, já os segundos elaboravam críticas ferrenhas, que muitas vezes adentravam na esfera das relações pessoais. João do Rio, José Veríssimo, Silvio Romero, Carneiro Vilella, Aníbal Freire, Martins Júnior, Alfredo de Carvalho e tantos outros nomes acamparam nesse cenário. Machado Neto ainda afirma que:

O resultado desse comércio foi que o escritor se viu transformado em *vedeta* e teve de brilhar para agradar ao respeitável público, que já ia pressuroso às páginas dos diários buscar a crônica chorosa ou alegre – segundo os gostos - de sua preferência, o poeta de seu encantamento, o folhetim romanesco de sua impossível mas compensadora aventura ou o repórter galante dos encantos e dos mistérios[...] ¹⁶⁵.

Escritor pernambucano que se dedicou a elaborar considerações a respeito do jornalismo literário foi Alfredo de Carvalho. Diversas vezes ele é citado na Revista da Academia Pernambucana de Letras como o historiador do jornalismo literário. Em artigo intitulado *O Jornalismo Litterário em Pernambuco*, Carvalho apontou, que após a criação da Faculdade de Direito do Recife, em especial, da Geração de 1870 é que os homens de letras despertaram para produzir textos que levassem em consideração o teor poético e ficcional do que se escrevia localmente. O literato lamentava o fato de pouco

¹⁶⁵MACHADO NETO, Antonio L. **Estrutura social da república das letras**: sociologia da vida intelectual brasileira 1870-1930. São Paulo: EDUSP, 1973. P.90.

se valorizar essa produção e realizou uma descrição dos periódicos que foram publicados na segunda metade do século XIX na revista¹⁶⁶.

O terceiro, o jornal de humor buscava satirizar, ironizar e fazer piadas dos fatos políticos, das posturas moralizantes, das dinâmicas sociais, de leis e de diversas instâncias da sociedade. Eram repletos de charges e caricaturas que tinham nos homens e nas mulheres de maior destaque social os principais protagonistas de imagens bem humoradas. Exemplos desses jornais em Pernambuco foram: *América Ilustrada*, *A Lanterna Mágica* e *O Grillo*, *O João Fernandes*, *O Fantoche*, *Recife Ilustrado*, *O Etna*, etc¹⁶⁷.

De forma oportuna, a atuação desses literatos deu-se com o advento do processo de urbanização e modernização, na qual foi possibilitando que os jornais tivessem uma importância significativa na vida da cultura letrada do Recife, principalmente após a quebra do sistema da impressão régia e da censura, que a partir da segunda metade do século XIX proporcionou a ampliação editorial, a presença de tipografias particulares, bem como a intensificação da circulação de diversos tipos de impressos¹⁶⁸.

Elevou-se bastante o número de jornais que existiram na cidade do Recife, como escreveu Luiz Nascimento, em sua *História da Imprensa de Pernambuco*. Segundo seu levantamento de pesquisa entre os anos 1829 e 1900 eram 66 jornais e a maior parte deles foi entre 1870 e 1900¹⁶⁹. Muitos desses jornais tiveram como redatores e donos os fundadores da APL. Pelos jornais os escritores se faziam notados e mesmo que assinassem por pseudônimos, logo se identificava quem era autor de determinado texto e assim, esses homens iam sendo absorvidos pelas redes de práticas sociais que o levavam a cargos públicos de destaque. Marialva Barbosa aponta que:

Os intelectuais viam-se arrastados para o jornalismo, o funcionalismo e a política. Aproveitando-se da atmosfera de modernização, de regeneração e de mudança, os jornais promovem campanhas contra

¹⁶⁶ Cf. **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Abri-jun. Nº 2. 1901. Acervo FDR.

¹⁶⁷ Sobre esses jornais humorísticos Cf. LUZ, Noemia, Maria Pereira Queiroz da. **Os caminhos do olhar**: circulação, propaganda e humor no Recife (1880-1914). (tese de doutorado em História) Recife: PPGH-UFPE, 2008.

¹⁶⁸ Sobre esse processo de abertura do mercado tipográfico e fim da censura Cf. HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**: sua história. 3ª edição. São Paulo: Edusp. 2012.

¹⁶⁹ Cf. NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa em Pernambuco** (1821-1954). Vol. II Diários do Recife -1829/1900. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1996. p.11.

os velhos hábitos e pela introdução de novos costumes, sempre sob a égide de um discurso pretensamente científico, de forma a implantar uma nova ordem¹⁷⁰.

Foi nesse espaço do jornalismo, em constante processo de mudança tecnológica, que o campo intelectual literário foi se formando e determinando as meios de dominação de si e do outro. O jornal impresso era praticado e debatido em cafés, salões, teatro, reuniões de acadêmicos e não apenas lido no silêncio do lar ou do balcões de comércio e escritórios. Foi no jornalismo que as práticas de ser e estar em sociedade foram sendo impostas, criando representações de mundo, gerando estratégias de poder, de comunicação e de costumes, ou seja, foi o espaço por excelência das práticas de representações do real. Tinha-se na prática do jornalismo um poder simbólico, para verbalizar sentimentos, desejos, posturas ideológicas, ideias diversas que pudessem impingir na sociedade os anseios dos literatos e de um campo intelectual por eles determinado.

No Inquérito literário de 1905, lançado no *Diário de Pernambuco*, a imprensa foi elaborada como conjunto de ações exclusivistas dos grupos redacionais. Como destacou o bacharel Barreto de Menezes:

Quanto a Pernambuco, enfim, não há verdadeiramente o que se pode chamar o jornal para todos, sem exclusivismos nem ódios pessoais o *Diário* tem seu grupo, como o *Jornal do Recife*, como a *Província*, como o *Pequeno* e o *Correio*, grupos que a política organiza, com todo seu esforço de ideias divergentes, e, ao mesmo tempo, com todo seu espírito de combatividade violenta, que desorganiza, por sua vez, a missão do jornal¹⁷¹.

Denota-se então, que as redações de jornais eram palcos de interesses políticos, partidários e de afinidades intelectuais e apesar de alguns literatos fundadores da Academia Pernambucana de Letras terem se envolvido em polêmicas e situações consideradas populares, ou seja, de grupos econômicos menos favorecidos, vale destacar que no processo de afirmação de Pernambuco como contribuinte para solidificar as letras da nação, esses

¹⁷⁰ BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa: Brasil – 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 129.

¹⁷¹ Resposta de João Barreto de Menezes ao Inquérito Literário. **Diário de Pernambuco**. 24 de jun. de 1905. p. 02. Acervo FUNDAJ.

homens foram se munindo de um simbólico de distinção que os distanciava dos grupos desvalidos¹⁷².

É provável que outra prática comum de obtenção de renda e da carreira desses homens de letras tenha sido o processo de tradução de obras de outros autores, em especial os franceses, ingleses e alemães. Apesar de existente a lei de direitos autorais no Brasil desde o ano de 1827, quando se estabeleceu os cursos jurídicos no país e que garantia privilégio exclusivo de dez anos sobre os compêndios preparados pelos professores das faculdades, só mesmo em 1831, com o código criminal do Império é que se pensou num processo de punição para prática de cópia de trabalhos, conhecidas hoje como pirataria. Segundo o artigo 261 do código de 1831 a punição para tais práticas ocorria caso alguém decidisse:

Imprimir, gravar, lithographar ou introduzir quaesquer escriptos ou estampas que tiverem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem, e dez annos depois de sua morte, se deixarem herdeiros. Penas - de perda de todos os exemplares para o autor, ou traductor, ou seus herdeiros; ou na falta delles, do seu valor, e outro tanto, e de multa igual ao tresdobro do valor dos exemplares¹⁷³.

Entretanto, muitas das traduções feitas por esses literatos pernambucanos não seguiam esse crivo de tradução, principalmente para autores estrangeiros, afinal a legislação não acobertava os autores de fora. Desta forma, os folhetins que eram publicados nos periódicos e as traduções de poemas estrangeiros eram feitas de forma não autorizada e corriqueira e não se percebia nenhum tipo de crítica ou punição a tal prática feita pelos escritores recifenses. Como o código penal brasileiro foi mantido durante longo período e sem reformulações significativas, mesmo tendo o país criado uma nova constituição em 1891, essa prática passou sem muita percepção aos olhos dos juristas da nação.

¹⁷² Sobre o tema cf. OZANAM, Israel. Jornalismo e pobreza na era da reportagem: o inquérito literário de 1905. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 27, nº 53, pp134-156, janeiro-junho de 2014. Vale enfatizar que o trabalho deste pesquisador visa observar a presença de populares na participação literária da virada de séculos.

¹⁷³ Código Criminal do Império Brasileiro. Art.261. Ano de 1831. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm Acesso em 11 de agosto de 2014.

Exemplos de trabalhos de tradução para o formato de folhetim, e que foram publicados nos jornais *Diário de Pernambuco* e *A Província* no período foram os textos de Eugène Sue, Alexandre Dumas, Balzac, Shakespeare, Goethe, Dostoiévski e tantos outros autores que passaram incólumes aos olhos dos direitos autorais aqui no Brasil. Traduções como *Cyrano de Bergerac* do francês Edmond Rostand, feita por Carlos Porto Carreiro, *O Monólogo de Silva* de Fançois Cooper e os vários poemas de Victor Hugo, publicado na Revista nº 1 da APL e traduzidos por Regueira da Costa, a tradução de *Notas Dominicais* de Tollenere feita por Alfredo de Carvalho ocorreram e alguns chegaram a ser publicados em formato de códice no final do século XIX e início do XX. Ou seja, muitas vezes os jornais e periódicos preferiam a obra estrangeira à local e pagavam por esse processo de tradução, porém o pagamento era feito ao tradutor e não aos autores ou detentores dos direitos autorais. Não estou aqui querendo ser anacrônico, ao dizer que o atual processo de punir traduções e publicações sem autorização dos autores ocorria antigamente, mas alertar que como a legislação brasileira não cobria reprodução de obras estrangeiras e não garantia algum tipo de pagamento pelas traduções, tal prática era bastante comum e tornava-se fonte de renda para muitos escritores.

No quadro prosopográfico em questão, vê-se claramente, que a posição dos partícipes dos jornais do Recife na virada de séculos, e também no campo literário, era de sujeitos oriundos de classes urbanas com certo poder aquisitivo, letrados, inseridos nas teias políticas, comerciais, acadêmicas, jurídicas e que acabavam por ditar as formas de visibilidade e dizibilidade social, bem como por garantir a renda deles e a carreira de forma mais intensa no funcionalismo público e na política.

As fontes possibilitaram mostrar que o sujeito que mais se destacou no processo de viver de literatura na cidade do Recife, ao menos no sentido de lucrar com os textos que produzia, foi Carneiro Vilella. Este escritor, além de publicar quase que diariamente para os jornais locais, produzia textos teatrais, foi dono de dois jornais que atingiam grande parcela da população leitora, pois se tratava de jornais humorísticos e críticos do cotidiano político, *Jornal América Ilustrada* e *O João Fernandes* e foi responsável por criar uma

companhia de teatro, bem como por montar os cenários das peças. A companhia de Vilella estreou em 20 de agosto de 1887, conhecida como Cia Dramática, cuja peça inaugural foi “*A prata da casa*”. Seguindo seu trabalho apresentou diversos textos no Teatro de Santo Antonio entre eles: *Emília ou a posse depois de quatro anos* (1883), *Os Maçons e Os Jesuítas* (1874), *Os Sete Passos* (1874), *Avareza ou Demônio do crime* (1877) e também no Teatro de Santa Izabel: *A Bertoleza* (1889), *O Niilista* (1887), *Quando elas querem...* (1900). Sua atuação se deu fortemente no Clube Dramático Familiar, de onde ele deixou de atuar por discordância de caráter pessoal com membros internos do Clube. Essa discordância foi registrada em carta publicada no jornal *A Província* no ano de 1901, dias depois dele fundar a Academia Pernambucana de Letras:

Do nosso prezado collega dr. Carneiro Villela:

“Amigo Manoel Caetano. –Peço-lhe o obséquio de dar publicidade ás seguintes linhas que lhe envio:

PARA SABER-SE. – Declaro que retirei-me do Club Dramático Familiar por motivos que me são muito particulares, tendo dado conhecimento desta minha resolução á sua respectiva directoria, pelo officio que passo a reproduzir fielmente copiado:

“Recife, aos 7 de fevereiro de 1901. – Illms. Srs. – A dignidade inhiibe-me de pertencer á qualquer associação onde haja um individuo qualquer que tenha para commigo procedimento insólito e canalha; em virtude do que elimino-me do Club Dramático Familiar, o que levo a vosso conhecimento para todos os effeitos.

“Aproveito a oportunidade para agradecer e offerecer os mus préstimos pessoaes á todos aquelles sócios do Club Dramático Familiar que sempre tiveram commigo procedimento correcto e digno.

“Deus guarde a vv.ss. – Illms. srs. Director e mais membros da directoria do Club Dramatico Familiar. – J. M. Carneiro Villela.”

A este officio, que não precisava de resposta, deu o director do Club o seguinte despacho:

“Devolva-se o presente em vista dos termos inconvenientes em que está concebida a sua primeira parte, não podendo figurar no archivo deste Club. – Recife, 8 de fevereiro de 1901, João Furtado.”

Ora, como meu officio não pode fazer parte do archivo do club, eu, (muito contra minha vontade, confesso), sou obrigado a pôl-o no archivo público da imprensa, de onde não me será devolvido, e para quem todo o tempo se saiba o quando e porque eliminei-me do Club Dramatico Familiar, em favor do qual tanto trabalhei em pura perda.

Terminando, confirmo ainda uma vez tanto a primeira como a segunda parte do meu officio.

Recife, 15 de fevereiro de 1901. – Carneiro Villela¹⁷⁴.

¹⁷⁴ Correspondência publicada no Jornal **A Província**. 15 de fev.de 1901. p. 01. Acervo APEJE.

No campo literário do Recife, apesar da força da pena, Vilella juntou na sua carreira diversas polêmicas, e muitas brigas pessoais, por isso não ser uma pessoa tão bem aceita no meio intelectual do período, mas bastante reconhecido entre os pares pela sua produção de cunho ficcional. Destarte Carneiro Vilella, todos os outros escritores que fundaram Academia Pernambucana de Letras não viveram de literatura e sim de outras profissões liberais ou como professores, ou ainda como políticos, o que também lhes inseriam no mecanismo de distinção social.

Montada a rede de formação e atuação dos que fundaram a APL é possível perceber que são provenientes, em grande maioria, da Faculdade de Direito do Recife, do Instituto Histórico, do Gabinete Português de Leitura e dos principais jornais da cidade, mas para além dessas relações a vida política foi outro fator que os aproximou.

3.3 A política e os literatos

Brito Broca no ano de 1956 lançou um projeto inicial de textos que publicou sob o título de *A vida literária no Brasil 1900* e afirmou que não é possível entender os literatos sem enxergar a presença deles no cenário político do país. Para ele, fazer literatura era estar na política e vice-versa¹⁷⁵. Assim, Não é possível versar a respeito do campo literário composto pelos fundadores da APL no Recife, sem mencionar a presença desses homens no cenário político.

Conforme a tabela 2, apresentada em capítulo anterior, dos vinte fundadores um número expressivo de dez fizeram parte da política. Portanto, fulcral se faz dizer que estes dez se envolveram no conjunto de partidos políticos remanescentes do Partido Republicano constituído a partir do Manifesto de 1870. Segundo Leôncio Basbaum, ao citar o trabalho de Oliveira Viana, no final do império brasileiro havia 204 clubes republicanos no sul contra 33 clubes no norte.¹⁷⁶ Entretanto é preciso olhar para esses dados levando em consideração que o norte exportava muitos intelectuais que compuseram esses

¹⁷⁵ BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

¹⁷⁶ Cf. BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: das origens até 1889. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

clubes do sul. Gilberto Amado nas suas memórias deixou registrado como a relação entre famílias importantes sempre se fizeram presentes no cenário político.

Eu via em Pernambuco o que era “massa popular”. De um lado Rosa e Silva e o Diário, cinco ou seis correligionários; do outro lado A Província, Baltasar Pereira e Manuel Caetano suportando como bandeiras as sombras de Zé Maria de Albuquerque Melo e Zé Mariano Carneiro da Cunha, isto é, algumas famílias contra outras, senhores de engenho e comerciantes da cidade¹⁷⁷.

As relações travadas para assumir a política envolviam comerciantes, senhores de engenho, mas sempre recaiam no paternalismo e nas trocas de favores, mesmo com a ideia republicana que visava combater tal realidade. Sobre o processo republicano, Nelson Werneck Sodré mensurou que:

Quem, hoje, lê o que se escreve sobre uma pretendida campanha republicana, é levado a crer numa arregimentação agitada de partidários, em entreveros formidáveis onde as forças se mediam, em lutas eleitorais de uma violência e de um vigor extraordinários. Mas isso não aconteceu. Isso não teve lugar. Isso não se realizou. Pelo simples motivo de que não era preciso. Pelo simples motivo de que a história da ruína das instituições imperiais é uma longa página de recuos, de transigências e de capitulações brancas. Os republicanos não venceram. Receberam aquilo que se lhes entregava. Colocados no flanco dos acontecimentos contentaram-se em ser os herdeiros naturais do país, quando um organismo anemiado e caquético cessou de existir¹⁷⁸.

É preciso convir, que existiram sim lutas internas nas províncias para que representantes republicanos do mais alto radicalismo assumissem a liderança partidária e do poder nos Estados. Além do que, as ideias de federalismo e republicanismos ganharam forte presença nas esferas do poder e culminaram na *Política dos Governadores*, ou seja, “num esquema político que canalizou as tensões dos grupos em luta pelo poder, na medida em que propiciou o domínio das oligarquias à frente dos governos estaduais¹⁷⁹”. Mesmo com o novo regime implantado, nota-se que o que ocorreu não foi necessariamente a retirada das famílias oligárquicas do poder, mas o controle do processo eleitoral por parte daqueles que assumiram a política republicana.

¹⁷⁷ AMADO, Gilberto. *Op Cit.* p.280.

¹⁷⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998, p. 322.

¹⁷⁹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e Federalismo 1889-1902: um estudo da implantação da república no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1978. p.180.

Outra questão importante é que o Partido Republicano não foi homogêneo, nem em nível nacional, muito menos em nível dos Estados, ou seja, vários eram os perfis que iam desde os que prezavam pela evolução do país de forma mais moderada até os mais radicais que desejavam uma integração de toda a população nas decisões políticas. Em muitas províncias, os partidos republicanos, como destacou Marc Hoffnagel:

[...] eram fracos e mal organizados, as oligarquias políticas vigentes conseguiam reter, e em alguns casos até fortalecer, seu domínio sobre a política estadual. O estado de Pernambuco estava em tais condições. Na verdade, o eleitorado de Pernambuco só conseguiu eleger um republicano histórico para governador em 1915¹⁸⁰.

Entre os traços da ideologia republicana na transição dos séculos estavam o anticlericalismo, o combate a corrupção política e administrativa, a luta pelo fim da fraude eleitoral, além da bandeira de maior força dos republicanos, que era a campanha abolicionista.

Assim como no cenário nacional existiam os partidos Conservador e Liberal, Pernambuco também aderiu a essa estrutura desde o início do século XIX. Entretanto, como apontou Marc Hoffnagel, a formação do Partido Republicano remontava às disputas entre clãs familiares (Rego Barros – Cavalcanti X Souza Leão), ambos antes conservadores, romperam os Souza Leão com os primeiros e fez surgir assim o novo partido Liberal. Mas dentro do próprio partido liberal dissidências passaram a existir e formou-se uma nova subdivisão (Liberais históricos X Liberais radicais) essas dissidências do Partido Liberal deram origem anos mais tarde ao Partido Republicano de Pernambuco (PRPE), que teve a representação máxima sob a figura de José Izidoro Martins Junior, que atingiu o cargo de Presidente do Partido Republicano de Pernambuco¹⁸¹. Marc Hoffnagel explicou que:

O movimento republicano que emergiu em Pernambuco durante a década de 1870 foi essencialmente um fenômeno urbano; apesar de a imprensa fazer referências ocasionais à indivíduos republicanos morando no interior, jornais e clubes republicanos não apareciam fora da capital provincial. Além do mais, tanto em termos de ideologia e membros, o movimento republicano permaneceu quase que

¹⁸⁰ HOFFNAGEL, Marc J. O Movimento Republicano em Pernambuco, 1870-1889. **Revista do IAHGP**. Nº 49. 1977. Acervo IAHGP. p.31.

¹⁸¹ Cf. HOFFNAGEL, Marc. J. **From Monarchy to Republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895**. Indiana: Indiana University, Ph.D. 1975.

totalmente divorciado da elite econômica dominante da província. (...) profissionais liberais, pequenos comerciantes, artesãos e empregados do comércio constituíam a maioria dos adeptos republicanos durante a década de 1870¹⁸².

Apesar de muitos dos movimentos de mudança da conjuntura política e social terem partido dos monarquistas liberais, a presença de pessoas que não estavam na estrutura da elite agrária se alinhou também com algumas bandeiras de lutas que se firmaram no processo de adesão ao republicanismo: abolição, bem-estar dos trabalhadores livres, melhoria nos serviços de transporte, introdução dos novos serviços urbanos como saneamento e água potável, entre outros sinais que sinalizassem modernização urbanística.

Como já destacado em capítulo anterior, essa estrutura de republicanos, que era em número expressivo de acadêmicos, não estarem presentes na elite agrária reforça o fato de que os bacharéis e tantos homens de letras eram em grande maioria pertencentes a uma condição social que não estava presa aos ditames patriarcais do período colonial.

Não obstante, a presença de republicanos em Pernambuco precisou conviver também com uma dinâmica de favores, típica do período colonial, em que a aquisição de empregos e benefícios em relações políticas era determinante no processo de definição do status social. Entretanto, como os republicanos eram minoria em comparação aos partidos Conservadores e Liberais, a dificuldade de inserção em várias instâncias de poder político e social se fazia notória. Essa situação se estendeu até mesmo nas vésperas da Proclamação da República e foi indicada pelo jornal *O Norte* em junho de 1889, que estava sob a liderança e chefia redacional de José Izidoro Martins Junior, ao apontar para essa política de favoritismo.

Culpa embora de todos nós, é forçoso reconhecer que nas posições officiaes se não achão os homens de mais valor moral e aptidão política das terras do Brazil, e que os que pagão os impostos e sustentão com a sua adhesão o governo do império, teem commettido o erro gravíssimo de elevar com os seus votos e com a tolerância do seu silêncio à posição de directores do poder público homens sem patriotismo, sem conhecimento dos interesses nacionaes, incapzes de estudal-os e preferil-os, mas ao contrário

¹⁸² ¹⁸² HOFFNAGEL, Marc J. O Movimento Republicano em Pernambuco, 1870-1889. **Revista do IAHGP**. Nº 49. 1977. Acervo IAHGP. p.35.

visivelmente dominados por ambições pessoais, por baixos interesses de um *filhotismo* desbragado¹⁸³.

Essa pouca expressividade do Partido Republicano no cenário pernambucano na década de 1870, fica visível pelos clubes republicanos que surgiram e logo perderam força, antes mesmo de findar a década. Em contrapartida as ideias de república saem com mais força da Faculdade de Direito do Recife, em especial com os primeiros sujeitos que começam a difundir as ideias da Escola do Recife. Marc Hoffnagel ao fazer um levantamento dos integrantes do PRPE, apontou que a uma variável ocorreu no Partido Republicano de Pernambuco entre as décadas de 1870 a 1889. Na primeira década (1870-1880) o PRPE contava com 14 acadêmicos, 10 advogados e 6 professores, já na segunda (1880-1889) esse número se elevou apenas para 22 acadêmicos e caiu o de advogados para 5 e de professores para 4, porém desses professores 2 eram da FDR. Em comparação com outras profissões destacadas pelo autor na década de 1870, essas 3 profissões que estão ligadas a uma atividade letrada representavam 13% do total de republicanos. Já na década de 1880, essas 3 profissões representaram 61,16% do número de republicanos filiados ao PRPE¹⁸⁴.

Essa falta de força do PRPE no início de sua existência foi em grande medida pela presença de integrantes do Partido Liberal no Partido Republicano e como muitos estavam subordinados a laços de emprego, acabavam por enfraquecer o republicanismo e diminuir ainda mais a identidade do partido. Além do mais se pode inferir que no momento de se pensar a democracia, as garantias de direito iguais e combater os privilégios das elites agrárias o integrantes do PRPE estavam, por meio da imprensa republicana, oferecendo aos seus leitores discursos prolixos sobre o positivismo comtiano, o evolucionismo e a filosofia materialista alemã. Essa presença pode ser vista no discurso do jornal O Democrata: “Se rompemos com as tradições da República heroica e vermelha, foi principalmente devido às noções positivistas, que sobre a natureza da evolução social bebemos na philosophia de Comte”¹⁸⁵.

¹⁸³ **O Norte**. 03 de jun de 1889. Acervo APEJE.

¹⁸⁴ HOFFNAGEL, Marc J. O Movimento Republicano em Pernambuco, 1870-1889. **Revista do IAHPG**. Nº 49. 1977. Acervo IAHPG. pp.54-56.

¹⁸⁵ **O Democrata**. 21 de ago. de 1880. Acervo APEJE.

Na crítica elaborada por Marc Hoffnagel a respeito do PRPE:

Vários fatores eram responsáveis pela fraqueza do movimento republicano em Pernambuco durante a década de 1880. Primeiro, os republicanos estavam mal organizados. Os estudantes de Direito e bacharéis que exerceram um tal papel predominante no movimento republicano parecem ter se preocupado em dar maior importância ao estudo e disseminação do positivismo comtiano e outras novas correntes filosóficas do que em equipar o republicanismo com uma sólida estrutura organizacional. Na verdade, só foi em 1887 que os republicanos começaram a construir uma organização política remotamente capaz de conseguir o poder. Além do mais, exceto pelo forte comprometimento com a abolição da escravidão, os objetivos republicanos foram vagos e mal definidos¹⁸⁶.

Quando o PRPE veio ganhar força já se deu efetivamente próximo de proclamar a república. Muitos dos homens de letras, inclusive professores da FDR, jornalistas e sujeitos que compuseram anos mais tarde o PRPE estiveram presentes nessa dinâmica como Martins Junior, Faria Neves, Phaelante da Camara, Arthur Orlando e muitos outros.

Em 1891 se promulgou a constituição republicana e estava no poder o presidente Floriano Peixoto, que determinou a retirada dos governadores dos Estados para colocar representantes militares e da confiança do presidente. Como apontou Maria Lúcia Gonçalves Vilela:

Nesse período, em Pernambuco, três principais partidos, disputavam e sonhava, cada qual com o poder: o Partido Liberal, depois denominado de Autonomista, liderados pelos abolicionistas, José Mariano Carneiro da Cunha, o líder das massas, a figura mais popular do seu tempo, tendo como principal auxiliar José Maria de Albuquerque e Mello, proprietário e diretor do jornal A Província; o Partido Conservador chefiado por José Alfredo Correia de Oliveira, tendo como braço direito o Conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva, futuro chefe do Norte, disputando com Pinheiro Machado, chefe do Sul, o comando da política nacional; e finalmente o Partido Republicano, autodenominados de históricos, liderados por Izidoro Martins Júnior, com apoio de escravocratas como Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, João Luís Gonçalves Ferreiro (Barão de Araraíba), e Silvino Guilherme de Barros (Barão de Nazaré), este último comerciante de escravos. Os seguidores dos três partidos foram apelidados pelo povo de Deletérios, Lorotas e Violões respectivamente¹⁸⁷.

¹⁸⁶ HOFFNAGEL, Marc J. O Movimento Republicano em Pernambuco, 1870-1889. **Revista do IAHGP**. Nº 49. 1977. Acervo IAHGP. p.46.

¹⁸⁷ VILELA, Maria Lúcia Gonçalves. Apresentação. In: VILELLA, Carneiro. **A Era Maldita**. 2ª ed. Recife: edições da autora, 2010. p.09.

As brigas políticas estampavam as páginas dos jornais que circulavam na cidade e era *A Província*, o órgão do partido liberal, enquanto o *Diário de Pernambuco* ligado ao Partido Conservador durante os anos do período Imperial. Porém, ao proclamar a República o primeiro passou a ser órgão do republicanismo de oposição e o segundo ligado à situação. Neste sentido, vale destacar que muitos dos literatos que se imortalizaram na Academia Pernambucana de Letras fizeram parte seja do Partido Republicano na vertente da oposição, seja na vertente da situação¹⁸⁸. Eram sim, homens que estavam cruzando produção literária com o cenário e atuação política. O produto mais expressivo dessa situação foi o livro *Era Maldita*¹⁸⁹, do Carneiro Vilella.

Como mencionado, muitos desses sujeitos foram políticos e levaram suas ideias para os lugares mais diversos do Estado. Vinham da base do Partido Liberal que originou o Republicano e foram assumindo cargos de deputados, senadores e até mesmo governadores. Completavam sua carreira de distinção geralmente quando assumiam os cargos do poder legislativo e entravam para as famosas brigas políticas das assembleias e câmaras.

Conforme defendeu Leonardo Pereira ao refletir sobre a literatura do período que seguiu nos últimos anos do século XIX, “fosse por choque ou por reflexão, ficava claro que os literatos brasileiros ostensivamente voltavam seu olhar para as ruas, tirando delas matérias para sua arte¹⁹⁰”. Mais precisamente nas décadas de 1880 e 1890 houve um crescimento significativo da produção desses literatos e eles encabeçaram a luta pela maior inserção de parcelas sociais aliadas do processo político e cultural. Isso fica notório quando se

¹⁸⁸ Pensar as práticas de sociabilidade dos literatos no cenário político é algo bastante singular para que não recair no mesmo distanciamento que Nicolau Sevcenko e Jeffrey Needel executaram quando realizaram estudos sobre o campo literário no Rio de Janeiro. Tais autores separaram os literatos das disputas políticas e os elencam como sujeitos apenas preocupados com as letras e com os reflexos da modernidade que chegava ao país. Cf. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; NEEDEL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

¹⁸⁹ A *Era Maldita* trata-se de um texto épico em que Carneiro Vilella retrata o assassinato do José Maria de Albuquerque e Mello, diretor do jornal *A Província*, por agentes do poder e cujo caso apesar da condenação judicial não prosseguiu com a punição determinada e os culpados permaneceram em liberdade. Vilella tece polêmicas críticas à situação do governo no período, as improbidades e aos conchavos políticos estabelecidos no período em Pernambuco.

¹⁹⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. A realidade como vocação: literatura e experiências nas últimas décadas do império. In: GRINBERG, Keila; SALES, Ricardo. (Orgs.) **O Brasil Imperial**. Vol.III. 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.p.290.

percebe que no jornalismo, na poesia, nas caricaturas dos jornais humorísticos e em seus discursos são associadas ideias de república e democracia, que estavam fixadas nas bases de suas participações no processo republicano¹⁹¹.

Esses literatos estavam em tese, inseridos numa dinâmica que reproduzia a lógica do paternalismo, bastante vigente no século XIX, lógica que mesmo criticada pelos letrados de período ainda se estendeu pelo século seguinte. Segundo Sidney Chalhoub:

O paternalismo, como qualquer outra política de domínio, possuía uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação, práticas de dissimulação, estratégias de estigmatização de adversários sociais e políticos, eufemismos e, obviamente, um vocabulário sofisticado para sustentar e expressar todas essas atividades¹⁹².

Como os lugares sociais se definiam de forma vertical na escala econômica e de poder, os fundadores da APL trataram na prática de elaborar um *corpus* de ações que indicavam um *hábitus*, determinavam trocas simbólicas e uma economia de favores intelectuais que acabavam por concentrar nas mãos de poucos o poder de visibilidade da literatura feita em Pernambuco. Do contrário qualquer outra forma de ação que estivesse fora dessa verticalidade se tornava algo pulverizado, sem expressão e sem repercussão.

Por isso, estar presente no cenário político garantia não apenas a visibilidade social, mas também colocava em circulação, como coadjuvante, a literatura que os intelectuais produziam e automaticamente garantiam a dinâmica do campo literário. Mas este campo não contava apenas com nomes e presença nos centros de saber/poder, na imprensa e na política. Esses homens circulavam e viviam a cidade. Fabricavam um espaço e inventavam um cotidiano para suas ações e para o campo literário.

¹⁹¹ Na tese já referendada da historiadora Noemia Luz se pode perceber como muitos escritores decalcavam a cidade e como estavam presentes na crítica aos sistemas políticos da virada dos séculos XIX para o XX e como isso foi representado nos jornais humorísticos, repletos de caricaturas, publicados no Recife. Cf. LUZ, Noemia, Maria Pereira Queiroz da. **Os caminhos do olhar**: circulação, propaganda e humor no Recife (1880-1914). (tese de doutorado em História) Recife: PPGH-UFPE, 2008.

¹⁹² CHALHOUB, Sidney. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonarndo Afonso de M. (Orgs.) **A História Contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.95.

CAPÍTULO 4

OS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE DOS LITERATOS DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS

*“De uma cidade, não aproveitamos as suas
sete ou setenta e sete maravilhas, mas a
resposta que dá às nossas perguntas”.*
Italo Calvino.

A primeira impressão que se pode ter do encontro de um grupo de acadêmicos são as reuniões institucionais na Faculdade de Direito do Recife nas redações de jornais, nas reuniões da APL, no GPL, no IAGP e a legitimação ou desaprovação dos textos por meio dos jornais. Entretanto, essas não eram as únicas formas de encontro desses literatos fundadores da APL, por isso se faz importante também investigar que espaços compuseram o campo literário vivido pelos escritores da APL, como os escritores praticaram esses espaços e inventavam um cotidiano letrado.

Esses homens também se encontravam nos meandros da cidade: em cafés, passeios públicos, livrarias, nos salões literários, espetáculos de teatro, no Gabinete Português de Leitura e nas instituições em que atuavam. Nessas práticas de sociabilidade os escritores do Recife buscaram representar a realidade em que viviam por meio de seus textos e faziam esse material circular, mesmo que de forma local. Entretanto, não bastava mostrar que “a cidade acordava no runrum cotidiano¹⁹³”, para usar uma expressão de Theotônio Freire, era necessário exibir por meio das letras que a cidade estava no rumo do progresso material e urbano. Neste sentido, é preciso apresentar o desenho de que Recife era esse no qual os escritores viviam, escrevia e publicavam.

¹⁹³ FREIRE, Theotônio. **Passionário**, 2ª edição. Recife: Ed. Do Organizador, 2005. p.49.

4.1 A cidade e os literatos

Na virada do século XIX para o XX a cidade, em conformidade com o destacado por Raquel Rolnik, é o espaço urbano que pode ser percebido como um local ideal para abrigar a modernidade, em que o planejamento e ordenação dos prédios e logradouros passaram por uma intervenção do Estado. Essa reordenação apresenta três ações: ler mecanicamente a cidade; ordenar matematicamente os espaços e a terceira era ordenar uma cidade para evitar futuros males, algo que seduz os defensores do planejamento urbano até hoje. Para a autora, a ideia de cidade ilustrada nasce com os regimes absolutistas que reformavam suas capitais, implantando praças, instituições disciplinares: prisões, asilos, hospitais, etc.; destinadas a abrigar e conter as possíveis conflitos ocasionados pelo grande fluxo populacional que se aglomerava cada vez mais nas cidades. A partir do processo do êxodo rural, “as capitais exerciam atração maior do que qualquer outro local¹⁹⁴”.

Perambular pela cidade e captar os vários sentidos que ela apresenta parece ter sido, uma das funções dos escritores que fundaram a Academia Pernambucana de Letras em 1901. Não é de modo aleatório que esses homens atribuem sentidos ao Recife, mas suas percepções, modos de ver e sentir estão interligados ao momento histórico cujas questões sociais, culturais e políticas eram sintomáticas de um Brasil que se metamorfoseava.

Escolho então, arruar¹⁹⁵ pelas representações da cidade que foram narradas em alguns romances, crônicas e folhetins pernambucanos da transição do século XIX para o XX, pois concordo com a historiadora Sandra Pesavento quando ela advoga que a literatura:

[...] permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário¹⁹⁶.

¹⁹⁴ ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 61.

¹⁹⁵ Arruar é uma expressão usada para definir o caminhar o vislumbrar os espaços da cidade.

¹⁹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.82. Roland Barthes defende que “a cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos

Em 1948 Mario Sette¹⁹⁷ escreveu que não se faz mais o arruar de antigamente, que não se contempla mais os lugares, a poesia e o passado. Para este autor passamos pela cidade, mas não internalizamos este espaço e seus simbolismos, pois o temos apenas como um espaço físico. Segundo tal memorialista:

Arruar é diferente do que fazemos hoje ao atravessar a cidade, no interesse do trabalho ou na distração de um passeio, a caminho da escola, da igreja, do cinema, da loja, da festa, sem darmos um reparo menos superficial à sua fisionomia, sem sorver melhor o seu perfume, sem escutar meditadamente a sua música... vamos por aqui, por ali, a esmo, abstratos, guiados pelo hábito, sem atentar, como devêramos, no encanto deste trecho, na claridade desta manhã, no colorido deste oco, na harmonia deste movimento, no feitiço deste pitoresco. Atravessamos as ruas apenas com o cuidado nos automóveis e olhamos as placas das esquinas sem outro propósito do que lhes ler os nomes. Somos, no cenário de nosso nascimento e de nossa vida costumeira, quase uns estranhos, à sua história, às suas tradições, à sua poesia¹⁹⁸.

Sette incita a refletir sobre diversas crônicas escritas por ele e a caminhar por suas memórias, para conhecer um Recife plural, que seguiu os trilhos do progresso. A cidade que se descortina aos olhos do leitor quando decide arruar pode ser um percurso sem volta e sem rumos, mas pode ser também um percurso de encantos nunca d'antes vivenciados. A cidade se descortinou aos olhos dos literatos fundadores da APL como um registro temporal. A postura do *flâneur* se fez notória e circular por este lugar podia abrir caminhos plurais. Como propõe Walter Benjamin a respeito dos trabalhos de Charles Baudelaire, o *flâneur* é aquele que vê a cidade sem disfarces, como

encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a olhando-a". Cf. BARTHES, Roland. Semiologia e urbanismo. In: **A aventura semiológica**. – São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 224.

197 Mario Rodrigues Sette foi um escritor pernambucano que nasceu em 19 de abril de 1886. Filho único de Antonio Rodrigues Sette Júnior e Ana Emília Luna Sette. Trabalhou na Alfândega, na Great Western e foi funcionário dos Correios. Foi professor dos colégios Carneiro Leão e Vera Cruz, escolas clássicas do Recife. Colaborou também em jornais como A Província, Jornal do Recife e Jornal Pequeno e na Revista Carioca Fon-Fon. É considerado um dos maiores cronistas do Recife da virada de séculos. Devido aos seus vários textos memorialísticos e romances foi eleito em 1922 para a cadeira nº 29 da Academia Pernambucana de Letras. Faleceu em 25 de março de 1950. Cf. MELLO, Frederico Pernambucano de. O registro mais sensível da crônica recifense. Recife: **Jornal do Comércio**, 19.04.1986.

198 SETTE, Mario, **Arruar**: História pitoresca do Recife antigo. Coleção Pernambucana. Recife: FUNDARPE, 1978. p.09

seu templo e seu espaço para buscar significados que expliquem suas questões pessoais¹⁹⁹.

O historiador Raimundo Arrais produziu dois trabalhos de grande contribuição para o campo historiográfico. *O Pântano e o Riacho* e *A capital da saudade*. No primeiro trabalho, o autor mostra como as mudanças urbanísticas ocorridas no final do século XIX foram alterando as práticas de sociabilidade e demarcando novos lugares de convivência, ele analisa uma cidade que se consolidou entre transformações urbanas, mas repleta de elementos rurais e naturais, aponta como a cidade foi lida pelos escritores do século XX, indica as diversas transformações sociais e paisagísticas e quem foram os responsáveis por essas mudanças. Já no segundo trabalho Arrais se deteve em construir uma representação sobre o Recife a partir de representações de escritores do século XX: Gilberto Freyre, Manuel Bandeira, Joaquim Cardozo e Antonio Austregésilo. Cada autor analisado elaborou imagens da cidade a partir de estreita relação pessoal. Para Arrais enxergar escritores pernambucanos como construtores de discursos que geram sentimentos de identidade e saudade, de construção e desconstrução do Recife paisagístico e social se faz muito importante para o debate historiográfico²⁰⁰.

Nas crônicas, poesia, folhetins e romances dos escritores recifenses do período em tela, o tempo era mais lento e o leitor interessado nos detalhes, verá os tipos sociais que emergem cheios de sentimentos, os dramas familiares, a arquitetura da cidade que se mostra contemplativa de beleza, as histórias assombradas, os medos, as doenças e a sujeira. Vislumbrará a velocidade chegando com os barulhos dos bondes, as redações de jornais, as reuniões dos homens de letras, os encontros de homens de destaque social em cafés, as casas de jogos de azar, os teatros e toda a vida intelectual que saía da Faculdade de Direito e de outros órgãos que eram detentores do saber institucionalizado.

¹⁹⁹ BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. In: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. **Obras escolhidas III**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

²⁰⁰ ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**: formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas-USP, 2004; ARRAES, Raimundo. **A Capital da saudade**: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austregésilo. Recife: Bagaço, 2006.

A consolidação do Recife como capital de Pernambuco se deu por seu processo de emancipação política após a Guerra dos Mascates em 1710²⁰¹ e por sua dinâmica de urbanização desordenada, que desde o período colonial foi se alterando em decorrência da ocupação populacional e das transações comerciais do porto. Como registrado pelo ocupante da cadeira nº 01 da APL, Antonio Joaquim Barbosa Vianna, em 1899, dois anos antes da fundação da Academia, a cidade do Recife contava com “245 ruas, 29 praças, 215 travessas e 67 becos contabilizando o numero de 17.147 construções, sendo 16.595 habitáveis, 169 em construção e 383 em ruínas”²⁰².

A cidade foi assim, ganhando um novo desenho geográfico, que se estendia e ocupava o solo para além das ilhas que margeavam o porto do Recife. Os romances produzidos por alguns integrantes da APL no período de transição dos séculos descrevem que aterros foram construídos e novas áreas populacionais se solidificaram: Aterro da Boa Vista, Afogados, Madalena, Poço da Panela, Monteiro, Dois Irmãos, Caxangá, entre outras áreas, que davam novos ares urbanos e os grupos sociais que viviam nos engenhos passaram a ocupar parte desse território devido a mobilidade e a proximidade para transações comerciais e com o porto.

A população dobrou no período de 1872 a 1900, foi de aproximadamente 100 mil para 200 mil. Tal aumento demográfico implicou na necessidade de muitas transformações e na absorção populacional nas práticas do cotidiano, mas nem todos foram absorvidos e isso gerou pobreza, marginalidade e criminalidade. O espaço social era um retrato daquilo que não desejavam os homens de letras, daquilo que impedia o progresso²⁰³.

²⁰¹ A Guerra dos Mascates em Pernambuco foi um conflito de caráter nativista travado entre a elite administrativa de Olinda e a classe dos comerciantes de Recife (mascates). Os dois grupos disputaram o poder político da província. Deste conflito resultou a vitória dos comerciantes de Recife e a elevação desta vila em cidade, além de ter se tornado capital da província. Para um estudo mais aprofundado do conflito ver. MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos: Nobres contra mascates**, Pernambuco, 1666-1715. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

²⁰² VIANNA, A. J. Barbosa. **Recife, capital do Estado de Pernambuco**. 2ª ed. Recife: Secretaria de Estado de Educação e Cultura. 1979. p.151.

²⁰³ Sobre os dados demográficos e o crescimento da marginalidade e da criminalidade no Recife ver. BARROSO FILHO, Geraldo. **Crescimento urbano, marginalidade e**

Esse processo se intensificou durante os primeiros anos republicanos brasileiro e a cidade emergiu então, com um cotidiano de grande fluxo de pessoas, com lojas, escolas, faculdade, obras públicas, transportes, passeios, áreas de lazer e tantas outras dinâmicas que envolveram o cotidiano de um espaço que se transformava do rural para o urbano, que teve o progresso como meta.

O historiador Flávio Weinstein Teixeira em sua dissertação de mestrado, *As cidades enquanto palco da modernidade: O Recife de princípios de século*, apresentou a cidade e analisou as mudanças urbanísticas importadas da Europa e como foram influenciando a remodelação do cenário urbano brasileiro. Os modelos de Londres e Paris passaram a ser adotados na virada do século XIX para o XX e as cidades ganharam novos ares, seja do ponto de vista social e político como no Rio de Janeiro, seja como as que se remodelaram pelo inusitado, como Belém e Recife. Teixeira apontou que os melhoramentos urbanos e a exclusão do que significava atraso social começou a ser visto como essencial para se implantar a ideia de espaço moderno. A chegada de aparatos tecnológicos e de costumes considerados modernos na época instituíram um conjunto de simbolismos que passaram a ser adotados como necessários para se estar no espaço público. O autor ainda apresentou a leitura feita por alguns intelectuais sobre a cidade e como isso reverberou na gesta da ideia de cidade moderna noticiada na imprensa e por um discurso regionalista que se estendeu até a primeira metade do século XX²⁰⁴.

Essa cidade, em transformação, não passou incólume aos literatos que existiam nela e foi registrada pelos textos da ficção dos imortais da APL. O Recife nos romances de Theotônio Freire, por exemplo, é uma cidade para contemplação. Em *Passionário* a cidade é descrita da seguinte maneira:

criminalidade: o caso do Recife (1880-1940) (Dissertação de mestrado em História) Recife: PPGH-UFPE, 1985.

²⁰⁴ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As cidades enquanto palco da modernidade:** O Recife em princípios de século. (Dissertação de mestrado em História) Recife: PPGH/UFPE, 1994. Outro trabalho bastante significativo sobre a cidade do Recife o processo de modernização pode ser visto em REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)Encantos Modernos:** histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: Fundarpe, 1997.

Atravessou a Ponte da Boa Vista. O Capibaribe espreguiçava-se, lento e gemebundo, entre os dois cais, num colear de águas turvas e lodosas; aqui e ali, pontos negros de barcas de carvão e canoas de areia, manchavam a superfície lisa das águas; à direita, na margem oposta, avultava o perfil do edifício do Instituto Arqueológico. Em frente ao quartel dos Bombeiros, a sentinela, na sua passividade de autômato, passeava de ponta a ponta da calçada e dentro do quartel tremeluzia a chama de um bico de gás, iluminando o Corpo da Guarda. À esquerda, destacavam-se sobre o rio, como linhas negras que o cortassem, a ponte da ferrovia de Caxangá e a de Santa Isabel.

Ao chegar ao fim da ponte, parou, como à procura do caminho a seguir. Em sua frente, a rua Barão da Victória estendia-se reta, confundindo-se lá embaixo, quase se tocando, o armazém do Lima e o oitão da Matriz de Santo Antônio; e ao fundo, a parede do armazém do Cristóvão perpendicularizava-se sobre o solo, como se fora um muro de altura demarcada que cortasse, ex-abruptamente, a rua naquele ponto.

O indivíduo obliquou a à direita e desceu, Rua da Concórdia abaixo, no mesmo passo ginástico. A rua, silenciosa e triste, não dava sinal de vida. na encruzilhada da Rua da Concórdia com a de S. João, seguiu a direção da linha dos bondes, descendo para o Pátio do Terço, e daí para a Rua Oitenta e Nove. A massa confusa do edifício Draynage destacava-se no fundo das trevas, em delineamentos caprichosos; ao lado, o portão da estação velha de S. Francisco, de cor pardacenta, semelhava uma solução de continuidade aberta para o vácuo, no muro amarelado que a fechava; em seguida, a Matriz de S. José recortava no céu de um azul carregado, quase negro, a sua torre muito alta.

Em sua frente prolongava-se a rua, muito comprida, quase interminável, estreitando até confundir-se num ângulo agudo, muito longe. À direita reentrava do alinhamento da casas o Viveiro do Muniz, com sua casaria nova; à esquerda, de espaço a espaço, abria-se um claro, na fileira das casas, e ao fundo deste claro, muito no fim do horizonte, bramia e roncava a maré que, furiosa, vinha lambe a base do talude da Estrada de Ferro de S. Francisco.

Na altura do um dos becos que servem de comunicação entre a Rua Oitenta e Nove e o lugar denominado Coqueiros, parou, como se orientando; depois, enveredou por ele, atravessando-o quase todo longitudinalmente. Em uma das casas do lado esquerdo havia luz²⁰⁵.

Praticamente o leitor é chamado a caminhar junto com Arthur, protagonista do romance *Passionário*, pelas pontes, becos e ruas estreitas, para ver os prédios públicos, as igrejas, o Rio Capibaribe e os barcos. Em tese é uma cidade que ainda se apresentava entre os encantos da modernidade e os vazios rurais, contendo a mistura de elementos que integram o espaço rural e o espaço urbano, espaço em que vacas, vendedores de comidas como cuscuz, mungunzá, verduras e frutas estavam presentes. Associados aos elementos rurais tinham os pequenos vendedores de jornais, as negras

²⁰⁵FREIRE, Theotônio. *Passionário*, 2ª edição. Recife: Ed. Do Organizador, 2005. pp-17-18.

doceiras e os comerciantes que vendiam em suas lojas, desde os secos e molhados até o livro de bolso. Somado a essa realidade, segundo Gilberto Freyre, “Era ainda, nos princípios deste século, hábito recifense – conservado dos portugueses – cuspirem os homens a todo instante, emporcalhando calçadas de ruas, bondes, escadarias de igreja”²⁰⁶. Elementos diversos são cruzados propositadamente para oferecer serviços e produtos aos moradores que trocaram as casas-grandes pelos sobrados.

Era uma cidade extremamente polissêmica que passou a ser decalcada pelos homens de letras, em formato de textos ficcionais. A cidade era movimentada, agitada, mansa, suja, insalubre, triste, alegre, segura e perigosa. Entre a calma e a agitação, entre o rural e o urbano, o cotidiano da cidade se compunha e dava lugar para práticas sociais de homens e mulheres, para práticas de lazer, de mobilidade dos sujeitos por meio dos transportes como bondes e charretes, acolhia pessoas e exibia os perfis sociais que se destacavam e que foram representados pelos literatos do Recife.

Como muitos dos literatos eram homens representantes da política, do comércio, das repartições públicas e bacharéis, costumeiramente realizavam o passeio público com parentes e amigos do circuito intelectual, faziam o que se chamava no período de “*footing*” nas praças²⁰⁷. Outra prática de lazer dos literatos na virada dos séculos foi a frequência nos teatros²⁰⁸. O teatro expandia

²⁰⁶ FREYRE, Gilberto. **Guia prático histórico e sentimental da cidade do Recife**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968. p.42.

²⁰⁷ Apesar de precários, os passeios públicos costumavam acontecer nos jardins do Palácio do Campo das Princesas, na Praça Conde D’Eu, na Praça Visconde de Mauá, na Praça Maciel Pinheiro no Aterro da Boa Vista, esta última sempre com problemas de alagamentos quando chovia forte e causava grandes transtornos. Entre os passos dados, eram comuns os cumprimentos formais, os maridos acompanharem as esposas e filhas e os flertes dos enamorados. Essa discussão é bem explicada por ARRAYS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas-USP, 2004. Ainda a respeito da cidade do Recife na transição dos séculos XIX para o XX vale conferir os trabalhos de um literato fundador da APL, Barbosa Viana. Cf. VIANNA, A. J. Barbosa. **Recife, capital do Estado de Pernambuco**. 2ª edição. Recife: Secretaria de Estado de Educação e Cultura. 1979. e o trabalho de Cátia Lubambo. Cf. LUBAMBO, Cátia W. **O Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: Cepe/FUNDARPE, 1991.

²⁰⁸ Recife só desfrutou de um teatro aos moldes de uma sociedade “civilizada” a partir de 1850, com a criação do Teatro Santa Isabel, projeto do engenheiro francês Louis-Léger Vauthier, um modernizador dos serviços públicos de engenharia no Brasil. Antes funcionava na cidade uma casa chamada Casa de Ópera, vulgarmente conhecida como Capoeira e fechada devido às más condições e precárias apresentações. O teatro de Santa Isabel deu uma dinâmica diferenciada para a sociedade recifense, porém em 1869 o teatro foi atingido por um sendo

as práticas de sociabilidades e divertimentos para além dos passeios e das festas religiosas. Cumpria com um papel de distração e lazer, buscava imprimir na sociedade letrada hábitos considerados europeus e civilizados. Algumas vezes chegou a ter problemas quando pessoas mais pobres passaram a frequentar o teatro e causar badernas, necessitando de policiamento e de regulamentos para evitar a desordem. Carneiro Vilella no texto da *Emparedada da Rua Nova* escreveu que muitos ocupavam o teatro Santa Isabel:

Na plateia estavam os representantes da ciência: as cabeças que pensam e os corações que sentem! Os estudantes que eram, naquele tempo quem dava o tom das representações dramáticas e quem decidia ex cathedra da queda ridícula ou da apoteose sublime de qualquer composição literária, dirigindo o gosto e a opinião pública. Verdade é que naqueles tempos eles entendiam disso²⁰⁹.

A importância do teatro na vida da cidade era tão significativa que ditava comportamentos e promovia a explosão de sentimentos múltiplos, além de servir de espaço de inspiração para os literatos pernambucanos.

Era comum também a frequência de homens de letras nas conferências e salões literários. Inclusive contava muito com a presença de estudantes da Faculdade de Direito do Recife, de bacharéis, de jornalistas e homens da política. Gilberto Amado²¹⁰, em suas memórias, dedica um capítulo ao tema e

reestruturado e reinaugurado em 1876. Quando aconteciam apresentações, era comum o comércio e repartições públicas fecharem mais cedo. No teatro eram exibidas, óperas, operetas, revistas, comédias, dramas, concertos, festivais de homenagem a atrizes famosas de companhias estrangeiras e nacionais, eram realizados saraus, disputas literárias entre estudantes da Faculdade de Direito do Recife, homenagens e jantares políticos e conferências literárias. Diversas companhias teatrais movimentaram o Teatro Santa Isabel a partir dos anos 1870 até 1910, quase todas estrangeiras: Companhia de Óperas e Operetas Tomba, Companhia da Atriz portuguesa Angela Pinto, Companhia Vitale, Companhia de revistas, mágicas e operetas Francisco de Souza, Companhia Ritoli-Billora, Companhia Chistiano de Souza, entre muitas outras. Cf. ARRAIS, Isabel Concessa P. de Alencar. **Teatro Santa Isabel: biografia de uma casa de espetáculos**. (Dissertação de mestrado em História) Recife: PPGH-UFPE, 1995.

²⁰⁹ VILELLA, Carneiro. **A Emparedada da Rua Nova**. 4 ed. Recife: Editora do Organizador, 2005. p. 201.

²¹⁰ Gilberto Amado, político, ensaísta, memorialista e diplomata, nasceu em Estância, SE, em 7 de maio de 1887, durante sua adolescência viveu na cidade do Recife, em que estudou na Faculdade de Direito do Recife entre os anos de 1905 a 1908. Neste período Amado atuou em jornais da cidade, especialmente no Diário de Pernambuco, considerado na época como jornal da situação. Foi amigo de muitos literatos, juristas e jornalistas e deixou um livro de memórias chamado Minha Formação no Recife. O texto de Amado nos oferece um panorama do cotidiano de um acadêmico e as redes sociais que ele travava. Foi lente da FDR e assumiu cargos políticos no país. Em 1910 foi morar no Rio de Janeiro, assumiu o cargo de embaixador e faleceu em 27 de Agosto de 1969 no Rio de Janeiro. Cf.

denomina de “*espetáculo de futilização intelectual de um país inteiro*”. Sobre essas conferências no Recife descreveu Amado:

No Recife, as conferências realizavam-se no salão nobre do Colégio Aires Gama, na Rua do Hospício. As famílias compareciam em peso; as moças de bandos umas, outras de chapéu, as “faladas” muito pintadas, as “direitas” quase sem pintura, todas muito distintas. Antes de mim, no sábado anterior, havia falado Luciano Pereira da Silva, um quintanista barbado, de pernas em arco, do Maranhão, que fez carreira no Rio, no Ministério da Agricultura, depois de ter publicado um livro sobre Direito Criminal. Foi seu tema “O Grampo”. Artur Muniz, maduro bacharel míope, cujos óculos e vidro espessos lhe dava, aos olhos um ar feroz, discípulo de Martins Júnior, “boníssimo” no conceito público, oposicionista lírico com quem o governo não se incomodava, e para quem falar em público, “orar”, era a maior felicidade que a vida poderia lhe oferecer, falara também antes de mim, em outro sábado, sobre “Coisas”. Caetano de Andrade, de cujas feições não me recordo, falou sobre “Ouro”²¹¹.

As conferências literárias tinham os motes lançados previamente, em que os oradores levavam os versos, discursos e exageravam na verborragia e no vocabulário difícil. Ou os motes eram lançados na hora e vários participavam recitando versos decorados ou improvisados. Tal prática da oralidade remontava aos tempos das apresentações de oiteiros e ao mesmo tempo simbolizava o progresso intelectual, bem como a exposição das pessoas que se letravam e estavam circulando entre o espaço público e privado. Nos sobrados em que habitavam homens de destaque social costumeiramente possuíam vastos salões com mobílias que acolhiam os convidados dessas festividades letradas. Regina Abreu destaca que:

É interessante observar que os salões configuravam a parte pública por excelência dessas residências de estilo apalaçado das elites cosmopolitas do período. Gilberto Freyre ressaltou que, para os homens públicos, esses salões eram a extensão dos gabinetes e locais de trabalho. Muitas decisões importantes na esfera do poder público teriam sido tomadas nesses ambientes²¹².

Brito Broca afirma que a época auge das conferências literárias se deu na virada do século XIX para o XX. Os jornais do Rio de Janeiro, bem como de

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=586&sid=264> Acesso em 10 de maio de 2014.

²¹¹ AMADO, Gilberto. **Minha formação no Recife**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955. p. 239.

²¹² ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: ROCCO/LAPA, 1996. p.38.

outras capitais costumavam noticiar a respeito dos saraus e dos debates travados nos salões, alguns desses salões cobravam espécie de ingressos, principalmente quando algum intelectual mais conhecido seria o convidado de honra, esses salões também eram um espaço buscado para se aprender os modelos que se copiaram de Paris. Afinal, muito se copiava da cidade francesa no Brasil. Segundo o autor:

Tratava-se de uma reunião social, onde as mulheres, geralmente iam com o espírito com que se vai ao chá-dançante, e os homens acorriam, em parte, para ver as mulheres. Além do que, uma circunstância importantíssima pesava no caso: em Paris se fazia assim, esse era o chique de Paris²¹³.

Na historiografia há também o trabalho *O sorriso da sociedade*, de Maurício Silva, na qual aponta os salões e as conferências como espaços que condicionavam gêneros literários com a conversa sem compromisso, com a frivolidade cotidiana, eram uma forma eficaz de publicidade e sociabilidade dos literatos. Para o autor era nos salões literários que se elaboravam grandes críticas ao que se era escrito e eles também traziam uma gama de benefícios na prática de sociabilidade e na afirmação dos literatos no campo literário, ele afirma que:

O resultado era não apenas uma maior visibilidade do acadêmico propriamente dito, mas também da literatura por ele praticada, que passava a integrar ainda, além do círculo semierudito do jornalismo, o círculo mundano da alta sociedade e da burguesia urbanas.(...) os salões literários com todos os seus possíveis desdobramentos, serviam como instância real de legitimação da estética academicista²¹⁴.

Além dos vários salões literários, não se pode deixar de destacar a presença dos cafés, bastante significativa na vida dos homens de letras. São raros os registros sobre cafés desse período, mas os relatos memorialísticos, os jornais e as propagandas desses estabelecimentos são, por excelência, as fontes das quais se dispõe para conhecer um pouco mais das práticas de sociabilidade dos homens de letras.

²¹³ BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. p.198.

²¹⁴ SILVA, Maurício. **O Sorriso da Sociedade: literatura e academicismo no Brasil na virada do século (1890-1920)**. São Paulo: Alameda, 2013. p-101-102.

Mario Sette indicou a existência de cinco cafés na transição do século XIX para o XX, que atraíam a população letrada, em especial parte dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife. Foram eles:

Tabela 3: CAFÉS DO RECIFE

CAFÉ	BAIRRO	RUA
Café Santos Dummont	Boa Vista	Rua da Imperatriz
Café Modelo	Boa Vista	Rua da Imperatriz
Café Rui	Santo Antonio	Rua Nova
Café Familiar	Santo Antonio	Rua Nova
Café 15 de Novembro ou Café do Girão	Santo Antonio	Rua do Imperador

Fonte: Jornal A Província. 1900. Acervo BN

Considerando as ruas desses cafés, vale destacar que eles se fixaram próximos aos estabelecimentos comerciais, às repartições públicas, às tipografias e livrarias, o que possibilitava a circulação mais intensa de pessoas para vários tipos de transações diárias e contava com a presença das diversas camadas sociais. Como relatou Sette:

[...] na época, as famílias raro frequentavam um café e isso mesmo de dia. A' noite não parecia de boa moral. Tanto estudantes lá dentro. As vezes mulheres da vida fácil. Os rapazes agrupavam-se às portas, grelando as pequenas, conversando, discutindo. A' "boquinha da noite" eles ali se postavam e de quando em quando decidiam nas mesinhas a bozó quem pagava o refresco ou o grogue²¹⁵.

Nota-se que os cafés durante certo tempo, não eram bem vistos socialmente pelas famílias nobres. A presença de todo tipo de gente, das diversas camadas sociais gerava situações desagradáveis como brigas e algazarras e durante certo tempo os cafés não eram vistos como lugar de possível sociabilidade letrada. Entretanto, esses cafés vão sendo, aos poucos, tomados pelos homens de letras e passaram a ter predominância masculina para debates políticos, jornalísticos e literários²¹⁶.

²¹⁵ SETTE, Mario. **Maxambombas e Maracatus**. 4ª ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. p.143.

²¹⁶ A historiadora Sylvia Couceiro em seu trabalho de doutoramento apresentou uma análise significativa sobre a cidade do Recife quando traça um perfil de lojas, ruas, cafés, pensões, salões tanto do ponto de vista das elites, quanto pela ótica dos populares. Por meio de uma

Dois cafés tiveram destaque no período em tela, foi o *Café Ruy* e o *Café Familiar*, ambos na Rua Nova, também conhecida por um tempo como Rua Barão da Victória. Segundo anúncios dos estabelecimentos eram oferecidos sorvetes, empadas, tortas, sucos, cafés, chás e diversos tipos de bebidas destiladas. Em nota publicada em 25 de março de 1981, no Jornal A Província, o proprietário do Café atraia o público para conhecer a máquina nova que moía o café na frente dos clientes e gerava certo encanto ao ver o produto sair fresquinho para ser servido.

Imagem 04



Fonte: Anúncio do Café Ruy In. Jornal A Província. 25 de março de 1891. Acervo BN.

Mario Sette ainda descreveu, que após certa hora da noite, o Café Ruy “era o ponto predileto dos acadêmicos de Direito. Viviam em constantes algazaras, em brindes, em vaias, em pilherias de moços. Das portas do Rui eles espiavam as pernas das moças subir nos bondes²¹⁷”. Só anos depois, entre 1890 e 1910 é que o espaço do Café Ruy foi tomado de escritores, juristas e acadêmicos para se fazer espaço de reuniões, saraus e discussões calorosas de textos literários.

vasta documentação a autora mostra como se constituíram mecanismos de controle das camadas populares e os caminhos para permissão de solidificação dos elementos de modernização e sociabilidade nos anos 1920. Cf. COUCEIRO, Sylvia. **Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. (Tese de Doutorado em História) Recife: PPGH/UFPE, 2003.

²¹⁷ SETTE, Mario. **Maxambombas e Maracatus**. 4ª ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. p. 143.

Já o Café Familiar acolhia a presença de moças e senhoras da sociedade mais abastada da cidade. Encantava os clientes pelo sorvete, pelo suco, pelos doces e quitutes que deixava a mostra em sua vitrine²¹⁸. Entretanto, poucos registros foram encontrados sobre esse café, até mesmo entre os anúncios de jornais são poucos os identificados durante o levantamento documental da tese.

A partir da década de 1910 o Café 15 de novembro, ou mais conhecido como Café do Girão, ocupou espaço no cenário de sociabilidades letradas. Oferecia os mesmos produtos que o Café Ruy, porém era mais próximo das repartições públicas, tipografias, livrarias e lojas. Essa localização agregou um fluxo de homens de letras bem mais intenso. Como também descreveu Sette, ficava na Rua do Imperador e se tratava de:

Um prédio baixo, de telhado em beiral, com umas varandas largas de rótulas envidraçadas. Estendiam-se mesinhas pela ampla calçada e no interior entre grandes espelhos garatujados de reclamos e vitrinas cheias de bolos e empadas, distribuíam-se as mesas de tampo de mármore, umas redondas e outras ovaladas.

Durante o dia o Café do Girão tinha a freguesia de comerciantes que vinham tomar qualquer coisa para enganar os estômagos e dos políticos que acertavam interesses ou combinavam bernardas. Si havia companhia no Santa Isabel apareciam artistas antes do ensaio e esses atraíam os perus e os caronas todo amabilidades...

A noitinha a concorrência era maior. Rapazes, jornalistas, velhos, pecadoras. “Pessoal do brejo”, como se dizia na época²¹⁹.

Na historiografia alguns cafés são colocados como espaços de sociabilidades e que tinham certo grupo específico de homens de letras, como no caso da Confeitaria Colombo no Rio de Janeiro, ponto de Machado de Assis e seus amigos, da mesma forma era ponto de encontro de Assis e seus pares a Livraria Garnier²²⁰.

Entretanto, no que tange a cidade do Recife, os cafés eram lugares mais mistos, o que costumeiramente acontecia eram encontros de sujeitos a

²¹⁸ Sobre o Café Familiar um olhar pelos anúncios de jornais do período aponta para as suas vitrines repletas de iguarias.

²¹⁹ Idem. pp. 43-144.

²²⁰ Sobre a figura de Machado de Assis nos cafés e na Garnier Cf. DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes Literários da República**: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte; Editora UFMG/Humanitas, 2005. Ver também o capítulo que Brito Broca destina para os cafés cariocas e as práticas de sociabilidades que neles se processavam. Cf. BROCA, Brito. *Op Cit.* 2005.

depender do horário: de dia comerciantes e políticos, no final da tarde os homens de letras que realizavam saraus e debates de textos literários, mas a noite era da rapaziada, das mulheres de vida fácil, ou seja, da vida boêmia.

Os sujeitos que circulavam nos cafés e que se envolviam na vida letrada, também tinham como prática de ocupação e recriação do ócio, a leitura de livros e folhetins, de autores estrangeiros ou nacionais, muitas vezes eram os cafés o cenário de debate dos textos de grandes nomes como Honoré de Balzac, Eugène Sue, Alexandre Dumas, Guy de Maupassant, Victor Hugo, Fiódor Dostoievski, Machado de Assis, Carneiro Viella. Mas não foi apenas nesses lugares de ampla sociabilidade que circulavam. A APL foi por excelência local de encontro deles.

Neste sentido, se faz necessário pensar como se relacionavam do ponto de vista intelectual. Em 1901, no panorama nacional, já haviam sido criadas academias de letras em alguns estados brasileiros como Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. Porém, já iniciada a república e abolida a escravidão no país, Pernambuco que teve uma força histórica nas lutas por autonomia política e social, não tinha inaugurado um panteão das letras e nem consagrado seus imortais. Em alocução inaugural de 26 de janeiro de 1901 o presidente provisório Carneiro Vilella retratava esse processo retardatário:

Era preciso, pois, que Pernambuco, não por meio de combatentes isolados, muito dignos embora, mas que apenas representam individualidades sem nenhuma homogeneidade entre si, sem coesão de espécie alguma, porém sim por meio de uma agremiação forte, consciente e compacta, solidária e compenetrada da utilidade e da nobreza de seu ideal, resumisse em si o pensamento e as aspirações – como que a alma – da colectividade intelectual – e tenha a coragem de assumir a responsabilidade plena dessa luta moral, que todos os dias a inteligência trava contra o erro tradicional, e a liberdade trava contra o preconceito, e isto combatendo com alma o marasmo e a indiferença do público em geral, pondo-se a frente de uma cruzada inteligente e proveitosa em prol dos nossos direitos intellectuaes por enquanto meio desconhecidos, rasgando para a consecução destes fins novos horizontes, abrindo caminho através dos nevoeiros do despeito, da inveja e até da imbecilidade bestialmente fátua, apara deixar após si uma obra de reivindicação moral, um monumento attestador das

glórias litterárias da nossa pátria, como outros existem de suas glórias guerreiras²²¹.

Além de mostrar que Pernambuco estava adentrando no espaço de produção das letras nacionais, por ter uma força no processo de lutas históricas como guerras e revoluções, o discurso inaugural da APL proferido por Carneiro Vilella apontou para uma heterogeneidade literária entre os acadêmicos, que não é de todo verdade, pois, apesar da origem social aproximada dos fundadores, eles tinham perspectivas, espaços e grupos em comum nas quais circulavam e legitimavam seus trabalhos.

A prova desses encontros e desencontros está no fato de que, desde as primeiras tentativas de se fundar a APL, já citadas em capítulo anterior, existiam homens agrupados que ora concordavam, ora divergiam, seja por questões políticas, por atuarem em instituições diferentes ou por discordarem do tipo de produção literária. Neste sentido, a documentação consultada possibilitou alocar os fundadores em grupos vinculados a instituições: muitos participavam das reuniões do Gabinete Português de Leitura, tinha os que participavam como professores da Faculdade de Direito do Recife, os que integravam o corpo redacional do Jornal Diario de Pernambuco e Jornal A Província, os integrante do grupo Cenáculo da Silveira e os que estavam no Partido Republicano. Além de pensar que estavam sempre reunidos nos encontros do Instituto Histórico.

Mas não se pode pensar que esses homens estavam fixos em um único grupo. Na prática eles transitavam entre redações de jornais, estavam presentes na política, na Academia, no Instituto, em salões, em cafés, nas livrarias e trocavam ideias nos mais variados lugares da cidade independente do grupo na qual estavam mais atuantes. Faziam-se excepcionais, distintos no campo da normalidade do que era ser um homem de letras.

²²¹ Allocução inaugural proferida por Carneiro Vilella registrada na ata de fundação da Academia Pernambucana de Letras In: **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Anno 1, janeiro-março. Nº.1; 1901. p. 4. Acervo FDR.

4.2 Os lugares cotidianos de encontro dos literatos

Parafraseando Angela de Castro Gomes, os homens do final do século XIX e início do século XX podem ser considerados como polígrafos e produziam tanto bens culturais duradouros e valorados, livros em especial, como um conjunto de outros produtos que eram difundidos em suportes mais efêmeros que eram os jornais e revistas²²². É preciso também lembrar, que eles estavam circulando em várias instituições que legitimavam em grande medida o que produziam e davam a garantia da visibilidade e distinção social. As instituições eram gabinetes, faculdades, academias, jornais, Institutos históricos, academias de letras e grupos pessoais. Nesta dinâmica encontravam-se os letrados do Recife e quando se deu a fundação da APL e os primeiros anos de existência dessa instituição estavam realizando saraus e encontros literários no Gabinete Português de Leitura.

O Gabinete Português de Leitura foi criado em 1850 por iniciativa de líderes portugueses e com o objetivo de estreitar as relações entre Brasil e Portugal, pois esta não estava nos melhores diálogos devido ao conflito ocorrido em 1848, a Revolução Praieira. Os portugueses, como destacou Humberto França, tinha por propósito

[...] constituir uma associação cultural que ensinasse o nosso idioma aos jovens que buscavam no aprendizado da língua portuguesa, nas leituras e nos estudos humanísticos, uma possibilidade de formação cidadã e uma chance para se alçarem aos patamares profissionais e sociais mais elevados²²³.

Além desse propósito, o Gabinete Português de Leitura era um espaço de reuniões e visita periódica de muitos estudantes e intelectuais, pois possuía um significativo número de obras em sua biblioteca, como já mencionado em capítulo anterior. Numa terra onde existia uma carência de livros e bibliotecas era comum a concentração de homens de letras nesse espaço.

²²² Cf. GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

²²³ FRANÇA, Humberto. Os desafios do Gabinete Português de leitura do Recife. In: **Encontros**: Revista do Gabinete Português de leitura de Pernambuco. Ano 26. Nº 21. Recife, 2010. p.17.

Foi no Gabinete que várias conferências literárias, saraus, reuniões de preparação de organizações literárias, cenas de debate sobre o abolicionismo e sobre a república ocorreram e contava com a presença de figuras como Joaquim Nabuco, Clovis Bevilacqua, Tobias Barreto, Silvio Romero, Martins Junior, Arthur Orlando e Phaelante da Câmara entre outros durante os oitocentos.

A existência de uma historiografia sobre os gabinetes portugueses ainda é parca, mas já denota que essas instituições eram muito importantes como espaço de encontros de intelectuais. Os gabinetes possuem um rico aparato documental que nos mostra como ele foi cenário de lutas ideológicas e um território de constantes acordos entre portugueses e brasileiros. Em sua tese *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte imperial*, Nelson Schapochnik analisou conexões entre os Catálogos da Sociedade Germânica, British Subscription Library, Bibliotheca Fluminense e Real Gabinete Português de Leitura e mostrou a importância documental do acervo do Gabinete carioca durante o Império brasileiro²²⁴. Na sequência dessa historiografia o trabalho de Ana Luísa Martins, *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890* propôs contribuições sobre a sociedade e práticas políticas no Rio de Janeiro e como os gabinetes portugueses desta cidade foram palcos dessas práticas²²⁵. Importante para esse debate, também destacou-se o trabalho de Tânia Bessone, *Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*, que apresentou a criação do Gabinete Português do Rio de Janeiro, analisou o catálogo de 1858 e expressou como tal instituição foi responsável pela formação dos laços afetivos e políticos e profissionais dos que ali frequentavam²²⁶.

Também como espaço de sociabilidade pode-se destacar a Faculdade de Direito do Recife. Ocupando o cargo de professores na FDR: Izidoro Martins

²²⁴SHAPOCHNIK, Nelson. **Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte imperial**. São Paulo: DH-FFJCH/USP, 1999.

²²⁵MARTINS, Ana Luísa. **Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847- 1890**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

²²⁶FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. **Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Junior, Phaelante da Camara, Arthur Orlando e Gervásio Pires Fioravanti. Tornaram-se professores via concursos, diga-se de passagem, bastante polêmicos e ocupavam as disciplinas de História do Direito, Direito Penal, Direito Civil e Direito Criminal. Na memória histórica da Faculdade de Direito do Recife, publicada na sua Revista, tais catedráticos aparecem como responsáveis por dar continuidade às ideias dos intelectuais da Geração de 1870, como os principais redatores ou colaboradores da revista e como funcionários que estavam sempre em diálogo para pensar o bom ensino do Direito na Instituição²²⁷.

Segundo Angela Alonso essa Geração de 1870, era na prática um grupo de homens frustrados com os rumos políticos, econômicos, sociais e culturais do Brasil e por isso nas suas escritas, nas suas posturas sociais acabavam por imprimir essa constante insatisfação com o modelo político vigente no período, a monarquia²²⁸. Na FDR eles importaram várias ideias europeias “que sofreram apropriações, redefinições e uso político pela geração de 1870²²⁹”.

Ainda conforme Alonso, tais intelectuais “viveram uma comunidade de experiência social: as instituições imperiais prejudicaram suas carreiras ou bloquearam seu acesso às posições de proeminência no regime imperial”²³⁰. E por tal situação de marginalização social passaram a compartilhar experiências e a elaborar críticas ao regime monárquico nas instituições, jornais e revistas que atuavam. Essas posturas adotadas pelos bacharéis da Geração de 1870 são a chave para entender o sentido de suas manifestações intelectuais.

Alguns bacharéis que compuseram anos mais tarde APL foram, em tese, a reminiscência da Geração de 1870 e também buscaram dar prosseguimento aos ruídos do passado e a expor na FDR as ideias de mudança do país e a briga constante para manter o ideal republicano instituído em 1889. Os tornados imortais, ao assumir a cadeira da APL, produziram trabalhos em que

²²⁷ Cf. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**. Ano de 1905. Acervo FDR.

²²⁸ ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

²²⁹ Idem. p.31.

²³⁰ Idem. p.43.

suas “interpretações desembocam num diagnóstico da contemporaneidade como período de crise e na proposição de um programa de reformas²³¹”.

No *Diário de Pernambuco* estavam presentes os seguintes imortais: Arthur Orlando, Theotonio Freire, Gervásio Fioravanti, Alfredo de Carvalho, Martins Junior, Phaelante da Camara, França Pereira. Já em se tratando do jornal *A Província*, estavam presentes: Carneiro Vilella, Faria Neves Sobrinho, Theotonio Freire, Pereira da Costa, Carlos Porto Carreiro. No espaço das redações esses letrados se encontravam para pensar as notícias diárias, para dividir ideias e compartilhar a criação de colunas diversas como: *Monólogos*, *Rua das Conversas*, *Na Maciota*, *Letras e Artes*, entre outras. Cada um ficava responsável por essas colunas que existiam nos periódicos e versavam sobre: política, economia, literatura, notícias estrangeiras, movimentação do porto e anúncios de estabelecimentos comerciais.

Sendo novos ou antigos, os fundadores da APL participavam nos periódicos, como redatores ou como colaboradores, esses sujeitos buscavam adequar-se ao estilo de cada jornal, ou para usar a expressão de Mauro Mota, entrava-se no jornal “sob o risco de ficar o resto da vida entre quatro paredes”²³², ou seja, de carregar o rótulo de ser difusor da ideologia do jornal. Vale também destacar, que foi nas redações de jornais que os textos ficcionais dos fundadores da APL ganharam grande notoriedade, pois eram lidos pelos pares, antes mesmo de serem impressos nas folhas diárias, ou em formato de livros e ganharem as ruas e os demais leitores. Nesses jornais eles deixaram registrados não apenas a literatura de ficção, mas também os acontecimentos do período que viveram.

Outro espaço que se mostrou inédito aos olhos da pesquisa sobre a cultura literária dos homens de letras pernambucanos foi o grupo *Cenáculo da Livraria do Silveira*, que passou a existir em decorrência do agrupamento de letrados que frequentavam tal livraria, localizada na Rua Primeiro de Março, nº 14. Como destacado na revista *A Cultura Acadêmica*, tratava de ser “a princípio

²³¹ Idem. p.178.

²³² MOTA, Mauro. O jornalismo literário no Diário de Pernambuco. In: **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Ano 74. Dezembro de 1975. Nº 28. p. 18. Acervo FDR.

um simples ponto de palestra, ao acaso dos encontros e dos assumptos diários, assumiu os ares solenes de Cenáculo no dia que a imprensa lhe fez as primeiras allusões²³³. Compuseram como membros principais do Cenáculo: Arthur de Albuquerque, Machado Dias, Arthur Muniz, Rodolpho Garcia, Aprígio Garcia, Oswaldo Machado, Phaelante da Camara. Mas costumava participar também das reuniões desse grupo: Adelino Luna Filho, Bianor de Medeiros, Heitor Maia, Domingos Magarinos, Arthur Bahia, Raul Azevedo, Alfredo de Carvalho, Rodolpho Araújo e Cosme de Sá Pereira. Dentre os vários nomes presentes nos encontros que ocorria na Livraria do Silveira quatro foram fundadores da APL: Alfredo de Carvalho, Phaelante da Camara, Bianor de Medeiros e Arthur Muniz, este último entrou na APL ainda nos primeiros anos de 1900.

Tais sujeitos se encontravam na Livraria do Silveira entre as quatro e seis horas da tarde para saraus, calorosos debates literários, para criticar o cenário político pernambucano e para realizar o que nas palavras de Phaelante da Camara seria:

Aprender nas lições dos mestres os lemmas das sciências, evitando quanto possível as profanações da língua portugueza e exercendo as artes mechanicas com afan, sobre o pequeno campo da sua mesa de trabalho, ou pintando velhos symbolos egypcios a bico de Penna ou fazendo altos relevos à ponta do canivete.

Diariamente discutem-se os problemas da arte, da sciencia, a língua, com todos os percalços da aprendizagem, mas sem respeito as falsas conveniências²³⁴.

Com um propósito de pensar a crítica do cotidiano, científica e literária o Cenáculo da Silveira foi atuante e são poucas as informações que existem a respeito desse grupo de homens de letras e que merece um estudo mais profícuo. Mas não se pode deixar de pensar que era um espaço para difusão da poesia, dos romances, das crônicas, dos contos, dos folhetins que eram produzidos pelos pernambucanos, em especial os produzidos pelos fundadores da APL, já que existiam integrantes da APL frequentando esse grupo.

²³³ **A Cultura Acadêmica**. Anno II. Vol II. Maio-Junho de 1906. P. 187. Acervo FUNDAJ.

²³⁴ **A Cultura Acadêmica**. Anno II. Vol II. Maio-Junho de 1906. P. 192. Acervo FUNDAJ.

Imagem 5



Fonte: Grupo Cenáculo da Silveira. In: A Cultura Acadêmica. 1906. Acervo APEJE

Estes letrados também estavam sempre presentes nas reuniões do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, mantendo-se nas buscas e nas pesquisas aos documentos que retratavam a importância das ações heroicas da província. As reuniões costumavam ocorrer por volta das dezenove horas no salão de honra do IAHGP. Seguiam um ritual de abertura da cerimônia por parte de algum membro da diretoria, executavam-se leituras de textos que ressaltavam Pernambuco em suas batalhas pela defesa do território, em especial sobre o período holandês e vez por outra tomavam posse os novos sócios, efetivos ou correspondentes. No período de criação da APL faziam parte do IAHGP todos os que fundaram a Academia.

Esses homens assumiam cargos administrativos dentro da instituição, organizavam reuniões, festividades para relembrar datas comemorativas de algum feito histórico local, escreveram alguns dos textos que eram publicados na revista do órgão ou em revistas e jornais locais, pensavam os rumos da nação, reivindicaram para o Estado a condição de terra fundadora do Brasil.

Enquanto no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) indicava a necessidade de uma escrita da história em âmbito nacional, os letrados de Pernambuco, do IAHGP, apontavam para a importância de escrever a história da nação, primeiro na perspectiva regional, pois entendiam que a partir das bases menores seria possível conhecer um país plural nos grupos sociais e diverso em costumes. Essa disputa a respeito da história da nação/região se fez forte e segundo Luiz Felipe de Alencastro:

Na realidade, os historiadores pernambucanos foram dos primeiros no Brasil a organizar cientificamente sua disciplina. (...) inscrita na longa corrente nativista, a reação visava a História Geral do Brasil (1856), de Varnhagem, defensora do legitimismo imperial, e em particular, a tentativa de outro historiador da Corte, o cônego Fernandes Pinheiro, de reabilitar os algozes da revolução pernambucana de 1817. Monsenhor Muniz Tavares, ex revolucionário de 1817 protestou contra a interpretação de Fernandes Pinheiro e promoveu a criação do Instituto Arqueológico Pernambucano (IAP) em 1862. Primeira entidade provincial a romper o monopólio dos estudos de ciências sociais até então exercidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o IAP e sua Revista são alento ao movimento intelectual pernambucano e nordestino. Desde então rola a queixa regionalista de que os historiadores do Rio pretendiam fazer a história “geral” do Brasil, relegando os pesquisadores das províncias “ao exame dos fatos relativos a cada uma das partes do todo!”²³⁵.

Destarte a discussão a respeito da escrita da história, seja ela nacional ou local, o fato é que muitos dos homens que compuseram a APL também estavam presentes no IAHGP, eram não apenas escritores de verso e prosa, mas também de textos geográficos e históricos, o que ressaltava ainda mais o caráter de polígrafos.

Não se pode deixar de pensar que por se tratar de imortalizados pelas letras, o espaço por excelência de encontro desses homens eram as reuniões da Academia Pernambucana de Letras. Conforme Relatório do secretário perpétuo da APL, a respeito do ano de 1901:

No período que decorreu de Janeiro a Dezembro reuniu-se a Academia, antes e depois de sua instalação, em 14 sessões, das quaes 3 economicas de assembleia geral, a 21 de janeiro, 6 de fevereiro e 9 de novembro e 11 literárias, destinadas a palestra, discussão ou leitura de escriptos de seus membros. Das sessões econômicas destaca-se pelo seu carácter de constituinte, a da

²³⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Desagravo de Pernambuco e glória do Brasil: a obra de Evaldo Cabral de Mello. In: **Revista Novos Estudos CEBRAP**. Nº 26 março de 1990. p.220.

assembleia geral, que se realizou a 21 de janeiro e na qual foi discutida e aprovada unanimemente a Lei Orgânica da Academia²³⁶.

Após a criação da Lei Orgânica e da fundação da APL em 26 de janeiro de 1901, a reunião seguinte ocorreu em seis 06 de fevereiro do mesmo ano em que os literatos se uniram para aprovar o Regimento Interno, eleger o secretário perpétuo, o tesoureiro e os demais membros da diretoria, além de consagrar, via regimento, as disposições de ordem econômica, administrativa e eleger os membros honorários e correspondentes. Na reunião acabaram por eleger 12 correspondentes e dentre eles Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. Mas o destaque maior foi o reconhecimento de quatro escritoras: D. Ignez Sabino Pinho Maia, como membro honorário e D. Joanna Tiburtina da Silva Lins, Francisca Izidora Gonçalves da Rocha e Edwirges de Sá Pereira como correspondentes. Nas palavras de João Baptista Regueira da Costa essas mulheres poderiam ser consideradas como as “sacerdotizas deste templo das letras, e cuja missão particular é não deixar extinguir-se o fogo sagrado da tradição, que reconhece na pernambucana Rita Joanna de Souza a primeira poetisa brasileira”²³⁷.

Na reunião de 9 de novembro procedeu-se nova eleição para tesoureiro e para os novos membros da diretoria. Na ocasião Barbosa Vianna que era tesoureiro apresentou um balanço financeiro e indicou possuir a APL um saldo de mais de 500\$000, mas que poderia ser maior se todos os membros estivessem com as mensalidades em dias. Sendo nessa reunião reeleito como tesoureiro Barbosa Vianna. Nesta mesma reunião decidiu-se por aprovada, a ideia proposta pelo acadêmico Martins Júnior de:

[...] obter a Academia dos poderosos competentes a concessão de favores idênticos aos que alcançara a Academia Brasileira de Letras, como sejam as franquias de porte para sua correspondência oficial, a aquisição de seu prédio em que ella possa funcionar regularmente e as publicações por conta do Estado, não só das obras que escreverem os seus membros, como de quaesquer outras que o mereçam por sua importância e utilidade²³⁸.

²³⁶ **Revista da Academia Pernambucana de Letras.** Anno II – Jan-Jun nº 5, 1902. p. 05 Acervo FDR.

²³⁷ **Revista da Academia Pernambucana de Letras.** Anno II – Jan-Jun nº 5, 1902. p. 11 Acervo FDR.

²³⁸ **Revista da Academia Pernambucana de Letras.** Anno II – Jan-Jun nº 5, 1902 . p. 12 Acervo FDR.

Nota-se que do ponto de vista burocrático, a APL seguia o protocolo das reuniões, das discussões e prestações de contas financeiras, das cobranças para os membros que não estavam com as mensalidades em dias, ações típicas de grêmios e grupos letrados do período, além de ter o mecanismo de sempre captar correspondentes e sócios honorários, bem como buscar recursos financeiros dos órgãos do governo para que se perpetuasse a instituição e as publicações. Para tanto, ainda usavam da expressão que tinha a Academia Brasileira de Letras para colocar a instituição pernambucana no páreo de igualdade com a do Rio de Janeiro.

Mas não só debates burocráticos ocorriam nas reuniões da APL, por sinal, essas eram as reuniões que menos ocorriam. De regra geral eram reuniões regadas na prosa e no verso, em que se apresentavam textos autorais ou recitavam-se excertos de autores estrangeiros traduzidos pelos próprios fundadores, ou então encontravam-se para discutir os lançamentos literários, filosóficos, científicos e jurídicos recentes que chegavam na cidade.

Regueira da Costa relatou que a reunião de 9 de fevereiro também foi um momento de leitura da tradução da obra *Cyrano de Bergerac* do escritor Edmund Rostand, a tradução foi feita pelo acadêmico Porto Carreiro, que proferiu a leitura e que comentou com os demais presentes algumas passagens da tradução.

Na reunião de 14 de fevereiro Faria Neves leu dois capítulos de um texto autoral inacabado que denominou *Morte d'Alma*. Em 11 de maio procedeu-se a leitura de um texto do Alfredo de Carvalho intitulado *O Jornalismo Litterário em Pernambuco* (primeira parte 1831-1859). Na sessão de 13 de julho leu-se os versos *Viagem pelas Mulheres* de autoria do Carneiro Viella. Na sessão de 10 de agosto o acadêmico Almeida Cunha apresentou a tradução que fez de *Intermezzo* de Henrique Heine. Do fundador Porto Carreiro, em outra reunião ocorrida em 31 de agosto de 1901 procedeu a leitura da comédia em três atos *Ella por Ella*, cujo autor diz ser uma adaptação para os costumes pernambucanos. Em 14 de setembro, também de Carneiro Vilella foi lida a opereta fantástica em três atos a *Princeza do Cattête*. Já em 21 de setembro

leu-se o prólogo da *Revista Brazil* em que Porto Carreiro apresentava em versos a periodicidade do país até a Independência, dando sempre ênfase para os acontecimentos históricos de Pernambuco. Na reunião de 7 de outubro Barbosa Vianna leu uma coleção de versos humorísticos que publicou na *Gazeta do Recife* entre 1892 e 1893. Em 16 de novembro os membros da APL ouviram o recitar o poema *Legendas da Pátria* da autoria de Carneiro Vilella²³⁹.

Nessas reuniões também se apresentava um balanço das obras diversas que a APL recebia e como ela foi, a partir de doações de membros e dos correspondentes, constituindo sua biblioteca particular, que em grande medida ficou no espaço do Instituto Arqueológico, já que congregavam o mesmo espaço do ano de sua fundação até 1911.

Outra reunião que se fez bastante curiosa aos olhos dos leitores do número cinco da *Revista da Academia Pernambucana de Letras* foi a que ocorreu em 22 de junho de 1902 e apresentou a ata da sessão solene de posse de Phaelante da Camara. A curiosidade existe, pois o ocupante da cadeira seria Gregório Junior, porém este veio a falecer antes da reunião da fundação, o que já se pode supor que Carneiro Vilella tinha uma lista prévia dos nomes que comporiam a APL. Assim a cadeira ficou vaga e só um ano de seis meses depois é que Phaelante da Camara passou a ser o ocupante da cadeira nº 2.

As reuniões solenes seguiam um ritual comum às demais academias brasileiras. Primeiro o presidente ou vice-presidente fazia o discurso de abertura, depois o representante do Instituto Histórico pronunciava-se e seguia-se uma saudação de boas vindas ao novo integrante do panteão das letras. Escutava-se o discurso de posse em que era praxe saudar os presentes, tecer considerações sobre a formação, homenagear o ocupante anterior da cadeira e apontar com lisonja a instituição.

Na reunião de posse do Phaelante da Camara compareceram figuras ilustres da sociedade pernambucana e os acadêmicos: Almeida Cunha,

²³⁹ A respeito das reuniões e do que se lia nelas Cf. Relatório sobre o ano de 1901 do Secretário Perpétuo- Acadêmico João Baptista Regueira da Costa. In: **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Anno II – Jan-Jun nº 5, 1902 . Acervo FDR.

Gervásio Fioravante, Barbosa Vianna, Carneiro Vilella, Bianor Medeiros, Pereira da Costa, Eduardo de Carvalho, Sebastião Galvão e Alfredo de Carvalho. A presença de apenas dez membros na reunião mostra que nem sempre todos estavam presentes, pois muitos estavam envolvidos com questões pessoais, profissionais ou envolvidos em cargos da política, obrigando-os a ausentar-se. É interessante que pelos registros das atas encontradas da APL, apenas na reunião de preparação e criação da Lei Orgânica da APL é que estiveram os vinte acadêmicos, mas nas demais nunca estiveram presentes todos os acadêmicos. Nem mesmo na reunião inaugural de 26 de janeiro de 1901²⁴⁰.

É possível compreender que os encontros que esses homens realizavam eram palco para expor opiniões políticas, análises de livros lidos recentemente, discussões de ideias filosóficas, científicas, debates sobre a realidade social, econômica e cultural, além dos comentários a respeito das posturas que muitos desses imortais assumiam nos diversos periódicos literários ou noticiosos que circulavam pela cidade do Recife.

4.3 O Inquérito Literário de 1905 como palco da literatura

O mês de Junho de 1905 pode ser pensando como um palco para as disputas no cenário literário entre os literatos fundadores da Academia Pernambucana de Letras. Em primeiro lugar, porque muitos já tinham participado de pequenos jornais ou estavam presentes nos de grande circulação do Recife, depois porque se envolveram numa polêmica sobre que nomes seriam os mais importantes da literatura e do jornalismo em Pernambuco.

O jornalista Aníbal Freire propôs em 10 de junho de 1905 o chamado Inquérito Literário nas páginas do jornal *Diário de Pernambuco*. Para Freire,

²⁴⁰ Na pesquisa documental foram localizadas apenas 5 atas de reuniões ocorridas entre os anos de 1901 e 1902. Apesar da Revista da APL mencionar a existência de 14 sessões para o ano de 1901 não foram localizadas todas as atas, pois o arquivo da APL não estava disponível para acesso ao público pesquisador durante os anos do doutorado.

interessava que fossem respondidas por pessoas, que ele considerava importantes no cenário intelectual, as seguintes perguntas:

- I – A que elementos deve sua formação literária?
- II – Qual o espírito mais bem organizado da actual geração de intellectuaes de Pernambuco?
- III – Como considera o jornalismo do Recife e quaes os meios de remodela-lo?²⁴¹.

Na prática, a maior parte dos que responderam ao inquérito não foram escolhidos sem uma conexão, mas por se tratar de homens que tinham relação com a imprensa e com o próprio Aníbal Freire, isso justifica o fato de a maior parte deles serem membros do corpo de colaboradores do *Diario de Pernambuco*. Na resposta de França Pereira essa aproximação ficou clara, quando escreveu uma apresentação que antecedia as respostas:

Muito me lisonjearia a fidalga distincção com que procurou prenhorar-me, collocando meu obscuro nome entre os dos “notáveis” árbitros por você escolhidos, se eu nella não visse mais uma prova de sua delizadeza de sentimentos, da qual podemos testemunhar nos outros, seus companheiros de redação do Diário de Pernambuco²⁴².

Segundo Aníbal Freire, Pernambuco era terra literária e por isso a razão do questionário. Como descreveu na abertura do Inquérito:

Pernambuco tem uma literatura original e fecunda. Dos seus esthetas e dos seus pensadores desprende-se um sopro forte de liberalismo triumphante de poder imaginativo superior às contingências do meio. É uma espécie de fluido magnífico, que attrahe, subjuga, aniquilla quem lhe sinta os effeitos. Tendência litterária capaz de ser explicada pela opulência dos nossos recursos naturaes, pela grandeza magnificente, triumphal do meio ambiente, pela placidez eterna de nosso clima, e, noutra série de circunstâncias, pela suavidade dos costumes, pelo brilho das tradições históricas, pelo liberalismo ordeiro das instituições políticas²⁴³.

Responderam ao Inquérito treze homens de letras: Arthur Orlando, Gervásio Fioravanti, Clovis Bevilacqua, Carneiro Vilella, Alfredo de Carvalho, Phaelante da Camara, Carlos Porto Carreiro, França Pereira, João Batista Regueira da Costa, Augusto Pereira da Costa, Faria Neves Sobrinho, João Barreto de Menezes, Altino de Araújo e Theotônio Freire.

A polêmica mais intensa a respeito do Inquérito partiu de Carneiro Vilella, pois ele apontava se tratar de certa predileção do Aníbal Freire por

²⁴¹ Inquérito Litterário. **Diario de Pernambuco**. 10 de jun de 1905. Acervo FUNDAJ.

²⁴² Inquérito Litterário. **Diario de Pernambuco**. 28 de jun de 1905. Acervo FUNDAJ.

²⁴³ Inquérito Litterário. **Diario de Pernambuco**. 10 de jun de 1905. Acervo FUNDAJ

alguns intelectuais e não concordava com a postura de copiar a ideia de João do Rio, que pouco tempo antes havia realizado um inquérito na Gazeta do Rio de Janeiro. Além do mais Vilella não admitia que homens contemporâneos definissem a grandiosidade de certos intelectuais. Conforme Vilella:

Para responder com segurança ou, pelo menos, com probabilidades de acerto a este quesito insidioso, seria preciso estudar, de um em um, a organização do espírito de todos os intellectuaes da geração actual de Pernambuco, a começar pelo Sr. Manuel Arão, para á luz dessa crítica fazer competente selecção...Mas quaes são mesmo esses intellectuaes? Quem já os classificou ou sequer os apontou? Que Cuvier, que Buffon? E, quanto a mim, que autoridade tenho eu para escolher um d'entre elles a sagra-lo, ainda mesmo só em meu nome, apontado-o como o espírito mais bem organizado de uma geração que se julga superior a todas, e até pensa que nunca será suplantada? D'entre os intellectuaes (?) da geração actual de Pernambuco, muitos há que não têm conseguido publicar as cousas boas que escrevem, pelo que são quase desconhecidos, alguns totalmente, e por isso, mal podem ser julgados; ao passo que muitos outros arranjam sempre quem lhes publique e vulgarise as cousas péssimas que tem escripto, pelo que se vão apregoando por ahi além ao som de caixa e clarim... Ora, seria preciso cotejar uns com os outros, para poder conhecer a verdade, caso a verdade estivesse ao meu alcance²⁴⁴.

Carneiro Vilella lança mão, de que para compreender a constituição de um sujeito representante máximo das letras seria preciso cotejar os escritores que tinha uma produção que circulava e os que mesmo escrevendo bons textos não tinham repercussão de suas obras. Isso mostra, que havia certa tensão no espaço literário recifense, por estarem envolvidos em disputas ideológicas e até mesmo literárias.

Mas não apenas a polêmica deve ser vista, uma leitura das respostas remetidas ao Freire e publicadas durante o mês de junho do mesmo ano permite enxergar semelhanças e divergências no que tange à formação intelectual, a quem atribuam ser a figura mais representativa, ou nas expressões do inquérito, o espírito mais bem organizado da geração de intelectuais e como deveria ser remodelado o jornalismo.

No que tange a formação literária, apenas quatro homens não responderam, pois ou se diziam distantes do universo literário ou sem

²⁴⁴ **A Província**. 10 de junho de 1905. Acervo BN.

condições para fazer tal exercício, pois demandaria de uma rememoração que por ora não poderia fazer. Mas quanto às outras respostas dadas, é preciso destacar que aparecem com uma descrição verborrágica, descritiva da infância, das leituras de autores franceses, ingleses, alemães, portugueses e sempre enfatizando os autores pernambucanos, quase sempre os colegas que também faziam parte da Academia Pernambucana de Letras.

Sobre o espírito mais bem organizando cinco homens se eximiram de responder por entender que quem deveria consagrar os “espíritos mais bem organizados da literatura” deveriam ser os sujeitos da posteridade. Theotonio Freire teve sua resposta publicada em 20 de junho de 1905 e argumentava que:

A obra dos de hoje, a sua grandeza intellectual não poderá ser bem aquilatada pelos contemporâneos. É tarefa que melhor caberá aquelles que, de hoje a três ou quatro lustros, se occuparem de nós outros, que esse tempo já teremos talvez desaparecido. E o juízo delles, será, de certo, mais seguro, sem a leva de ódio de um, nem a corrente de sympathia a agir sobre a opinião emittida, de outros²⁴⁵.

Apesar de muitos apontarem os próprios pares com as quais conviviam nos órgãos em que trabalhavam ou na APL nenhum faz menção direta a importância deles na própria instituição como imortais. Entretanto, Clovis Bevilaqua, que conviveu com esses homens e teve grande significância no cenário das letras do período teceu um comentário dizendo que poderia citar vários homens que apresentavam-se como intelectuais bem organizados e dignos de menção no inquérito, mas lembra que se tratavam de homens que são:

Verdadeira organização do litterato, escrevendo com facilidade pasmosa ou a prosa que deslisa suavemente ou o verso que cascadeia em murmúrios cantante, e tantos outros, uns já feitos e continuando serenamente a trabalhar, como esses que constituem a Academia Pernambucana de Letras²⁴⁶.

Bevilaqua ainda enfatizou que esses sujeitos partiram armados para a conquista de seus ideais, constituíram no Recife um centro intelectual digno da atenção do historiador literário.

²⁴⁵ Inquérito Litterário. **Diario de Pernambuco**. 20 de Jun de 1905. Acervo FUNDAJ

²⁴⁶ Inquérito Litterário. **Diario de Pernambuco**. 15 de Jun de 1905. Acervo FUNDAJ

Todos os demais buscaram elencar os nomes de Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Arthur Orlando como as personalidades de destaque. Arthur Orlando foi mencionado em cinco respostas como sendo esse espírito mais bem organizado, porém vale o alerta de que ele era na época o redator chefe do *Diário de Pernambuco*, jornal que estava lançando o *Inquérito*. Somado a isso é preciso estar atento que a maior parte de quem respondeu escrevia para o *Diário de Pernambuco*, o que mostra certo teor tendencioso.

Quanto à remodelação do jornalismo quase todos descrevem que em Pernambuco o que havia era uma produção periódica ligada ao partidário político e à questões de críticas e ofensas entre jornalistas, que sinalizavam ser muito mais ressalvas de cunho pessoal do que divergências teóricas, literárias ou ideológicas.

Gervasio Fioravante sugeriu que as notícias, colunas e reportagens fossem assinadas, pois os redatores chefes não podiam responder por questões pessoais. Clovis Bevilacqua dizia que o jornalismo “apresenta-se em progresso, pois o seu aparelho de informações é rudimentar, não é um jornalismo que retrata o aspecto social do Recife”²⁴⁷. Alfredo de Carvalho apontava que o jornalismo era de caráter excessivamente local e que as informações externas demoravam a chegar. França Pereira, Theotônio Freire e Faria Neves Sobrinho advogam sobre a necessidade de se ter uma escola, órgão ou clube que envolvesse os jornalistas e que se tivesse uma formação comum para quem fosse enveredar pela profissão, formação que seria necessária para evitar as ofensas pessoais e dar um caráter mais amistoso e apartidário. Faria Neves Sobrinho ainda escreveu em sua resposta ao terceiro quesito que a imprensa europeia e a americana, com os modelos de artigos audaciosos, astutos, rápidos, repletos de vivacidade cotidiana, bem como os elementos da cultura, da literatura, das cores e da fotografia deveriam se tornar base para remodelar o jornalismo e dar um caráter moderno.

O terceiro quesito do *inquérito* teve um conjunto de respostas que em grande medida sinalizaram o que anos mais tarde veio a se tornar o padrão jornalístico adotado não apenas no Recife, mas em várias cidades brasileiras:

²⁴⁷ *Inquérito Litterário. Diário de Pernambuco*. 15 de Jun de 1905. Acervo FUNDAJ.

impessoal, colunas e textos assinados, criatividade, relato do cotidiano, exposição de problemas sociais e apresentação da realidade cultural.

Além da análise dos quesitos, o Inquérito de 1905 pode ser visto como um espaço das práticas de sociabilidade dos membros fundadores da Academia Pernambucana de Letras, um vez que dos vinte fundadores onze responderam ao Inquérito. Os escritores legitimavam seus pares e enfatizavam a produção literária por eles escrita. O Inquérito também gerou um caloroso debate entre escritores do jornal *A Província* e o *Diário de Pernambuco*, que movimentaram além das respostas ao questionário uma série de críticas por parte de homens que estavam no cenário das letras, mas não faziam parte do conjunto dos homens que responderem ao propósito de Aníbal Freire.

É preciso enxergar então, que as práticas de sociabilidade não eram apenas por meio da escrita de uma literatura, mas também nos encontros em salões, cafés, festejos, livrarias, redações de jornais e bancos acadêmicos. Além disso, era preciso estar em espaços institucionais, se inserir na política, no jornalismo e circular pelos lugares cuja distinção social pudesse ocorrer de formas mais rápida, era essa uma fórmula de muitos homens de letras para ganhar notoriedade social na transição do século XIX para o XX.

Além da formação e das práticas de sociabilidade, a produção por eles efetivada possibilitou galgar patamares mais elevados e consagrá-los como imortais na Academia Pernambucana de Letras, foi também essa prática de escrita e a propagação de seus textos, por meio da imprensa e da circulação de livros que passou a existir a literatura fabricada.

PARTE II
A LITERATURA FABRICADA

CAPÍTULO 5

REPRESENTAÇÕES DOS FUNDADORES DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS NAS PÁGINAS IMPRESSAS

“Podemos entender-nos uns aos outros, mas somente a si mesmo pode cada um interpretar-se”.
Hermann Hesse

Representar algo ou alguém é uma tarefa cuja sacralização da imagem elaborada é pensada por meio de diversos simbolismos, valores e vivências socioculturais. Jacques Lacan a partir da metáfora do espelho explica que idealizamos coisas e pessoas almejando o reflexo ideal delas e elaborando nosso eu, sendo desolador para o sujeito quando o reflexo representa o real e não o ideal²⁴⁸. Talvez por isso biografar sujeitos é uma tarefa na qual exige atenção aos detalhes, percepções do que foi idealizado e do que é o real que está posto nos documentos.

A biografia é uma forma de narrativa histórica e literária que apresenta uma historicidade e métodos de composição e análises variados, sempre visando atingir uma totalidade dos biografados²⁴⁹. Neste exercício geralmente apresenta-se uma cronologia do nascer ao morrer dos indivíduos que serviam de exemplo para as futuras gerações, ou como apontou Koselleck seguiriam a noção de *Mestra da Vida*, possibilitando um futuro previsível e prognosticável²⁵⁰.

²⁴⁸ LACAN, Jacques. O estágio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, J. **Escritos**. (V. Ribeiro, trad.; pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

²⁴⁹ Sobre as várias formas de escrita biográfica e autobiográfica existe uma significativa produção. Cf. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.183-191. LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.167-182. LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998. DOSSE, François. **Le pari biographie: écriture une vie**, Paris: La Découverte, 2005. GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. BOAS, Sérgio Vilas. **Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida**. São Paulo: UNESP, 2006. VIANA FILHO, Luiz. **A verdade na biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945

²⁵⁰ Sobre essa noção de história mestra da vida ver. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos**. Rio de Janeiro: Contraponto- Ed. PUC-Rio, 2006.

O historiador François Dosse indica três fases para escrever sobre uma trajetória: a “Idade heróica”, pois são biografias que sugerem modelos e valores para outras gerações; a “biografia modal”, cujo sujeito apresenta importância diante do contexto social; e uma última fase “biografia experimental”, em que o biógrafo se permite experimentar, ensaiar e construir através das fontes.

O sociólogo Pierre Bourdieu argumenta que a construção de narrativas de vida, é algo preso a uma ilusão biográfica, cuja crença na tradição da cronologia dos homens, datada do nascimento até a morte, leva em consideração a função global dos acontecimentos, elencados como causa e consequência na vida de cada um. Bourdieu sugere que para sair da tradição biográfica é necessário reconstituir o contexto em que agiu o indivíduo, respeitando a variedade de campos e momentos da vida, além de estar atento às nomenclaturas dadas pelos documentos.

Fazer reduções de escala e enxergar os personagens como seres reais é o grande desafio para os biógrafos. Como afirmei em trabalho anterior é um exercício difícil de ser executado sem análises mais rigorosas, pois se trata de um gênero que “não abarca a totalidade do sujeito biografado, isso seria impossível de fazer, pois, assim como a escrita da história é uma resposta provisória sobre o passado, a escrita biográfica também é”²⁵¹.

Uma das expressões presentes nas revistas literárias e almanaques do período em questão trata-se da exposição de pequenas biografias dos homens que fundaram a APL. O *Almanach de Pernambuco* e a *Revista Cultura Acadêmica* foram por excelência os periódicos que mais buscaram retratar a trajetórias desses imortais e serviram aqui como fonte de análise. A questão que norteia este capítulo é: como foram representados esses acadêmicos na imprensa literária? Quais os que tiveram maior destaque no campo literário no que tange a produtividade de textos?

²⁵¹ OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José F. de. **Antonio Silvino**: de governador dos sertões a governador da Detenção (1875-1944). Recife: Bagaço, 2012.

5.1 Biografados e imortalizados

A partir de uma leitura atenta aos textos biográficos presentes nos periódicos foi possível traçar um perfil comum desses fundadores. Em primeiro lugar aparecem como homens públicos por natureza, representantes de uma coletividade e eminentemente humanizados. O caráter deles é incontestável e servem de exemplo para qualquer pessoa. A figura do acadêmico França Pereira foi elaborada em *A Cultura Acadêmica* como:

Poeta distinto, escriptor illustre, orador imaginoso e eloquente, jornalista primoroso, é um dos mais estudiosos dos nossos homens de letras e trabalhador infatigável; escreve e fala com proficiência diversos idiomas, mantendo correspondência com illustres escriptores estrangeiros, dos quaes tem recebido os maiores incitamentos para continuar com ardor e de maneira porque o tem feito até hoje, a carreira das letras e da sciencia²⁵².

As biografias ainda apontam de forma didática se tratar de uma “narrativa-verdade” dos fatos apresentados. Entre as ações que executaram todas aparecem com significativa importância para Pernambuco, a terra natal desses sujeitos foi apenas o ponto de partida para se tornarem grandes homens da pátria. Quanto à origem familiar sempre se demonstra os progenitores como responsáveis por uma educação impecável e lapidadores da personalidade do biografado e a união entre os pais deles como um sinônimo de terra fértil que produziu distintos homens predestinados às letras. As esposas desses homens são sempre representadas pela candura e honradez que a mulher devia apresentar socialmente e os filhos são frutos de uma união perfeita. A respeito da esposa, do casamento e do filho de Carlos Porto Carreiro foram descritas no *Almanach de Pernambuco* as seguintes informações:

Do seu consórcio com sua prima e amiga de infância Anna J. Pires Ferreira- alma cândida e puríssima que tam cedo foi gosar no céu o premio de suas virtudes – entre seus bellos rebentos, salienta-se o jovem estudante da Academia de Medicina Julio Pires Porto Carreiro, que vem coroadado de justas ditincções em sua carreira litterária, digno

²⁵² *A Cultura Acadêmica*. Anno III. Vol. III. agosto de 1906. Recife: Recife: Imprensa Industrial. p. 110. Acervo FUNDAJ.

representante de seu pai, como elle poeta também e colaborador do Almanach de Pernambuco²⁵³.

Os professores de primeiras letras, os colégios e a Faculdade de Direito do Recife emergem nessas biografias como os espaços mais conceituados e fundadores do aperfeiçoamento intelectual que levou esses homens a assumirem lugares de distinção social. A atuação deles é sempre elaborada como de colaboradores para o desenvolvimento, para algo do Estado ou da Nação. Na biografia de Sebastião Galvão, a revista *A Cultura Acadêmica* registrou:

Sebastião Galvão que já tinha um passado honroso e achava-se armado fortemente para as lutas das letras, com facilidade e vantagem pode auxiliar os vários prefeitos do município do Recife na difusão da instrucção²⁵⁴.

Quando se referem às viagens por eles realizadas ou sobre a presença deles em outros Estados sempre associam a um período de aprimoramento intelectual. Por último, no que se buscou analisar dessas biografias, tem-se o produto criado por esses homens. As obras são apresentadas, apenas pelos títulos e como sinônimo de texto magistral, dignos de reconhecimento para o cenário literário brasileiro. A respeito da produção de Alfredo de Carvalho o Almanach de Pernambuco registrou:

O biographado tem dado a lume algumas obras, redigindo publicações diárias e periódicas, collaborando em diversos jornaes e almanachs, pertence a muitas associações científicas e tanto no prelo quanto em preparação se acham outros trabalhos seus²⁵⁵.

Como apenas são mencionados os títulos das obras, não é possível elaborar análises de como tais trabalhos eram descritos e analisados, ou seja executar um estudo da recepção do texto, mas tais textos são citados como dignos representantes da história do Pernambuco, o que indicia a influência da tradição do Instituto Histórico nas obras dos escritores.

²⁵³ **Almanach de Pernambuco.** (parte literária) Recife: Livraria Contemporânea. 1908. p. 02. Acervo APEJE.

²⁵⁴ **A Cultura Acadêmica.** Anno II. Vol. II. setembro- outubro de 1905. Recife: Imprensa Industrial. p. 110. Acervo FUNDAJ.

²⁵⁵ **Almanach de Pernambuco.** (parte literária) Recife: Livraria Contemporânea. 1905. p. 147. Acervo APEJE.

Referendando novamente Reinhart Koselleck, esses tipos de biografias apresentavam uma cronologia do nascer ao morrer dos indivíduos e serviam de exemplo para as futuras gerações, ou seja, seguiriam a noção de Mestra da Vida²⁵⁶. Em síntese eram escritos quase em caráter de hagiografias, numa análise mais objetivada e tais textos elaboram uma imortalidade para esses sujeitos.

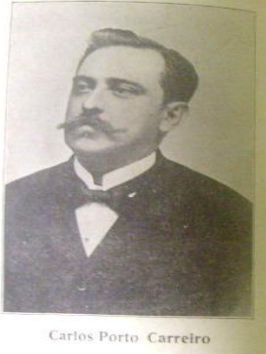
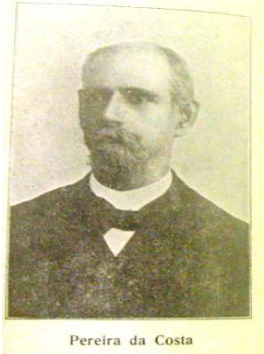
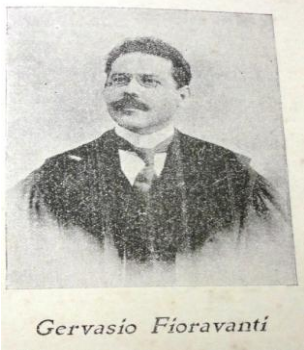
O que precisa ser destacado nesse processo de elaboração das biografias dos membros fundadores da APL é que os principais redatores desses textos no *Almanach de Pernambuco*, durante esse período, foram Julio Pires, Pereira da Costa e Sebastião Vasconcelos. O primeiro proprietário do almanaque e colega dos biografados e os dois últimos integrantes da própria Academia, o que legitimava ainda mais a figura dos pares no espaço social²⁵⁷.

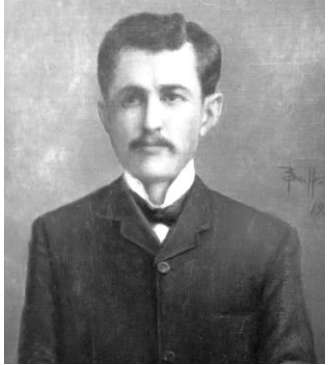
Mas não apenas os textos das biografias dão a ver semelhanças entre esses homens, pois as imagens que aparecem acompanhando essas biografias nos permitem ter uma ideia da figura social que se elaboravam deles nos periódicos.

²⁵⁶ Sobre essa noção de história mestra da vida ver. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro: Contraponto- Ed. PUC-Rio, 2006.

²⁵⁷ É interessante destacar que representar alguém ou algo é uma prática como defende o historiador Roger Chartier. Esta ação está imbuída de práticas de apropriação e carregada pelos interesses dos grupos que forjam tais representações. Cf. CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002

Tabela 4: IMAGENS DOS BUSTOS DOS MEMBROS FUNDADORES DA APL.

 Carlos Porto Carreiro		 Pereira da Costa
CARLOS P. CARREIRO	PHAELANTE DA CAMARA	PEREIRA DA COSTA
 Regueira Costa	 Sebastião de Vasconcellos Galvão	 Faria Neves
REGUEIRA COSTA	SEBASTIÃO V. GALVÃO	FARIA NEVES SOBRINHO
 THEOTÔNIO FREIRE	 Gervásio Fioravanti	
THEOTONIO FREIRE	GERVÁSIO P. FIORAVANTI	FRANÇA PEREIRA

 <i>Martins Junior</i>	 <i>Carneiro Vilella</i>	 <i>Arthur Orlando</i>
IZIDORO MARTINS JÚNIOR	CARNEIRO VILELLA	ARTHUR ORLANDO
		
BIANOR MEDEIROS	ERNESTO DE P. SANTOS	ALFREDO DE CARVALHO
		
BARBOSA VIANNA		

A partir das imagens apresentadas, se faz notória a construção que esses periódicos elaboraram a respeito do aspecto visual dos imortais. A elaboração de uma individualidade do homem público é tecida e como enfatizou Regina Abreu:

A preocupação com a permanência póstuma acompanha o avanço das luzes. Na medida em que o homem ganha lugar de destaque nas preocupações dos novos cientistas, uma inquietação torna-se cada vez mais presente: a de que indivíduos, soberbas riquezas tão paciente e ciosamente acumuladas, possam desaparecer²⁵⁸.

Como forma de marcar a existência desses literatos, se expunham essas imagens com todos os significantes de virtudes para a sua presença no espaço público. Sem falar, que as fotografias ocupam um lugar de representação do ausente, documentam a pessoa e instrumentalizam uma relação de sujeito de suposto saber.

É preciso então ler as imagens que atestam a imortalidade desses literatos. Elas distinguem os homens pelo traje de casemira, geralmente um fraque no lugar da sobrecasaca, o porte suntuoso e elegante, a gravata borboleta ou tradicional, os bigodes ou barbas tratadas, a expressão de seriedade, como se fossem incapazes de representar o sorriso da sociedade. São figuras que imprimem a imagem de ser civilizado, culto, erudito, de fino trato, bom gosto e cortês. Elementos como o *pince-nez* ao invés dos óculos completam a construção dos modismos que aderiam tais sujeitos. Gilberto Freyre, em *Ordem e Progresso*, assinalou que:

Para algumas senhoras e mesmo para alguns elegantes, o pince-nez de outro tornou-se no Brasil mil e novecentista jóia que completava os anéis, os brincos, os broches, as pulseiras. Daí alguns o terem usado por elegância(...) e não por miopia nem defeito da visão²⁵⁹.

Nota-se pelas imagens que os homens eram seduzidos pela moda, em que muitos incorporaram o estilo de vestir-se do dândi²⁶⁰. Um jornalista anunciado pelo jornal *A Ilustração* do ano de 1895 é um retrato dessa figura:

²⁵⁸ ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: ROCCO/LAPA, 1996. p.100.

²⁵⁹ FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. p. 684.

²⁶⁰ Exemplo típico deste perfil pode ser visto no romance de WILDE, Oscar. **O Retrato de Dorian Gray**. São Paulo: Martin Claret, 2009. Trata-se do homem que se dedica a beleza física, as preocupações de estar visível socialmente, mas que também se entrega a bebedeira,

Augusto Aristheu, conhecido vantajosamente entre nós, é um rapaz simpático, portador de bigodes insolentes, trazendo na cintura sempre a sua faixa de seda preta parecendo um yankee, e ao ombro a capa espanhola, que lhe dá uns tons de salteador de corações femininos, sendo por isto considerado pelas evas cá da terra, um poeta de cestos de costuras, portanto companheiro dos dedais, carretéis, tesouras e outras coisas cheirando a saia.²⁶¹

De forma explícita está a crítica ao processo de feminização da figura do homem, por adotar os costumes da moda, em especial, francesa, por ter novos comportamentos do falar francês nos trópicos e por usar o “*Vive la France*” como expressão de cumprimento nas ruas. A França era o espaço sedutor dos sentidos para o consumo e hábitos de civilidade. Sendo assim reproduzir os costumes daquele país significava estar próximo do progresso e da civilidade de alguma forma²⁶². Essa dinâmica de buscar modelos europeus fazia parte da lógica do progresso que aos poucos esquadrihava modos de ser dos homens.

Em suma, as biografias e figuras elaboradas dos fundadores da APL são formas de consagração, de demarcar a presença deles no espaço social, do reconhecimento que tinham entre os pares. Eram textos e imagens semióforos de um perfil aceito no meio letrado.

Muitos almanaques e revistas publicaram os textos dos fundadores da APL e perpetuaram a imagem desses homens como imortais. Mas essas biografias incitam qualquer leitor a uma questão: como seria possível mediante os tantos adjetivos esses sujeitos serem reles mortais? A bem da verdade, a imortalidade se consagrou por meio das relações sociais que mantiveram na política, nas instituições, com livrarias, tipografias e redações de jornais que publicaram seus trabalhos em forma de livro, ganhando outra materialidade e possibilitando novas práticas de leitura a respeito desses homens.

às libidinagens e acaba por se entregar ao universo da promiscuidade e todo tipo de problemas que são decorrentes desse espaço. Não estou afirmando que os literatos fundadores da APL eram dândis, mas que a forma de se vestirem se assemelhava.

²⁶¹ **A Ilustração**. Recife. Maio de 1895. Nº 08, Acervo FUNDAJ.

²⁶² NEEDEI, Jefrey. **Belle Époque Tropical**: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia das letras, 1993. Na contramão da figura representada pelos literatos estavam sujeitos que não queriam mais o cenário rural ou acadêmico, preferiam a cidade moderna e entregavam-se aos encantos das prostitutas, dos jogos de azar, às bebedeiras, enchiam-se de doenças venéreas, suicidavam-se por amores não correspondidos e por crises financeiras. O homem viril, rústico, dava lugar ao almofadinha, ao dândi libidinoso e transformava hábitos da sociedade rural em atos da sociedade moderna.

Vale ressaltar, que todos os fundadores da APL foram importantes para a composição do campo literário, mas são poucos os documentos que possibilitam um estudo mais profundo da trajetória de cada um. Pela razão de acessibilidade documental se buscou, neste trabalho, conhecer os dois escritores que tiveram maior visibilidade no campo literário do Recife, isso devido ao expressivo número de trabalhos publicados no período de virada dos séculos XIX para o XX e pela importância que tiveram no cenário literário e sociopolítico. Foram eles: Joaquim Maria Carneiro Vilella e José Izidoro Martins Júnior, este como representante da poesia científica e aquele como folhetinista.

5.2 Joaquim Maria Carneiro Vilella: o maior folhetinista

“O folhetim é frutinha do nosso tempo” afirmou Machado de Assis²⁶³. Este gênero literário surgiu no começo do século XIX na França, designado como *Le Feuilleton*, que quer dizer um lugar específico na página do jornal, geralmente na parte inferior das primeiras páginas, correspondia a um espaço de escrita para entreter o público leitor. Neste espaço continha piadas, charadas, receitas, críticas de apresentações teatrais, de livros, da moda e a presença de romances descritos em partes, que sempre geravam expectativa nos leitores do que viriam nos capítulos que circulariam nos próximos dias²⁶⁴.

Tratava-se mesmo de uma preocupação dos jornais para que a população tivesse conhecimento e acesso aos romances já conhecidos e até mesmo os poucos conhecidos. O jornal *A Província* divulgou em 1891 o porquê de escolher esse gênero:

Escolhemos sempre para folhetim os romances mais apreciados e que mais despertam os interesses dos leitores pela notabilidade de seus autores. Ainda para satisfazer aos que apreciação a litteratura, fazemos inserir constantemente, contos e pequenos romances, poesias, anedoctas e muitos outros escriptos que amenisam o espírito são outras tantas fontes de instrução para ao povo²⁶⁵.

²⁶³ O empregado público aposentado. In: **O Espelho**. 16 de out. De 1859.

²⁶⁴ Cf. MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma História. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁶⁵ **A Província**. 26 de jan de 1891. p. 1 Acervo Biblioteca Nacional.

Assim, autores eram convidados para escrever especialmente para os jornais, histórias que associadas ao melodrama seduzissem leitores para fazer assinaturas ou comprar os jornais e revistas que proporcionassem entretenimento, além de manter os custos dos jornais. Os folhetins tomaram uma proporção tão grande no século XIX, em especial de 1840 a 1900, que como afirma Marlyse Meyer:

[...] não se trata mais, para o romance-folhetim, de trazer ao jornal prestígio da ficção em troca da força da penetração deste, mas pelo contrário, é o romance que devora seu veículo. Este passa a viver em função do romance”²⁶⁶.

Os principais nomes que se consagraram neste gênero literário foram: Honoré de Balzac, Alexandre Dumas, Eugène Sue, Montépin, Ponson Du Terrail, Vitor Hugo, entre tantos outros que tiveram seus textos difundidos em outros idiomas. Na narrativa composta por esses autores, o apelo às questões sociais, à participação de personagens das classes pobres e às provocações políticas eram itens que cada vez mais atraíam leitores fora dos altos escalões sociais. Ainda Segundo Meyer o folhetim, que abarcou esses autores viveu três momentos significativo: 1836-1850, 1851-1871 e 1871-1914. O primeiro momento em que questões sociais eram trazidas à baila, o segundo cujas histórias rocambolescas ganham espaço e o terceiro momento que trata dos dramas da vida e a decadência dos folhetins em detrimento do surgimento do cinema e do rádio.

No Brasil, entre as novidades apresentadas pela imprensa do século XIX, o folhetim ganhou bastante visibilidade, em especial nos jornais de grande circulação e em revistas literárias. Em 1830 se deu a publicação do primeiro folhetim nacional intitulado *Olaya e Julio* ou *A Periquita*²⁶⁷, de autoria de Charles Auguste Taunay e circulou na revista *O Beija-Flor*, lançada pela Typografia de Gueffier e C. Enquadrado na seção “Literatura”, tratava-se de

²⁶⁶ Idem. p. 61.

²⁶⁷ Este folhetim narra na primeira parte da história, que se passa no Ceará, o encontro entre Olaya, uma menina rica e Julio o garoto sem sorte e pobre que é agredido pelos irmãos da menina. Olaya acolhe Julio, cuida dele e o oferece comida. Na despedida Olaya doa um pássaro e uma pequena quantidade em dinheiro. O pássaro se torna um símbolo da lembrança que Julio carrega por Olaya e quando a ave morre ele manda empalhar para ter a recordação. Na segunda parte Julio retorna ao Ceará, agora como próspero comerciante e encontra a amada de outrora vivendo em condições de miséria ocasionada por uma seca e se depara com a mãe de Olaya em processo de desfalecer.

uma novela de 35 páginas dispostas em capítulos semanais. Segundo Carlos Costa, a partir do texto de *Olaya e Julio*, o folhetim se mostrou como elemento atrativo para a imprensa e diversos periódicos passaram a destinar espaço à literatura, aumentaram a quantidade de páginas e deram destaque visual com bordas para este espaço, alterando inclusive o formato dos periódicos para comportar o poder de sedução que os folhetins tiveram sob os leitores²⁶⁸.

Renato Ortiz aponta que o folhetim, foi uma forma encontrada pelos escritores para conquistar mais leitores e aumentar consequentemente as tiragens. Os jornais publicavam diversos autores e davam popularidade as produções estrangeiras, nacionais e locais²⁶⁹. O público leitor variava entre estudantes, políticos, padres, jornalistas, moças e senhoras casadas. Formar uma sociedade leitora provavelmente foi sinônimo de progresso moral, intelectual e social. A dimensão que o folhetim atingiu no Brasil levou escritores a fazer inferências sobre tal tipo de texto e sobre os folhetinistas. Machado de Assis publicou no periódico *O Espelho*, em 1859, uma crônica sobre o tema, em que se pode dar ênfase aos seguintes trechos:

[...] o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências physionomicas na modern creação. O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dous elementos arredados como polos, hecterogeneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.

O folhetinista, na sociedade, occupa o lugar do colibri na esphera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules succulentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política²⁷⁰.

Assis segue criticando a postura de copiar modelos franceses dos folhetins e a falta de autenticidade ou de elementos nacionais nos folhetins publicados no Brasil:

Força é dizel-o: a côr nacional, em raríssimas excepções, tem tomado o folhetinista entre nós. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difficil. Entretanto, como todas as difficuldades se aplanam, elle podia bem tomar mais côr local, mais feição americana. Faria

²⁶⁸ Cf. COSTA, Carlos. **A Revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro**. São Paulo: Alameda, 2012.

²⁶⁹ Cf. ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

²⁷⁰ O Folhetinista. In: **O Espelho**. 30 de out. de 1859.

assim menos mal á independência do espírito nacional, tão preso a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa²⁷¹.

O excerto de Machado permite relacionar com o que já foi destacado anteriormente, que se trata da presença da literatura nas redações de jornais e também com a importância de se ter uma literatura carregada de elementos nacionais. Ao analisar a existência dos folhetins percebe-se que os jornais passaram a dar mais espaço para escritores da literatura, principalmente os folhetinistas, afinal, fazer literatura era algo que não dava rentabilidade e acabava por tornava-se um segundo ofício dentro das redações de jornais. O desafio era então conviver entre folhetins estrangeiros e encontrar escritos que desse um caráter mais nacional. Assim, muitos autores como José de Alencar, Aluizio de Azevedo, Olavo Bilac, João do Rio, Machado de Assis, Coelho Neto e tantos outros nomes consagrados da literatura nacional difundiram nome no terreno das letras.

Destarte a influência do folhetim estrangeiro no país, a vida deste tipo de texto aqui foi longa e durou praticamente de 1830 até o começo do século XX, em especial 1914, pois com o advento do cinema e com os jornais se preocupando em noticiar de forma sensacionalista os acontecimentos da Grande Guerra passou a ter baixa frequência nos jornais e revistas.

Brito Broca destacou que o novo século trouxe também o desejo pelo efêmero e que a decadência do folhetim se deu pela ascensão das crônicas e em menor escala das críticas literárias, mas, sobretudo pela difusão da reportagem noticiosa. Os jornais foram segundo o crítico literário Brito Broca: “Ganhando ao mesmo tempo em caráter informativo o que perdiam em feição doutrinária, deviam naturalmente utilizar, em escala cada vez maior, os meios mais diretos de informação: a reportagem e a entrevista²⁷²”.

Pode-se dizer que em Pernambuco, apesar de grande parte dos escritores que fundaram a Academia Pernambucana de Letras carregarem no bojo de sua formação o germanismo, influência trazida por Tobias Barreto, os

²⁷¹ Idem.

²⁷² BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. p.289.

modismos franceses também se fizeram presentes nas práticas de escrita. Foi assim que, vindo da França, o folhetim e outras questões literárias passaram a ocupar as páginas dos jornais e revistas recifenses.

Brito Broca destacou que a colaboração do jornal *Diário de Pernambuco* e de seus folhetins foi fundamental para a literatura brasileira na virada de séculos, pois dele partiu grandes nomes como Artur Orlando, Aníbal Freire, Gilberto Amado, entre outros²⁷³.

Já se sabe que Recife teve uma forte cultura literária, mas apesar do ter apresentado um número grande de autores, e ter fundado seu órgão representativo das letras, a APL, o romance-folhetim foi algo que esteve praticamente sob o poder da escrita de Carneiro Vilella. Quase não se encontra nos jornais da transição dos séculos escritores locais que faziam a escrita do folhetim e que viviam da remuneração literária²⁷⁴.

De acordo com Luiz Delgado, Carneiro Vilella foi uma grande representação nesse perfil literário, pois nos folhetins que escreveu “não procurou apenas traçar a crônica do nosso cotidiano: quis também ocupar a fantasia da nossa gente, desafeiçoando-a de ir buscar em Paris uns mistérios que, afinal de contas, poderia achar aqui mesmo, em plena rua Nova²⁷⁵”. Corroborando com a defesa de Delgado, Marlyse Meyer destacou que folhetinistas ao modelo europeu praticamente não existiram no país, dando como exceção Carneiro Vilella e enfatizando a força do romance *A Emparedada da Rua Nova* e dos folhetins: *Os Mistérios da Rua da Aurora* e *Mistérios do Recife*. Entretanto, muitos foram os romances-folhetins escritos por ele. Captando a maestria dos folhetins de Eugène Sue, e Ponson Du Terrail, este autor tinha uma fórmula de sucesso para seus folhetins: dramas, crimes, honras, traições, vícios, medos, segredos, problemas sociais, inveja, corrupção e tudo que despertava o desejo e ganância de homens e mulheres

²⁷³ Cf. BROCA, Brito. Op. Cit. 2005.

²⁷⁴ Na pesquisa documental foram encontrados vários folhetins de Carneiro Vilella lançados nos jornais *A Província*, *Jornal do Recife*, *Jornal Pequeno* e apenas um de Leovigildo Samuel, intitulado: Amor, Esperança e Saudade. Publicado no *Jornal O Norte* em 1889. O forte mesmo nos jornais recifenses era o processo de tradução de autores estrangeiros.

²⁷⁵ **Revista da Academia Pernambucana de Letras**, 1º semestre de 1967, p. 63. Acervo APL.

do segundo império brasileiro. Tudo isso associado a uma criticidade sagaz. Anco Vieira destacou que:

Suas críticas tinham dois alvos permanentes: os maus costumes da vida brasileira e os vícios da natureza humana. Daí suas virulentas censuras ao capachismo intelectual dos homens de letras em relação aos poderosos; à suposta sapiência e integridade moral dos magistrados e dos políticos; às arbitrariedades dos governantes; à crença infantilizada nos mistérios da fé; à mentira como instituição nacional (“cada mentiroso é um ladrão, afirmava ele); à “inveja e a presunção” dos homens e, por decorrência, à hipocrisia dos moralistas e à falsa-honradez das “grandes famílias espirituais” da cidade. Não havia tema ou fenômeno humano ou transcendente que o seu olhar não alcançasse²⁷⁶.

Tantas críticas e uma fórmula de sucesso para escrever folhetins remetem a uma questão fundamental: Quem foi Carneiro Vilella? Que sujeito foi esse capaz de unir tantos elementos numa fórmula que o fez viver de literatura, e ter tanto sucesso no gênero dos romances-folhetins?

Joaquim Maria Carneiro Vilella nasceu no Recife em 09 de abril de 1846 na freguesia de São José. Seus pais foram Joaquim Vilella de Castro Tavares e Maria Madalena Carneiro Rios. Realizou seus primeiros estudos no Colégio Bemfica, em regime de internato. Em 28 de julho de 1864 teve um de seus primeiros poemas publicados, *Deus*, no Diário de Pernambuco. Casou-se aos 19 anos em 07 de outubro de 1965 com Margarida Iria Bruno. Atuou na maçonaria e formou-se em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito do Recife em 1866, chegando a exercer no mesmo ano a função de bibliotecário da FDR. Seu processo de atuação foi plural, pois foi jornalista, poeta, romancista, teatrólogo, exerceu cargos na magistratura em Natal – RN, e outras funções públicas em Pernambuco, no Rio de Janeiro e Pará.

Carneiro Vilella era um narrador, mais especificamente, um contador de histórias de folhetins, formato principal de veiculação e exercício da ficção no século XIX. Sobre suas publicações podemos enfatizar uma série de escritos maçônicos, poemas, romances, críticas literárias e textos que circularam por diversos periódicos, em que o autor descrevia a sociedade na qual vivia,

²⁷⁶ VIEIRA, Anco Márcio Tenório. Mistérios e costumes em um romance-folhetim: a emparedada da Rua Nova, de Carneiro Vilella. In: VILELLA, Carneiro. **A Emparedada da Rua Nova**. 5ª ed. Recife: Cepe, 2013. p.10. Este texto de Anco Vieira é um prefácio da 5ª edição.

sociedade essa que se modernizava aceleradamente, se urbanizava aos moldes europeus entre finais do século XIX e início do XX, e que culminava por representar as mudança de hábitos sociais.

Suas obras foram: *Inah*, 1879, romance, *Iara*, 1880, romance, *Noêmia*, 1894, romance, *A menina de luto*, 1871, romance, *Os mistérios do Recife*, 1975, romance, *Os mistérios da Rua da Aurora*, 1891, romance, *O esqueleto*, 1875, romance, *O amor*, *A mulher de gelo*, *Perfil do século XIX*, entre 1871 e 1875, romances, *A gandaia*, 1899, romance, *Drama íntimo*, 1900, romance, *Quadros da vida*, 1901, romance, *Os filhos do governador*, 1907, romance, *A emparedada da Rua Nova*, 1886. Na produção de dramas elaborou: *Gabriela*, *Soberba*, *Avareza*, *Maçons e Jesuítas*, *Brasil e Paraguai*, *Os sete passos*, *Emília ou Quatro Anos depois*.²⁷⁷ Vilella ainda publicou operetas, comédias e textos que retrataram o cotidiano da cidade do Recife transfigurados para a ficção²⁷⁸.

Carneiro Vilella participou em 26 de janeiro de 1901 da fundação da Academia Pernambucana de Letras, onde se tornou o primeiro presidente e comumente se encontra nos documento da época a alusão de ser a APL a casa de Carneiro Vilella. Ocupou a cadeira nº08. Na reformulação da Academia nos anos 1920 passou a ser o patrono da cadeira nº 21. Vilella faleceu no Bairro de Afogados-Recife, em 01 de julho de 1913.

Criado no universo da monarquia, Vilella se interessou pelo adverso, por aquilo que seria a república, pelos ideais de igualdade e democracia. Por isso foi tão crítico ao governo, às mudanças de regimes políticos vividos na virada dos séculos e a todo tipo de manifestação republicana que de fato não atendesse aos interesses populares. Sobre essa situação de conflito político na qual Vilella esteve envolvido, Cláudio Renato Pinto Moreira descreveu que:

²⁷⁷ Sobre essas obras Cf. MORAIS, Lamartine. **Dicionário bibliográfico de poetas pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1993. Não serão tratados neste capítulo todos esses títulos de Vilella, apenas os folhetins de maior duração de circulação nos jornais. Outros títulos serão abordados no capítulo que tratará sobre os livros publicados pelos fundadores da APL.

²⁷⁸ Cf. ALBUQUERQUE, Tereza Cristina Lopes de. **A Emparedada da Rua Nova e outras histórias**: práticas e representações da mulher na cidade do Recife (1870-1909). Dissertação de mestrado em História. Recife: PPGH/UFRPE, 2014. A autora deste trabalho realizou uma minuciosa descrição dos trabalhos produzidos por Vilella.

Existia, em 1889, em Pernambuco – como, aliás, em todo o país – dois grandes partidos ou grupos políticos, ambos bem caracterizados, com ideias e programas próprios e com o objetivo de chegar ao poder: o Liberal, liderado neste Estado por Luis Felipe de Souza Leão e tendo como figura principal José Mariano Carneiro da Cunha, seus associados sendo popularmente conhecidos como “deletérios”; e o Conservador, provavelmente o mais forte, porém desunido e ainda ressentido por ter perdido o poder, liderado em Pernambuco por João Alfredo Correa de Oliveira e por Francisco de Assis Rosa e Silva, e cujos filiados eram conhecidos como “lorotas”.

Havia, ainda, outro grupo político isolado, sem ligação aparente com os dois partidos, sem tradições reais, formado pela união de vinte a vinte e dois rapazes inteligentes, irrequietos, utopistas, aos quais o povo apelidara de “violões”, em alusão às frequentes pândegas de um deles, e aos quais um gaiato escritor de A Província apelidara de “Bertolezes”, e que eram liderados por José Izidoro Martins Júnior e conhecidos como republicanos históricos. Daí a razão pela qual Martins Júnior se referia a Carneiro Vilela como “deletério” e este a Martins Junior como “Bertoleza”, título, aliás, de uma peça teatral de autoria de Carneiro Vilela e que teria sido escrita, segundo diziam seus opositores apenas com o intuito de ridicularizar os republicanos²⁷⁹.

Além do texto de *A Bertoleza* (1905) mencionado por Cláudio Moreira, Vilella ainda publicou *A Era Maldita* no ano de 1895, realizando uma crítica ao andamento do sistema republicano, adotado em Pernambuco, e ao assassinato do Jornalista José Maria de Albuquerque e Mello (proprietário e diretor do jornal A Província), principal jornal que Vilella publicava seus textos. As brigas compradas e anunciadas nos diversos jornais levaram o primeiro presidente da APL a ter entrado em certo ostracismo social e seus textos terem tido pouca repercussão a nível nacional. Porém, vale ressaltar, que não apenas ele entrou nesse silêncio existente na literatura, mas todos os outros que compuseram o quadro dos primeiros fundadores da APL.

Mas o que de fato interessa é entender a fórmula de sucesso deste folhetinista e seus folhetins de maior repercussão. Durante muitos anos Vilella colaborou com o jornal *Diario de Pernambuco*, mas em 6 de janeiro de 1889 deixou de colaborar com este periódico e em 13 de janeiro do mesmo ano ganhou as páginas e presença na redação do *Jornal A Província*, principal concorrente comercial do *Diario de Pernambuco*²⁸⁰. Foi no *A Província* que

²⁷⁹ MOREIRA, Cláudio Renato Pinto. *Apud Revista da Academia Pernambucana de Letras*. Recife, n. 41. Fev-2012. p. 221.

²⁸⁰ No jornal *A Província*, Vilella escreveu uma série de colunas: *Cartas sem Arte*, *Cartas na Mesa*, *Diálogos*, *Monólogos* e *Traços e Troças*. Muitos desses textos foram compilados e

Vilella teve carreira meteórica em se tratando de Folhetins. Entre os vários textos escritos por Vilella destaco cinco que tiveram uma longa duração em seu processo de circulação: *O Esqueleto*, *Os Mistérios da Rua da Aurora*, *Drama Íntimo* e *A Emparedada da Rua Nova*. Todos esses textos estão dentro da fórmula ou de elementos da fórmula criada por esse “sem papas na língua” para um folhetim que prendia o público e garantia vendagem dos jornais.

O Esqueleto, trata-se de um crônica fantasiosa, publicada no Jornal América Ilustrada entre os anos de 1871 e 1872, posteriormente foi lançado novamente no Jornal A Província. No folhetim narra-se o amor entre Felipe e Lívia. Laurindo era pai de Felipe e tio de Lívia, um proprietário de engenho do Ceará e tenente-coronel da Guarda Nacional. Felipe foi enviado contra sua vontade para estudar Direito no Recife e deixou sua prima Lívia apaixonada, em imenso estado melancólico com sua partida. Os jovens trocavam cartas repleta de confidências e juras de amor, porém com o passar do tempo cada vez mais as cartas foram tendo menor frequência de postagem por parte de Felipe, que se entregara a vida boêmia e desregrada junto com quatro colegas, onde moravam num sobrado da Ladeira da Sé na cidade de Olinda. Felipe torna-se um D. Juan de Olinda e como destacado por Vilella, tornou-se o terror dos pais de família, o ídolo da rapaziada, o mimo das cortesãs impudicas. Ao regressar de férias da Faculdade para o Ceará, Felipe se envolve com a Lívia e acaba por desvirginá-la, deixando a moça com mais esperanças de um eterno amor. Felipe retorna para Olinda e volta a entregar-se a todos os vícios da vida boêmia. Neste regresso, conheceu Maria, uma moça virgem, filha de pais pobres e irmã de Miguel, um rapaz honrado que descobre os cortejos feitos por Felipe para com sua irmã e passa a perseguir Felipe, obrigando-o a casar com sua irmã. Felipe tentou a todo custo fugir de Miguel e de um casamento. Porém, contra sua vontade casou-se com Maria, que logo depois a devolveu para a residência familiar. Enquanto se envolvia em confusões matrimoniais em Olinda, sua prima Lívia esperava seu retorno em estado cada vez mais melancólico, o que acabou por ocasionar sua morte, que ocorreu no mesmo momento que Felipe se casava com Maria. Desorientado

ofertados aos assinantes que renovassem a assinatura do jornal A Província no ano de 1890 a partir do mês de janeiro.

por tudo que viveu, Felipe ao realizar a travessia de Olinda para Recife numa canoa avista um vulto branco de aspecto esquelético, era o fantasma de Livia, que veio encontrar seu amado. No mesmo momento faleceu Maria. Felipe ficou louco e passou a viver no Hospital da Misericórdia em Olinda, sempre contado às pessoas a história do esqueleto.

O Esqueleto é em si, uma crônica de crítica aos costumes, cujos casos de defloramento, de vadiagem entre os estudantes da Faculdade de Direito eram muito comuns, mas também retrata a intensa defesa da honra familiar e dos bons modos para moças e rapazes. Tais ideias por sinal mostram-se presentes em quase todos os textos romanceados de Vilella, sempre com caráter moralizante, denunciador das questões que alteravam a ordem familiar e social da cidade do Recife na virada de séculos.

Outro folhetim deste fundador da APL foi *Os Mistérios da Rua da Aurora*, neste folhetim publicado no Jornal A Província durante todo o ano de 1891 e está dividido em Prólogo (Baile de Máscaras) e Fim de um Idyllio (em 6 partes). São contadas histórias de vários personagens que viviam na parte central da cidade, trata-se de uma narrativa que se passa no período do carnaval e onde a história começa a ser descortinada num baile que ocorreu no Teatro Santa Isabel, cujas provocações de um mascarado para pessoas da alta sociedade recifense incitam descobertas de questões amorosas, traições e enigmas dessa classe aristocrata. O enredo envolve os personagens do Barão Srº Lourenço (filho do barão), do Comendador Vicente Jorge, sua esposa, suas filhas (Josefa e Naninha) e de Carlos. Carlos é o personagem que desvenda as tramas e vai elencando as várias histórias de envolvimento amorosos, traições, falcatriuas de Fernando para seduzir moças de famílias honradas e todos os mistérios que envolvem os atores sociais que compuseram a narrativa de vários sujeitos que moravam na Rua da Aurora²⁸¹.

Como estratégia narrativa para prender os leitores, Vilella apresentava seus personagens com origens sociais distintas e mesclando a convivência

²⁸¹ Por se tratar de uma narrativa muito longa optou-se por apresentar apenas os personagens e os principais temas que envolvem os personagens. Vale salientar que já no final do folhetim Vilella começou a publicar no mesmo jornal o texto teatral *Quando elas Querem*, uma comédia.

para mostrar como a fronteira entre as classes sociais era tênue, como os maus costumes ficavam imiscuídos nos grupos sociais e que grande parte das desgraças vividas pelos protagonistas, em especial Fernando era pelo fato de entregar-se aos vícios variados (jogos, bebidas, envolvimento com prostitutas). Outro recurso para prender a leitura bastante presente na trama era interromper os ápices da narrativa para fazer explicações sobre a decadência de costumes tradicionais da família ou para resgatar personagens que estavam esquecidos em capítulos anteriores, levando seus leitores a um aprisionamento da leitura.

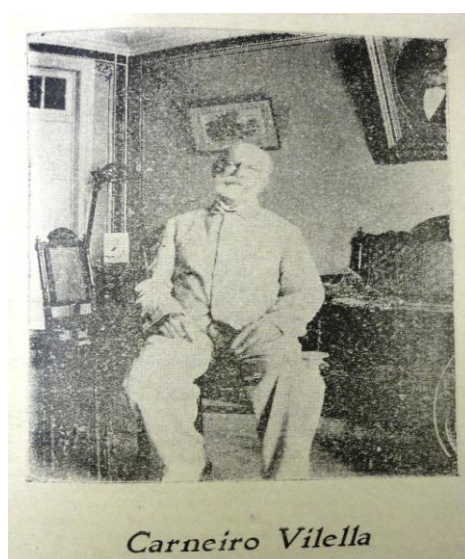
Drama Íntimo circulou no Jornal Pequeno no ano de 1900 publicado com 29 capítulos e fragmentado em 98 partes. O texto do folhetim inicia a partir da descrição da movimentação de pessoas no enterro de uma senhora de destaque da sociedade recifense, que ao morrer deixou dois filhos e o esposo (Paulo), um comendador de importante trajetória no Recife. A narrativa descreve que este homem veio de Portugal para morar na casa de um Tio (Hypolito Barradas), pois a família do outro lado do Atlântico havia falido e aqui passou a trabalhar no balcão da loja desse tio. Um dos clientes da loja deixou um bilhete premiado de loteria e é Paulo quem descobre o dono do bilhete e vai devolvê-lo, descobrindo que se tratava de um grande senhor de engenho. Com tal ato, ganhou a inimizade do tio e dos demais familiares, mas em contrapartida, ao encontrar o dono do bilhete foi agraciado com um apadrinhamento, e isso o fez chegar à condição de comendador. Paulo casou-se com sua prima Marizé e mostravam-se socialmente como um casal feliz. Alguns anos depois, um amigo do senhor de engenho chegou ao Recife e pediu guarida, mas o senhor não podia acolhê-lo e solicitou que Paulo destinasse a ajuda necessária. Mas, este estranho (Menezes), seduz a esposa do comendador, que passou a manter um relacionamento adúltero. A traição foi descoberta e Marizé passou a ser tratada com desprezo pelo marido, bem como a ser vigiada pelos empregados da casa. Menezes foge ameaçado de morte e a punição da traição fica com a esposa, que passou a ter crises nervosas e melancólicas ficando doente e entrando num estado que a levou a morte.

Observa-se que a receita de traições, tensões e punições à figura feminina que apresentava a desonra social do homem e os finais trágicos repetem-se nessa construção literária. As estratégias de interrupção da narrativa para explicar a realidade social do Recife e os encontros e desencontros das trajetórias dos personagens são reiterados como que uma fórmula de escrita de Vilella.

O último folhetim de grande importância foi *A Emparedada da Rua Nova*. Trata-se de um romance que circulou inicialmente em formato de livro no ano de 1886 e depois entre 3 de agosto de 1909 e 27 de janeiro de 1912 saiu como folhetim no jornal *A Província*. Relata a história de um triângulo amor, que envolve mãe, filha e um mesmo sedutor. Além de traições, morte e costumes de época que dão o suspense do texto. Não relatarei de forma minuciosa este folhetim, pois será descrito e analisado no último capítulo desta tese.

Apesar de destacar tais folhetins de Carneiro Vilella, há que se considerar que muitos outros foram publicados, mas o estado de conservação dos periódicos, na qual foram lançados os folhetins, encontram-se bastante precários ou a digitalização completa não foi concluída o que dificulta em muito o acesso aos textos.

Imagem 6



Fonte: Fotografia de Carneiro Vilella. Fonte: *A Cultura Acadêmica* 1905. Acervo FUNDAJ.

5.3 Martins Júnior: o representante da poesia científica

Escritor que fundou a APL e teve grande destaque no campo literário foi o chefe do Partido Republicano de Pernambuco, jornalista, jurista e político, José Izidoro Martins Júnior. Ele destacou-se na produção poética. Seus versos não se associavam ao modelo de rimas, métricas e pela sensibilidade da poética. O autor fez a escolha pela ciência positiva, pela defesa de que se poderia fazer ciência por meio da literatura.

Ao retornar de uma viagem que havia realizado para a cidade do Rio de Janeiro em 08 de maio de 1890, José Izidoro Martins Junior recebeu muitas homenagens nos periódicos. A folha avulsa intitulada *Martins Junior: Tributo ao Mérito* circulou anunciando a sua chegada nas terras recifenses e retratou a receptividade enérgica com que muitos homens de letras e políticos o haviam recebido. As descrições gerais realizadas por escritores, literatos, jornalistas, juristas, políticos e muitas outras pessoas de destaque no cenário das letras recifenses construíram a imagem de Martins Junior como: “Poeta inspirado, jurista profundo, jornalista consciencioso e vibrante, eis a luminosa trilogia com que a pátria reconhecida o consagra e eleva ao phanteon dos filhos beneméritos que tem feito as suas glórias²⁸²”.

José Izidoro Martins Junior nasceu em Pernambuco em 24 de Novembro de 1860, filho de José Izidoro Martins e Francisca de Oliveira Martins. Iniciou seus estudos de primeiras letras com o avô, professor Vitoriano Martins e prosseguiu no colégio do professor Jesuíno Lopes de Miranda no Recife. Com 15 anos fundou o jornalzinho “O Progresso” em parceria com os colegas: Rodolfo Araújo, Leovigildo Samuel Campelo e Gercino Ferreira. Após os preparatórios ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1879, onde bacharelou-se em 13 de novembro de 1883 e teve como amigo de curso Clóvis Beviláqua, com quem produziu jornais e textos literários como: *Vigílias Literárias* (1879), *Ideia Nova* e *o Escalpelo* (1881). Em 1883 elaborou a “Folha

²⁸² Martins Júnior: **Tributo ao Mérito**. Recife: Typografia D'A Época, 1890. Frase escrita por A.H de Almeida Júnior. Acervo APEJE. Mantive a grafia do período nas citações.

do Norte” com Faelante da Câmara, Brandão e Samuel Campelo. Ao se formar passou a atuar como advogado, jornalista e professor de aulas particulares²⁸³.

Martins Junior vivenciou seu processo educacional em meio ao cenário das leis abolicionistas, ao conjunto de intenções republicanas que já vinham sendo discutidas desde a criação do Manifesto Republicano de 1870, as disputas de cargos da Faculdade de Direito do Recife e aos impactos que a modernização da cidade do Recife vivenciou com a chegada de bondes, companhias de trens, telégrafos, fotografias e todo aparato de tecnologias provenientes da Europa.

Sua trajetória como homem de letras ganhou maior notoriedade na cidade quando passou a atuar como professor na Escola Propagadora da Boa Vista, ao lecionar História Natural, Filosofia e Francês e se projetou ainda mais ao assumir a cadeira de História, do curso anexo da Faculdade de Direito do Recife. Em 1887 classificou-se em 2º lugar no concurso para Lente da Faculdade de Direito do Recife com a tese: *“Há crime na ofensa à memória dos mortos?”*; Em maio de 1888 concorreu novamente neste concurso com a tese: *Pode-se admitir uma dupla intuição românica e germânica da lucta jurídica ou do processo? No caso afirmativo quaes os caracteres de uma de outra?*; Martins Junior se classificou em 1º lugar, mas o cargo foi entregue ao segundo colocado Dr. Escorel. No mês de agosto do mesmo ano concorreu novamente, sendo o único classificado, tendo defendido a tese: *o conceito de cequitas foi sempre o mesmo nos diferentes períodos da história do Direito Romano?*; O resultado do concurso foi enviado ao Rio de Janeiro que determinou que se recambiasse o processo com a ordem de serem preenchidos os três lugares, como era de costume. Nesse processo foi nomeado o Dr. Luna Freire Junior, que havia sido o 3º colocado²⁸⁴.

²⁸³ Cf. MORAIS, Lamartine (org.) **Dicionário bibliográfico de poetas pernambucanos**. Recife: Fundarpe, 1993. pp.230-232.

²⁸⁴ Sobre os concursos ver. Martins Júnior: **Tributo ao Mérito**. Recife: Typografia D'O Norte, 14 de dezembro 1889. p.2. Acervo APEJE. Essas teses foram reunidas posteriormente num volume intitulado: *Fragmentos Jurídicos e filosóficos*. As teses de Martins Júnior também estão disponíveis na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife.

Não mais interessado em participar de concursos e sentindo-se injustiçado com o recambiamento do processo, Martins Junior passou a atuar em cargos públicos e dedicou-se a lutar pelo processo republicano em Pernambuco. Em 1889 foi nomeado chefe de polícia interino e após a data de 15 de novembro de 1889, proclamada a república, sendo a principal referência em conhecimentos republicanistas de Pernambuco, foi nomeado em 30 de novembro do mesmo ano ao cargo de professor da Faculdade de Direito, por decreto governamental. Não desmerecendo o mérito da sua formação, é possível levantar a problemática de que a mudança de regime esteve diretamente ligada com a inserção de Martins Junior ao novo sistema político que vigorava no Brasil e mostra ser a Faculdade de Direito do Recife órgão que estava mancomunando aos políticos da época. O fato de não ter adentrado em três concursos, mesmo se classificando em dois deles como primeiro lugar, por ser ele republicano inviabilizava sua entrada na instituição, mas sendo agora, o Brasil uma república, não faria sentido impedir a inserção de Izidoro Martins Junior no quadro de professores da Faculdade.

No que se refere às suas publicações, a folha avulsa intitulada *Martins Junior: tributo ao Mérito* o descreve como sujeito de destaque no estilo e homem plural de conhecimentos:

De um estylo correcto e fluente, de orientação inteiramente nova, que faz transparecer em todos os seus escritos, elle deu ao público bellos e vibrantes trechos de prosa no Scapello, estudo crítico de política, letras e costumes, 1881, e no stereográfh, estudo de crítica genética. 7 de setembro de 1882, ambos de colaboração com Clovis Beviláqua. Além destes tem A poesia científica, esforço de um livro futuro, 1883, Jesus e os Evangelhos, tradução feita de colaboração com os Drs. Clovis Beviláqua e João Alfredo de Freitas, allém de um grande número de escriptos litterários e críticos esparsos em jornais, juízos críticos e cartas sobre livros, etc. De uma multiplicidade enorme de conhecimentos, manifestados em qualquer ramo, o distincto poeta, o nervoso estylista, é também vibrante a adiantado jornalista. Fundou sucessivamente; O progresso 1875-1877, A ideia Nova 1880, A Folha do Norte 1883-84, A Revista do Norte 1887, A República 1888 e finalmente O Norte, fundado em junho corrente anno, sob a iniciatica d'elle e do Dr Maciel Pinheiro. De saudosa memória. Além da grande cópia de esplendidos artigos, que elle fez publicar nos jornaes acima, máxime na Folha e Revista do Norte, elle tem se mostrado o jornalista emérito, de Penna aparada e vibrante nas collumnas edictoriais d'O Norte²⁸⁵.

²⁸⁵ Martins Júnior: **Tributo ao Mérito**. Recife: Typografia D'O Norte, 14 de dezembro 1889. p.2. Acervo APEJE

Ainda no que tange sua produção, Martins Junior contribuiu de sobremodo ao publicar trabalhos que serviram para uso intenso dos estudantes das faculdades de Direito brasileiras. Foram eles: *Fragmentos Jurídicos-Philosóficos* 1891, *História do Direito Nacional* 1895 e *Compêndio da História Geral do Direito* 1898. Em tais obras ele apresentava como o Direito brasileiro foi fortemente influenciado pelo Direito romano e germânico e apresenta as principais leis que foram elaboradas no Brasil do tempo colonial, imperial e as primeiras leis republicanas.

Martins Junior adentrou no cenário político de grande visibilidade nacional ao presidir a comissão que elaborou a lei Constitucional de Pernambuco, quando a partir de 1891 passou a integrar o Jornal do Recife e a tecer ferrenhas críticas ao Barão de Lucena e neste mesmo ano fundou o Novo Partido Republicano de Pernambuco. No ano de 1894 projetou-se de sobremodo, ao ser eleito Deputado Federal e transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro. Na então capital federal foi reeleito em 1897 e também lecionou na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Quando Quintino Bocaiúva assumiu a presidência do Rio de Janeiro convidou-o para ser secretário do governo²⁸⁶.

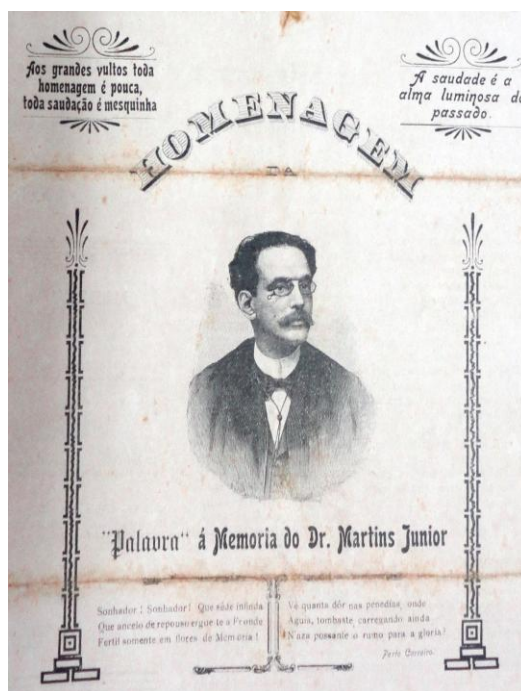
Entre os anos 1887 e 1904 manteve um fluxo de correspondências com sujeitos de destaque social como Clovis Beviláqua, João Alfredo, Maciel Pinheiro, Silvio Romero e foi discípulo da geração da Escola do Recife, em especial de Tobias Barreto. Sua produção concentrou-se nesses anos em trabalhos jurídicos e dedicou-se ao meio político até falecer no Rio de Janeiro em 22 de agosto de 1904, aos 44 anos.

As homenagens de morte e pós-morte foram intensas e muitos jornais de grande circulação na cidade do Recife e na capital federal prestaram honrarias das mais plurais. Outros jornais que costumeiramente noticiaram sobre sua contribuição para o cenário das letras pátrias foram os jornais dos grêmios literários do Recife. o jornal *A Palavra*, do Grêmio Literário Virgínio

²⁸⁶ Disponível em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=563&sid=172> Acesso em 28 de setembro de 2012.

Marques, do Instituto Pernambucano teceu grande honrarias em 31 de agosto de 1904. No ano seguinte o jornal A Cultura Acadêmica dedicou todo o exemplar, exclusivamente para homenagens à Martins Júnior e de forma lisonjeira.

Imagem 7



Fonte: Capa do folheto Tributo ao Mérito: Martins Júnior. 1889. Acervo APEJE.

José Izidoro Martins Junior se fez extraordinário aos olhos dos pernambucanos da época ao traçar sua trajetória como político, homem de letras, homem público e contribuiu de forma significativa para o pensamento jurídico, histórico e jornalístico do Brasil. Martins Júnior enquadra-se no modelo de intelectual que perpassava pelos diversos saberes, dentro da influência do Positivismo, dos estudos evolucionistas e da ideia de Progresso. Nesse vasto de publicações, mostrou suas ideias de cunho cientificista, que irão dar base ao que ele nomeará de Poesia Científica²⁸⁷.

²⁸⁷ Entre as principais influências em suas práticas de leitura, que podem ser encontradas no que restou de sua biblioteca particular estão: "Comnte, Littré, Stuart Mill, Haeckel, Bobbinet, Sully Proud'homme, François Coppée, Von Lhering, entre outros". Cf. Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. **Catálogo da Collecção Martins Junior**. Recife: Imprensa Oficial, 1927. Acervo APEJE.

A Poesia Científica obedecia uma lógica de transformar os saberes científicos em poesia, no qual histórias, ciências médicas, jurídicas, entre outras poderiam ser expressadas por meio de versos. Esse tipo de produção elaborada por Martins Junior gerou algumas polêmicas literárias com Olavo Bilac e Guimarães Passos, que o criticavam veemente²⁸⁸. Martins Junior assim definiu a poesia, que o teve como representante máximo:

A poesia científico-filosófica é, a meu ver, o dogma que a mentalidade atual impõe à Imaginação e Sentimento modernos. A poesia científica, podendo romantizar, isto é, engrandecer e aformosear por meio da transformação criadora, já as idéias já os sentimentos de nossa época, alarga o círculo da atividade artística e tem a vantagem de fazer sempre do poeta um homem útil, um produtor sério. Aí a tem, a nova intuição poética. Compreensiva, sensata e forte, ela se estende por toda a área da emocionalidade humana, abrangendo tudo. Desde a lei astronômica da atração até o evolucionismo biológico e social, desde as generalizações da filosofia até os fatos particulares do amor, da dedicação, da coragem, do civismo, da paz, da família, da felicidade, da miséria, do crime, do patriotismo; desde a luta pela vida nos vegetais e nos animais até o conforto doce de um menage alegre e honesto; vai, ou antes, deve ir a poesia de hoje. E essa poesia, grande, elástica, imperecível, correta, harmoniosa, sonora, não é, não pode deixar de ser outra senão a científica, a arte rítmica, moldada pela concepção positiva do mundo²⁸⁹.

Como a produção literária estava permeada pelas ideias científicas a poesia para Martins Junior precisava contribuir também na releitura da sociedade, necessitava mostrar a utilidade dos indivíduos e das questões sociais e culturais que o envolvia.

O ponto de partida da afirmação de Martins Júnior na poesia científica se deu na obra *Estilhaços*, conjunto de versos escritos entre os anos 1877 a 1882, mas tornado livro no ano de 1885. Este livro pode enquadrar o autor numa primeira fase categorizada aqui como filosófica-social. Uma segunda fase é marcada por um aspecto lírico na sua escrita e que tem nos trabalhos *Visões de Hoje* (1881), *Retalhos* (1883) e *Tela Polychroma* (1893) representação maior. A obra *A Poesia Científica: esboço de um livro futuro*, publicada em 1883 é a consagração da aproximação que este poeta fez entre a literatura e a

²⁸⁸ Nesta polêmica Olavo Bilac explicava que ciência e literatura eram coisas separadas, que não se podia retirar a beleza e a sensibilidade da poesia usando a rigidez da ciência. Cf.

²⁸⁹ MARTINS JÚNIOR, José Izidoro. **A Poesia científica**: esboço de um livro futuro. Recife: Typ. Industrial e da Folha do Norte. 1883.p. 01. Acervo BN.

ciência filosófico-positiva. Trata-se de um brado de combate ao romantismo, moldado segundo as concepções do binômio arte-ciência, de uma tentativa de harmonizar campos entendidos como distintos na época: literatura X ciência²⁹⁰.

O poeta científico seria para Martins Júnior, o homem do seu tempo, aquele que não precisaria recorrer à fantasia, à ficção, mas sim aos ensinamentos científicos, que combinados com a metrificacão e a rima da poesia faria o saber acadêmico chegar a um patamar mais conhecido, difundido e deleitado pelo grande público.

É importante destacar que esse estilo de poesia não era algo novo na Europa. Muitos escritores, em especial os franceses, Charles Baudelaire, Vitor Hugo, Rimbaud, Lucrécio e Sully-Prudhomme, já circulavam versos repletos de um teor científico nos periódicos²⁹¹. Mas, este estilo poético não ganha aprovação de muitos dos literatos brasileiros, em especial de Machado de Assis, que lança na *Revista Brasileira* em 01 de dezembro de 1879 um artigo intitulado “A Nova Geração” cuja crítica destacava: “Aos demais, há um perigo na definição deste autor, o de cair na poesia científica, e, por dedução, na poesia didática, aliás inventada desde Lucrécio”²⁹².

Nelson W. Sodré ao discorrer sobre a expressão de Martins Junior na poesia científica explica que:

O criticismo teria em Martins Junior outra personalidade sugestiva. A tentativa de criar uma poesia científica, traduzida particularmente pelo trabalho *A Poesia Científica, Escorço de Um Livro Futuro*, aparecido em 1883, vale muito mais como sintoma do que em si mesma, evidentemente, mas aquêlo culto, embora artificial e forçado, do positivismo, dos postulados filosóficos, das conquistas novas do conhecimento em todos os campos, traduzia a ânsia reformadora do tempo. Ainda que em suas realizações Martins Junior não atingisse nível apreciável e acabasse por inutilizar o próprio esforço, o seu papel teve algum relevo no tempo e representa um dos aspectos mais característicos do largo movimento que estabeleceria novos rumos nas letras brasileiras²⁹³.

²⁹⁰ Cf. SOUTO, Izidoro Martins. Martins Júnior, há um século: sua personalidade, posição, influência e predominância na vida espiritual brasileira. In: **Revista Symposium**. Recife: UNICAP, 1959. pp-240-256.

²⁹¹ Sobre a poesia científica na Europa, especialmente na França ver. SCHMIDT, Albert-Marie. **La poésie scientifique em France ai seizième siècle**. Paris: Albin Michel, 1938.

²⁹² Cf. **Revista Brasileira**. 01 de dez de 1879. p. 01. Acervo ABL.

²⁹³ SODRÉ, Nelson W. *Op cit.* 1969. p. 367.

Imagem 8



Fonte: Grupo de Martins Júnior na Redação do Jornal do Recife. In: A Cultura Acadêmica. 1905. Acervo FUNDAJ

Apesar de Martins Júnior não ter ganhado força na poesia científica, vale ressaltar esta chegou a ter alguma duração maior nos versos de Cruz e Souza e de Augusto dos Anjos²⁹⁴. Além disso, é preciso lembrar que a ascensão literária de ideias regionais deu corpo ao movimento Modernista que ganha visibilidade no início do século XX e absorveu as novas ideias vanguardistas europeias.

Percebe-se a partir de descrições das trajetórias biográficas, que o exercício de representação elaborado pelos redatores desses textos coloca o leitor diante de uma vida perfeita e construída para imortalizar a figura do acadêmico que estava sendo homenageado. Entretanto, essa homogeneidade era apenas aparente, pois como visto em capítulo inicial os conflitos existentes entre eles foram intensos e chegaram a travar verdadeiras querelas para defender seus ideais.

²⁹⁴ Sobre Cruz e Souza e Augusto dos Anjos Cf. ALVES, Uelinton Farias. **Cruz e Souza**: Dante negro do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2011. **ANJOS**, Augusto dos. **Augusto dos Anjos**: obra completa. Organização, fixação de texto e notas de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

CAPÍTULO 6

O PRODUTO EM CIRCULAÇÃO: OS LIVROS DE FICÇÃO DOS MEMBROS DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS

“Um bom livro é energia vital, preciosa para um espírito superior, sendo embalsamado e guardado como um tesouro, para que alcance uma vida além da vida; como tal, deve indubitavelmente ser considerado produto necessário”.

Fitzgerald.

As representações construídas a respeito dos homens que fundaram a Academia Pernambucana de Letras apresentadas em capítulo anterior não podem ser compreendidas distanciadas do conjunto de trabalhos que eles fizeram circular no período em tela. Eles não produziram apenas para a imprensa, muito pelo contrário, eles estavam em articulação com o propósito de que as obras produzidas pudessem circular e fortalecer o campo literário da qual faziam parte.

No trabalho intitulado *Pelas rotas dos livros*, Ozângela Silva realizou uma análise da circulação de romances na cidade de Fortaleza nas últimas décadas do século XIX e demonstrou que muitos intelectuais criavam rede de conexões e circulação de trabalhos por eles produzidos como forma de firmar uma solidez no espaço cultural e como mecanismo de constituição de um comércio livresco significativo de análise. Para tanto, a autora mostrou como romances foram de fundamental importância para perceber a circulação de livros na cidade²⁹⁵.

Perceber a existência, não apenas de romances, mas de diversos gêneros ficcionais como crônica, contos, poesias e também dos romances se fez necessário, no que se refere a cidade do Recife na transição dos séculos XIX para o XX, pois permitiu identificar um conjunto de trabalhos dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras e entender o que circulava

²⁹⁵ SILVA, Ozângela de Arruda. **Pelas rotas dos livros**: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891) (dissertação de mestrado) Campinas: IEL, 2009.

e o que era produzido pelos sujeitos que compuseram o campo literário no Recife.

Neste capítulo foram cartografados os livros que a pesquisa documental possibilitou localizar nos vários arquivos visitados. Obras que muitas vezes estavam totalmente empoeiradas e até mesmo com páginas coladas pela poeira. Como num trabalho de detetive e com o passar horas dedilhando livros nas estantes foram encontrados mais de cinquenta trabalhos produzidos pelos fundadores da Academia Pernambucana de Letras. Por se tratar de sujeitos polígrafos, eles escreviam sobre Direito, Política, Educação, Cidade, História, Geografia, entre outros temas, mas o que se destaca nesse montante foram as obras ligadas a literatura ficcional, em especial romances, crônicas, poemas e contos e por isso optou-se então por se debruçar sobre os livros ficcionais.

Essa redução de escala foi dada para que se pudesse observar como estes “operários das letras” pensaram a reprodução de uma época em que a sensibilidade e a criatividade aproximavam eles da realidade e permitiam que se expressassem. Assim, a questão norteadora deste capítulo é saber quais as obras da literatura de ficção foram produzidas e circularam de forma a permitir certa consagração desses sujeitos no campo literário recifense.

6.1 As obras da ficção dos fundadores da APL

No relatório do secretário perpétuo da Academia Pernambucana de Letras, João Baptista Regueira da Costa, sobre o ano de 1901 o escritor argumentava que em Pernambuco se fazia uma produção bastante significativa e original para ele:

Nas nossas lendas, nas nossas tradições populares, nos nossos fatos históricos, existe um cabedal opulentíssimo e inexgotável de assumptos originalíssimos; nas páginas, pouco lidas, das nossas crônicas e nobiliários há muita história singular, muito entremez de gênero novo, muito romance exquisito, muita vitória da realidade sobre a imaginação; é ir buscá-los e dar-lhes forma artística. Mas sem pressa, sem esse prurido doentio de exibição, que tão

frequentemente prejudica as nossas produções litterárias e amesquinham os seus autores²⁹⁶.

Essa literatura pouco conhecida no século XXI e apenas valorizada no cenário local durante a virada dos séculos XIX para o XX pode ser pensada como uma filigrana do campo literário recifense do período em tela. Muitos foram os trabalhos desenvolvidos pelos membros da APL e merecem análises tanto do ponto de vista material, quanto do conteúdo.

Havia uma valorização nacional e até mesmo no Recife dos trabalhos estrangeiros, como já mencionado em capítulo anterior. Na prática se pensava uma defesa dos textos escritos por brasileiros. Essa necessidade de valorização nacional e local era tão forte que esteve presente nos escritos de Carneiro Vilella ao publicar no jornal *Diario de Pernambuco* uma crônica em 19 de agosto de 1888 em que defendia a necessidade de se valorizar a produção literária nacional. Vilella expressava:

Confesso que tenho um defeito orgânico e capital: sou muito brasileiro... um brasileiro de quatro costados e meio. Dou sempre preferências ao que é nosso, ao que é meu, ainda que esteja convencido da excelência do que é dos outros. Em literatura, por exemplo, prefiro adormecer beatificamente sobre um livro dos nossos, a perder as minhas noites lendo coisas estrangeiras²⁹⁷.

Ler textos estrangeiros fazia parte do universo intelectual dos fundadores da APL, mas para ser “imortal” era necessário escrever e valorizar a produção dos escritores locais. Além de estar no circuito social, político e jurídico, um dos pré-requisitos para compor o quadro de fundadores da Academia Pernambucana de Letras era que tais homens tivessem produzido trabalhos literários ficcionais. Adentrar na APL significava pensar a composição de textos que preferencialmente apresentasse situações do “passado glorioso” pernambucano, de questões cotidianas e produtos de cunho jurídico.

Este ato de escrever textos, realizados pelos autores da APL, remete a uma questão fundamental: o que é um autor? Tal questão foi discutida em 1969 por Michel Foucault em cuja defesa se dava na ideia de que era preciso

²⁹⁶ Discurso pronunciado em 26 de janeiro de 1902 por Alfredo de Carvalho na comemoração de 1 ano da APL. In: **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Anno II – Jan-Jun nº 5, 1902 . p. 34. Acervo FDR.

²⁹⁷ Cartas Sem Arte. **Diário de Pernambuco**. 19 de Ago de 1888. Acervo FUNDAJ.

entender a autoria por meio da noção de “função-autor”. Para ele até o século XVII os textos circulavam sem que a ideia de autoria fosse legitimada, bastando que a antiguidade de propriedade do material escrito garantisse a autoria, isso em se tratando de textos literários, já os científicos para ter garantia de autoria era preciso estarem assinados. Após esse período Foucault alerta que o significado da palavra autor passou por um quiasmo, ou seja, por uma inversão de sentido em que os textos científicos tinham sua garantia associada a um sistema e não a um indivíduo, já os literários só poderiam ser recebidos dando ênfase à noção de função-autor, assinados e reconhecidos a autoria²⁹⁸.

O historiador Roger Chartier propõe que a compreensão dos textos sejam ampliadas para além do sentido da função-autor e sejam analisados a partir da materialidade e de um contexto em que estão inseridos, isso porque como defendeu este autor:

A “função-autor” é o resultado de procedimentos precisos e complexos, que posicionam a unidade e a coerência de uma obra (ou conjunto de obras) em relação à identidade de um sujeito construído. Tais funções baseiam-se em um processo dual de seleção e exclusão. Primeiro, os discursos assimiláveis à “função-autor” – “à obra” – devem ser separados dos “milhões de traços deixados por um indivíduo, após sua morte”. Segundo, os elementos pertinentes à definição da figura do autor devem ser compilados a partir de inúmeros eventos que constituem a vida de um indivíduo.²⁹⁹

Associado a essa proposição metodológica, Chartier advoga a importância de compreender o nascimento da ideia de direitos autorais e destaca que a noção de autoria é anterior ao *Copyright* e até mesmo à criação da imprensa. Para este historiador francês, antes mesmo de 1710, quando o *Estatuto* votado pelo parlamento desestruturou o sistema de publicação, que desde de 1557 atribuía aos livreiros londrinos ou impressores da *Stationers Company*, o direito de cópias³⁰⁰, a noção de autoria já existia, pois:

²⁹⁸ Cf. FOUCAULT, Michel. **Qu'est-ce qu'un auteur?** Dits et écrits. Paris: Galimaard, 1969.

²⁹⁹ CHARTIER, Roger. **Autoria e história cultural da ciência**. Rio de Janeiro: Azougue, 2012. p.38.

³⁰⁰ A respeito do sistema Copyright e da *Stationers Company* Manuel Portela executou um profícuo estudo sobre a produção e circulação de livros na Inglaterra. Cf. PORTELA, Manuel. **O Comércio da Literatura**: mercado e representações. Lisboa: Antígona, 2003.

A unidade estabelecida entre a integridade material do livro e a singularidade das obras originadas de uma mesma pena mostrava claramente que alguns autores daquele tempo, incluindo alguns que escreviam em língua vernácula, tinham a mesma “dignidade codicológica” das antigas autoridades. Foi portanto antes da Era do livro impresso (que, incidentalmente, prolongou a tradição de coleções compostas de diversos gêneros) que se estabeleceu, para certas obras em língua vulgar, o vínculo entre uma unidade material e textual atribuída a um autor³⁰¹.

Chartier alerta para analisar os textos, manuscritos ou impressos com vistas para além da perspectiva do discurso como propusera Michel Foucault, ou seja, para enxergar as práticas sociais e culturais em que os autores (sejam eles os que escreveram ou os que detinham a propriedade do texto) estiveram inseridos.

É a partir dessa proposta metodológica lançada por Chartier que se buscou compreender o contexto sociocultural dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras. Entendendo que a produção deles foi vasta nas áreas jurídica, histórica e política, algumas questões são cruciais para ampliar o leque de compreensão do campo literário no Recife. São questões que buscam não exaurir o tema, mas destacar a importância que Pernambuco teve no cenário da produção de textos ficcionais no Brasil na virada dos séculos XIX para o XX. Pretende-se aqui compreender essa parcela da produção dando ênfase no aspecto dos textos de ficção, em especial nos gêneros: Romance, Crônica, Conto e Poesia.

O campo de produção e circulação literária no Brasil no sentido de garantia de direitos autorais quando se proclamou a República já estava em certa medida bem demarcado pela constituição de 1891. Assim, os fundadores da Academia Pernambucana de Letras podem ser considerados como autores no sentido de que assinavam a autoria dos textos, afinal a legislação do direito autoral já estava em vigor e era tema inclusive debatido no período. Clovis Bevilacqua, em artigo publicado na Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, no ano de 1892 argumentava que o direito autoral abarcava: “Letras, artes, indústrias, qualquer ideia simplesmente concebida ou já

³⁰¹ CHARTIER, Roger. **Autoria e história cultural da ciência**. Rio de Janeiro: Azougue, 2012. p.61.

objectivada, todos os productos da intelligencia, enfim ahi se incluem, uma vez que possam ter valor econômico, sem o que não haveria propriedade³⁰².

Até o presente momento não encontrei vestígios de fontes que retratassem os valores que estes homens recebiam por produzir publicar livros ou textos ou trabalhos de natureza intelectual. O que se pode pensar a respeito dos membros da APL é que eles estabeleciam acordos de publicação dos seus textos em jornais, revistas e casas de impressão e recebiam algum valor por essa negociação³⁰³.

Mas o que foi produzido em termos de livros ficcionais pelos fundadores da APL? Eram autores proprietários dos direitos de cópia? Qual a materialidade desses textos? Quais correntes literárias eles se aproximavam? Quais tiveram um quantitativo expressivo de poesias? Quais temas eram narrados nesses textos? Por onde circulavam tais obras?

Essas respostas foram dadas na medida em que se realizou um trabalho de busca por textos publicados em revistas, jornais e livros nos vários arquivos pesquisados. Entretanto, mapear o universo de produção, impressão e circulação na passagem do século XIX para o XX é uma tarefa árdua e praticamente impossível de ser executada em se tratando de Recife. Neste sentido limitamos a busca para os trabalhos publicados na forma de livro de ficção como já mencionado.

Ao levantar o que os fundadores da APL publicaram em formato de livro ficcional foi possível saber autoria, gênero literário, ano e o lugar de impressão que foi responsável por difundir a literatura feita no Recife pelos membros da APL neste período³⁰⁴. De um longo trabalho de garimpagem de obras raras em

³⁰² BEVILAQUA, Clovis. Algumas observações sobre o Direito Auctoral. In: **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Typographia de F. P. Bolitreau, 1892. p.25.

³⁰³ O principal arquivo que poderia conter essas informações seria o da JUCEPE- Junta Comercial de Pernambuco, entretanto eles não dispõem de fontes como: catálogos, contratos de editoras, tipografias ou qualquer outro estabelecimento comercial para consulta a respeito do período que abarca a transição do século XIX para o XX.

³⁰⁴ Vale salientar que não dei ênfase aos folhetins publicados nos jornais diários, pois já apresentei algumas considerações sobre o principal folhetinista recifense, Carneiro Vilella, e há que se considerar o estado em que se encontram esses periódicos, de precário estado e de difícil manuseio. Ressalto ainda que o trabalho com os textos impressos em formato de livro já possibilita enxergar uma parcela da importância do universo literário e tipográfico do Recife. Os

vários arquivos existentes no Recife, Rio de Janeiro e São Paulo se teve acesso aos seguintes textos que circularam em forma de livro:

28 livros citados, foram encontrados nos acervos do APEJE-PE, APL-PE, Bibliotecas da Academia Brasileira de Letras-RJ, Biblioteca Mário de Andrade-SP, Biblioteca Nacional-RJ e Gabinete Português de Leitura do Recife-PE. Em razão de não interromper a narrativa optei por inserir as capas dos livros no final do tópico em que analiso os paratextos editoriais.

Tabela 5 :OBRAS DOS ESCRITORES DA APL

AUTOR	TÍTULO	GÊNERO	ANO	CASA IMPRESSORA E LUGAR DE IMPRESSÃO	MEDIDAS
Arthur Orlando	O Meu Álbum	Poesia	1891	Typ. do Apollo-PE	18x14 cm
Bianor Medeiros	Contos Mal contados	Contos	1893	Editado por Hugo e Cia editores-PE Papelaria Americana e impresso na Typ. Industrial - PE	15x10 cm
Carneiro Vilella	Margaridas	Poesia	1875	Typografia da América- PE	17x11 cm
	Era maldita	Crônica	1895	A Província-PE	
	A menina de luto	Romance	1893	Casa Editora Empresa d'A Província-PE	15x10 cm
	A Gandaia	Romance	1890	Atelier Miranda-PE	17x11 cm
	Eterno Thema	Romance	1906	Tipografia Correio do Recife-PE	12x21 cm
	O esqueleto	Crônica	1894	A Província-PE	20x14 cm
	Noivados Originaes	Contos	1893	A Província-PE	15x12 cm
	Innah	Romance	1894	A Província-PE	18x14 cm
	Três Chronicas	Crônica	1894	A Província-PE	20x14 cm
	Monólogos	Crônica	1891	A Província-PE	20x15 cm
	Cartas na Mesa	Crônica	1891	A Província-PE	20x15 cm
	A Emparedada da Rua Nova	Romance	1886	Typographia do Recife (Central)-PE	

Faria Neves Sobrinho	O Hydrophobo	Contos	1896	Hugo e Cia editores-PE	13x7 cm
	Morbus	Romance	1898	Laemert-RJ	Não encontrado
Theothônio Freire	Stelos	Poesia	1896	Não identificado	18x12 cm
	Flâmulas	Contos	1904	A Província-PE	16x10 cm
	Regina	Romance	1899	Typ. Tondella e Cockles e Cia editor-PE	18x12 cm
	Passionário	Romance	1897	Livraria do Nogueira- PE	20x13 cm
Gervasio Fioravante	Os Mezes	Poesia	1895	Empresa Democrática Editora - RJ	15x10 cm
Martins Júnior	Tela Polychroma	Poesia	1893	Cia Typografica do Brasil - RJ	18x12 cm
	Retalhos	Poesia	1894	Typ. Industrial - PE	18x12 cm
	Estilhaços	Poesia	1895	Typ. Industrial - PE	16x10 cm
	Visões de hoje	Poesia	1886	Typ. do Apollo-PE	16x10 cm
	A poesia Científica	Poesia	1883	Typographia Industrial e da Folha do Norte.	16x10 cm
Phaelante da Camara	Orações Cívicas e literárias	Crônica	1906	A Cultura Acadêmica editora	
Porto Carreiro	Rhytmos	Poesia	1893	A Província-PE	15x10 cm

A primeira questão que se pode levantar a respeito do quadro é o fato de serem mencionados apenas nove dos vinte fundadores que gestaram a Academia Pernambucana de Letras. Entretanto é preciso destacar que na pesquisa foram localizados e identificados apenas nove que escreveram textos ficcionais, os demais estavam nas outras esferas da escrita. Mas esse número já permite um análise vasta do repertório literário dos fundadores da APL.

A Lei Orgânica da instituição que em seu art. 1 defendia que:

A Academia Pernambucana de Letras, cuja sede é na Cidade do Recife, tem por fim perpetuar as tradições litterárias de Pernambuco, continuando-as e desenvolvendo as, já por meio de estudo, já por meio de publicações de obras, não só de seus membros, como também de quaesquer outros pernambucanos³⁰⁵.

A bem da verdade, o conjunto de livros encontrados, estão num intervalo temporal de publicação que vai de 1875 a 1906, entretanto nesta temporalidade apenas três obras foram publicadas após a fundação da APL. Isso mostra que mesmo cientes da Lei Organânica e dos esforços para editar obras de autores pernambucanos existia uma dificuldade no que tange a publicação de mais trabalhos locais.

Neste sentido nota-se que a Academia não conseguiu forças, nem apoios governamentais, como pretendia em suas primeiras reuniões, para manter o ritmo de produção literária e ficou apenas na consagração de seus imortais com base no que eles já tinham escrito. Não obstante, o que se produziu precisa ser analisados de modo singular, principalmente os aspectos materiais, bem como os gêneros literários que se aproximam enquanto características de correntes literárias e os temas recorrentes nessa produção.

³⁰⁵ Lei Orgânica da Academia Pernambucana de Letras. 14 de janeiro de 1901. In: **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Anno I – Out-Dez nº 4, 1901. p.150. Acervo FDR.

6.2 “Paratextos editoriais”: materialidade, dedicatórias e prefácios.

A historicidade da escrita e das práticas de leitura remonta à antiguidade e passaram por diversas mudanças no decorrer dos séculos nas várias partes do mundo. O livro impresso não foi a única forma existente de escrita e a leitura também sofreu variações que se correlacionam com a materialidade do suporte em que o texto era fixado. Desde placas de argila, rolos de papiro, pergaminhos medievais, códice manuscrito até o livro impresso a escrita e leitura se fizeram presentes no cotidiano e muitas práticas de legitimação, censura e até mesmo perseguição compuseram esse cenário das artes da escrita³⁰⁶.

No Brasil a chegada do livro se deu com as primeiras levas de impressos vindas de Portugal no período colonial para constituição de estudos nos seminários religiosos e para a formação de bibliotecas privadas. Os livros entravam mediante licença da corte portuguesa, mas tantos outros chegavam de forma clandestina. Em sua grande maioria eram livros religiosos ou técnicos, porém romances, folhetos e toda sorte de livros também adentraram no território.

Entretanto, a presença autorizada da fabricação e circulação de livros no Brasil passou a existir com maior rigor após a criação da Imprensa Régia no início do século XIX. Tipografias foram autorizadas a funcionar sob licença real e neste sentido a presença mais intensa de livros se fez atuante. Além das tipografias, a criação da imprensa no território nacional foi determinante para

³⁰⁶ Existe uma significativa produção sobre práticas de escrita, leitura e impressos. Cf. CHARTIER, Roger. **A Aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998. **Cultura escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Artmed, 2001. **A beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002. **Formas e Sentidos: cultura escrita: entre a distinção e a apropriação**. Campinas: Mercado das Letras, 2003; BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008; DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. **Boemia literária e revolução**. São Paulo: companhia das Letras, 1987. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; FISCHER, Steven Roger. **História da Leitura**. São Paulo: UNESP, 2006; LABARRE, Albert. **Historia do Livro**. São Paulo: Cultrix, 1981. MARTIN, Henri-Jean; FEBVRE, Lucien. **O Aparecimento do Livro**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2000. PORTELA, Manuel. **O Comércio da Literatura: mercado e representações**. Lisboa: Antígona, 2003.

intensificar as práticas de escrita e leitura³⁰⁷. Corroborando com Nelson Werneck Sodré acredita-se que:

A imprensa possibilitou o livro em seu estágio nacional primário. Foram as oficinas de jornais no seu rudimentarismo técnico, que se fizeram impressoras de livros, e até distribuidoras, dentro de certos limites, numa acumulação de funções que denuncia uma etapa inicial³⁰⁸.

Essas considerações a respeito da escrita e impressão de textos possibilitam refletir que por mais que já existissem livrarias e tipografias na cidade do Recife foi com o advento das redações de jornais que a produção e circulação de livros se tornou mais intensa. O período de virada do século XIX para o XX é o mais intenso em termos de publicações de livros confeccionados pelas tipografias dos jornais. Dos vinte e oito livros de ficção selecionados para este estudo, treze foram impressos em tipografias de jornais, em especial do jornal *A Província*. Por isso é preciso entender que o aspecto material de produção desses livros está diretamente relacionado com as formas de impressão dos jornais.

O estudo dos elementos que compõem o livro não está preso apenas ao texto principal e por isso merecem análises, pois se trata, do que Gérard Genette denomina de paratextos editoriais. Para este autor, “paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneiras mais geral ao público”³⁰⁹. Em outras palavras são os elementos que ele denomina de *peritexto*: títulos, subtítulos, autorias, imagens, dedicatórias, prefácios, dados editoriais, tradutores, epígrafes, dados de impressão e valores; e os elementos chamados de *epitexto*: anúncios de lançamento, entrevistas, cartazes, registros do lançamento, entre outros itens que não estão presentes no texto, mas possibilitam ter uma dimensão do trabalho.

³⁰⁷ Há também uma expressiva produção a respeito de textos e leituras no Brasil colonial e imperial. MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. 2ª edição. Brasília: Briquet de Lemos livros, 2006; HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua história**. São Paulo. Editora USP, 1985; ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado da Letras, 1999.

³⁰⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1869, p. 321.

³⁰⁹ GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p.9

Por se tratar de um conjunto de vinte e oito obras, analisou-se dentro dos paratextos editoriais, apenas os elementos peritextuais, pois não foram encontrados elementos *epitextuais* nas fontes, principalmente porque algumas se tratam de primeiras edições, em que muitas delas foram financiadas pelos próprios escritores. O foco se dará sobre a materialidade, as dedicatórias e os prefácios.

Em sua maioria esses livros apresentavam um formato de livro de bolso e as medidas variavam conforme a casa impressora. A exceção de *A Era Maldita* e *O Hydrophobo*, que foram impressos em papel couchê, o papel usado nas obras foi o comum³¹⁰, o que aparentemente permite crer que tiveram um baixo custo de impressão. Sem falar que os membros da APL não eram sujeitos de poder financeiro, uma vez que dividiam o ofício da literatura com cargos burocráticos, ou seja, não viviam dos textos que produziam.

As capas dos livros são em papel cartão e apresentam certa unidade visual, cujos títulos estão em destaque de primeiro plano, todos na cor preta, porém *O Hydrophobo* possui o verde nas letras. Quanto à cor das capas apenas *Tres Crônicas* e *Poesia Científica* foram impressas em papel verde, as demais todas em papel branco. Os nomes dos autores aparecem em fonte menor e acima dos títulos, com exceção para *Retalhos* em que o nome de Izidoro Martins Junior está na parte baixa e *Vizões de Hoje*, do Martins Júnior, bem como o livro de poesias *Margaridas* de Carneiro Vilella em que o nome do autor está centralizado e indicando a sua origem. Em praticamente todos os trabalhos, o ano, a casa editora ou a tipografia, bem como a cidade ou estado em que o texto foi impresso também estão indicadas na capa, na margem inferior, em alguns também se fizeram presentes os endereços das casas impressoras.

³¹⁰ A referência a papel comum no século XIX pode ser citada por Emanuel Araújo como Papel de Impressão, que segundo ele é mais apropriado para livros no período. É um papel “Fabricado com cerca de 70 % de pasta mecânica, pouca cola e alisado na máquina, de peso variável entre 45 e 55 g/ e alisado na máquina, de peso variável entre 45 e 55 g/m², é melhor que o papel jornal, que tende a descolorir e tornar-se quebradiço. Presta-se a impressão de certas revistas, catálogos de tiragens reduzidas.” Cf. ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 375.

Nos livros apenas alguns sinalizam na capa a qual gênero pertencem. Nos de contos: *Noivados Originais*, *Flamulas* e *Contos Mal Contados*, nos livros de romances: *A Gandaia* e *A menina de Luto*, nos de crônicas: *O Esqueleto* e *Tres Chronicas*. Nos de poesia, indicam por usar a palavra versos: *Stelos*, *Margaridas*, *Rythmos*, *Retalhos* e a *Poesia Científica*, sinalizado no próprio título.

Quanto aos aspectos imagéticos apenas *O Hydrophobo* apresenta desenho em crayon, pois não foi impresso no Brasil e a autoria da imagem é desconhecida, como todas as outras que permeiam o corpo do texto. Nos demais livros, nas capas, alguns símbolos como: faces, pássaro, libélula, instrumento musical e figuras de adornos ou até mesmo a inserção de bordas também podem ser vistas³¹¹.

Alguns apresentam na margem superior da capa a indicação de que eram fruto de uma coleção que integrava obras impressas pela tipografia do jornal *A Província*, como: *Noivados Originais*, *Monólogos*, *Cartas na Mesa*, *O Esqueleto*, *Tres Chronicas*, *Innah*, *A menina de luto*. Isso demonstra que este jornal, além de produzir o periódico diário se preocupava em editar livros, além de possuir uma biblioteca privada, indicada diversas vezes no próprio jornal na qual anunciava os exemplares remetidos por diversas pessoas à redação. Era comum também, que por se tratar de livros editados sob a responsabilidade do jornal costumava distribuir aos assinantes exemplares dessas obras aos que renovassem a assinatura³¹².

³¹¹ Joaquim Marçal Ferreira e Noemia Luz já demonstraram que livros e jornais com desenhos em crayon foram reproduzidos nos impressos do Brasil no final do século XIX. Cf. ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da Fotorreportagem no Brasil**: A fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. LUZ, Noemia, Maria Pereira Queiroz da. **Os caminhos do olhar**: circulação, propaganda e humor no Recife (1880-1914). (tese de doutorado em História) Recife: PPGH-UFPE, 2008.

³¹² A pesquisa sobre esses livros demonstrou a existência de bibliotecas privadas que não foram estudadas. Um aspecto indiciário dessas bibliotecas e não mencionado nas análises documentais trata-se das assinaturas ou dos ex-libris que aparecem nas capas ou no corpo de obras. Muitos livros estão assinados por um mesmo autor como Carneiro Vilella, isso me levou a descobrir que ele destinou seus manuscritos e acervo pessoal ao Gabinete Português de Leitura de Pernambuco. Martins Junior foi outro que assinava os livros que compunham a sua biblioteca privada. Sobre este autor foi localizado no período de levantamento das fontes o catálogo de suas obras mandado ser produzido pela viúva do escritor. No catálogo constam 2969 volumes doados em 1906 a biblioteca do Estado, porém essa biblioteca foi desfeita e as obras dispersas. Ainda é possível mencionar a partir da coleção Biblioteca D'A Província e dos livros remetidos para a redação do jornal que deveria existir um acervo significativo na sede do jornal.

Também de importância aparece em algumas capas, em especial nos livros publicados após a fundação da Academia Pernambucana de Letras, a referência de serem os autores integrantes de tal instituição. O nome da APL dava maior legitimidade ao texto e se tornava outro elemento para propiciar a circulação das obras.

A descrição dos elementos das capas denota a preocupação dos editores e impressores com aspectos visuais para promover a circulação das obras, entretanto há de se considerar que poucos livros contaram com capas coloridas ou itens mais atrativos aos olhos dos compradores nas vitrines ou estantes das livrarias existentes no Recife. Além disso, não se pode deixar de citar que muitos livros quando produzidos, pouco circulavam entre o grande público, mas apenas se restringiam a uma baixa tiragem, que era distribuída entre os pares intelectuais.

Outra análise que a princípio parece passar despercebida e pouco significativa trata-se das dedicatórias e dos prefácios que são feitos nos livros dos membros da APL. A leitura pouco atenta pode deixar passar uma compreensão da constituição do campo literário e da circulação dessas obras. No que tange as dedicatórias dos vinte e oito livros apresentados dez não apresentam dedicatórias, em contrapartida os dezoito restantes expõem que no geral as dedicatórias são para os pais, irmão e esposas dos fundadores da APL e em maior quantidade aos próprios integrantes da Academia ou dos grupos nas quais participavam socialmente, em certa medida dos mencionados em capítulo anterior: FDR, jornais e do Cenáculo da Silveira.

Nos livros que são coletâneas de poemas apresenta-se um quantitativo maior de dedicatórias e os sujeitos mais recorrentes na dedicatória são os próprios homens que integraram a fundação da APL. Carneiro Vilella foi o escritor que menos dedicou seus textos, pois dos doze trabalhos que tem ele, aqui apresentados, dedicou apenas quatro: esposa, povo, amigos e José Maria de Albuquerque e Mello (dono do jornal *A Província*). Já Martins Junior dedicou todos os seus trabalhos.

Um estudo dos prefácios se faz significativo, pois se tratam de prefácios originais, alguns autorais e outros feitos por pares e são muito mais

apresentação e agradecimentos do que argumentos críticos a respeito da obra. Muitas vezes são esquivas, pedidos de desculpas, tentativas de inscrever o texto em um campo subjetivo, singular, intencional, militantes de uma corrente literária, negação ou filiação a qualquer base filosófica, científica ou até mesmo política. São textos que algumas vezes apresentam para qual público se destina o livro, para qualificar o autor do texto, para provar a veracidade da narrativa, para indicar a originalidade, para estabelecer a intencionalidade e até mesmo um contrato com o leitor de como deve ler a obra.

Quanto aos prefácios apresentados nas obras elencadas, levando em consideração o formato dos livros, que eram pequenos, vale destacar que são curtos, contando entre duas a cinco páginas, escrito em sua maioria pelos próprios autores, com raras exceções em que se convidava alguém para prefaciar. No montante de livros indicados quinze apresentam prefácios, os demais já apresentam após os elementos de capa e folha de rosto e dedicatória o texto principal.

No conjunto dos prefácios quase todos os autores se prestam a função de prefaciador e buscam apresentar e comunicar a respeito do trabalho, que passou para as páginas livrescas. Apenas não foram prefaciados pelo próprio autor três livros: *O Meu Álbum*, *Os Mezes*, *Orações Cívicas e Literárias*. Os prefaciadores foram respectivamente Clovis Bevilaqua, Martins Junior e Raul Azêdo, todos do mesmo meio social dos autores. Nestes prefácios dois elementos ganham destaque: características da personalidade e a base de formação dos autores.

Exalta-se de forma intimista essa personalidade, denunciando que os prefaciadores eram pessoas bem próximas, o que eximiria qualquer crítica negativa. Assim destacou Martins Junior a respeito de Gervasio Fioravanti: “o Fioravanti é um subjectivista por excellência, um lyrico delicadíssimo, vendo tudo através de sua alma e sobretudo da sua paixão³¹³”. De tal modo também elogiava Raul Azêdo à Phaelante da Camara:

³¹³ MARTINS JUNIOR, José Izidoro. Prefácio de dezembro de 1894. In: FIORAVANTI, Gervásio Pires. **Os Mezes**. Rio de Janeiro: Empresa Democrática Editora, 1895. p.14.

Em summa, a pujança da imaginação, a facilidade e a riqueza das associações de ideias marginantes sem tolhimento ou desvio dos systemas principaes, a emotividade extensa e vribatil, se consorciam em Phaelante da Camara com uma capacidade de analyse, de generalisação e de crítica muito notável, elegendo-o um desses espécimes raros de talentos hamonicamente superiores, dos quaes, o imortal Goethe pode ser aceito um typo culminante³¹⁴.

Além do caráter intimista esses prefácios anunciavam a filiação desses autores a perspectivas filosóficas e científicas que davam base para a formação e estudos dos autores, diga-se de passagem comuns aos escritores saídos da Faculdade de Direito do Recife. Raul Azêdo, por exemplo, destacou essas influências científicas na formação acadêmica de Phaelante da Camara quando descreveu:

Aqui e alli se antolham referencias a Darwin e a Hoeckel, mas é patente, Phaelante da Camara não pudera ainda assimilar a orientação que das analyses e das synteses terminaes desse grandes naturalistas deflue, e sem duvida colhera, taes informações, sem lhe medir todo o alcance, no ensino de Tobias Barreto, o pensador másculo que deixou nesta terra uma sementeira de homens illustres³¹⁵.

A base dessa literatura estrangeira já era praxe, mas o destaque é a constância na perpetuação do nome de Tobias Barreto como uma referência e condição *sine qua non* para que Phaelante se tornasse um escritor de renome. Indica-se a leitura para saber a respeito da produção literária pernambucana, era como se este autor pudesse servir de efeito metonímico.

Não apenas a materialidade dessas obras é possível de ser analisada, uma outra prospecção que deve ser feita pelo historiador do livro e da literatura trata-se do conteúdo que apresentam e de como eles se aproximam de certas tendências literárias do período. Os gêneros literários podem ser pensados como a tendência em reunir obras literárias em uma classe ou espécie que apresentem características comuns, ou ainda mostrar como estão associados a um tempo de nascimento, origem, forma, conteúdo e composição³¹⁶.

³¹⁴ AZÊDO, Raul. Prefácio. In: CAMARA, Phaelante da. **Orações Cívicas e Literárias**. Recife: Editora A Cultura Acadêmica, 1906. p. 7

³¹⁵ Idem. p. 2.

³¹⁶ Sobre a conceituação dos gêneros literários ver SOARES, Angelica. **Gêneros literários**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989. Ver também TAVARES, Henio. **Teoria literária**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.

Luiz Costa Lima, ao citar Mikhail Bakhtin, alerta que é preciso enxergar os gêneros a partir da noção de percepção. Em outras palavras que devem ser analisados além dos traços de linguagem e levar-se em conta às expectativas do receptor e a forma como a obra literária capta a realidade. Seriam colocados filtros entre a obra e a realidade o que permitira saber o que é e o que não é literário. Neste sentido, os gêneros poderiam apresentar mudanças em relação à literatura, ao contexto social e às práticas culturais³¹⁷.

No quadro que se elencou as obras ficcionais dos integrantes da APL quatro gêneros são recorrentes: crônica, conto, romance e poesia. Cada um apresenta características específicas. É possível identificar quais os escritores mais se destacaram em cada um desses gêneros e em qual proporção numérica se fizeram presentes, como foram estruturados, a que corrente literária se aproximavam.

Entre os trabalhos localizados nos arquivos os contos³¹⁸ são os menos expressivos, quatro apenas, destacando-se nesse gênero, Carneiro Vilella, Faria Neves Sobrinho, Theotonio Freire e Bianor de Medeiros. As crônicas³¹⁹ aparecem em segundo lugar, no quantitativo de seis, estiveram presente

³¹⁷ LIMA, Luis Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

³¹⁸ Apesar de ter compreensão que conto, novela e romance se diferem quanto à forma, para uma compreensão didática optei em diferenciar para o leitor conforme características mais marcantes em cada forma narrativa. O conto trata-se de uma narrativa de menor extensão e se diferencia do romance e da novela, pois não visa abarcar a totalidade, mas apenas elabora uma amostra, uma espécie de flagrante, um relato mais imediato de algo significativo, ou seja, elimina os detalhes, as análises as tergiversações de enredo, acaba por delimitar o tempo e o espaço. Aqui vale lembrar, que os contos escritos pelos imortais da APL não tem aproximação com os contos populares, folclóricos ou fábulas infantis, estes visam trazer uma moral para a narrativa, um conselho, uma lição. Cf. SOARES, Angelica. **Gêneros literários**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989. Ver também TAVARES, Henio. **Teoria literária**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.

³¹⁹ As crônicas durante a Idade Média eram relatos de acontecimentos sequenciados cronologicamente e sem interpretação do cronista, mas a partir do século XIX passaram a se revestir de um caráter ficcional, muitas vezes como registro poético, irônico e captador do imaginário coletivo em suas manifestações do cotidiano. Apresentam-se na forma de monólogos, diálogos, alegorias, confissões, entrevistas, versos ou mera descrição dos fatos. Há um estudo significativo sobre a crônica brasileira no século XIX desenvolvido por Marcus Soares. Para o autor este gênero foi importado da Europa, mas ganhou particularidades no Brasil ao ponto de ser pensando por muitos pesquisadores como um gênero brasileiro, que conseguiu migrar das páginas dos jornais para o formato de livros, ou seja, deixou de ser um coadjuvante dos rodapés dos noticiários e passou a ganhar uma dimensão de protagonista que deve ser vista também como um tipo textual urbano, que tem a capacidade de retratar o cotidiano. Cf. SOARES, Marcus Vinícius Nogueira. **A crônica brasileira do século XIX: uma breve história**. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.

Phaelante da Camara e Carneiro Vilella, mas é preciso fazer uma ressalva quanto às crônicas, pois elas são revestidas de vários elementos do romance e dos folhetins. Quanto aos romances esses estão bem próximos do quantitativo da poesia, foram oito, e destacaram-se Carneiro Vilella, Faria Neves Sobrinho e Theotonio Freire. Por fim, e a forma mais comum ao período está a poesia, com dez, que apesar de todos escreverem para algum jornal, revista ou em livros quem se destacou foi Martins Junior, em particular porque este se aproximou da poesia científica e fez deste gênero uma constante em sua produção.

Nicolau Sevcenko defende que:

“[...] a literatura fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos³²⁰”.

Neste sentido, podemos pensar que o texto ficcional possibilita ao pesquisador uma análise das forças existentes, das temáticas escolhidas pelos autores para compor as páginas dos seus escritos e das tensões que se processaram em determinada época. Portanto, é de muita importância identificar que temas foram recorrentes nos vários gêneros ficcionais escritos pelos primeiros imortais da APL, mas também se faz significativo conhecer sobre o processo de circulação e venda desses trabalhos elaborados pelos fundadores da APL.

6.3 Tipografias, Livrarias e a circulação literária no Recife

A produção dessas obras dos integrantes da Academia Pernambucana de Letras não pode ser entendida sem conectar-se com o processo de impressão e venda de livros na cidade do Recife. O livro tem se tornado objeto de pesquisa há muito tempo, porém não se pode entender apenas os aspectos de materialidade, é preciso ir além do impresso. Para Laurence Hallewell:

[...] é difícil imaginar uma atividade que envolva tantos aspectos da vida nacional quanto a publicação de livros. O livro existe para dar

³²⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: Tensões sociais e criação cultural na Primeira república. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 30.

expressão literária aos valores culturais e ideológicos. Seu aspecto gráfico é o encontro da estética com a tecnologia disponível. Sua produção requer a disponibilidade de certos produtos industriais (que podem ser importados, feitos com matéria-prima importada ou fabricados inteiramente no país). Sua venda constitui um processo comercial condicionado a fatores geográficos, econômicos, educacionais, sociais e políticos. E o todo proporciona uma excelente medida do grau de dependência ou independência do país, tanto do ponto de vista espiritual como do material³²¹.

Assim, buscou-se investigar como surgiu o processo de impressão e a existência de livrarias no Recife durante a passagem do século XIX para o XX. Principalmente pelo fato de que não é possível entender apenas o livro e o texto isolado de seus contextos diversos, principalmente do contexto da imprensa.

A implantação de um processo de imprensa no Brasil se deu com a criação da Imprensa Régia em 1808, que autorizava o que se podia circular. As grandes cidades, em especial Rio de Janeiro e São Paulo foram pioneiras nesse processo de dar notoriedade ao impresso no país. Foi nesses lugares, bem como em outras capitais, como Recife e Salvador, que se pode perceber de forma mais intensa a chegada da imprensa nas terras tropicais e sinalizar o quanto esse processo foi lento e repleto de percalços, muitas vezes sendo preciso burlar a lei para se fazer imprimir e circular os textos³²².

Em Pernambuco não foi diferente. Segundo Gláucio Veiga, o processo de impressão tem visibilidade em a partir de 1817, quando tipos importados em 1815 por um senhor de nome Ricardo Fernandes Catanho passaram a ser usados e comentados nos folhetos da cidade, mas este não conseguiu arregimentar mão de obra necessária para executar os trabalhos de impressão. Anos mais tarde Luis do Rêgo teria adquirido o acervo de um

³²¹ HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**: sua história. 3ª edição. São Paulo: Edusp. 2012. p.31.

³²² É importante citar alguns nomes de pesquisadores que analisaram a importância da implantação da imprensa em terras brasileiras. Nelson Werneck Sodré, Marialva Barbosa, Ana Luisa Martins, Tania de Luca, Heloisa de Farias Cruz e Maria Beatriz Nizza da Silva Cf. SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1966; CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana (1890-1915) São Paulo: EDUC-FAPESP, 2000; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)**: cultura e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. MARTINS, A. L. e DE LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa**: Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

português de nome José Fernandes Portugal e montado uma oficina de gravura em metal³²³.

A partir de 1817 originou-se a **Officina Typográfica**, que tendo muita dificuldade de operar trabalhos foi fechada por ordem do Governo Real e reaberta em 1821 com o nome de **Officina do Trem Nacional**, no qual editou o primeiro jornal de Pernambuco: *Aurora Pernambucana*. Em 1822 esta mesma tipografia passou a se chamar **Typographia Nacional**.

“Em abril de 1823, a firma Cavalcanti & Cia. Adquiriu a Tipografia Nacional e se instalava na rua Direita, 265”³²⁴. Entretanto, esta empresa não pagou o contrato de compra e em abril de 1824 passou a ser administrada por Antonio José de Miranda Falcão e os compositores da oficina ganhavam cem réis por milheiro de letras.

No ano de 1823 existiam ainda outros estabelecimentos tipográficos: **Typographia Fidedigna** na Rua das Flores D18 e **Typographia de “O Cruzeiro”**. A partir de 1834 tem-se o registro de uma oficina de litogravura, que localizava-se na Rua do Fogo e era de propriedade do desenhista André Alves da Fonseca. Entretanto, no ano de 1836 Miranda Falcão assumiu e passou a chamar de **Tipografia M.M. Viana & Cia**, localizada na rua Direita nº D20.

Em 1839 tinha a **Tipografia de Manoel F. de Faria**, que durante anos imprimiria muitas teses de estudantes e bacharéis da Faculdade de Direito do Recife. No ano de 1844 localizada na Rua da Praia nº 45 foi criada a **Typographia Nazarena** e imprimia jornais de cunho republicano. Em 1847 teve destaque também a **Typographia Brasileira**, que localizava-se na Rua

³²³ As diversas informações citadas sobre as tipografias do século XIX foram obtidas no capítulo As Tipografias de Olinda e Recife nos meados do Século XIX. In: VEIGA, Gláucio. **História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife**. Vol. IV. Recife; Ed. Universitária UFPE, 1984. É importante lembrar que o trabalho de Luiz Nascimento é de suma importância para compreender o processo de organização da imprensa em Pernambuco. O autor fez um detalhado trabalho de pesquisa de longa duração, descrição de periódicos desde o período imperial até os anos 1970. Cf. NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa em Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1996.

³²⁴ VEIGA, Gláucio. **História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife**. Vol. IV. Recife; Ed. Universitária UFPE, 1984. p. 246.

do Rosário da Boa Vista nº 44 e foi a responsável por imprimir o jornal: *A Sentinela da Liberdade*.

Na década de 1850 outras tipografias tiveram destaque: **Typographia Acadêmica**, de propriedade de Miranda & Vasconcelos, sujeitos que se intitulavam livreiros da Faculdade de Direito, tinha sede na Rua do Colégio nº 21 e era responsável também por editar obras jurídicas e teses da Faculdade.

Também dessa década tivemos a **Tipografia Liberal**, que localizava-se na Rua do Rosário da Boa Vista nº15 e seu editor era A. M. O' Connel Jersey. Anos mais tarde após uma disputa judicial este editor fundou a **Tipografia Social** no mesmo endereço. Ainda existiu a **Typographia Imparcial** na Rua da Praia nº 55, que no governo de Chichorro da Gama passou a ser a tipografia o oficial.

Marcaram presença no período da década de 1850 até 1870 a **Tipografia Universal** que situava-se na Rua do Colégio nº 18; a **Tipografia Pernambucana** na Rua Direita nº 5; a **Typografia Aurora Pernambucana** na Rua do Aterro da Boa Vista nº 33; a **Tipografia Comercial** na Rua estreita do Rosário da Boa Vista nº12 e a **Typografia Santos & Cia** na rua da Cruz nº56. Todas responsáveis por imprimir a diversidade de folhetos, jornais de pouca tiragem e folhas avulsas³²⁵.

Após esse período, os registros das tipografias passam a ser mais condensado e a propaganda é o meio mais adequado para se conhecer sobre esses espaços comerciais da cidade. No final do século XIX e início do XX os jornais, revistas e almanaques, fontes ricas em diversos tipos de informações sobre o cotidiano, tiveram uma explosão em seu processo de produção e circulação.

Nelson W. Sodré destacou que a influência da imprensa no meio editorial foi de suma contribuição para difundir a produção de livros e o interesse pelo aperfeiçoamento técnico dos impressos. O autor defende que:

³²⁵ COSTA, Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Vol. VIII. p.534.

A imprensa possibilitou o livro, em seu estágio nacional primário. Foram as oficinas de jornais no seu rudimentarismo técnico, que se fizeram, impressoras de livros, e até distribuidoras, dentro de certos limites, numa acumulação de funções que denuncia a etapa inicial. Nas oficinas do Correio Mercantil, do Diário do Rio de Janeiro, da Marmota é que foram os feitos dos nossos escritores, quase sempre depois de ter o jornal publicado os mesmos em folhetim³²⁶.

Neste sentido, Não se pode deixar de destacar o papel importante que teve a tipografia do jornal *A Província* para a publicação de livros. Ela foi responsável não apenas por imprimir o jornal de grande circulação, pois essa tipografia tinha em seu processo comercial a prática de imprimir livros, folhetos e panfletos diversos. Passou a existir em 1872 e localizava-se nas ruas Quinze de Novembro nº49 a 51 e Caes da Regeneração 42-44. A partir das numerações desta tipografia nota-se que possuía um vasto espaço de produção que abarcava a redação do jornal com seus vários departamentos e o polo gráfico que tinha desde prelos simples até máquinas modernas do porte da Minerva. No ano de 1878 o jornal *A Província* tornou-se o principal órgão do Partido Liberal. Este Jornal/tipografia vai ter uma significância no período, principalmente por ser a Tipografia que mais imprimiu textos e livros dos intelectuais do período, principalmente dos integrantes da APL.

Por meio do *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco*³²⁷ é possível mapear a existência de muitos estabelecimentos que existiram no Recife e que também foram espaços das sociabilidades dos homens de letras locais. Entre suas várias seções, a de: *profissões, industriais, artes e ofícios*; era a que informava sobre tipografias, oficinas de encadernação, litografias e livrarias. Fica evidente que são órgãos independentes, mas estavam agrupados no almanaque na mesma seção, nos dando a ideia de estabelecimentos correlatos e que muitas vezes assumiam todas essas funções de impressão.

No bairro de Santo Antonio, tem-se o percurso que adentrava o roteiro: *Rua do Imperador, Rua 1º de Março, Rua das Laranjeiras, Rua das*

³²⁶ SODRÉ, Nelson W. *Op cit.* 1969. p. 321.

³²⁷ Este almanaque foi um periódico que circulou durante os últimos 40 anos dos oitocentos e tinha por objetivo indicar dados do calendário comercial pernambucano, elencando os estabelecimentos comerciais diversos da cidade do Recife e das demais cidades da província. Apresentava-se no formato de livro de bolso e era facilmente comercializado em livrarias, tipografias, oficinas de encadernação e lojas de miudezas recifenses.

Trincheiras e Rua Barão da Victória, em que se encontrava uma grande quantidade de escritórios de jornais, de tipografias, lojas de litografia, de encadernações e de livrarias do Recife, circuito que estava também próximo dos centros de saber/poder que circulavam os homens de letras que em 1901 fundaram a APL.

Entre os anos de 1889 a 1910 percebe-se que esses estabelecimentos que se preocupavam com a impressão de textos foram crescendo paulatinamente no período. As tipografias tiveram uma intensa atividade nos anos do Brasil imperial, mesmo com um processo de crivo monárquico sobre o que se imprimia para circular³²⁸.

Percebe-se, por meio desta descrição, que no final do século XIX a ideia de livraria praticamente não existia na cidade do Recife. O que se supõe que as funções de livreiro e de editor eram agregadas. Isso porque se levou em consideração, que muitas vezes o Almanaque não descreveu mais detalhadamente os estabelecimentos de impressão como tipografias. Assim, entendo que a figura do livreiro passou também a ser a de editor de textos³²⁹.

³²⁸ Alguns anos antes, em especial a partir do ano de 1870, contava a cidade do Recife com 14 tipografias e pouco mais de 5 lojas de livros. A maior parte desses órgãos comerciais ficava localizada na Freguesia de Santo Antonio, muitos em ruas de grande movimento comercial como: Rua Duque de Caxias, Rua Barão da Vitória e Rua do Imperador, esta última concentrava o maior número de tipografias. No ano de 1875 a cidade passa a contar com 16 tipografias, 9 lojas de livros, 5 oficinas de encadernação e 3 litografias. Já em 1880 vamos ter 18 tipografias, 10 lojas de livros, 10 oficinas de encadernação e 6 litografias. No ano de 1890 a informação sobre tais estabelecimentos se modifica, pois as lojas de livros só serão diferenciadas das oficinas de encadernação, em que eram 6 lojas e 10 oficinas de encadernação. Em 1895 teremos uma explosão na quantidade de tipografias, em que se tem o registro de 31, 7 lojas de livros e 10 oficinas de encadernação. Entre 1900 e 1911 há um aumento do número de tipografias e o que era chamado de lojas de livros passa a aparecer no almanaque e em jornais de grande circulação como *Jornal Pequeno* e *Diário de Pernambuco*, como *Livraria*. No levantamento de dados foram contabilizados mais de 40 estabelecimentos para o período compreendido entre 1889 e 1911. Como a partir dos anos 1870 crescem de forma significativa as tipografia optei por questões metodológicas de pesquisa por sinalizar o quantitativo e apresentá-las num intervalo de 5 em 5 anos, pois é nessa transição que identifiquei alguma significativa mudança para o crescimento delas no Almanaque. Vale destacar também que o almanaque só registra o nome dos estabelecimentos e suas localizações, o que dificulta, em certa medida, encontrar maiores registros sobre eles.

³²⁹ O que é importante salientar neste processo do aparato da impressão é que, o *Almanaque Industrial de Pernambuco*, ao menos no período consultado, pouco nos informa sobre a identidade dos profissionais que trabalhavam nas tipografias, livrarias e lojas de encadernação. Em casos raros aparecem descrições mais apuradas, como a influência e os prêmios do responsável pela tipografia, o que produziam e a defesa de ter o melhor maquinário para impressão. Defendo que foi por meio dessas estratégias de anúncios e por

Muitos trabalhos foram produzidos na historiografia a respeito dos livros e folhetos no Brasil e apontam que cada vez mais é preciso entender outros sentidos histórico nos impressos do passado. Sentidos que perpassam segundo Márcia Abreu, pela produção, autorização para circulação, impressão, comercialização, apropriações, representações e práticas de leituras³³⁰. São essas investigações que ampliam a compreensão dos vários trabalhos produzidos por sujeitos e por grupos integrantes de um campo literário.

Um dos sentidos possíveis para entender o universo de obras produzidas pelos literatos fundadores da APL é a existência das redações de jornais já mencionadas em capítulo anterior e também, pois como enfatizado muitos deles iniciaram o processo de consolidação de seu nome no campo literário por serem responsáveis pela escrita e edição de textos que versavam sobre vários assuntos, como o caso de Arthur Orlando, que foi redator chefe do *Diário de Pernambuco*; Carneiro Vilella que era redator e editou jornais como *América Ilustrada*, *O João Fernandes*, *Jornal da Tarde*; Athur Orlando e Alfredo de Carvalho que foram os responsáveis pela *Revista do Instituto Histórico Pernambucano*; Martins Junior que detinha a propriedade da *Revista do Norte*, entre tantos outros que estavam diretamente ligados ao processo de redação e impressão.

Outro sentido para entender a presença dessas obras no universo do livro e da leitura, bem como do campo literário que se consolidou no Recife é a compressão da existência de espaços que as comercializavam. Não se tinha um conjunto de livrarias na cidade, essa dinâmica começou a se modificar a partir da década de 1870. Diretamente associadas às tipografias, as livrarias e pequenos jornais e revistas surgiram no Recife no fim do Império. Além da

editar obras clássicas da cultura europeia, que alguns editores e impressores se tornaram visíveis neste circuito e garantiam a clientela, porém a ausência de registros e arquivos deixados por essas instituições torna-se difícil discorrer mais sobre o tema no que tange ao Recife.

³³⁰ Sobre os vários sentidos da pesquisa sobre livros e leitura no Brasil Cf. ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado das Letras/ São Paulo: Fapesp, 2003. Ainda no que tange a importância dos impressos no Brasil vale conferir a coletânea organizada por Aníbal Bragança e Márcia Abreu em 2010. Cf. BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: EdUnesp, 2010.

propaganda³³¹, relatos memorialísticos são de grande contribuição para conhecermos sobre a existências de livrarias. Mario Sette relata que:

Foi nesse “século das luzes” que se possibilitou a livraria no Recife. Talvez em balcões de diferentes destinos se vendesse a carta de abc ou a tabuada, quando não o folheto de rezas ou o almanaque, mas não era ainda a casa especializada. Ao que se afirma, a primeira foi a do Cardoso Aires, na Rua da Cadeia Velha, no bairro de São Frei Pedro Gonçalves. O dono da livraria viria a ser o pai de um jovem e erudito sacerdote, futuro bispo³³².

Como se pode ver, antes mesmo dos anos de 1870 não existiam livrarias no Recife de acordo com os moldes que conhecemos atualmente. O que havia eram balcões de lojas que comercializavam os textos e as cartilhas escolares, materiais que passavam pelas principais tipografias da cidade, que eram produzidos pelas próprias livrarias ou vinham de outros lugares na qual a atividade tipográfica era mais intensa como Rio de Janeiro e São Paulo.

Quando surgiram as primeiras livrarias no Recife, a relação humana era bastante próxima, o que favorecia saber quem era o cliente, os gostos literários, etc. Lucila Soares ao escrever sobre a Livraria José Olympio no Rio de Janeiro apresenta uma ideia dessa relação:

[...] num tempo – menos apressado que o de hoje – em que as livrarias eram muito mais do que lojas. Eram espaços de convívio, de bate-papo, de troca de ideias, em que se encontravam desde o estudante à procura do livro escolar até o bibliófilo à cata de uma raridade. O livreiro era conhecido pelo nome, sabia das preferências de cada um de seus clientes mais assíduos, muitos deles fregueses de cadernos. E seu estabelecimento fazia parte da vida da cidade³³³.

Sendo as livrarias integrantes da vida das cidades cabe destacar quais as principais livrarias que davam ocorrer o *footing* na cidade do Recife entre os anos iniciais da República e que também foram espaços de sociabilidade dos intelectuais que fundaram a APL.

A primeira que se tem informação nos diversos jornais foi a **Livraria Cardoso Aires**, na qual não se tem uma data precisa de sua criação, apenas

³³¹ As informações sobre a existência dessas livrarias foram retiradas dos anúncios de livraria e tipografias. As imagens dos anúncios serão apresentadas como anexo no final da tese.

³³² SETTE, Mário. **Arruar**: história pitoresca do Recife antigo. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p.335. Sette é um cronista do começo do século XX.

³³³ SOARES, Lucila. **Rua do Ouvidor 110**: uma história da Livraria José Olympio. Rio de Janeiro: José Olympio/FBN, 2006. p.15.

sabe-se que em 28 de janeiro de 1871 sofreu a perda de seus produtos com um incêndio ocorrido no prédio ao lado e que a atingiu. Localizava-se na Rua da Cadeia Velha e o dono desta livraria foi o Bispo Cardoso Aires. A loja ficava na parte térrea do sobrado em que morava a família Aires e vendia as histórias de Trancoso, o papel pautado, a folhinha religiosa, o livro de rezas, novenas marianas, envelopes e muitos outros itens para letrados e comerciantes. Alguns anos depois voltou a funcionar na Rua da Cruz (hoje Rua do Bom Jesus). Por volta de 1900 existiu outra livraria na mesma Rua da Cadeia (Hoje rua Marquês de Olinda), também de um velho Cardoso Aires. Nela se vendia: “a *Gramática Portuguesa*, *O Simão Mântua*, as *Guias das Câmaras Municipais e dos juízes de paz*, *O Bom Ricardo*, a 120 rs. o cento. Vendia-se também o periódico satírico *A Ponte da Boa Vista*”³³⁴.

Próximo a esta última estava a **Livraria Acadêmica**, na Rua do Imperador, que tinha a Faculdade de Direito próximo e vendia:

[...] penas de aço a 500rs. a caixa, papel para forrar salas a 2\$000 a peça, e obras do momento: O Manuscrito Materno, de Pérez Escrich, As Doidas de Paris, de Montepin, Eurico, de Herculano; A Judia, de Tomás Ribeiro; A Morgadinha dos Canaviais, de Julio Dinis e os volumes mais sugestivos de Julio Verne, Camilo, Dumas Pai, Pinheiro Chagas, do qual o Santa Isabel levava, com êxito de aplausos e lágrimas, a Morgadinha de Val-Flor³³⁵.

Ainda era possível encontrar muitas outras obras literárias como: O Primo Basílio, de Eça de Queiroz, Madame Bovary, de Flaubert, O Cortiço, de Aluísio de Azevedo e textos de língua francesa e alemã, afinal tratava-se de um reduto muito visitado pelos acadêmicos da Faculdade de Direito.

Na Rua do Imperador também existiu a **Livraria Popular**, que tinha por dono o Padre Inácio, esta teve certa visibilidade por estar sempre trazendo obras de ciência, Atlas da Guerra do Paraguai, Gramáticas e algumas obras raras.

Esta metia-se a obras de ciência, como o *Recueil des Lois*, de Lepec, o *Des Droits et des Obligations*, de Loius Ponget, e mais Platão, Plutarco, Marco Aurélio, “moralistas antigos”. Ponto de acadêmicos. Assinava-se por 30\$000, pagos adiantadamente, o “Atlas Histórico da Guerra do Paraguai, importante monumento das glórias nacionais que constará de 17 mapas formato Jesus, nitidamente gravados no

³³⁴ SETTE, Mario. **Arruar**: história pitoresca do Recife antigo. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p.336.

³³⁵ Idem. p.336.

Rio de Janeiro, devendo a publicação achar-se completa em julho de 1874”. A livraria do Padre Inácio, certamente austera nos seus balcões, gabava sua *Gramática Nacional* em versos, o que seria realmente um elemento magnífico nessa época do aprender de cor³³⁶.

Com o mesmo nome existiu a **Livraria Popular de Avelino Rodrigues Paiva**, localizada na Rua Estreita do Rosário, nº 8. Se definia como o principal centro literário do Recife e apresentava grande coleção de livros de literatura, artes, ciências, bem como executava assinatura de obras.

Outra livraria de grande importância foi a **Librairie Française**, na Rua do Crespo nº 09, esquina com a Rua do Imperador, em um prédio de estilo colonial. Esta livraria pertencia à firma Garraux e Lailhacar. Apostava ser uma livraria de luxo. Nos anos de 1890 passou a ser nomeada de *Livraria Franceza* e ficou sob a posse de João Valfredo de Medeiros, “que fora exaltado republicano e fizera parte do Conselho Municipal³³⁷”. E passou a funcionar na rua 1º de Março nº 09. Muitos faziam plantão para as palestras e esperavam os novos lançamentos que chegavam dos portos e eram destinados para a livraria. Além dos livros, esta loja comercializava charutos, diversos tipos de papeis, materiais para escritório ou simplesmente faziam dela um ponto de encontro para trocas de conversas corriqueiras e de muitos homens de letras do período. Era possuidora de um espaço para impressão em que anunciava uma tiragem de mil exemplares por hora. Nesta livraria o aparato tecnológico de impressão tornou-se diferencial para obter mais clientes.

Contemporânea à Livraria Francesa existiu a **Livraria Econômica ou do Nogueira**, liderada por Manoel Nogueira de Souza, que era cunhado de Martins Junior, líder do Partido Republicano de Pernambuco, um dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras e sócio do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Localizada na Rua Barão da Victória nº17, esta livraria era uma das principais a importar os livros de línguas estrangeira, principalmente o francês, e livros primários, e posteriormente passou a se especializar em livros de Direito como a *Moratória Geral* de autoria de Andrade Bezerra, dois volumes de *Direito Romano* de Neto Campelo e obras de cunho prosaico e poético como o *Passionário* de

³³⁶ Idem. p.337.

³³⁷ Idem. p. 338.

Theotônio Freire e *Horas de Leitura* de Alfredo de Carvalho, ambos fundadores da APL. Uma série de gramáticas, tabuadas a e manuais de aritmética sempre estavam a venda neste estabelecimento. Possuía também um aparato de impressão para jornais de modas, revistas literárias e romances por assinatura. Em sua propaganda lançada no Almanaque de Pernambuco de 1908 a Livraria Econômica se dizia a mais antiga do norte do Brasil, fundada em 1845, entretanto era pioneira no processo de venda de produtos como papel, penas, lápis e materiais comerciais para lojas e escritórios, porém como loja especializada em livros ela só despontou no final do século XIX e início do XX. Foi a Livraria do Nogueira, uma que provavelmente teve grande fluxo da presença de literatos. Como afirmou Mario Sette:

Ponto também de reunião dessas individualidades em destaque nas letras era a livraria do Nogueira, na qual os novos ousavam penetrar a pretexto de mirar as recentes edições de 3fr. e 50, entre as quais as novidades de Maupassant, de Daudet, de Leconte de Lille, de Baudelaire... os intelectuais ali. Habitualmente reunidos eram os membros da novel Academia Pernambucana de Letras ou do vestuto Instituto Arqueológico. Nenhum ponto de reunião mais cobiçado para os cultuadores da literatura do que essa Livraria Econômica ou do Nogueira, denominação provinda de seu proprietário, Manuel Nogueira de Sousa, livreiro de espírito e de bom gosto, cunhado de Martins Júnior, homem que tomava parte sempre nas tertúlias de sua casa. Ali invariavelmente, à tarde, encontravam-se e cavaqueavam os eminentes da época, alguns de dobrada eminência: nas letras e na política³³⁸.

A Livraria do Nogueira era o lugar para se saber das novidades e para se fazer visível, a livraria que congregou muitas discussões e que permitiu que o universo de polêmicas, leituras poéticas, encontros de literatos antes das apresentações do Teatro de Santa Izabel, saraus e comercialização de obras de muitos escritores pernambucanos acontecesse.

Outra livraria de destaque era a **Ramiro Costa**, também chamada de **Contemporânea**. Esta livraria que ficava na Rua Primeiro de Março, nº 02. Criada em 1888, anunciava ser especialista em livros primários, secundários, literaturas estrangeiras, ciências e artes. Muitos livros de orações, livros de sorte, folhetins e livros de guias para o estudante exemplar. Dirigida por Ramiro

³³⁸ SETTE, Mario, **Arruar**: História pitoresca do Recife antigo. Coleção Pernambucana. Recife: FUNDARPE, 1978. p.341.

C. Costa esta livraria vendia também instrumentos de música, objetos de presente, papéis diversos, acessórios, e adornos para sala. A existência dessa livraria, sob a administração de Ramiro Costa, se deu até o ano de 1912, quando passou a contar com sócios. A partir de então, uma série de sócios foram sendo inseridos e retirados no decorrer dos anos e o último registro que se tem dessa casa é do ano de 1998 sob a direção de Jacqueline Cardoso Ayres Ramiro Costa³³⁹.

De grande circulação dos homens de letras que fundaram a Academia Pernambucana de Letras existiu a **Livraria Silveira**. Localizada na Rua Primeiro de Março, nº 14 recebia um contingente de acadêmicos e literatos bastante significativo. Sua importância se dava em primeiro lugar por ter um quantitativo de livros de História, Direito, Artes, Romances, Religião e Ciências, em segundo lugar por estar situada próximo às redações de jornais e do centro comercial e por fim, como já referendado, por ter acolhido as reuniões, conferências e debates dos integrantes do *Grupo Cenáculo*, que integrava alguns dos fundadores da APL. Sobre o livreiro dono da Silveira destacou o acadêmico Phaelante da Camara tratar-se de um sujeito com “hábitos reitricos e quase monacaes”³⁴⁰.

A partir desse processo descritivo de tipografias e livrarias existentes na cidade do Recife, percebe-se que a circulação das obras dos membros da APL e as práticas de leitura desenvolvidas, provavelmente, se deram em circuitos não muito largos. Estiveram em sua grande parte nos centros de saber/poder, nas casas de famílias mais abastadas, em que moças e rapazes tinham acesso aos jornais, romances e livros de poemas; e que possivelmente o processo de circulação das obras de ficção dos escritores pernambucanos esteve restrito, de forma geral, aos seus pares integrantes das instituições que eram sócios ou frequentavam as reuniões, ou seja, não foram obras que atingiram o grande público.

³³⁹ Sobre a Livraria Ramiro Costa e as mudanças de sócios Cf. Processo de registro da empresa em sociedade na Junta Comercial de Pernambuco. Ramiro M. Costa e Filhos nº 54. 10 de abril de 1913. Caixa. 03.01.04.04.05.004. Acervo JUCEPE. Foram feitas buscas de outros estabelecimentos livrescos do período, porém nada foi encontrado na Junta Comercial de Pernambuco. O processo da Ramiro Costa só retrata questões de sociedade e porcentagens que cada um tinha enquanto sócio.

³⁴⁰ **A Cultura Acadêmica**. Recife: Imprensa Industrial. Maio-Junho de 1906. Anno II. Vol. II p. 187.

O estudo a respeito de livrarias no Brasil não é algo inédito, muitos trabalhos já foram elaborados e respondem sobre a importância de se historiar esses estabelecimentos não apenas como espaços comerciais, mas também como lugares de práticas de sociabilidade, debates literários, políticos e ideológicos³⁴¹. Neste sentido é importante pensar as livrarias do Recife na virada do século XIX para o XX como espaços na quais estavam presentes os acadêmicos da FDR, os sócios do Instituto Histórico, do Gabinete Português de Leitura e também perceber que eram espaços que contavam com a presença cotidiana dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras.

Infelizmente não foram encontrados registros desses estabelecimentos, como contratos, originais de textos dos escritores locais, recibos ou qualquer registro para além do que localizamos nos anúncios e propagandas que tais pontos comerciais faziam nos periódicos do período. Entretanto, acredita-se, a tomar pelo exemplo da Livraria do Silveira que outras também podem ter sido palco dos debates literários. Mas saber da existência dessas livrarias já indica a necessidade de se ampliar mais as pesquisas e a produção de trabalhos a respeito delas.

A cartografia apresentada dessas obras de ficção de nove homens de letras recifenses possibilitou, mesmo que pelo exercício de redução da escala de observação enxergar uma parcela do que se produzia no Recife e como essa prática de escrita, impressão e circulação de textos tornava legítimo o campo literário existente na cidade e se mostra indiciária da existência do universo de bibliotecas privadas, tema ainda por ser estudado, em torno fundadores da Academia Pernambucana de Letras.

Entende-se que o número é bastante expressivo de obras dos escritores que fundaram a APL e por isso buscou-se realizar um recorte dessa produção

³⁴¹ Cf. BRAGANÇA, Aníbal. **Livraria Ideal**: do cordel à bibliofilia. Niterói: EdUFF, 1999; DELGADO, Márcia Cristina. **Cartografia sentimental de sebos e livros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999; SOARES, Lucila. **Rua do Ouvidor 110**: uma história da Livraria José Olympio. Rio de Janeiro: BN/ José Olympio Editora. 2006. A historiadora Ângela Grillo em sua tese de doutoramento também elaborou uma análise da existência de livrarias que imprimiam e comercializavam os folhetos de cordel no início do século XX. Cf. GRILLO, Maria Ângela de Faria. **A Arte do Povo**: histórias na literatura de cordel. (1900-1940) (tese de doutorado em História) Niterói: PPGH-UFF, 2005.

para analisar de forma mais esmerada apenas os romances encontrados, entre eles: *A Emparedada da Rua Nova*, *Regina*, *Passionário* e *Morbus*, que tem respectivamente por autores: Carneiro Vilella, Theotonio Freire e Faria Neves Sobrinho.

CAPÍTULO 7

OS ROMANCES IMORTALIZADOS DOS FUNDADORES DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS

“O romance, numa palavra, é o espelho do mundo”.

Peter Gay.

O historiador trabalha com os vestígios de um tempo que mantém aproximação com o presente. Sua inquietude atual o faz escarafunchar arquivos e montar um cenário do passado que justifique presenças ou ausências no seu cotidiano. Ele executa um trabalho analítico, em que se faz necessário fazer surgir muitas vezes a parte obscura de nós mesmos, ou as glórias históricas, tão comum nas narrativas heroicas. O passado em lampejos³⁴², emergido das fontes é a matéria prima deste profissional. Mas, que lampejos, que questão motivou pensar esse capítulo? Como ele se conecta ao campo literário existente na cidade do Recife na transição do século XIX para o XX?

Além dos espaços de sociabilidade, a produção literária pode ser considerada como os lampejos que possibilitaram existir a literatura fabricante de uma imortalidade dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras e que já foram apresentadas no decorrer desta tese. Mas o que se salvou dessa literatura fabricada pelos integrantes da APL? Que obras se tornaram acessíveis ao leitor contemporâneo?

Após muitos anos de ostracismo editorial algumas dessas obras voltaram a circular. No ano de 2005, uma coleção intitulada: *Os velhos mestres do romance pernambucano* foi organizada como projeto do escritor Lucilo Varejão Filho com o intuito de “colocar ao alcance da população (escritores,

³⁴² Sobre a ideia de trabalhar fontes como lampejos Cf. BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. vol.1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

professores, estudantes e público em geral) obras até agora adstritas à fruição de alguns poucos conhecedores desse Patrimônio Cultural”³⁴³.

As obras que compuseram essa coleção tiveram como ponto de partida a produção dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras, em especial os romances. Dessa coleção, quatro obras mantêm uma relação direta com o campo literário do Recife da virada de séculos XIX para o XX: *A Emparedada da Rua Nova*, *Passionário*, *Regina* e *Morbus*. Todos esses textos foram expressões significativas da literatura feita outrora em Pernambuco.

A escolha pelos romances deve-se, não apenas ao fato de terem sido reeditados no século XXI, mas por também entender que o romance é o gênero por excelência do Realismo/Naturalismo, correntes que foram muito presentes no período. Ao propor uma dimensão universal da narrativa, Roland Barthes convida o pesquisador a se debruçar sobre as várias narrativas existentes em diversos lugares e a realizar uma análise estrutural delas. Barthes advoga que:

[...] a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas, e frequentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, e mesmo opostas; a narrativa ridiculariza a boa e a má literatura: internacional, trans-histórica, trans-cultural; a narrativa está aí, como a vida³⁴⁴.

Se uma das formas narrativas é o romance, tentar enxergar a realidade do período em tela se faz significativo para o historiador, pois ele possui uma historicidade e esteve diretamente associado aos relatos sobre o homem comum e a uma forma de elencar elementos simbólicos de um determinado grupo social. Na prática os romances são descrições densas de uma história que envolvem: enredo, personagens, tempo, espaço e um ponto de vista do autor; é também uma forma narrativa, sem pretensões de verdade histórica, que tem bases no medievo, em especial no romance de cavalaria e possibilita a sintonia fina com o passado. É um gênero que modificou o sistema de uma

³⁴³ Texto de apresentação da coleção organizada por FILHO, Lucilo Varejão. Os velhos Mestres do Romance Pernambucano. FREIRE, Theotonio. **Passionário e Regina**. 2ª ed. vol.1 Recife: Ed. do organizador, 2005.

³⁴⁴ BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland. [et al] **Análise Estrutural da Narrativa**. 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p.19

tradição literária que prezava pelas epopeias e hagiografias³⁴⁵. De acordo com Ian Watt:

O romance é a forma literária que reflete mais plenamente essa reorientação individualista e inovadora. As formas literárias anteriores refletiam a tendência geral de suas culturas a conformarem-se à prática tradicional do principal teste de verdade: os enredos da epopeia clássica renascentista, por exemplo, baseavam-se na História ou na fábula e avaliavam-se os méritos do tratamento dado pelo autor segundo uma concepção de decoro derivada dos modelos aceitos no gênero. O primeiro grande desafio desse tradicionalismo partiu do romance, cujo critério fundamental era a fidelidade à experiência individual – a qual é sempre única e, portanto, nova. Assim o romance é o veículo literário lógico de uma cultura que, nos últimos séculos, conferiu um valor sem precedentes à originalidade, à novidade³⁴⁶.

Para Mikhail Bakhtin, pelo caráter retórico do romance, é possível perceber que o texto se torna um ato intencional e de intervenção da realidade, afinal o que é selecionado para ser escrito, dito ou ocultado depende da autonomia dos escritores, ou seja, a criação é uma menção às relações vividas, formadores de uma subjetividade e de como são repostas na sociedade. Nesta perspectiva, no início do século XIX, este gênero ganhou várias feições em detrimento das correntes literárias que surgiram e ascendeu de forma meteórica a partir do Romantismo, do Realismo e do Naturalismo³⁴⁷.

Ainda no que tange a pensar a interação entre autor-realidade na construção dos romances no século XIX, vale citar Michel Foucault quando este advoga que as práticas discursivas não são puras, pois elas estão incorporadas nos “processos técnicos, nas instituições, nos padrões de comportamento, nas formas de transmissão e difusão e em formas pedagógicas que, de uma maneira ou outra, as impõem e as mantêm³⁴⁸”.

A produção dos textos de ficção dos membros fundadores da APL se deram nas mais diversas áreas e gêneros, porém no campo da ficção podem ser compreendidos a partir das características que receberam. A partir desse

³⁴⁵ Sobre as definições dadas aos gêneros literários Cf. SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989.

³⁴⁶ WATT, Ian. **A Ascensão do Romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp-14-15.

³⁴⁷ BAKHTIN, Mikail. **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. São Paulo: ED.UNESP, 1998.

³⁴⁸ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2006. p.09.

material objetiva-se neste capítulo final conhecer esses romances, saber de quais as correntes literárias se aproximam e identificar que temas são recorrentes nas narrativas³⁴⁹.

7.1 Quatro romances que resistiram ao tempo

Afrânio Coutinho quando se referiu ao final do século XIX enfatizou que esse período foi o tempo do materialismo e assinala:

Essa era do materialismo (1870-1900) foi uma continuação do iluminismo e do enciclopedismo do século XVIII e da Revolução, acreditou no progresso indefinido e no ascensional e no desenvolvimento constante da civilização mecânica e industrial. (...) A ciência, o espírito de observação e de rigor, forneciam os padrões do pensamento e do estilo de vida, desde que se julgava que todos os fenômenos eram explicáveis em termos de matéria e energia, e eram governados por leis matemáticas e mecânicas. (...) A biologia, com a teoria determinista, e sua promessa de melhoria de saúde e raça, conquistou uma voga dominadora. Problemas de hereditariedade, de embriologia, de estrutura celular, de bacteriologia, seduziram os espíritos. O darwinismo, a evolução e a doutrina da seleção natural imprimiram direção às pesquisas não somente da biologia, mas também da psicologia, e das ciências sociais³⁵⁰.

A literatura não passou incólume a essa Era do Materialismo. Muito do que foi produzido, em termos de romance, pelos literatos de Pernambuco apresentou esses elementos científicos. Sabe-se que a cronologia guia o historiador, mas nem sempre o literato segue o mesmo percurso. Os romances que foram reeditados em 2005, apresentaram histórias que se aproximaram da realidade do século XIX, demonstram uma carga de influência estética adotada de escolas literárias europeias e tiveram temas que foram muito característicos da história do país e até mesmo da história de Pernambuco. A seguir foram descritos os quatro romances reeditados no século XXI que merecem análises.

³⁴⁹ . A não escolha pela poesia deu-se pelo fato de que as correntes literárias parnasianismo e simbolismo, fortes no período, não são as mais expressivas para perceber uma aproximação com a realidade. Um trabalho que desenvolveu análises da poesia simbolista feita em Pernambuco foi desenvolvido sob a organização de Fábio Andrade. Cf. ANDRADE, Fábio (Org.) **O Fauno nos Trópicos**: um panorama da poesia decadente e simbolista em Pernambuco. Recife: CEPE, 2014.

³⁵⁰ COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1976. p.182.

O primeiro romance a ser apresentado trata-se de *As tragédias do Recife - A Emparedada da Rua Nova*, de autoria de Joaquim Maria Carneiro Vilella, publicado em forma de livro no ano de 1886. Retrata em sua narrativa a história de um pai furioso com a desonra da família e que empareda a filha viva, por ter engravidado de um amante sem escrúpulos. A história tem por protagonistas: Leandro Dantas, um sujeito sem escrúpulos e sedutor ao estilo Dom Juan, Jaime Favais, um grande comerciante do Recife, Clotilde e Josefina, respectivamente esposa e filha de Jaime. Esses e outros personagens são apresentados no texto em meio a uma descrição densa dos espaços da cidade e dos arrabaldes.

O exercício de Vilella de descrever ruas, praças, igrejas, chafariz, becos, porto, lojas, viveiros e objetos como que num trabalho de detetive e mnemônico nos remete a um vôo imagético, a uma compressão do tempo e a uma viagem também ao universo íntimo dos personagens aos moldes analíticos de Bachelard³⁵¹ e de uma memória afetiva como defende Proust³⁵². Pautado na estética realista, pode-se categorizar o texto como romance-tese³⁵³, uma vez que questões científicas do período, em especial a influência das ideias evolucionistas, em que o meio influencia o homem, a narrativa foi elaborada e buscava-se ao descrever os espaços e personagens dar um caráter de verossimilhança e comoção social dos leitores.

Dividida em três partes e mais de 400 páginas: o cadáver de Suaçuna, O segredo de família e Epílogo- as vítimas do amor, a história apresenta uma descrição de envolvimento de Clotilde, Josefina e Celeste, esta última amiga de Josefina, com Leandro Dantas, que é morto de forma brutal a mando do comerciante Jamie Favais. O personagem que consegue encontrar a trama do assassinato de Leandro Dantas e identificar as reais causas da morte é Jereba, amigo do Don Juan.

A narrativa finda com o desvendar do assassinato de Leandro, o emparedamento de Clotilde, a loucura de Josefina a fuga de Favais para a

³⁵¹ BACHELARD, Gaston. **A poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

³⁵² DELEUZE, Gilles. **Proust e os Signos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

³⁵³ Sobre a ideia de romance-tese ver MAUSSAD, Moisés. **História da literatura brasileira: realismo e simbolismo**. vol II. São Paulo: Cultrix, 2009.

Europa. Mas, o que fica nítido é a realidade misógina em que viviam as mulheres no Recife da virada de séculos. Essa postura por sinal se fez presente em praticamente todos os textos de Vilella, uma vez que as personagens femininas eram moralizadas, tinham seus corpos punidos pelas transgressões e desonras que cometiam contra os homens e contra os costumes sociais³⁵⁴.

O segundo romance foi *Passionário* de autoria de Manuel Theotônio Freire. Publicado em 1897, narra a história de Arthur, um jovem de classe abastada, que em noite chuvosa, fria e silente caminha por várias ruas a procura de Lúcia, “admirável tipo de mulher morena sugestivamente descrita em sua beleza física, mas criatura admirável sobretudo porque, apesar de viver mergulhada numa área de pobreza e conformismo, tem as suas aspirações³⁵⁵”, conquistar um lar e a profissão de costureira. Entretanto, Lucia precisa lutar contra os assédios dos rapazes que buscam apenas a fruição da carne, inclusive resistir a Artur, mesmo sendo apaixonada por ele.

A partir de descrições densas sobre a cidade do Recife, o leitor percorre becos e ruas sombrias, repletos de insalubridade, de personagens que transitam entre um espaço burguês e o espaço da pobreza e da criminalidade. O autor apresenta a trama em que Artur, protagonista, fracassa nas tentativas de seduzir Lúcia e se entrega aos vícios do jogo, endivida-se, perde o interesse pelos estudos na Faculdade de Direito do Recife e chega a um estado de doença cuja acolhida e salvação será dada por Lúcia, que passou a cuidar do jovem. Após todo o processo de cura a trama encerra com a moralização do personagem que reconhece a mulher correta que era Lucia e casam-se. *Passionário* é na verdade o relicário de um amor, que exigirá do personagem principal a luta para vencer e quebrar barreiras do preconceito social existente no período, cujo envolvimento de pessoas de classes distintas era visto com maus olhos pela sociedade.

³⁵⁴ Sobre a imagem da mulher no romance de Vilella ver. ALBUQUERQUE, Tereza Cristina Lopes de. **A Emparedada da Rua Nova e outras histórias**: práticas e representações da mulher na cidade do Recife (1870-1909). Dissertação de mestrado em História. Recife: PPGH/UFRPE, 2014.

³⁵⁵ FILHO, Lucilo Varejão. *Passionário ou o resgate, pela paixão, de um preconceito amoroso*. In: FREIRE, Theotônio. **Passionário; Regina**. 2ª ed. Recife: Ed. do Organizador. 2005. p.10.

O terceiro romance foi *Morbus*: romance patológico de Joaquim José de Faria Neves Sobrinho, publicado em 1898, contando com 632 páginas, editado e impresso pela Lammert & Cia Editores (Rio de Janeiro/ Recife). Trata-se de uma história de vícios e obsessões passadas de geração em geração. Pai, Filho e Neto formam o eixo de protagonistas do romance, cuja degeneração, depressão, doenças e uma patologia mórbida se fazem características constituintes da trama.

O texto inicia retratando a vida de Gregório Nogueira um comerciante de vinho português que após uma vida de fartura, passa conviver com dores e doenças e chega a morte. Ele deixa um filho, Sebastião Nogueira os cuidados da família, mas este também possuía uma tendência para dores, vícios, fraquezas, neuroses e a mesma morbidez do pai. Sebastião casa-se com D. Mência, mulher franzina de organismo fraco, anêmica e de espírito tumultuado, anos depois nasceu o filho do casal, Bernardo Nogueira. Com a crise nos negócios no Porto, transferiram-se para o Brasil e chegando ao Recife Sebastião implantou um estabelecimento comercial no Aterro da Boa Vista, mas logo se envolve com homens atávicos, entregues a jogatina e aos vícios.

O foco maior da narrativa é o sofrimento de Bernardo Nogueira, jovem que experiência as punições do pai e a proteção da mãe, que também se entrega ao estado de desanimo e de fraqueza de alma. Quando criança era bastante mimado pela mãe e criado sobre crendices, fanatismos e superstições. Cedo foi encaminhado para estudar na escola do professor Simplício, na Rua do Aragão, ponto distante do Aterro. Na escola sofreu muitas punições por parte do professor, recebia castigos dos colegas e quando chegava em casa com as reclamações da direção escolar, também sofria as consequências do que o pai sempre entendia como peraltices.

Bernardo cresce e desenvolve um desejo de entrar para o seminário e se tornar padre, mas o pai o proíbe e impõe que o rumo do filho seria adentrar nos bancos da Faculdade de Direito do Recife, se tornar doutor e assumir cargos públicos. Bernardo vive o conflito de não realizar o desejo e após muitas crises nervosas e aconselhamentos com o padre amigo da família ingressa na

Faculdade. Ainda durante o curso assume cargos públicos e durante esse período vê a decadência e degeneração dos pais. Os anos se passam Bernardo vive crises nervosas mais intensas e passa a ter os mesmos comportamentos neuróticos e obsessivos dos seus genitores que acabam por levá-lo a morte.

Aproximando-se da linha de raciocínio de romance anterior, o quarto livro é *Regina*, tendo por autor Manuel Theotônio Freire e publicado em 1899. Versa sobre Regina moça oriunda de família de posses, de uma beleza estonteante, mas que vai se encantar com o os costumes masculinos e contrariar posturas sociais. Regina frequenta salões literários, discute sobre a literatura francesa, anda nas ruas sem a companhia masculina, perder-se nos braços de um primo que a leva. Filha do banqueiro Henrique Almeida, perde sua mãe ainda criança e segue para o Recife junto com o pai, atendendo aos seus caprichos. O pai implanta negócios na cidade e vai ter o apoio do sobrinho Horácio Leal, sujeito por quem Regina se apaixona e quem se torna o responsável pela *débâcle* familiar.

A trama conta também com o amor declarado de Raul de Castro, um bacharel em Direito que clama pelo amor de Regina, mas ela o menospreza em detrimento da paixão que sente pelo primo. Entretanto, Horácio Leal leva o tio banqueiro à falência e enriquece às custas das falcatruas que executou. O tio adoece e vem a óbito. Regina crente que se casaria com o primo recebe o abandono do mesmo e é acometida por doenças que degeneram a sua beleza estonteante. A protagonista entrega-se aos vícios, contrai mais doenças, mas agora vivendo na pobreza busca como última salvação para seus males seduzir Raul de Castro que também a despreza.

Regina é moldada na mesma forma das grandes heroínas fracassadas do romance realista, a exemplo da sacerdotisa de Tanit, do romance *Salambô* de Gustave Flaubert³⁵⁶. Theotônio Freire não conta uma história de sucesso aos moldes dos contos de fadas, exatamente para desnudar as questões

³⁵⁶ Cf. FLAUBERT, Gustave. **Salambô**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2005.

morais que envolviam a figura da mulher no final do século XIX demarcando assim a sociedade misógina existente.

De quais correntes literárias esses romances se aproximam? Acredita-se que não foram escritos pelo simples ato de inspiração dos autores e sim que elas se conectam a um tempo em que certas características literárias eram aceitas no campo literário.

7.2 O Realismo/Naturalismo e os efeitos de realidade compondo as bases dos romances pernambucanos

A virada dos séculos XIX para o XX gestou trabalhos que se consagraram na Literatura por ter uma aproximação com a realidade³⁵⁷. A partir da ideia de descrição de um tempo, do dissecar comportamentos psicológicos, do fazer o leitor voltar ao tempo por meio do detalhe e do universo social explicado à luz do conhecimento científico surgiram escolas literárias. Essas ideias foram a base dos romances realistas/naturalistas, correntes literárias que apresentam características muito próximas no que tange à composição da narrativa e que muitas vezes tende a confundir o leitor. Domício Proença Filho ao citar José Carlos Lisboa e Afrânio Coutinho diz que: “o Realismo tende para uma visão biológica do homem; o Naturalismo encaminha-se para uma visão patológica³⁵⁸”. Essas correntes foram uma oposição a idealização romântica.

Dante Tringali afirma existir dois tipos de realismo: gnosiológico e ontológico. No primeiro o conhecimento é reflexo do real, espelha o objeto; já o segundo discute o modo de existir do objeto. Para o autor, o realismo literário é proveniente do movimento de pintura que se iniciou com G. Coubert (1819-1877) que expôs uma série de quadros cujo nome atribuído à exposição foi Realismo³⁵⁹.

³⁵⁷ Exemplos são os romances: *Moby Dick*, *Ilusões Perdidas*, *Os miseráveis*, *No Caminho de Swan*, *Madame Bovary*, *A Casa Sombria*, *Oliwer Twist*, *Salambô*, *Crime e Castigo*, *Memória da Casa dos Mortos*.

³⁵⁸ FILHO, Domício Proença. **Estilos de Época na Literatura**. 20 ed. São Paulo: Prumo, 2012. p.212.

³⁵⁹ TRINGALI, Dante. **Escolas Literárias**. São Paulo: Musa Editora, 1994.

Para usar a expressão de G. Lukacs “a arte ou é realista ou não é arte³⁶⁰”. Sendo assim, por se tratar de uma forma de expressão artística a literatura realista/naturalista pode ser interpretada como representação do real vivido e o que compõe a base de análise do escritor realista/naturalista é a observação dos acontecimentos diários, é o que se pode chamar do ato de compor o romance documental e experimental, em que exprimir o mais humano dos seres e dissecar espaços, personalidades e tecer críticas sociais se faz estrutural em toda narrativa. Mas quais as principais características dos romances realistas/naturalistas? Pode-se afirmar que os quatro romances escolhidos, sobreviventes do tempo, se enquadram nessas correntes literárias?

A primeira pergunta pode ser respondida ao ter noção de que a fronteira entre Realismo e Naturalismo é muito tênue. Mas cada corrente literária tem nortes que permitem alocar os romances nelas. O Realismo em tese tem como eixos estruturais a procura por apresentar a verdade, o retrato fiel dos personagens, sinaliza uma objetividade nos fatos, fornece interpretações da vida, retrata o contemporâneo, a narrativa move-se lentamente para dar efeito de sequência do cotidiano e descreve impressões sensíveis da realidade. Já o Naturalismo apresenta todas essas características do Realismo, porém acresce a ideia de homem observado com os olhos científicos, indica-se enquanto narrativa experimental, descreve os aspectos fisiológicos e patológicos dos homens, condiciona os sujeitos ao meio social na qual vivem e cada indivíduo torna-se cabível se ser um estudo de caso.

Em trabalho cuja análise literária permite a compreensão de um tempo histórico, Robert Schwarcz indica que não é possível transportar os mesmos modelos dessas escolas literárias para o Brasil. Este autor entende que o perceptível nas obras literárias do período são os efeitos de realidade e as descrições de cunho naturalista³⁶¹. Neste sentido, o uso das expressões Realismo/Naturalismo é feito para apontar tais efeitos.

Se essas características estão presentes no decorrer das tramas, é porque a influência do Realismo/Naturalismo se fez presente nas práticas de

³⁶⁰ Cf. LUKACS, G. **Marxismo e Teoria da Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

³⁶¹ Cf. SCHWARCZ, Robert. **Ao Vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Livraria Duas Cidades. Editora 34. 2000.

leituras e escrita dos autores brasileiros e por ter ganhado amplitude na virada de séculos, afinal muitos passaram a registrar a constituição biológica do homem, a influência do meio e da organização social nos comportamentos adotados, além de identificar que a extensão de ideias científicas do século XIX se evidenciou nessa literatura.

É possível enquadrar esses romances nos efeitos do realismo e do naturalismo, ao se tomar as descrições da cidade e dos personagens de cada texto como exemplo, mas vale destacar que os exemplos podem ser tomados como uma metonímia. Em certa medida, essas descrições se tornam um fator de características que se assemelham e se diferenciam em cada escritor.

Nos quatro romances a cidade é decalcada como a urbe que vivia com os velhos armazéns do cais, com o cheiro lodoso do Rio Capibaribe, que para ser sinônimo de progresso precisava fazer melhorias nas suas pontes, construir arcos, se encher de trilhos de bondes, de postes com iluminação de candeeiro a gás. Era o espaço que precisava transformar as casas em sobrados vastos e arejados, ações que se mostravam como sinônimo de progresso e combate às regiões insalubres e perigosas. Assim descreve Theotônio Freire a caminhada do protagonista do romance *Regina*:

Do outro lado, o Cais do Apolo, silencioso e noturno como um local de emboscadas e crimes. Casas desiguais, reentrantes umas, outras salientes; embocaduras de becos e ruas transversais, abrindo-se hiantes, como afluentes a despejar-se num rio. Andou pelo cais, até o Arco da Conceição. No alto, a lâmpada tremeluzia, baça e macilenta, defronto do altar da Virgem; para baixo, a Rua Marquês de Olinda estendia-se quase reta, estreitando-se pela visão ótica, esbarrando-se nas paredes posteriores da Igreja do Corpo Santo. Ao outro lado, a escadinha, gameleiras a farfalhar, chão escorregadio pelo melaço; armazéns fechados, rescendendo o cheiro acre de bacalhau, à esquerda; e à direita, os da Alfândega. Dirigiu-se pela Ponte Sete de Setembro³⁶².

Faria Neves Sobrinho em seu romance *Morbus: romance patológico* também apresentou uma descrição da cidade do Recife, como insalubre, velha, sem regras arquitetônicas:

Apenas chegado ao Recife, Sebastião Nogueira deliberou morar no bairro da Boa Vista, comprando para tal fim um sobrado no Aterro. O Aterro era um dos sítios mais populosos do bairro, ponto comercial,

³⁶² FREIRE, Theotônio. **Regina**. 2ª edição. Recife: Ed. Do Organizador. 2005, pp.216-217.

cheio de casas térreas com biqueiras em telhados salientes e de sobrados esguios, construídos ao gosto arbitrário dos senhores, sem o mínimo respeito às regras arquitetônicas e estéticas. Local um tanto insalubre: pântanos cobertos de mangues verdes cercavam-no por um lado. Do outro, largo e tranquilo, o Capibaribe espelhava-se em suas águas mansas e claras as palmas farfalhantes e trêmulas dos coqueiros altos crescidos nas margens³⁶³.

As mesmas características aparecem nos romances *A Emparedada da Rua Nova* e *Passionário*. Isso aproxima os escritores na escolha pelo desenho de uma cidade que deveria ser lida aos moldes do que propunha a ciência determinista, higiênica, salubre, ou seja dentro dos indicativos do Naturalismo.

Quanto à apresentação das personagens são feitas descrições extensas de suas características, associação a fatores genéticos e hereditários, acentuada propensão a degeneração, vulnerabilidade às doenças e com exceção de *Passionário* os outros três romances terminam em tragédias fatais para os protagonistas. Mas em todos os textos os personagens dissecados para explicar a fragmentação de valores sociais como honra, fidelidade conjugal e separação de classes sociais. O historiador Peter Gay em *Represálias Selvagens* afirma que:

O romance realista é tão rico em implicações abrangentes precisamente porque apresenta seus personagens por meio de seus passos através do tempo e do espaço como se fossem pessoas reais crescendo num microcosmo de sua cultura e da história dessa cultura. Trata os indivíduos solidamente ancorados em seu mundo, neste mundo³⁶⁴.

Em *Passionário* a protagonista é descrita nitidamente como de condição social inferior a Artur, que a via distinta: “A Lúcia, pela sua inferioridade social, não realizava o seu ideal, perfeito e acabado, do anjo do lar, como sua mãe o fora. Era pobre, de pais obscuros, sem educação aprimorada de maneiras nobres³⁶⁵”.

Em *A Emparedada da Rua Nova* o personagem de Leandro Dantas, uma espécie de Dom Juan:

Com efeito! Era ele um belo mancebo, na acepção mais lata da palavra. O seu todo – cabeça e corpo – poderia servir de modelo e de espécimen da raça verdadeiramente brasileira, - dessa raça nova e única que é o produto etnográfico das três outras, que povoaram o

³⁶³ SOBRINHO, Faria Neves. **Morbus**: romance patológico. Recife: Ed. Do organizador, 2005. p.35.

³⁶⁴ GAY, Peter. **Represálias Selvagens**: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 16.

³⁶⁵ FREIRE, Theotônio. **Passionário**. 2ª edição. Recife: Ed. Do Organizador. 2005, p.39.

nosso solo: a raça europeia, a tupi e a africana. Ao vê-lo, conhecia-se logo que girava em suas veias o sangue dessa três raças e que nele se fundiam as três naturezas correspondentes. Devia ter a inteligência do europeu, a indolência do americano e impetuosidade dos filhos desertos da África³⁶⁶.

Percebe-se claramente nestas descrições uma referência ao conhecimento do saber científico, determinista evolucionista, racial que circulou no período cujas obras foram produzidas.

Outra descrição que se bem detalhada é a do protagonista do romance *Morbus*, Bernardo Nogueira.

“Bernardo ao passo que avançava em idade, crescendo, mais e mais tornava-se esguio, de ombros estreitos, descarnado como um tísico. Haviam-se-lhe de tal modo perpendicularizado as orelhas, que formavam ângulos retos com as faces brancas, sem sangue. Um ar de velhice desconsolada e triste ressaltava de seus grandes olhos de veludo negro, sublinhados de olheiras. Sobravam, portanto, títulos justificados do apelido de guenzo³⁶⁷”.

Nota-se, que a descrição quase de um ser fúnebre, com péssima aparência física de Bernardo, possibilita alocar numa característica típica dos romances cientificista naturalistas³⁶⁸. Como destacou a historiadora Isabel Guillen ao retratar sobre a literatura da virada de séculos:

[...] o que a literatura retrata busca o estatuto da ciência, pretendendo estampar o real, não se conformando com o papel da ficção. Às vezes, personagens e enredos são abandonados para que o autor possa discorrer sobre a situação da região, transmutando-se o livro de romance a ensaio. Na tradição do realismo, essa literatura busca

³⁶⁶ VILELLA, Carneiro. **A Emparedada da Rua Nova**. 3ª ed. Recife: FUNDARPE, 1984. p.238.

³⁶⁷ SOBRINHO, Faria Neves. **Morbus**: romance patológico. 2ª ed. Recife: Ed. Do Organizador. 2005. pp-66-67.

³⁶⁸ Os textos de cunho naturalista tiveram suas primeiras experiências intensificadas a partir do romance de Émile Zolá. ZOLÁ, Émile. **Le Roman Experimental**. Paris: Garnier-Flamarion, 1971. Hypollite Taine ao elaborar críticas ao tema do naturalismo reduziu a interpretação da obra de arte a lógica do meio social, raça, e outros fatores que sejam determinantes do tempo que foram produzidas. Cf. TAINE, H. **Histoire de La littérature anglaise**. Paris: S.E, 1923. Segundo Moisés Massaud “é simplesmente o processo verbal da experiência, que o romancista repete sob os olhos do público. Em suma, toda a operação consiste em tomar os fatos da natureza, e a seguir estudar-lhes o mecanismo, que age sobre eles pelas modificações das circunstâncias e dos meios sem jamais se afastar das leis da natureza. No fim processa-se o conhecimento científico, na sua ação individual e social”. Cf. MASSAUD, Moisés. **História da Literatura Brasileira**: Realismo e Simbolismo. Vol. II. São Paulo: Cultrix, 2009. p. 16. Vale destacar também que existe um trabalho do pesquisador Vamireh Chacon a respeito de Faria Neves e como sua produção foi importante para entender a produção deste literato. Chacon também categoriza Faria Neves Sobrinho como ficcionista de cunho científico, naturalista. Ver. CHACON, Vamireh. **Faria Neves Sobrinho ou a consciência de província**. Recife: FUNDARPE, 1986.

ser fidedigna como uma história, trazendo na ficção um viés de objetividade³⁶⁹.

Assim, nesses romances o destino dos personagens se antecipa pelos comportamentos que passam a ser conflitantes com o que se é aceito socialmente. Como já foi visto a descrição aproximada da realidade, o fracasso e a degeneração de muitos protagonistas se tornam condição *sine qua non* dos enredos, mas fundamental também se faz perceber nos romances dos escritores que compuseram o campo literário os temas que se tornaram destaque no decorrer das narrativas.

7.3 Temas e representações sociais nos romances pernambucanos.

Peter Gay informa que no romance realista o escritor realiza saltos acrobáticos com a realidade, mexe com os personagens de forma fatal, executa uma alquimia com o cotidiano, faz com que os personagens se conformem com sua trajetória. Ele enfatiza que:

O romance realista corta o mundo em pedaços e mota-o de novo de formas distintas. A sua realidade é estilizada – forçada e torcida – para servir às exigências do enredo e do desenvolvimento de personagens criados pelo autor. Mesmo quando os romancistas recorrem deliberadamente a truques fáceis e preguiçosos como o longo braço da coincidência e o *deus ex machina* que tudo resolve, eles professam ser autêntico o mundo que estão construindo³⁷⁰.

É assim, que os temas se tornam recorrentes nas narrativas e passam a fazer cenário para as ações dos personagens. Nos romances pernambucanos, que tiveram efeitos de realidade e de naturalismo, vale destacar, que três temas aparecem de forma bastante repetitiva nos romances e foram destacados neste capítulo: 1- crise dos costumes morais da sociedade e da mulher, 2- o processo de modernização do Recife e 3- o perfil dos homens de letras na virada dos séculos.

³⁶⁹ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da Selva**: histórias da migração nordestina para a Amazônia. Recife: Editora UFPE, 2006. p. 65. No primeiro capítulo do livro a historiadora utiliza referências como Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Francisco Galvão, Rodolpho Thephilo e mostra como a literatura elaborou representações sobre a migração nordestina e a vida nos seringais na Amazônia.

³⁷⁰ GAY, Peter. **Represálias Selvagens**: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 14.

Moralizar os costumes, sempre criticando a figura da mulher foi um tema recorrente nesses romances, o que nos possibilita perceber as representações da mulher e das relações de gênero representadas pelos sujeitos que compuseram o campo literário recifense do final do século XIX e início do XX³⁷¹. É possível notar como as mulheres mesmo circulando eram cercadas pelos homens, tanto familiares quanto sujeitos que as cortejavam, seja para interesses de casamento ou para desonrá-las. O fluxo de mulheres nos espaços públicos e privados, presentes na cidade existia de forma intensa e ao contrário do que muitos pensam, as mulheres tinham uma mobilidade, tramavam, desenvolviam suas artes de ser e de fazer no cotidiano da cidade, caminhavam também rumo à nação que tinham como objetivo o progresso das relações sociais.

Se pertencentes a um grupo mais endinheirado, realizavam passeios públicos, faziam tocaias nas janelas para ver os namorados, queriam prestigiar espetáculos teatrais, festas religiosas e apresentavam desejos inesperados de se confessarem nas igrejas para poder ver os amados. A presença de mulheres também se dava no comércio, seja como donas de lojas de perfumes, como modista, mas também estava presente meio do baixo meretrício. Os literatos procuraram retratar esses perfis sociais em seus textos. No romance *Passionário* de Theotonio Freire, a protagonista, Lúcia, busca outros espaços de trabalho para melhorar sua condição social:

Assentara definitivamente mudar-se da Rua Azul, e no dia imediato fora à procura de casa, instalando-se na mesma tarde em uma que encontrara vazia, à Rua da Concórdia, e cuja chave obtivera. (...) Assim tomava a sua vida outra direção; com umas pequenas economias comprou meia mobília de junco para a sala da frente, certos arranjos para o interior da casa e uma vez instalada, despediu-se da casa de modas, onde trabalhava e dirigiu-se às suas freguesias

³⁷¹ Sobre as relações de gênero faço uso da discussão apontada por Joan Scott, em que a autora defende que a categoria de gênero deve ser analisada historicamente levando em consideração fatores sociais, econômicos, de classe e raça, pois cada homem e mulher assumem posturas dentro de sua esfera social, econômica e cultural. Ver. SCOTT, Jean. **Gênero**: Uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Recife: S.O.S Corpo, 1996. Há um significativo trabalho realizado sobre o panorama da historiografia brasileira no que diz respeito a história das mulheres e de gênero. Cf. SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

particulares, declarando-lhes a mudança e pedindo-lhes indicações favoráveis para novas freguesias³⁷².

Vê-se então, a mulher assumir outras posturas sociais, como costureira, como senhora que se destaca no comércio da moda. Mas para chegar a tal *status*, Lúcia sai da zona de baixo poder aquisitivo, regiões em que existia grande índice de prostituição e por ter a madrinha que a apoia e que a coloca na situação de dama de respeito, pois mesmo sem laços familiares assume postura moralizante. Com estes atributos, ela guarda sua honra, mesmo sendo tentada diversas vezes pelo primo, que só a tem após casar-se.

Essas modistas e costureiras tiveram grande visibilidade no Recife. A moda era uma forma de inserção social da mulher e de feminização da sociedade recifense. A *Revista Universal* em 1897 anunciava sobre a moda vinda de Paris:

Minhas senhoras. Dificil é a tarefa de que me encarreguei, para em ligeiros traços tornar conhecidos das elegantes da Veneza Brasileira, os últimos tiés da moda atual de Paris. Entretanto esforçar-me-hei para desempenhar tal encargo com a mais escrupulosa consciência, tomando por ponto de partida os tecidos para vestidos de verão. São indubitavelmente as musselines (cambraias) de linho e algodão cru e bordado que nesta primavera farão o mais ruidoso sucesso. Por falar nisto não sabemos como se arranja a Maison Chic, mas o fato é que quando os tecidos em plena moda aparecem em Paris, já ela aqui os tem a disposição de suas elegantes freguesas³⁷³.

Nos jornais, falar em Paris para as damas do Recife exercia fascínio, desejo de estar com a última tendência da cidade luz. Muitas modistas estrangeiras chegaram a fazer fortuna costurando ou trazendo a moda do estrangeiro para as matriarcas pernambucanas. Os homens também eram seduzidos pela moda, em que muitos incorporaram o estilo do dândi³⁷⁴. Um jornalista anunciado pelo jornal *A Ilustração* do ano de 1895 é um retrato dessa figura:

³⁷² FREIRE, Theotônio. **Passionário**. 2ª edição. Recife: Editora do Autor, 2005. p.86.

³⁷³ Anúncio da Casa de moda Maison Chic. **Revista Universal**. 04-04-1897. Acervo FUNDAJ.

³⁷⁴ Exemplo típico deste perfil pode ser visto no romance de WILDE, Oscar. **O Retrato de Dorian Gray**. São Paulo: Martin Claret, 2009. Trata-se do homem que se dedica a beleza física, as preocupações de estar visível socialmente, mas que também se entrega a bebedeira, às libidinagens e acaba por se entregar ao universo da promiscuidade e todo tipo de problemas que são decorrentes desse espaço.

Augusto Aristheu, conhecido vantajosamente entre nós, é um rapaz simpático, portador de bigodes insolentes, trazendo na cintura sempre a sua faixa de seda preta parecendo um yankee, e ao ombro a capa espanhola, que lhe dá uns tons de salteador de corações femininos, sendo por isto considerado pelas evas cá da terra, um poeta de cestos de costuras, portanto companheiro dos dedais, carretéis, tesouras e outras coisas cheirando a saia³⁷⁵.

De forma explícita está a crítica ao processo de feminização da figura do homem, por adotar os costumes da moda, em especial os afrancesamentos. A França era o espaço sedutor dos sentidos para o consumo e hábitos de civilidade. Sendo assim e retratar os costumes daquele país significava estar próximo do progresso e da civilidade de alguma forma³⁷⁶. Essa dinâmica de buscar modelos europeus fazia parte da lógica do progresso que aos poucos esquadrihava modos de ser de homens e mulheres. Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso* destaca que a figura da mulher francesa, e das afrancesadas era muito presente no cotidiano da cidade. Desde os gostos pelas brincadeiras com bonecas louras de olhos azuis e de louça até os interesses pela moda, pelos perfumes e pela literatura francesa³⁷⁷.

Entre os folhetins publicados no Recife no ano de 1906 e 1907, um que circulou no Jornal Pequeno, chamado *Drama Íntimo* e teve como autor Carneiro Vilela, mostrou a ideia da mulher no espaço público. No texto a figura feminina é colocada de forma moralizante e nos faz refletir sobre a postura de homens e mulheres na sociedade. Descreveu Vilela:

A mulher, portanto, era para elle uma creatura essencialmente divina, e tão digna de respeito e acatamentos, de requintes de delicadeza, de extremos de admiração que, ainda mesmo installada na cathegoria de esposa, transformada, de deusa ou de anjo, nessa espécie de cousa possuída, de escrava legale legítima, tratat-a com menos seriedade, sem cerimonia, parecia-lhe uma profanação, indesculpável. Ser marido, isto, é, ter sido arvorado pelo destino em guia, em mentor, quase um pai espiritual de uma mulher, - ser a metade indispensável de uma outra metade que só assim ficaria um ente completo, formado um todo homogeneo e harmônico, e tratar a esposa como se Ella fosse uma amante, uma hectaira de ocasião, uma musmé a tanto por caricia, afigurava-se-lhe, segundo o seu

³⁷⁵ **A Ilustração**. Recife. Maio de 1895. Nº 08, Acervo FUNDAJ.

³⁷⁶ NEEDEI, Jefrey. **Belle Époque Tropical**: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia das letras, 1993.

³⁷⁷ Cf; FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 4^a ed. Rio de Janeiro, Record, 1990.

modo de ver um sacrilégio. Seria conspurgar a santidade do sacramento que os uniram, mais nas almas do que nos corpos³⁷⁸.

Mulher divinizada, ser delicado, escrava submissa e objeto de admiração.³⁷⁹ Essa mulher que representa o progresso parece incomodar e vai ganhando cada vez mais visibilidade na cidade.

Essa mesma idealização da figura da mulher é feita por Theotônio Freire no romance *Passionário*, em que Lúcia, protagonista do texto exerce verdadeiro fascínio sobre seu primo, Artur. Na narrativa a personagem é descrita como um ser que:

Não tinha as sofreguidões da carne, não latejavam-lhe no sangue os picos agudos da volúpia, nem muito menos ensombravam-lhe o espírito desejos sensuais. Seu amor era uma asa de cisne branco e imaculado, resvalando à flor da vida, mansamente, tranquilamente³⁸⁰.

São mulheres assim as mais procuradas pelos homens da alta sociedade e pelos que buscavam a moralização dos costumes. Mulheres castas, puras, imaculadas, que rezavam, que não sentiam desejos carnavais, que não desfrutavam do espaço público e que seriam ideais para o casamento. Esta relação era construída entre muitas famílias recifenses e as moças que viviam da ilusão de ter um marido-amante se defrontavam com homens possessivos, machistas, que muitas vezes não apresentavam gestos de sentimento e carinho. O casamento era um símbolo buscado por muitas mulheres, mas muitas vezes na prática não se consolidava por amor, mas sim por acordos paternalistas e familiares e pelo interesse nos dotes, mesmo tendo este entrado em declínio do final do século XIX³⁸¹. A mulher que não aceitava esses padrões, buscava casar por amor, falar em divórcio, assumir funções sociais como professores e isso significava se associar aos padrões do progresso e da dinâmica de soterrar os antigos costumes misóginos³⁸².

³⁷⁸ VILELLA, Joaquim Maria Carneiro. **Drama Íntimo**- Folhetim nº 38. In: Jornal Pequeno. Recife 1907.

³⁷⁹ Essa busca pela mulher santificada e a moralização da sociedade, está como uma característica sempre presente nos textos de Carneiro Viella e se repete em romances como: A Emparedada da Rua Nova, A Menina de Luto, Inah, Noemia.

³⁸⁰ FREIRE, Theotônio. **Passionário**. 2ª edição. Recife: Editora do Autor, 2005. p.87.

³⁸¹ Sobre esse tema Cf. NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 - 1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³⁸² Outra forma de inserção social da mulher era por meio da profissão de professora. Muitas senhoras e senhoritas fizeram-se visíveis no Recife por educar crianças, por assumir a direção

Entretanto, o forte na literatura do período pesquisado é a representação da mulher relegada ao segundo plano. Theotônio Freire no Romance *Regina* mostra a figura feminina sendo destituída de um poder que tenta buscar, pois era uma afronta social mulheres tomarem posturas masculinas. Na trama, Regina é levada a categoria de mulher que se destaca, que se vangloria por sua inteligência, pelos estudos, por entender de diversos assuntos sociais, políticos e econômicos, e por expor tais temas entre os homens que frequentam a casa de seu pai. Mas, por assumir esta postura vai aos poucos, no texto, perdendo esse poder, ao se deitar com o primo Horácio e perder a virgindade.

A protagonista é alocada pelo autor, na malha das mulheres que se doam para os prazeres da carne, da libidinagem, da histeria, da compulsão sexual, até atingir a degeneração total da mulher que se desvia do caminho moralizante, ou seja, que se permite à prostituição, loucura ou morte por doenças como a varíola, sífilis, etc. Como relata no romance ela relega o amor de Raul pelo de Horácio, mas quando se encontra repleta de moléstias, e abandonada pelo primo, que toma sua herança ela busca aquele que devotou um amor outrora. Porém é renegada novamente. A decadência da figura feminina é relatada no momento de suas crises ocasionadas pela Varíola, que marcara seu corpo:

de escolas. Entre as escolas femininas que existiram no Recife na virada de séculos, duas que tiveram bastante visibilidade, pois nelas estudavam muitas das filhas das famílias nobres foram: o *Collégio Nossa Senhora das Mercês*, fundado em 1891 e tinha por diretora a Sr^a Maria do Carmo de Azevedo em que se oferecia os cursos primário e secundário e o *Collégio Prytaneu*, fundado no final do século XIX, onde funcionava na Rua da Soledade nº 94 e 96 e tinha por diretora a Sr^a Clotilde de Oliveira, neste colégio se oferecia o sistema de internato e externato e como o outro citado as modalidades de ensino primário e secundário. O que compunha os currículos das meninas eram: as aulas de gramática, aritmética, francês, música, artesanato, cursos de costura, bordado e organização do lar. A escola apesar de ter um currículo voltado para a servidão do lar, era o espaço de ampliar horizontes. Neste sentido, a moda e a escola de primeiras letras não eram as únicas alternativas para a mulher ser inserida no espaço público e não ser mal vista, muitas vezes foi através desses espaços que as mulheres iniciaram suas buscas pelas estratégias de visibilidade e legitimação dos direitos de igualdade. Sobre o tema ver o artigo de ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval (Org.) **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores e Associados, 2004. p.70-71. Os jornais e almanaques da cidade do Recife na virada do século XIX para o XX também apresentam uma série de propagandas e planos de trabalho das escolas para meninos e meninas. Como base consultou-se o Jornal **Diário de Pernambuco** entre os anos de 1870 a 1910 e no **Almanach de Pernambuco** do mesmo período.

No rosto de Regina, agora descoberto, pois tirava o véo ao chegar em casa, via ele os estragos da moléstia. No fundo das orbitas irradiava um clarão fulvo e sinistramente temeroso, numa fulguração diabólica de olhar felino que acaricia para enganar. Ergue-se da cadeira em que estava sentado, e murmurou: - Nada liga um de nós ao outro, minha senhora. O abismo de sua indiferença, ou melhor, de seu desprezo escancara-se aos nossos pés. Nenhum de nós pode transpô-lo sem enchê-lo primeiro com o esquecimento do passado que seria, para mim, a deturpação do meu caráter³⁸³.

Apesar de uma conclusão moralizadora, vemos no texto literário a representação da mulher que se perde na vida, que se entrega aos prazeres de um amor em que fora iludida, que desonra a sociedade e se entrega ao amado. Postura esta, que se repete no romance de Carneiro Vilella *A Emparedada da Rua Nova* e põem a figura feminina como despossuída de controles racionais, a que se entrega ao amor, que se deixa seduzir pelo Dom Juan (personagem de Leandro Dantas). Celeste, Josefina e Clotilde se envolvem com o mesmo homem, por serem fracas emocionalmente, em especial, as duas primeiras por não admitirem as figuras dos maridos que as tratam de forma rude. Há nessas damas o desejo libidinoso, reprimido e privado. Desenhando o perfil da mulher do comerciante Jaime Favais, Vilella tece as seguintes palavras:

Para a mulher, porém, - para a futura mãe de família, para as verdadeira base da sociedade moderna, - estreitavam-se os horizontes intelectuais e morais, proibiam-lhe a liberdade de pensar e de sentir, entregavam-na aos corvos do fanatismo e da hipocrisia, asfixiavam-lhe o coração, envenenam-lhe o espírito e, em vês de procurarem forma uma esposa e uma mãe com todas as aptidões para procriar cidadãos e homens de espírito, preparavam uma beata inútil e estúpida, apta apenas para dissertar sobre as problemáticas cirtudes do rosário ou para engrolar ladainhas depois de indigestos e perniciosos sermões jesuíticos³⁸⁴.

Já sobre o comportamento da personagem Clotilde, Vilella a descreve de forma histórica:

Clotilde fizera alguns movimentos, e apresentava os sintomas de uma crise nervosa violentíssima, de um ataque histérico formidável. Com pouco os seus gritos agudos e extraordinários repercutiam por toda a casa, e os seus movimentos se tornavam sacudidos, convulsos, violentos, como o distender de molas metálicas. O médico correu a socorrê-la e, para dirigir-lhe os movimentos, e evitar que ela se ferisse, segurou-lhe naturalmente nos pulsos. Celeste, por sua vez socorreu-a com os antiespasmódicos de uso quase sempre familiares a todas as senhoras³⁸⁵.

³⁸³ FREIRE, Theotônio. **Regina**. 2ª edição. Recife: Ed. Do Organizador. 2005, p.307.

³⁸⁴ VILELLA, Carneiro. **A Emparedada da Rua Nova**. 4 ed. Recife: Editora do Organizador, 2005. pp. 35-36.

³⁸⁵ Idem. p.371.

Nos dois excertos anteriores a mulher recebe uma categorização social relegada ao segundo plano, apesar de haver uma tentativa do literato de mostrar que a mulher podia desbravar outros campos, o texto mostra que ao ter o pulso segurado por um homem a mulher se controla, tem-se então, a caracterização maior da mulher que se torna histérica, ao se entregar aos pecados da carne, que precisa de remédios para controlar os impulsos. Essas mulheres são a personificação da opressão vivida por muitas senhoras da sociedade recifense e ao mesmo tempo significam as posturas femininas que a noção de progresso permitia na virada dos séculos XIX para o XX³⁸⁶.

Já os homens que circulavam agora, não vestiam mais o traje rústico dos engenhos, mas entravam em cena os almofadinhas com seus fraques, as bengalas, as cartolas e os cabelos na brilhantina. Muitos filhos dos donos de engenho não queriam mais o cenário rural, preferiam a cidade moderna, os bancos escolares, as faculdades. Entregavam-se aos encantos das prostitutas, dos jogos de azar, às bebedeiras, enchiam-se de doenças venéreas, suicidavam-se por amores não correspondidos e por crises financeiras. O homem viril, rústico, dava lugar ao almofadinha, ao dândi e transformava hábitos da sociedade patriarcal em atos feminilizados, ia aos poucos aproximando os costumes entre homens e mulheres.

Assim, a sociedade recifense do período em estudo é a que se feminiza, que adere ao processo civilizador, que investe na beleza, no qual as mulheres passam a ocupar o espaço público, antes apenas das negras quitandeiras, lavadeiras e escravas de ganho. Agora circulavam as damas que vestiam a última moda parisiense, que frequentavam teatros e escolas de forma assídua, tinha-se notícia de professoras e senhoras que dirigiam escolas para meninas,

³⁸⁶ A pesquisadora Tereza Albuquerque desenvolveu um trabalho bastante significativo para reler as mulheres na sociedade recifense do final século XIX, por meio de uma da obra *A Emparedada da Rua Nova*. Para a autora a modernização da cidade foi crucial para o processo de emancipação feminina e esse processo chegou por meio de folhetins, entre eles *A Emparedada da Rua Nova*. Tereza nos faz ver que o narrador não centrou a sua atenção apenas nos fatos em si, mas nas reflexões e consequências que eles provocam, que não se trata só de uma história sobre adultério e desonra, mas também sobre as condições socioculturais e pessoais em que viviam as mulheres do Recife. Cf. ALBUQUERQUE, Tereza. Cristina Lopes. **A Emparedada da Rua Nova e outras histórias: Práticas e representações da mulher na cidade do Recife (1870-1909)**. (Dissertação de mestrado em História) Recife: PPGH-UFRPE, 2014.

de atrizes que estavam em cartaz no Teatro Santa Isabel. As mulheres ultrapassavam assim, os limites do lar.

Tema de grande repercussão nos romances foi o processo de modernização da cidade do Recife. Uma cidade plural se fez presente nos romances. Em *Regina*, por exemplo, quando o protagonista decide seguir desorientado por não ter o amor de Regina uma longa descrição é feita desse espaço:

Tomou pela Rua da Aurora, para o lado da Ponte Santa Isabel. As águas do rio, escuras, quase negras, como enorme placa de chumbo colada ao fundo da barranca limitada pelo cais. Acima destes, as correntes presas, de trecho a trecho, em frades de pedra, semelhavam serpentes que pousassem do dorso no chão, fincando a cauda num poste, mordendo o outro próximo, com a boca hiante. À direita da entrada da ponte o edifício da ferrovia de Olinda elevava a sua silhueta pardacenta; ao oitão prolongava-se a Rua Princesa Isabel: aqui e ali, pelos trilhos, vagões destacados. Do outro lado do rio, a draga erguia-se à superfície das águas, como uma construção estranha, cheia de andaimes; no plano inclinado da barca, a fieira de canecos destinados a conduzir areia, tinha a aparência de uma tênia, imóvel, saciada.

Na esquina do armazém de José Mello, a luz baça de candeeiros de iluminação traçava no calçamento um círculo amarelado, aumentando e retraindo-se às oscilações da chama.

Enveredou pela ponte. Ao fim desta, a mole do edifício do teatro com as paredes cortadas pelas reentrâncias das janelas e óculos feriu-lhe a vista. À esquerda, o jardim do Palácio do Governo, com o arvoredo a ramalhar brandamente.

Silêncio profundo e concentrado, das grandes solidões. Em frente, o jardim do Campo da República, metido no seu gradil de ferro, destacava-se cheio de arbustos; ao centro, o pavilhão; em torno dele, palmeiras altas, muito esguias, com a copa redonda, tinham a forma de parâguas negros abertos no espaço, com o cabo fincado no chão.

Uma vibração sonora de tímpano cortou o ar. Era o relógio do Regulador da Marinha marcando duas e um quarto.

Contornou o jardim, por defronte do Quartel Municipal, em cujo portão a sentinela das armas arrimada à guarita, quedava-se, na imobilidade de estátua. Proseguiu. A um lado, os três andares da Intendência e Biblioteca Pública; do outro, a Escola de Engenharia; entre os dois edifícios, a entrada, em rampa, da Ponte Buarque de Macedo. Entrou por ela. Um carro de passeio, retardatário, vindo do Recife rodava apressadamente, fazendo-a tremer em trepidações intermitentes.

Do outro lado, o Cais do Apolo, silencioso e noturno como um local de emboscadas e crimes. Casas desiguais, reentrantes umas, outras salientes; embocaduras de becos e ruas transversais, abrindo-se hiantes, como afluentes a despejar-se num rio. Andou pelo cais, até o Arco da Conceição. No alto, a lâmpada tremeluzia, baça e macilenta,

defronto do altar da Virgem; para baixo, a Rua Marquês de Olinda estendia-se quase reta, estreitando-se pela visão ótica, esbarrando-se nas paredes posteriores da Igreja do Corpo Santo. Ao outro lado, a escadinha, gameleiras a farfalhar, chão escorregadio pelo melaço; armazéns fechados, rescendendo o cheiro acre de bacalhau, à esquerda; e à direita, os da Alfândega. Dirigiu-se pela Ponte Sete de Setembro³⁸⁷.

Para ser sinônimo de progresso a cidade deveria fazer melhorias urbanas como suas pontes, arcos, se encher de trilhos de bondes, de postes com iluminação de candeeiro a gás, possuir muitas igrejas, prédios antigos e novos sobrados.

Outra descrição é feita sobre o cotidiano dos que transitavam sobre as ruas de maior movimentação do Recife:

[...] a Rua da Imperatriz alongava-se borborinhenta e cheia de transeuntes.

Na entrada da Rua Barão da Victória, o movimento aumentava bruscamente. Pelos passeios laterais, grupos acima e abaixo.

Nas portas das lojas, amostras de fazendas caras; nas vitrines, rendas e leques, vidrilhos custosos e bijuterias.

Entrou na Vendôme, por charutos. Prosseguiu depois, atravessando a Praça de Saldanha Marinho, Rua da Cabugá, Pracinha, e Primeiro de Março. Na esquina da Livraria Francesa parou.

A Rua Quinze de Novembro estendia-se ampla, desde o Largo da República ao da Academia, num formigamento de pessoas que iam e vinham, de bondes que se cruzavam, de carros de passeio e carroças que rodavam pelo granito do calçamento, numa trepidação áspera e troante.

No ângulo da Rua Primeiro de Março, as vitrines da Joalheria Krause ostentavam peças riquíssimas, braceletes e camafeus, anéis e diademas, e uma profusão de pedras preciosas cambiavam irisações e fulgores aos olhos dos que passavam.

Defronte da Relação, grupos de sujeitos do Fórum conversavam com animação, à espera da abertura da audiência. Pela escadaria de pedra do edifício, sobrepondo-se em dois lances, subiam e desciam oficiais de justiça de roupa esverdinhada pelo tempo, cotovelos de mangas coçados, puídos, calça curtas, com joelheiras, a dançar sobre botinas cambadas e ruças, chapéu amolgado e camisa suja, saindo de entre os colarinhos de cor duvidosa, rostos pálidos, macilentos, de olhos desconfiados, lançando raios oblíquos, e narizes de aves de rapina, aspirando lucros no ar; advogados principiantes a farejar clientes ricos; procuradores obesos, velhinhos encarquilhados, de olhos piscos, metidos em sobancelhas de cerdas ásperas e grisalhas, desembargadores que arrastam uma vintena de anos de lides de justiça, homens do povo e soldados de polícia enfronhados em fardas estupefacientes e ridículas.

Adiante, as redações d'A Província e Jornal do Recife escancaravam as portas das varandas.

³⁸⁷ FREIRE, Theotônio. **Regina**. 2ª edição. Recife: Ed. Do Organizador. 2005, pp.216-217.

Do outro lado, o sol esbatia-se na calçada, pondo tonalidades cruas nas paredes dos prédios. Em frente ao Armazém, do Adriano Maia atravancavam o caminho caixas de queijos flamengos, barricas de cerveja, caixotes de vinho do Porto. Muito adiante, o edifício alto da Ordem Terceira de S. Francisco; e pelo meio da rua, vitorias desemparelhadas e coches fúnebres, em frente ao escritório do Agra. Ao fim, a linha dos carris urbanos, o bilhar Luso-Brasileiro abria as suas portas, em cujos umbrais arrimavam-se rapazes, em grupos; ao fundo da rua, o casarão da Escola de Direito, acaçapado e disforme, servia de destaque à paisagem verde e florida do jardim da Praça Dezessete³⁸⁸.

O caminhante que passasse pela cidade descrita por Theotônio Freire é o observador atento aos detalhes, aos fluxos de seguir o cotidiano. De ruas que pareciam ser curtas, de armazéns, livrarias, lojas de moda, praças, prédios históricos, redações de jornais, repartições públicas e igrejas, Era uma cidade extremamente polissêmica que passou a ser decalcada pelos homens de letras, em formato de romances e folhetins. A cidade era movimentada, agitada, mansa, suja, insalubre, triste, alegre, segura e perigosa.

Mas ela também se mostrava com regiões insalubres e perigosas. Assim, o progresso era algo que demorava a chegar, pois as situações de insalubridade impediam de civilizar a cidade. Na contramão da cidade de contemplação, movimentada, que se reorganizava e rumava ao progresso urbano. Assim como *Regina*, os romances *Morbus* e *A Emparedada da Rua Nova*, o Recife também já não é mais a cidade da contemplação, mas dos lugares sujos e que comporta a criminalidade.

No tempo em que se passava esse verídico episódio, era o beco das barreiras uma viela estreita e lamacenta, que ia da rua do Cotovelo, hoje Visconde de Goiana, para um braço do Capibaribe, que serve de caminho marítimo a umas Olarias, e para uns terrenos pantanosos e alagados, cobertos de mangues, que davam para os fundos dos Hospital Pedro II. Era um lugar de má fama e de perigosíssima abordagem, onde se abarracava essa população heterogênea, formada de mulheres de soldado, de maridos de prostituta, de ladrões noturnos e de indivíduos de todas as espécies e profissões inconfessáveis. Esse lugar prestava, No bairro da Boa Vista, os mesmos serviços, que prestavam, no do Recife, - Fora de Portas, e em S. José, - A Cabanga. Era um viveiro de capangas e de malfeitores, e só tinha nisto uma rival: a rua do Cisco, lá para as

³⁸⁸ FREIRE, Theotônio. **Regina**. 2ª edição. Recife: Ed. Do Organizador. 2005, pp.231-233.

bandas do Campo Verde, entre a Soledade e os fundos da antiga Faculdade de Direito, à rua do Hospício³⁸⁹.

A cidade era repleta de áreas aterradas, de pontos comerciais que funcionavam nos térreos dos sobrados, de ruas que alagavam, de mangues que dividiam o cenário com as pontes, com as vias de bondes e que muitas vezes se transformava num caos em dias de chuva no Aterro da Boa Vista:

Em todo o Aterro ia como que uma debandada, uma fuga. Não muito longe ouvia-se o rumor de chuva torrencial e forte a correr, a voar pelo espaço, impelida dos ventos; as primeiras gotas caíam já, aqui e ali, nas calçadas, grossas, pesadas, como um pequeno estalido; as empanadas sobre as portas das lojas enfunavam-se, rangiam-se nos engates; caixeiros, em mangas de camisa, trepavam-se a mochos, desarmavam-nas penosamente, esticados, nas pontas dos pés. Transeuntes cosiam-se às paredes, enfiavam lojas adentro, de corrida; mulheres prendiam saias entre as pernas, e curvas, tortas, a passinhos curtos precipitados, atravessavam a rua, envoltas nas nuvens de pó que a ventania elevava³⁹⁰.

Este mesmo aterro modificava sua dinâmica conforme o passar do dia, em que a área agitada cedia espaço para um fim de tarde cuja visão do observador seria de um lugar manso:

O Aterro, àquela hora, começava a ficar deserto. As casas comerciais, cuja iluminação interna barrava de manchas claras de uma luz esbatida as lajes esbranquiçadas dos passeios, fechavam-se uma a uma, a curtos intervalos, pondo largas soluções de continuidade, aqui e ali, de um lado e doutro da rua, na claridade macia e branca que banhava as calçadas. Rareavam os transeuntes. Figuras médias de negociantes abandonavam as lojas, a passos lentos, e carinhas de moçoilas retardatárias, às compras, passavam alegres, contraídas em risinhos baixos, sob as plumas trêmulas de cores vivas. Atrás caminhavam pesadas matronas penduradas aos braços dos complacentes maridos³⁹¹.

Entretanto, para além da cidade movimentada, existia um fluxo para os arrabaldes. As áreas chamadas: Monteiro, Poço da Panela, Apipucos, Caxangá, etc, pelo que demonstrou Carneiro Vilella eram áreas de sociabilidade, lazer e festividades.

Verdade é que tudo nesse tempo e nesses arrabaldes parece concorrer para aquela fraternização dos indivíduos e principalmente

³⁸⁹ VILELA, Joaquim Maria carneiro. **A Emparedada da Rua Nova**. 4 ed. Recife: Editora do Organizador, 2005. p.334.

³⁹⁰ SOBRINHO, Faria Neves. **Morbus**: romance patológico. Recife: Ed. Do organizador, 2005. p.204.

³⁹¹ Idem. p.148.

para esse entrelaçamento das famílias: a pequenez dos povoados, o que faz com que todos se vejam, se conheçam, por assim dizer se acotovelam a cada momento e a cada passo; a comunidade de condução para a cidade e às mesmas horas; a falta de distrações e de divertimentos isolados; o encontro nos banhos e nos passeios matutinos; a uniformidade no viver e no gozar, a agremiação usual no recinto de um só templo; e, para reunir tudo finalmente, a necessidade natural de sociabilidade e o nosso gênio expansivo e sempre pronto a fazer-nos abrir os braços a quem quer que seja, patentear o interior de nosso lar, e aceitar qualquer amizade sem indagações prévias e necessárias, sem as cautelas essenciais e imprescindíveis. Em 1882, o arrabalde, que a moda havia consagrado e para onde emigrara quase toda a população da capital, foi o Monteiro. Como, porém, o número de suas casas não era suficiente para conter todos os fugitivos da calma e todos os amantes mais ou menos fiéis das águas do Capibaribe, os outros arrabaldes e lugarejos circunvizinhos haviam obtido suas concessões vantajosas e reuniam em seu seio grande cópia de famílias. Entravam nesse número dos arrabaldes favorecidos o Poço da Panela, a Casa Forte, o Caldeireiro e Apipucos³⁹².

O Recife se mostrava uma cidade hospitaleira, acolhedora e as famílias não ficavam restritas as freguesias próximas ao porto, pois, regiões como Poço da Panela, Apipucos, Monteiro, Madalena, Jaboatão, entre outros eram as áreas preferidas pelas elites, pois mostravam-se menos agitada, lugares normalmente procurados para descanso. Muitas das histórias narradas na literatura recifense tiveram esses espaços como cenário.

Entre a calma e a agitação, entre o rural e o urbano, o cotidiano da cidade se compunha e dava lugar para práticas sociais de homens e mulheres, para práticas de lazer, de mobilidade dos sujeitos por meio dos transportes, acolhia pessoas e exibia os perfis sociais que se destacavam e que foram representados pelos literatos do Recife.

O trabalho de Fátima Maria Batista de Lima, *Um olhar sobre a cidade na Emparedada da Rua Nova*, analisou como Carneiro Vilella foi um exímio narrador da cidade. Espaço e tempo estão conectados e permitem conhecer o local, entender itinerários existente no século XIX no Recife e captar sentidos plurais expressados pelo autor no seu clássico romance. Para ela, algumas cidades são apropriadas pelos escritores e não se pode dissociar que a escrita

³⁹² Idem, p.186.

sobre ela é uma forma de tentar preservar, a partir do registro, o que ainda restava do cenário infantil e adolescente do autor³⁹³.

Ainda sobre o Recife, se destaca que também era uma cidade dependente dos diversos tipos de transportes: navios que vinha pelo oceano Atlântico, canoas que circulavam pelos rios Capibaribe e Beberibe, cavalos, carroças, maxambombas, bondes de burros e o automóvel são os meios de locomoção utilizados na cidade que viviam entre o rural e o urbano, mas que clamava pelo progresso.

Com o tempo esse fluxo de movimentação das pessoas e mercadorias passaram a contar, não apenas com os rios, mas com a ampliação de estradas e a implementação da maxambomba³⁹⁴ e dos trilhos para os bondes de burros. A cidade ganhava novas configurações do uso do solo, cujas casas eram edificadas nas mediações das estações dos bondes e o tempo de locomoção de uma área para outra se tornava reduzido. Carneiro Vilella em 19 de agosto de 1888 escreveu uma crônica no Diário de Pernambuco, na qual tece uma série de leituras sobre temas diversos da cidade do Recife, entre eles os transportes:

Saí com ele de casa e fomos tomar o bonde de Afogados. Não era o veículo que ele supunha encontrar, sujo, quebrado, com cabeças de prego a rangerem o fundilho de nossas calças, de cocheiros com cachimbos na boca, a salpicarem de lama os passageiros, nem com os condutores que se esquecem do troco e fazem cara feia aos homens, ao passo que dirigem ditirambos às mulatinhas que embarcam ou às que encontram no caminho. Nada disso. Era um carro asseado e lúcido, limpo como a lâmina de um espelho, com condutores corteses, guiado por cocheiros atentos, sabedores de seu

³⁹³ LIMA, Fátima Maria Batista de. **Um olhar sobre a cidade n"ª Emparedada da Rua Nova**. (Dissertação de mestrado em Letras) Recife: PPGL, 2005.

³⁹⁴ As maxambombas, ou locomotivas a vapor chegaram ao Recife em 1867 e os veículos possuíam três vagões de passageiros que pertenciam à companhia inglesa *Brazilian Street Railway Company Limited*, conhecida por Companhia de Caxangá. Passou a funcionar inicialmente com a linha que ia do centro da cidade até os povoados mais distantes como Apipucos, Dois irmãos e Várzea. Teve uma significativa importância no processo de ampliação do espaço urbano, pois à medida que se estabeleciam estações da ferrovia, novas casas iam sendo construídas nas suas proximidades. Segundo José Lins Duarte entre os anos de 1867 e 1912 a companhia chegou a muitas linhas, 27 locomotivas, 889 muarés, 217 carros de passageiros e 64 carros de carga Cf. DUARTE, José Lins. **Recife no tempo da maxambomba (1867-1889): o primeiro trem urbano do Brasil**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Sobre o sistema de transporte no Recife durante o período em estudo ver também. LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. Transportes urbanos no Recife. 1850-1889. In: Wellington Barbosa(org.) **Uma cidade várias histórias: o Recife no século XIX**. Recife: ed. Bagaço, 2012.

ofício, e puxado, enfim, por burros que até pareciam ter andado nos estudos³⁹⁵.

No texto fica clara a ironia feita aos transportes de bondes de burro, que eram precários, são acentuadas as situações em que passageiros vivenciavam tanto nas acomodações quanto nas relações sociais que se travavam durante o percurso realizado. O autor chega a apontar no texto o que seria um transporte de sonhos para muitos habitantes, o bonde era sinônimo do progresso e deveria atender a padrões melhores e mais confortáveis, porém essa realidade de conforto era pouca ou quase nem se via.

O vai e vem de pessoas nos bondes que cortavam as ruas também foi descrito no romance *Passionário* de Theotônio Freire, quando ele menciona a Rua da Imperatriz, como lugar agitado da cidade:

A Rua da Imperatriz, àquela hora, apresentava o aspecto de uma movimentação desusada. Os bondes subiam para a Madalena, Fernandes Vieira e Santo Amaro, entulhados de passageiros, comerciantes, caixeiros das casas de negócios do Recife, recolhiam-se; pela calçada, o vai-e-vem de transeuntes, acotovelando-se, ou olhando-se indiferentes³⁹⁶.

Percebe-se então, que mesmo com todas as dificuldades de manutenção das linhas, entre outros contratempos os bondes eram utilizados por muitas pessoas, em sua maior parte, as que tinham melhores condições financeiras, em especial servia aos comerciantes e funcionários públicos, políticos e em uma participação menor para mulheres. Os transportes urbanos permitiram uma mobilidade maior da população, ampliaram as áreas urbanizadas, facilitaram para que informações chegassem cada vez mais distante e que o fluxo literário permanecesse contínuo.

Além da moralização dos costumes e das transformações da cidade muito se destaca nos romances os perfis dos homens de letras. Os mais recorrentes são dos padre, professores e dos bacharéis. Segundo Antonio L. Machado Neto, a tipologia intelectual brasileira está associada a dois fatores: a estrutura social existentes nas cidades e quando a literatura passou a ter maior expressividade. Para Machado Neto este segmento social distinguia-se em

³⁹⁵ *Cartas sem Arte*. Crônica publicada no **Dario de Pernambuco**. 19 de Agosto de 1888. Acervo FUNDAJ.

³⁹⁶ FREIRE, Theotônio. **Regina**. 2ª edição. Recife: Ed. Do Organizador. 2005, p.76

dois tipos: os bem comportados, pais de família, políticos e incansáveis trabalhadores e do outro lado havia os boêmios, pobres, ébrios, caspentos³⁹⁷. Ambos os perfis são recorrentes na literatura escrita no Recife do período.

Na primeira metade dos oitocentos muitos homens letrados do Brasil saíram da estrutura rural montada desde o período colonial para ocupar o espaço das cidades, que próximas aos portos urbanizavam-se. As profissões liberais como: padres, professores, comerciantes, jornalistas, bacharéis tiram de cena a figura do senhor engenho e os costumes rurais. Civilizar os costumes constituía o novo *modus operandi* dos perfis sociais dos séculos XIX e XX. O desprestígio dos antigos senhores de engenho, conforme enfatizou Luis Martins foi intenso e passou a ocorrer porque “Os filhos desses fazendeiros e senhores de engenho estudam nas cidades. Aos poucos se transforma o critério de classificação social: o tipo ideal não será mais o “senhor de engenho”, porém o “doutor”³⁹⁸”. Compreender tais atores sociais que mantiveram relação direta com a composição do campo literário em Recife requer que conheçamos o processo de educação dos homens de letras.

De extrema importância no processo educacional do país, os padres, desde o período colonial por meio da catequese estabeleceram padrões de escolarização em suas mais de duzentas escolas que implantaram até a chegada do Marquês de Pombal em 1759, em especial os jesuítas. Os padres de modo geral tiveram uma função catequizadora, mas também atuaram no exercício do magistério, na administração, se envolveram em conflitos separatistas e na política da colônia³⁹⁹. Esses sacerdotes assumiram a função de detentores do saber das primeiras letras, foram os constituidores das primeiras bibliotecas privadas, bem como contribuíram para fundar as primeiras escolas jurídicas do Brasil.

³⁹⁷ Cf. MACHADO NETO, Antonio Luis. **Estrutura social da república das letras**: sociologia da vida intelectual brasileira 1870-1930. São Paulo: Ed. USP. 1973.

³⁹⁸ MARTINS, Luís. **O Patriarca e o Bacharel**. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2008. p.60.

³⁹⁹ Sobre a Presença de Padres no processo político e na constituição da elite letrada em Pernambuco ver. SIQUEIRA, Antonio Jorge de. **Os Padres e a Teologia da Ilustração**: Pernambuco 1817. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

Eram os religiosos aqueles que atuavam também na educação familiar, os que viam a religião como único meio de moralização de costumes e das práticas culturais que se intensificavam a medida que o Brasil progredia, se tornava independente e vivenciava sua modernização urbana. Ingressar no seminário era uma das formas em que os jovens tinham para se inserir no espaço da elite e ganhar respeito para si e para a família na qual pertenciam. Os padres em suas posturas de orientadores vocacionais, de confessores, acabavam por influenciar os costumes e as práticas da população, seja pelos sermões, pela circulação pública em festejos religiosos, pela participação na vida pública e pelos textos que faziam circular. Um exemplo significativo desses padres em Pernambuco foi o Bispo Azeredo Coutinho, responsável pelo Seminário de Olinda e o Padre Lopes Gama, mais conhecido como O Carapuceiro, por causa do jornal na qual era responsável⁴⁰⁰.

Nos romances percebe-se a figura do Padre, tanto como redator, como personagem a compor histórias do século XIX e XX. No romance *A Emparedada da Rua Nova*, o padre é o que auxilia no casamento, é aquele que vem como moralizador, que pelo aconselhamento sana o mal causado à moça que fora desvirginada pelo Dom Juan e que silencia diante do triângulo amoroso. Também no romance *Morbus* de Faria Neves Sobrinho, o personagem Bernardo desde criança recebe uma educação religiosa, na crença entre céu e inferno e toda uma orientação vocacional. O vigário Anacleto, personagem que compõem toda a trama e faz de tudo para manter sua visibilidade social, é o sujeito que chega a estabelecer, junto com o professor Simplício, prosa com o pai do garoto, em que este último rechaça a possibilidade do filho entrar no seminário:

O amigo deve ter notado a grande propensão que tem seu filho Bernardo para as coisas religiosas. Eu e o bom vigário há muito que o notamos e nos pusemos a pensar se não seria conveniente aproveitá-lo para a vida eclesiástica
(...) – Nunca! Sabe o Senhor! Entende o Senhor? Nunca! Desaforo daquele cabrito espalhar aos quatro cantos da cidade que não tem coragem de falar-me! Então sou algum tigre, algum urso, algum logo que lhe meta medo? Pois saiba, Senhor Simplício! Alto e bom som

⁴⁰⁰ Cf. SILVA, Leonardo Dantas (Org.) **O Carapuceiro**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

declaro-o neste momento; ou aquele garoto insolente se forma em Direito, ou rebento-o de pau!⁴⁰¹.

Esse rechaçar, no texto de Faria Neves, ao aspecto religioso é o refutar da presença de religiosos em meios políticos, administrativos e letrados. Os Padres aos poucos foram perdendo espaço no campo político e ficando restritos aos meios eclesiásticos e na constituição das escolas confessionais. Até mesmo as intimidades das mulheres, que costumavam semanalmente confessar os pecados aos religiosos passou a ser trocada pela figura do médico de confiança da família. Com a questão religiosa⁴⁰², que eclodiu no Brasil na década de 1870, os padres passaram a perder espaço e ser foco de duras críticas.

Outro perfil social de respeito no meio letrado era o do professor de primeiras letras e os das escolas existentes no Recife. A tais homens, muitas famílias destinavam a educação das crianças e todo o processo de aprendizagem da escrita e leitura. A função do magistério no Brasil desde os tempos coloniais conviveu com grandes deficiências. Em que primeiro se aprendia com os padres e depois com professores régios. Estes, mal remunerados atuavam como professores, em outras profissões liberais ou no funcionalismo público e encaravam como realidade: poucos alunos, a carência de colegas professores e o material de estudo e os prédios onde ocorriam as aulas eram lastimáveis, exceto as escolas de maior renome⁴⁰³.

A historiadora Elaine Cunha nos mostra que muitos professores foram homens formados nas universidades europeias e que em Pernambuco a relação entre governantes e professores foi bastante tensa, uma vez que os professores reclamavam das péssimas condições de trabalho, dos baixos

⁴⁰¹ SOBRINHO, Faria Neves. **Morbus**: romance patológico. Recife: Ed. Do organizador, 2005. p. 85-86.

⁴⁰² Sobre a questão religiosa e a situação na qual ficou a Igreja mediante o regime republicano que se instaurou no Brasil em 1889 ver. MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria G. de. A Igreja na primeira república. In: FAUSTO, Boris. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. III. O Brasil Republicano. 2. Sociedade e Instituições. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2004. pp.321-342.

⁴⁰³ Sobre a presença do professorado na educação brasileira entre os anos XVII e XX ver. TOBIAS, José Antonio. **História da Educação Brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Ibrasa, 1986. Ver também SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. Coleção memória da educação.

salários e das práticas pedagógicas sem sucesso⁴⁰⁴. A respeito desse processo de atuação do professorado no Brasil do século XIX e XX Moacyr Primitivo escreveu que:

Só aspira ao professorado aquele que é tão inepto que não pode viver de outra indústria particular, em um país, de tantos recursos como o nosso. Destarte o professorado torna-se o refugio da inabilidade. Para mim é fora de dúvida que é na mesquinhez dos ordenados que está a causa primeira do lastimável atraso da instrução primária nesta, como em outras províncias⁴⁰⁵.

Entretanto, mesmo com tantas deficiências, a imagem do professor desde os tempos coloniais, foi ganhando espaço e respeito, principalmente na educação de primeiras letras. Os métodos utilizados eram rigorosos e muitos atuaram em aulas particulares ou em escolas que funcionavam em regime de internato ou externato. O mestre como figura de destaque aparece sempre em relatos memorialísticos de literatos como nos romances recifenses publicados entre os anos 1870 e 1911.

Entre os vários literatos que atuaram neste período, Theotônio Freire publicou um texto intitulado *Mundo Pedagógico - o professorado primário*, em 20 de fevereiro de 1887 na Revista do Norte, em que elaborou uma crítica à realidade que muitos professores viviam no Recife:

Nomeado professor, elle entra na vida com o pé esquerdo, para servir-me de uma phrase popular. A primeira necessidade que tem é a de entregar-se a um agiota qualquer, a fim de obter a verba necessária para transportar-se ao logar onde vae exercer o magistério sujeito a juros sempre exorbitantes, o professor começa a lutar com sérias difficuldades, das quais somente muito tarde é que se livra.

(...) Nos paizes mais adiantados o professor é cercado de garantias; elle é o preparador do futuro, na pessoa das creanças. Aqui, Porém, é espesinhado pelos poderes públicos, atirado ao centro da provincia, sem garantia nenhuma, a não ser a vitaliciedade no fim de 5 annos de exercicio effectivo, lutando com sérias difficuldades, sem meios que lhe chegem para a subsistencia, sem se poder cercar de prestígio, que pede a sua posição, e no fim de tudo riem-se quando elle reclama, e mandam-n'o ter paciência⁴⁰⁶.

⁴⁰⁴ CUNHA, Elaine Cristina Gomes da. **O Professor Régio, o Bispo e o Ouvidor**: distintos olhares sobre a educação em Recife (1759-1772) (Dissertação de mestrado em História) Recife: UFRPE, 2009.

⁴⁰⁵ MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias**: subsídios para a História da educação no Brasil 1834-1889. São Paulo: Ed. Nacional, 1939. V. I, p.332.

⁴⁰⁶ **Revista do Norte**, 20 de fevereiro de 1887. pp-6-7. Acervo APEJE.

Theotonio Freire, além de literato exerceu a função de professor no Recife e seu discurso encaminha-se para uma defesa da categoria profissional, pois cada vez mais a Inspetoria da Instrução Pública se mostrava ausente no trato com o magistério. Assim, na composição literária recifense, o professor é personagem que ganha palco, mas, o processo educacional além de carente contava com uma divergência no conduzir das práticas entre meninos e meninas. No romance *Passsionário* os protagonistas tem formações descritas da seguinte forma:

Ele fora educado no requinte do luxo, no esmero do gosto aristocrático, que lhe dera a fortuna, aliando-se a isto uma cultura intelectual escolhida e sã, bebida nos bons livros e no trato da sociedade; ao passo que ela, para antepor a isto, dispunha somente da beleza, divinamente estética, de suas formas de um plasticismo perfeito, falhando-lhe porém o trato social e a irradiação do espírito que só alimenta-se do ensino parco e anêmico da escola primária⁴⁰⁷.

Ainda na literatura a representatividade da figura do professor aparece no romance *Morbus*, por meio do personagem do professor Simplício:

Além de irascível e violento, Simplício era de uma sofível ignorância, embora também de uma pretenciosidade sem limites. Inteligente, porém; a pelar-se por ocasiões em que pudesse exhibir-se fazendo discursos. Seu método de ensino, pode-se dizer, consistia unicamente em fazer decorar aos alunos uma quantidade extraordinária de regras e preceitos, que somente considerava sabidos, quando, sem omissão de uma palavra, os discípulos os recitavam, de pé, formando um semicírculo diante de sua mesa, cabisbaixos, braços cruzados ao peito, num tom de voz lamuriento e monótono. O esquecimento de uma só dessas regras motivava severíssimos castigos, ralhos descomedidos, acompanhados de invectivas e injúrias, entre as quais sobressaíam os seus predilectos “Animalzinho! Cavalinho! Estupor! Quando às explicações relativas à compreensão das regras decoradas, ele eximia-se de dá-las⁴⁰⁸.

O simbólico que se extrai do excerto anterior é de um professor energúmeno, agressivo e violento no qual tal processo pedagógico da memorização, descrito no romance de Faria Neves, estava sob a égide de castigos, da mesma forma o fragmento que se mostra como um relato de práticas pedagógicas do período em tela.

⁴⁰⁷ FREIRE, Theotônio. **Passsionário**. 2ª edição. Recife: Ed. Do Organizador. 2005, p.88.

⁴⁰⁸ SOBRINHO, Faria Neves. **Morbus**: romance patológico. Recife: Ed. Do organizador, 2005. p.62.

Rechaçados os padres e professores quem assumiria o espaço das letras, administração pública e educação? A proclamação de república em 1889 demandou de outros perfis, não apenas os das Revoluções de 1817, 1824, 1848, mas os que defenderam a abolição, a ascensão do partido liberal, a defesa de uma república. E não faltam exemplos na literatura de que os ocupantes desse cenário foram os bacharéis, como mencionado no segundo capítulo.

Na literatura pernambucana do final do século XIX essa história parece se repetir em vários romances, crônicas, folhetins e contos. O perfil social do bacharel já era mostrado de forma expressiva. Esta figura, que assumiu muitos dos cargos públicos, passou a existir no Brasil, quando homens formados nas universidades de Portugal ou de países como França e Itália chegaram para ensinar nos colégios e para ministrar aulas nas faculdades de Direito e Medicina, que passaram a funcionar no país durante o período Imperial e se afirmaram como a força do processo de formação da intelectualidade brasileira.

Afirma-se então, que a presença dos literatos no cenário do campo literário se deu sob forte influência das correntes literárias do Realismo e do Naturalismo, que a escolha dos temas eram formas de repor no texto o real vivido por esses escritores, a crise dos costumes morais, a cidade que incomodava com tantas transformações e a descrição analítica dos homens de letras.

CONCLUSÃO

A compreensão da constituição de um campo literário exige investigar por fontes diversas e refletir a respeito de questões que versam sobre homens, instituições, práticas de sociabilidade, produção e circulação de textos. A busca de informações que propalam essas questões se fizeram presentes no trabalho desenvolvido.

Criar uma instituição literária como a Academia Pernambucana de Letras foi uma tarefa árdua, afinal os ânimos entre os intelectuais que viveram no Recife durante a transição do século XIX para o XX não eram amistosos. Foi preciso algumas reuniões, disputas ideológicas e polêmicas até que se concretizasse a fundação dessa Academia.

Os homens que compuseram a Academia são oriundos de bases formativas que ora se aproximavam ora se distanciavam, buscavam legitimidade e distinção social ao se aproximarem de órgãos como a Faculdade de Direito do Recife e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Nesses espaços iniciaram a trajetória que os levaram a certa consagração no espaço jurídico, político, jornalístico e literário.

Os sujeitos que fundaram a Academia Pernambucana de Letras mantiveram forte vínculo com a política e a imprensa, pois eram formas de garantir visibilidade social. Produziam textos literários como forma de circular o próprio nome entre os pares. Não conseguiam viver da literatura de forma mais ampla, por isso envolviam-se nas questões da burocracia dos gabinetes políticos, nas redações de jornais e prestavam-se a ocupar cargos e funções em repartições públicas.

As práticas de sociabilidade desses indivíduos abarcavam a participação em salões, nas redações de jornais, nos órgãos de saber (FDR/IAHGPGPL), reuniões em livrarias e cafés e davam ênfase às conversas sobre o cenário político, sobre as últimas publicações literárias e científicas e sobre as polemicas que pairavam no meio intelectual. Eram formas de ver e de ser vistos na esfera social, ou seja, de elaborar os jogos e redes de socializar o

que produziam e o que liam, formas de pensar práticas, apropriações e representações culturais.

Para se firmar no campo literário foi preciso aderir ao estilo literário que fortemente os influenciava, ou seja, o cientificismo do final do século XIX e as correntes literárias do Realismo e do Naturalismo. Por isso, as obras por eles produzidas carregavam um sentido de denuncia social, do real vivido, das (des)venturas de enxergar uma mudança meteórica do ponto de vista tecnológico na sociedade, ou seja, possuem efeito de realidade. As obras encontradas (contos, crônicas, poesias e romances) durante a pesquisa mostram-se ricas em informações sobre o tempo passado e sobre as artes da produção e circulação de textos. São também responsáveis por permitir a consagração de homens de letras no campo literário recifense, afinal para compor o corpo de acadêmicos da APL era preciso ter textos publicados.

No campo literário do Recife, a produção de revistas, almanaques e jornais acabou por consagrar formas de representação desses sujeitos, bem como imagens que figuravam a postura de sujeito de suposto saber, repletos de simbólicos do que representava ser um homem de letras do período. Em especial dois tiveram destaque em detrimento do quantitativo de produções que escreveram (Carneiro Vilella e Martins Júnior) e essa produção ainda precisa ser mais amplamente analisada e compreendida, pois cada sujeito elaborou construções múltiplas do tempo em que viveram. Os demais integrantes da APL também precisam ter seus trabalhos investigados de forma mais burilada, pois sintetizam ideologias e as formas que enxergavam as práticas socioculturais do tempo em tela.

A Academia Pernambucana de Letras foi mais um espaço de busca pela distinção social que esses homens almejavam e não apenas um lugar para honrar as tradições literárias de Pernambuco. Eles tinham na APL uma dinâmica de se fazerem notados e de difundirem seus trabalhos. A Academia não foi apenas um espaço para a literatura ficcional, mas também para as letras, cujos textos produzidos por seus membros versavam sobre vários temas, alias era essa uma característica dos acadêmicos do período, serem polígrafos.

A pesquisa também revelou a importância que apresentou os documentos norteadores da escrita desta tese: folhetins, crônicas, contos, poesias, romances, periódicos, correspondências, fotografias, propagandas, etc. Cada documento se mostrou indiciário de muitas interpretações e dos caminhos seguidos na narrativa aqui apresentada. Eles foram fundamentais para compreender o campo literário do Recife.

Ainda se pode inferir que muitas obras escritas pelos literatos da APL tiveram apenas uma edição em decorrência de seus textos estarem muito próximos do cientificismo existente no século XIX e de uma denúncia social que ia de encontro com um país que começava a adotar modelos de vanguardas literária. Porém, os poucos romances que foram reeditados no século XXI, já demonstram a importância que tais trabalhos tiveram e que ainda carecem de estudos mais profícuos.

Os quatro romances que sobreviveram ao tempo abrem caminhos para investigar outras temáticas, outras representações sobre pessoas, situações cotidianas, sobre desejos, sabores e dissabores de se viver e escrever sobre uma cidade que consolidou seu campo literário em meio a tantas mudanças políticas, sociais e culturais.

Pode-se concluir então, que o campo literário do Recife, no período de 1889 a 1910, se consolidou por meio de homens que haviam se formado na Faculdade de Direito do Recife, que passaram pelo processo de valoração dos elementos da história local nos bancos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, adentraram no cenário da política e da imprensa, mantiveram práticas de sociabilidades como forma de serem notados, produziram textos de vários gêneros, representaram-se e foram representados nos periódicos que publicavam textos, elencaram temas que deflagravam a realidade por eles vivida e buscavam a distinção social como forma de garantir a imortalidade.

Se é certo que o campo literário exige uma compreensão das redes de práticas, representações e apropriações elaboradas por homens de um tempo é certo também, que os frutos desse campo, outrora consolidado, sejam retomados como forma de valorar a produção literária e como meio de relançar trabalhos permitindo seu acesso ao público em geral. Afinal, os livros não

foram feitos para empoeirar nas estantes de bibliotecas, mas sim para circular e possibilitar o exercício da imaginação histórica que cada sujeito pode elaborar.

REFERÊNCIAS E FONTES

- ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado da Letras, 1999.
- _____. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado das Letras/ São Paulo: Fapesp, 2003.
- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: ROCCO/LAPA, 1996.
- AGUALUSA, José Eduardo. **O vendedor de Passados**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História a arte de inventar o passado**: ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.
- ALBUQUERQUE, Tereza Cristina Lopes de. **A Emparedada da Rua Nova e outras histórias**: práticas e representações da mulher na cidade do Recife (1870-1909). Dissertação de mestrado em História. Recife: PPGH/UFRPE, 2014.
- ALENCASTRO, Luis Felipe. Desagravo de Pernambuco e a glória do Brasil: a obra de Evaldo Cabral de Mello. In: **Revista Novos Estudos CEBRAP**, nº 26, Março de 1990. Pp.219-228.
- ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval (Org.) **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores e Associados, 2004.
- ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra. 2002.
- ALVES, Uelinton Farias. **Cruz e Souza**: Dante negro do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.
- AMADO, Gilberto. **Minha formação no Recife**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.
- ANDRADE, Fábio (Org.) **O Fauno nos Trópicos**: um panorama da poesia decadente e simbolista em Pernambuco. Recife: CEPE, 2014.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da Fotorreportagem no Brasil**: A fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ANJOS, Augusto dos. **Augusto dos Anjos**: obra completa. Organização, fixação de texto e notas de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

ARRAIS, Isabel Concessa P. de Alencar. **Teatro Santa Isabel**: biografia de uma casa de espetáculos. (Dissertação de mestrado em História) Recife: PPGH-UFPE, 1995.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**: formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas-USP, 2004.

_____. **A Capital da saudade**: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austregésilo. Recife: Bagaço, 2006.

AZÊDO, Raul. Prefácio. In: CAMARA, Phaelante da. **Orações Cívicas e Literárias**. Recife: Editora A Cultura Acadêmica, 1906.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: 1943.

BACHELARD, Gaston. **A poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAKHTIN, Mikail. **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. São Paulo: ED.UNESP, 1998.

BALZAC, Honoré. **Ilusões Perdidas**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa**: Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland. [et al] **Análise Estrutural da Narrativa**. 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. 3ª edição. 9ª impressão. São Paulo: Ática, 2005.

BARROSO FILHO, Geraldo. **Crescimento urbano, marginalidade e criminalidade**: o caso do Recife (1880-1940) (Dissertação de mestrado em História) Recife: PPGH-UFPE, 1985.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**: das origens até 1889. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008;

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Vol.1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. Paris do Segundo Império. In: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. **Obras escolhidas III**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3 ed.- Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BOAS, Sérgio Vilas. **Biografismo**: reflexões sobre as escritas da vida. São Paulo: UNESP, 2006.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1974.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **O sociólogo e o historiador / Pierre Bourdieu e Roger Chartier**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRAGANÇA, Aníbal. **Livraria Ideal**: do cordel à bibliofilia. Niterói: EdUFF, 1999.

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.) **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: EdUnesp, 2010.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 2ª edição. São Paulo: Martins, 1964.

_____. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Outro sobre Azul, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARDOSO, Rafael (org.) **O Design Brasileiro Antes do Design**: aspectos da história gráfica 1870-1960. São Paulo: Cosac Naif, 2005.

CARVAHO, Vilmar Antonio. **Letrados e Ufanos**: o Club Literário de palmares (1882-1910) (Dissertação de Mestrado em História. Recife: PPGH-UFPE, 2008.

CASTELO, Jose Aderaldo. Os pródromos do romantismo. In: COUTINHO, Afranio. (Dir.) **A literatura no Brasil**. Vol II (Romantismo) Rio de Janeiro: Editora Sul América, 1969.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. São Paulo: Forense Universitária, 2007.

_____. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica 2012.

CHACON, Vamireh. **Faria Neves Sobrinho ou a consciência de província**. Recife: FUNDARPE, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonarndo Afonso de M. (Orgs.) **A História Contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Apresentação. In: **História Social**. Campinas: UNICAMP, n.22-23, 1º e 2º semestres. 2012.

CHARLES, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. STONE, Laurence. Prosopography. **Deadalus**, V. 100. N. 1, pp.46-79, 1971.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**: a História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2002.

_____. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002.

_____. **Formas e Sentidos**: cultura escrita: entre a distinção e a apropriação. Campinas: Mercado das Letras, 2003;

_____. **A Aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Cultura escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Autoria e história cultural da ciência**. Rio de Janeiro: Azougue, 2012.

_____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

CICCO, Cláudio de. **História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COSTA, Carlos. **A Revista no Brasil do século XIX**: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro. São Paulo: Alameda, 2012.

COSTA, João Cruz. O pensamento brasileiro sob o império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II – O Brasil Monárquico: 3º volume- Reações e Transações. 5ª edição. São Paulo: Difel, 1985. pp-323-342.

COUCEIRO, Sylvia. **Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. (Tese de Doutorado em História) Recife: PPGH/UFPE, 2003.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1976.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira**. São Paulo: Global. 2001.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana (1890-1915) São Paulo: EDUC-FAPESP, 2000.

CUNHA, Elaine Cristina Gomes da. **O Professor Régio, o Bispo e o Ouvidor**: distintos olhares sobre a educação em Recife (1759-1772) (Dissertação de mestrado em História) Recife: UFRPE, 2009.

DANTAS, Laércio. Albuquerque. **A Escola do Recife e os discursos sobre a criminalidade**: teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das

décadas de 1880-1890. (Dissertação de mestrado em História) Recife: PPGH/UFPE, 2013.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **A Questão dos Livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Boemia Literária e Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Poetry and the Police: communication networks in the eighteenth-century Paris**. London: Belknap Harvard University Press, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os Signos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DELGADO, Márcia Cristina. **Cartografia sentimental de sebos e livros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DOYLE, Arthur Conan. **Sherlock Holmes**. V.1 As aventuras de Sherlock Holmes. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DUARTE, José Lins. **Recife no tempo da maxambomba (1867-1889): o primeiro trem urbano do Brasil**. (Dissertação de mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UFRJ, 1993.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes Literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)**. Belo Horizonte; Editora UFMG/Humanitas, 2005.

ECO, Umberto. **Baudolino**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

EINSENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840/1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EL FAR, Alessandra. **A encenação da Imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

- FARGES, Arlete. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FEBVRE, Lucien. **O Aparecimento do Livro**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2000.
- FERREIRA, Luzilá. **Escritores pernambucanos do século XIX**. Tomo 2. Recife: CEPE, 2010.
- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. **Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- FILHO, Domício Proença. **Estilos de Época na Literatura**. 20 ed. São Paulo: Prumo, 2012.
- FILHO, Lucilo Varejão. **Passionário ou o resgate, pela paixão, de um preconceito amoroso**. In: FREIRE, Theotonio. **Passionário/ Regina**. 2ª ed. Recife: Ed. do Organizador. 2005.
- FIORAVANTE, Gervásio. **Os Mezes**. Rio de Janeiro: Empresa Democrática Editora. 1895.
- FITZGERALD, Penélope. **A Livraria**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FLAUBERT, Gustave. **Salambô**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Qu'est-ce qu'un auteur?** Dits et écrits. Paris: Galimaard, 1969.
- _____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.
- FRANÇA, Humberto. Os desafios do Gabinete Português de leitura do Recife. In: **Encontros**: Revista do Gabinete Português de leitura de Pernambuco. Ano 26. Nº 21. Recife, 2010. PP-17-19.
- FREIRE, Theotonio. **Passionário e Regina**. 2ª ed. vol.1 Recife: Ed. do organizador, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Guia prático histórico e sentimental da cidade do Recife**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.
- _____. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- _____. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15ª edição. São Paulo: Global, 2004.
- GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: **Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009

GRILLO, Maria Ângela de Faria. **A Arte do Povo**: histórias na literatura de cordel. (1900-1940) (tese de doutorado em História) Niterói: PPGH-UFF, 2005.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da Selva**: histórias da migração nordestina para a Amazônia. Recife: Editora UFPE, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. **Religião, Pátria e Liberdade**: a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876. Recife: PPGH/UFPE (Dissertação de Mestrado em História) 1996.

GUIMARAES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**. Nº 1. Rio de Janeiro, 1988.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**: sua história. 3ª edição. São Paulo: Edusp. 2012.

HESSE, Hermann. **Demian**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HOBSBAWNM, Eric e RANGER, Terence. (Orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOFFNAGEL, Marc. J. **From Monarchy to Republic in northeast Brazil**: the case of Pernambuco, 1868-1895. Indiana: Indiana Universty, Ph.D. 1975

_____. J. O Movimento Republicano em Pernambuco, 1870-1889. **Revista do IAHPG**. Nº 49. 1977. Acervo IAHPG.

HOLANDA, Sérgio B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, vol. 4. São Paulo: DIFEL, 1970.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro: Contraponto- Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra . In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2ª ed. São Paulo: Martins, 2006.

LEMOS, Mariano. **História Geral da Literatura Pernambucana – Antologia - Poetas da Academia (séculos XVI – XX)**. Recife: União Gráfica LTDA, 1955.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.167-182.

LIMA, Luis Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. **O Controle do imaginário e a afirmação do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998. DOSSE, François. **Le pari biographie: écriture une vie**, Paris: La Découverte, 2005.

LUBAMBO, Cátia W. **O Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: Cepe/FUNDARPE, 1991.

LUKACS. G. **Marxismo e Teoria da Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUZ, Noemia, Maria Pereira Queiroz da. **Os caminhos do olhar: circulação, propaganda e humor no Recife (1880-1914)**. (tese de doutorado em História) Recife: PPGH-UFPE, 2008.

_____. Transportes urbanos no Recife. 1850-1889. In: Wellington Barbosa(org.) **Uma cidade várias histórias: o Recife no século XIX**. Recife: ed. Bagaço, 2012.

MACHADO NETO, Antonio L. **Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira 1870-1930**. São Paulo: EDUSP, 1973.

MARQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MARTINS, Ana Luiza. **Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847- 1890**. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

- _____. **Revistas em Revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2008.
- MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Luis. **O patriarca e o bacharel**. São Paulo: Alameda, 2008.
- MAUSSAD, Moisés. **História da literatura brasileira**: realismo e simbolismo. Vol II. São Paulo: Cultrix, 2009.
- MEDEIROS, Bianor de. **Contos Mal Contados**. Recife: Hugo & C^a Papelaria Americana. Typographia Industrial, 1893.
- MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **Ensino jurídico, literatura e ética**. Brasília: Editora OAB, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**: Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. 2^a ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- _____. O fim das casas-grandes. In: NOVAES, Fernando A.; ALENCASTRO, Luis Felipe de. (orgs.) **História da vida privada no Brasil**. Vol 2 São Paulo: Companhia das Letras. 1997.
- MELLO, José A. G. de. **Diário de Pernambuco**: economia e sociedade no 2º Reinado. Recife: Ed.UFPE, 1996.
- MELO, Francisco Dênis. **Os intelectuais da Academia Sobralense de Estudos e Letras – e a invenção da cidade letrada**. (tese de doutorado em História). Recife: PPGH-UFPE, 2013.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma História. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias**: subsídios para a História da educação no Brasil 1834-1889. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.
- MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. 2^a edição. Brasília: Briquet de Lemos livros, 2006
- MORAIS, Lamartine. **Dicionário bibliográfico de poetas pernambucanos**. Recife: FUNDARPE, 1993.
- MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria G. de. A Igreja na primeira república. In: FAUSTO, Boris. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**.

III. O Brasil Republicano. 2. Sociedade e Instituições. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2004. pp.321-342.

NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa em Pernambuco** (1821-1954). Vol. II Diários do Recife -1829/1900. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1996.

NASCIMENTO, Márcio Luiz. **Primeira Geração Romântica versus Escola do Recife**: trajetórias de intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife. Tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: PPGS/USP, 2010.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 - 1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEEDEL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José F. de. **Antonio Silvino**: de governador dos sertões à governador da Detenção (1875-1944): Recife: Editora Bagaço, 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OZANAM, Israel. **Capoeira Capoeiras entre a Guarda Negra e a educação física no Recife**. (dissertação de mestrado em História) Recife: PPGH-UFPE, 2013.

OZANAM, Israel. Jornalismo e pobreza na era da reportagem: o inquérito literário de 1905. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 27, nº 53, pp134-156, janeiro-junho de 2014.

PAMUK, Orhan. Outras Cores: ensaios e um conto. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PARAHYM, Orlando. **Traços do Recife**: ontem e hoje. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1978.

PARÁISO, Rostand. (org.) **Academia Pernambucana de Letras**: sua história. Recife: APL, 2006.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**. 2ª edição. Recife: FUNDARPE, V.I, 1983. Páginas introdutórias.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. A realidade como vocação: literatura e experiências nas últimas décadas do império. In: GRINBERG, Keila; SALES,

- Ricardo.(Orgs.) **O Brasil Imperial**. Vol.III. 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- PEREIRA, Nilo [et al] . O Recife e a Faculdade de Direito. In. **Um Tempo do Recife**. Recife: Edição Arquivo Público Estadual, Secretaria de Justiça, 1978.
- PERRUCCI, Gadiel. **A república das usinas**:um estudo de história social e econômica do Nordeste (1889-1930) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PORTELA, Manuel. **O Comércio da Literatura**: mercado e representações. Lisboa: Antígona, 2003.
- PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- QUEIROZ, Therezinha. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3ª ed. Terezina: EDUFPI, 2011.
- REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2010.
- REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)Encantos Modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: Fundarpe, 1997
- ROCHE, Daniel. **Le siècle des lumières en province**: Acedémies et académiciens provinciaux, 1680-1789. Paris, 1978.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A dança das cadeiras**: literatura e política na Academia Brasileira de Letras(1896-1913). Campinas: Editora UNICAMP, 2003.
- RODRIGUES, José H. Apresentação. In: **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife. Vol. XLIV – Anos de 1954-1959.
- ROMERO, Sílvio. Explicações indispensáveis. Prefácio a **Vários Escritos**: Tobias Barreto. Sergipe: Editora do Estado de Sergipe, XXIII-IV. 1926.
- ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1888. 2 vols.
- ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1949.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Análise e o Arquivo**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar editor, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.ç Coleção memória da educação.

SCOTT, Jean. **Gênero**: Uma categoria útil para análise histórica.Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Recife: S.O.S Corpo, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Robert. **Ao Vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Livraria Duas Cidades. Editora 34. 2000.

SCHMIDT, Albert-Marie. **La poésie scientifique em France ai seizième siècle**. Paris: Albin Michel, 1938.

SETTE, Mario, **Arruar**: História pitoresca do Recife antigo. Coleção Pernambucana. Recife: FUNDARPE, 1978.

SETTE, Mario. **Maxambombas e Maracatus**. 4ª ed. Recife: FUNDARPE, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SHAPOCHNIK, Nelson. **Os jardins das delícias**: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte imperial. São Paulo: DH-FFJCH/USP, 1999.

SILVA, Leonardo Dantas (Org.) **O Carapuceiro**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)**: cultura e sociedade. Rio de Janeiro; EdUERJ, 2007.

SILVA, Ozângela de Arruda. **Pelas rotas dos livros**: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891) (dissertação de mestrado) Campinas: IEL, 2009.

SILVA. Maurício. **O Sorriso da Sociedade**: literatura e academicismo no Brasil na virada do século (1890-1920). São Paulo: Alameda, 2013.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e Federalismo 1889-1902**: um estudo da implantação da república no Brasil. Brasília: Senado Federal, 1978.

SIQUEIRA, Antonio Jorge de. **Os Padres e a Teologia da Ilustração**: Pernambuco 1817. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

_____. **Labirintos da modernidade**: memória, narrativa e sociabilidades. Recife: Editora UFPE, 2014.

SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989. Ver também TAVARES, Henio. **Teoria literária**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.

SOARES, Lucila. **Rua do Ouvidor 110**: uma história da Livraria José Olympio. Rio de Janeiro: José Olympio/FBN, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

_____. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1966.

_____. **Panorama do Segundo Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

SOUTO, Izidoro Martins. Martins Júnior, há um século: sua personalidade, posição, influência e predominância na vida espiritual brasileira. In: **Revista Symposium**. Recife: UNICAP, 1959. Pp-240-256.

SOUZA, George F. Cabral de. Et al. **Instituto Arqueológico. Histórico e Geográfico Pernambucanos**: breve história ilustrada. Recife: IAHGP, 2010.

SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de Letras**: Literatura, Técnica e Modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TAINE, H. **Histoire de la literature anglaise**. Paris: S.E, 1923.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As cidades enquanto palco da modernidade**: O Recife em princípios de século. (Dissertação de mestrado em História) Recife: PPGH/UFPE, 1994.

- TOBIAS, José Antonio. **História da Educação Brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Ibrasa, 1986.
- TRINGALI, Dante. **Escolas Literárias**. São Paulo: Musa Editora, 1994.
- VENACIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. 2ª ed. São Paulo: editora Perspectiva, 1982.
- VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 5ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1969.
- VIANA FILHO, Luiz. **A verdade na biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945
- VIANNA, A. J. Barbosa. **Recife, capital do Estado de Pernambuco**. 2ª ed. Recife: Secretaria de Estado de Educação e Cultura. 1979.
- VIEIRA, Anco Márcio Tenório. **Entre Tupã e a Cruz de Malta**: A autonomia literária e o conceito de literatura luso-brasileira no século XIX: 1800-1875. (tese de doutorado em literatura brasileira) João Pessoa: PPGL-UFPB. 2002.
- _____. **Adultérios, biombos e demônios**: ensaios sobre literatura, teatro e cinema. Recife: Bagaço, 2009.
- VILELLA, Carneiro. **A Emparedada da Rua Nova**. 4 ed. Recife: Editora do Organizador, 2005. p.201.
- _____. **A emparedada da Rua Nova**. 5ª ed. Recife: Cepe, 2013.
- _____. **A Era Maldita**. 2ª ed. Recife: edições da autora, 2010.
- _____. **Noivados Originaes**- Contos. Recife: Caza Editora Empreza D'A Província, 1893.
- _____. **O Esqueleto**: crônica fantástica de Olinda. 3ª edição. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000.
- WATT, Ian. **A Ascensão do Romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WHITE, Hayden. **Tropics of discourses**: essays in cultural criticism. Baltimore. 1978.
- _____. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 2008.

WILDE, Oscar. **O Retrato de Dorian Gray**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

ZOLÁ, Émile. **Le Roman Experimental**. Paris: Garnier-Flamarion, 1971.

ZWEIG, Stefan. **Brasil: um país do futuro**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

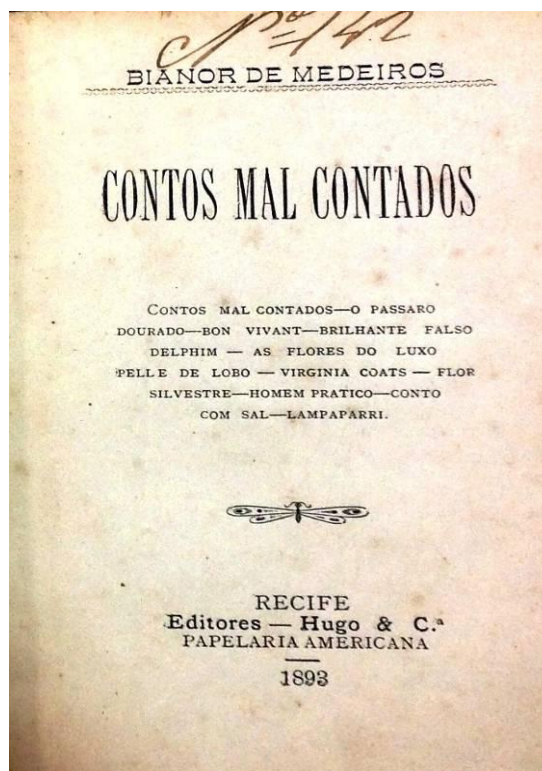
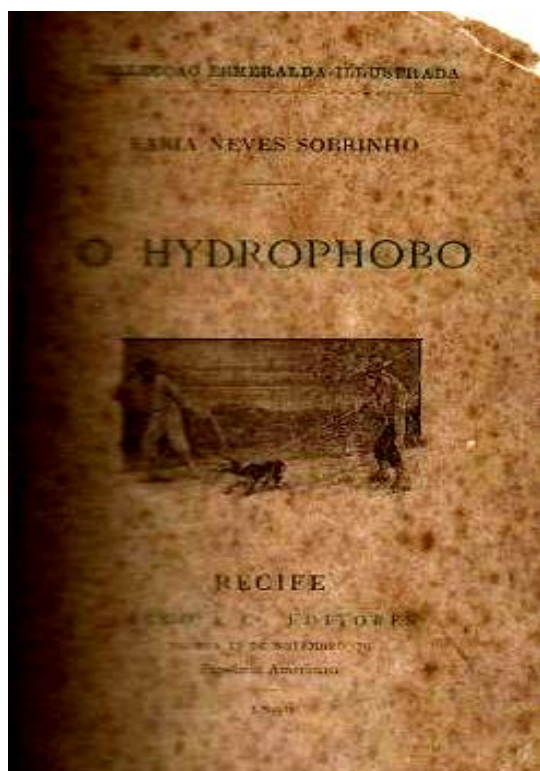
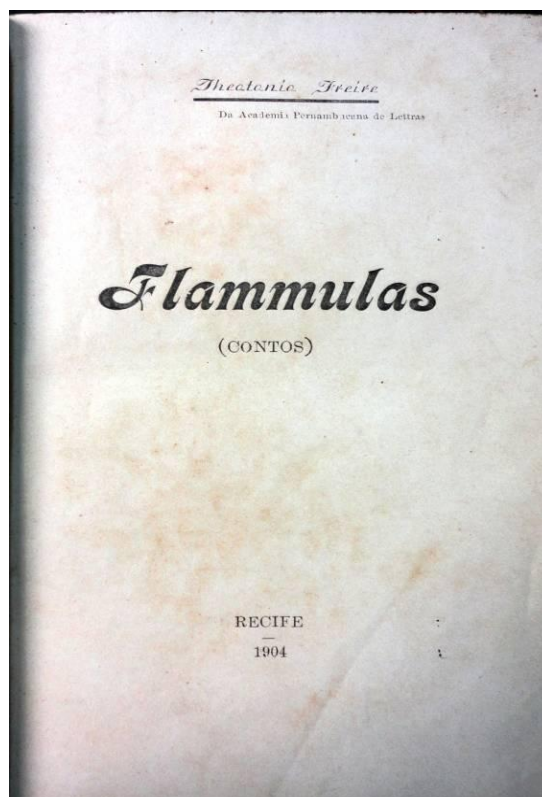
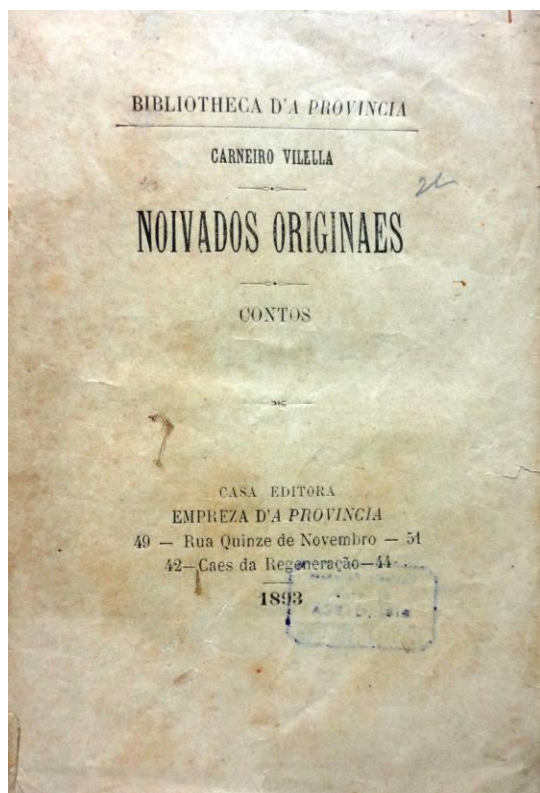
FONTES:

- **A Cultura Acadêmica**. Anno II. Vol II. Maio-Junho de 1906. Acervo
- **A Ilustração**. Recife. Maio de 1895. Nº 08, Acervo FUNDAJ.
- **Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco**. 1881. Acervo APEJE.
- **A Província-PE**, 1880-1910. Acervo BN.
- Ata da sessão ordinária de 10 de janeiro de 1901 do IAHGP. Acervo IAHGP.
- **Catálogo da Collecção Martins Junior**. Recife: Imprensa Oficial, 1927. Acervo APEJE.
- Correspondência de José Izidoro Martins Júnior enviada para Max Fleiuss. Recife, 16 de fevereiro de 1897. Acervo IHGB
- **Diário de Pernambuco**, 1880 a 1910. Acervo FUNDAJ
- **Folha do Norte**, 3 de maio de 1883. Acervo APEJE.
- **Jornal do Comércio**, 19.04.1986. Acervo APEJE.
- Lei Orgânica da Academia Pernambucana de Letras. 14 de janeiro de 1901. In: **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Anno I – Out-Dez nº 4, 1901. Acervo APL.
- **Martins Júnior: Tributo ao Mérito**. Recife: Typografia D'A Épocha, 1890. Frase escrita por A.H de Almeida Júnior. Acervo APEJE.
- **O Democrata**. 21 de ago. de 1880. Acervo APEJE.
- **O Espelho**. 16 de out. de 1859. Acervo BN.
- **O Norte**. 03 de jun de 1889. Acervo APEJE

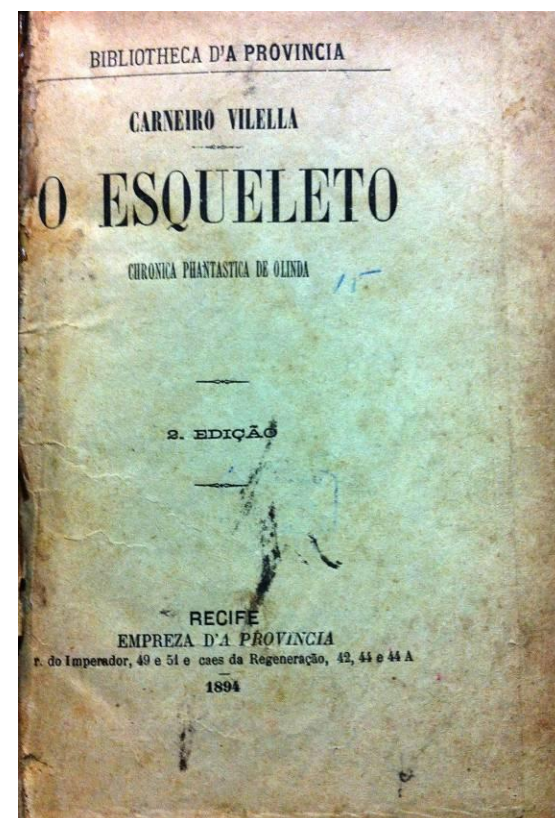
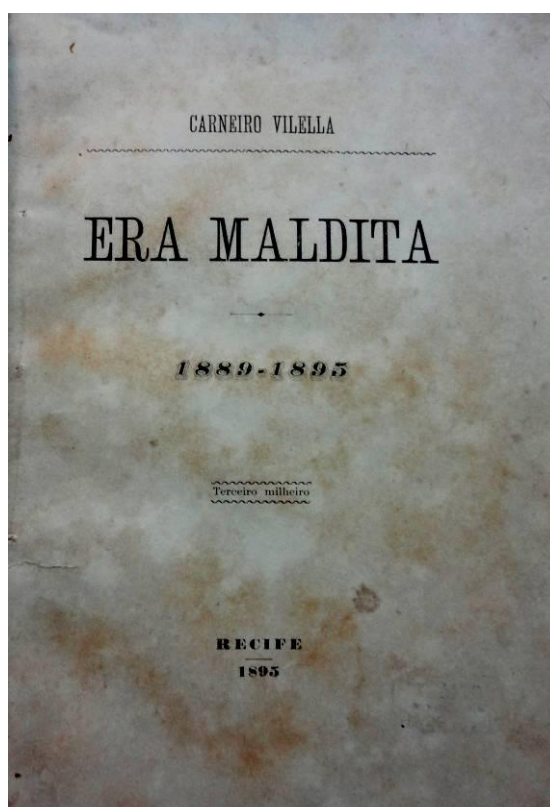
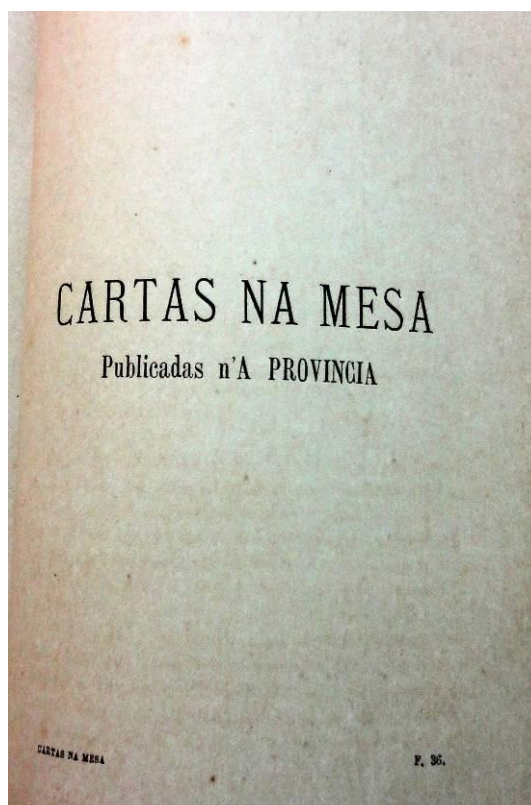
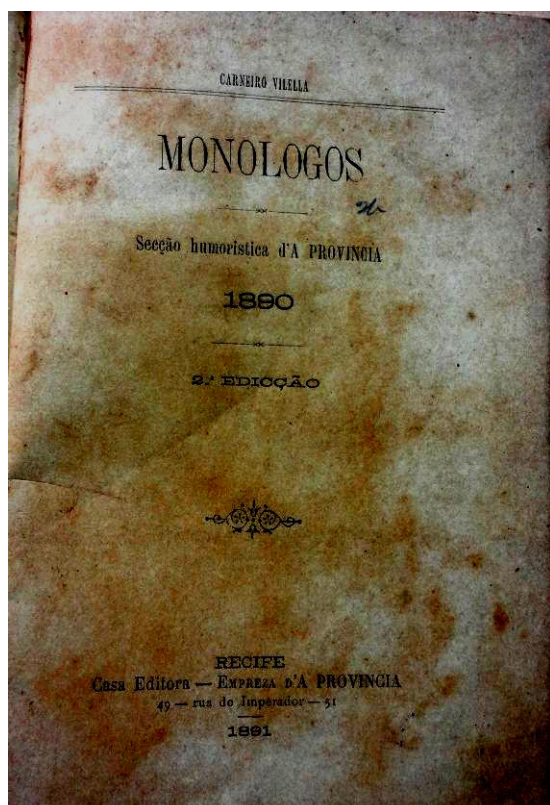
- Processo de registro da empresa em sociedade na Junta Comercial de Pernambuco. Ramiro M. Costa e Filhos nº 54. 10 de abril de 1913. Caixa. 03.01.04.04.05.004. Acervo JUCEPE
- **Relatório apresentado a Assembleia geral do Gabinete Portuguez de Leitura** (1878, 1879, 1880 e 1905).
- **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife** (RAFDR) 1891 a 1910. Acervo FDR
- **Revista Brasileira**. 01 de dez de 1879. Acervo ABL.
- **Revista da Academia Pernambucana de Letras. 1901 e 1902.** Acervo FDR
- **Revista da Academia Pernambucana de Letras**, 1º semestre de 1967. Acervo APL.
- **Revista de Pernambuco**. Recife: Imprensa Industrial. 1902. Acervo FUNDAJ.
- **Revista do IAHGP**. Recife : n. 2, jan-1864,
- **Revista do IAHGP**. Recife: Tipografia do Jornal do Recife.— Ano 1884.
- **Revista do Norte**, 20 de fevereiro de 1887. Acervo APEJE

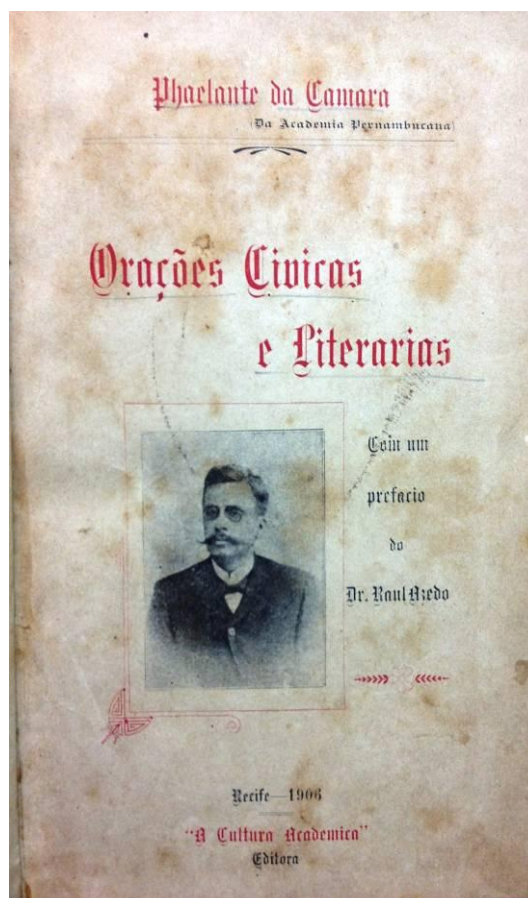
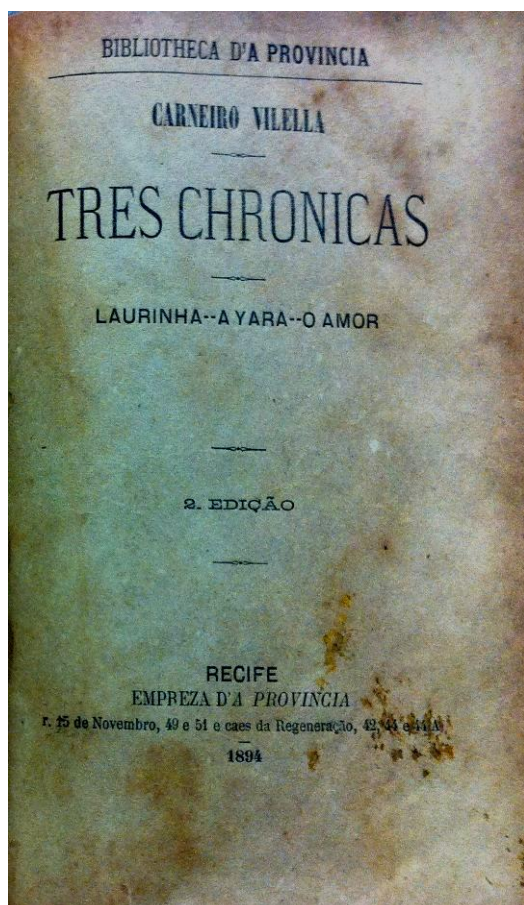
ANEXOS

CAPAS DOS LIVROS DE CONTOS

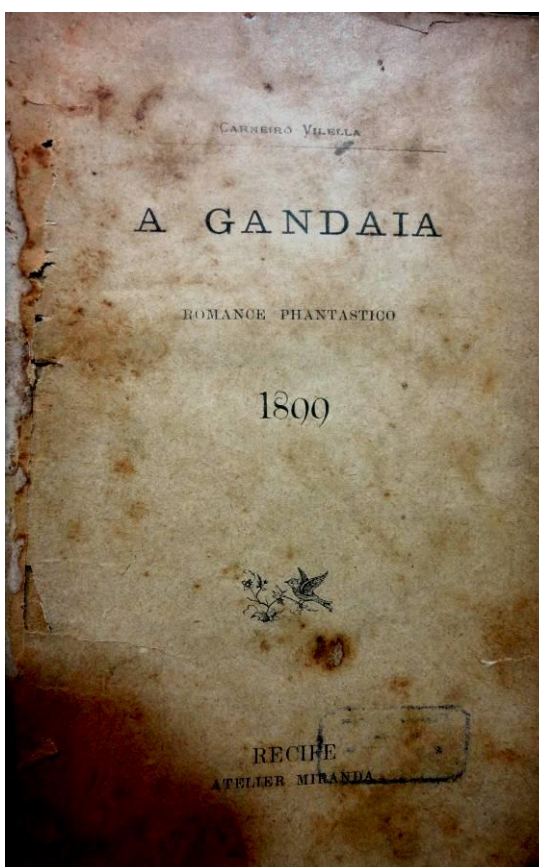
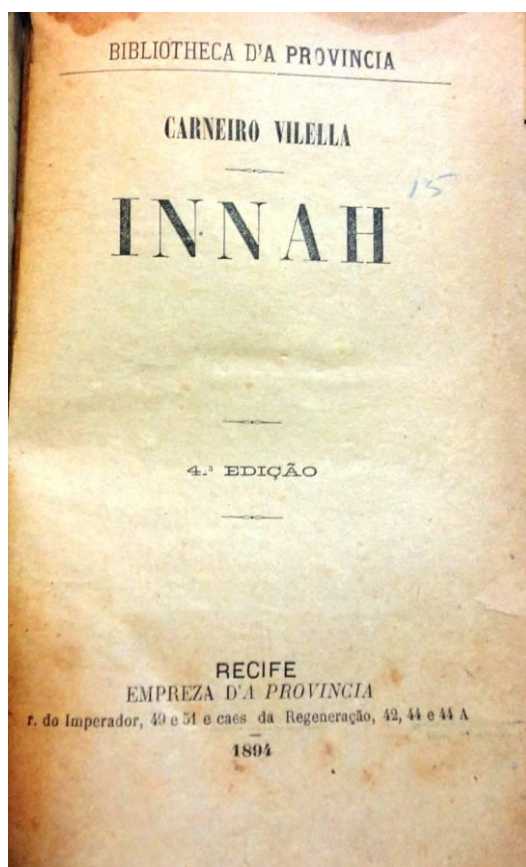
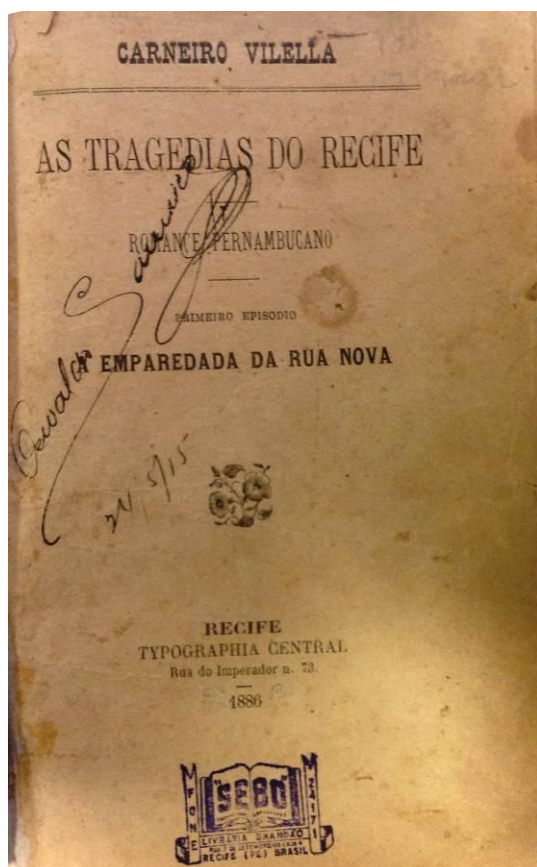


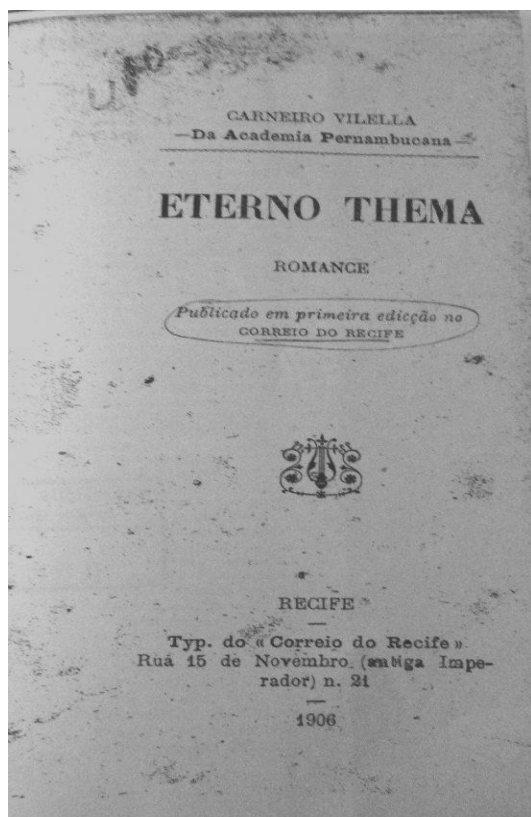
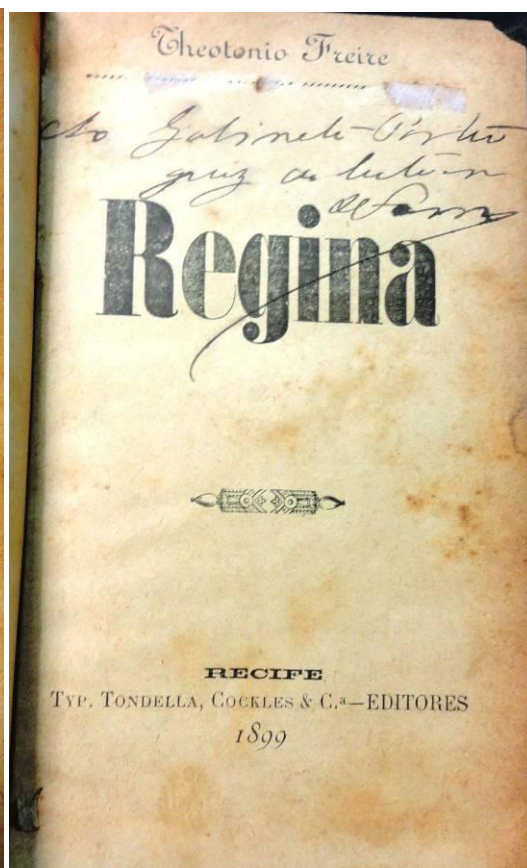
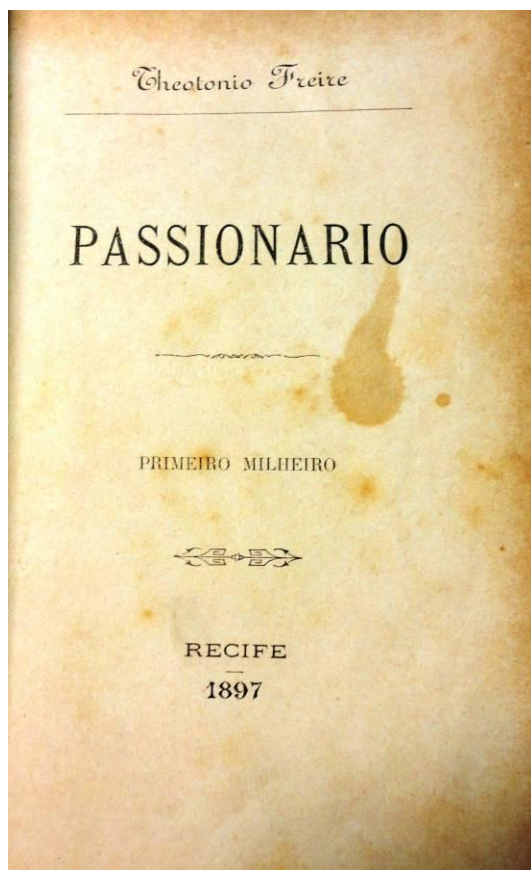
CAPAS DOS LIVROS DE CRÔNICAS



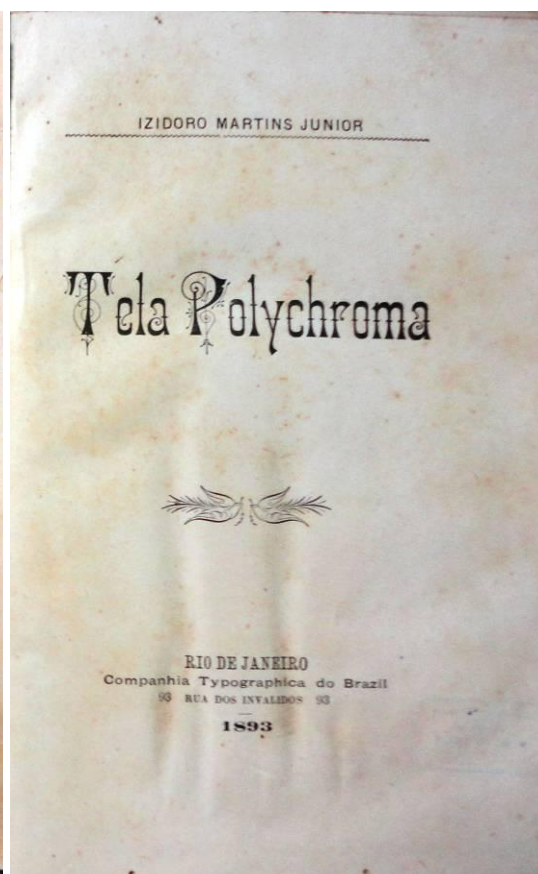
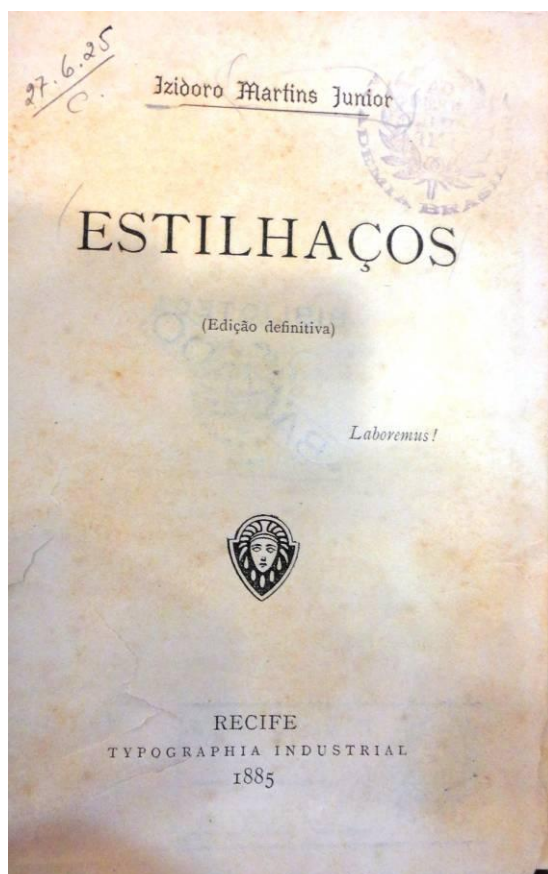
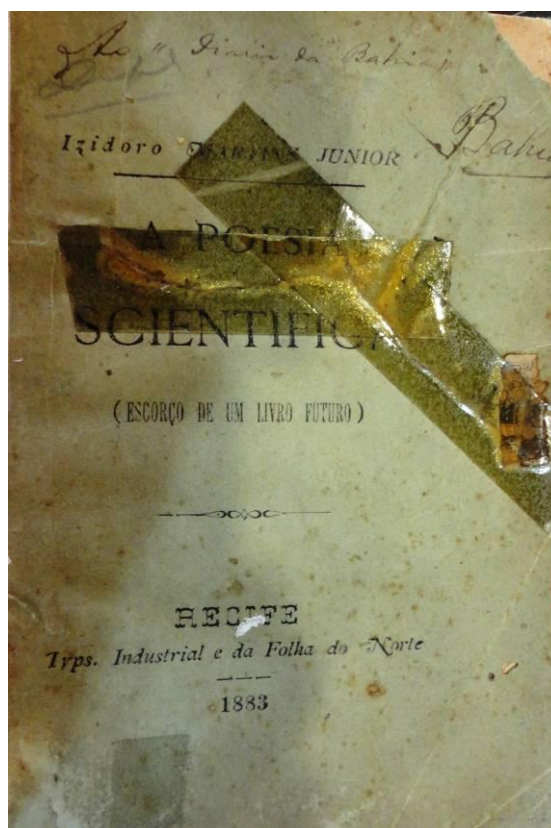
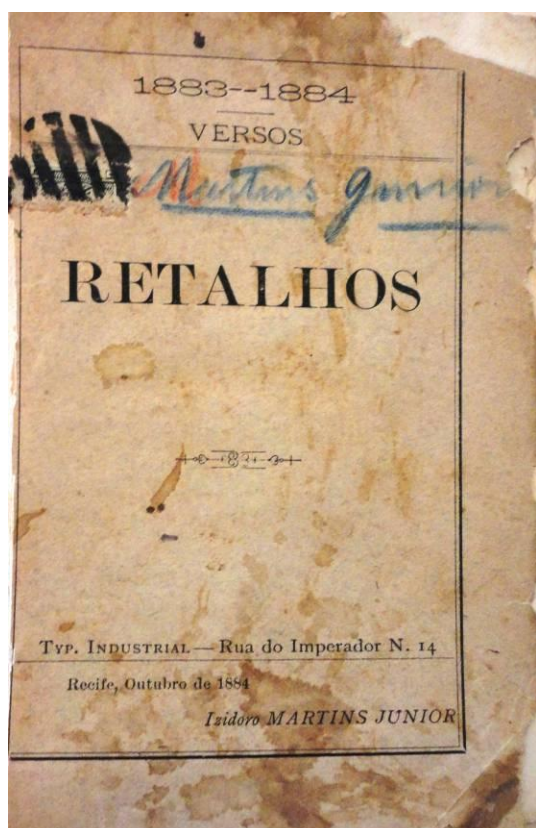


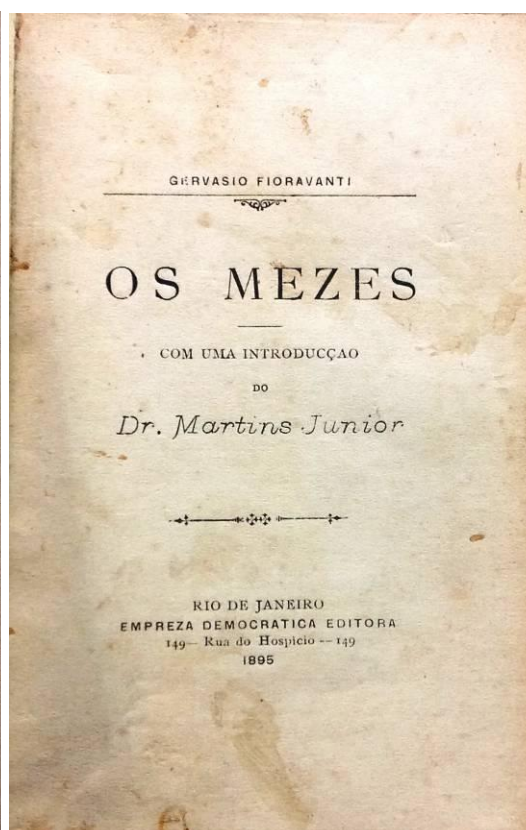
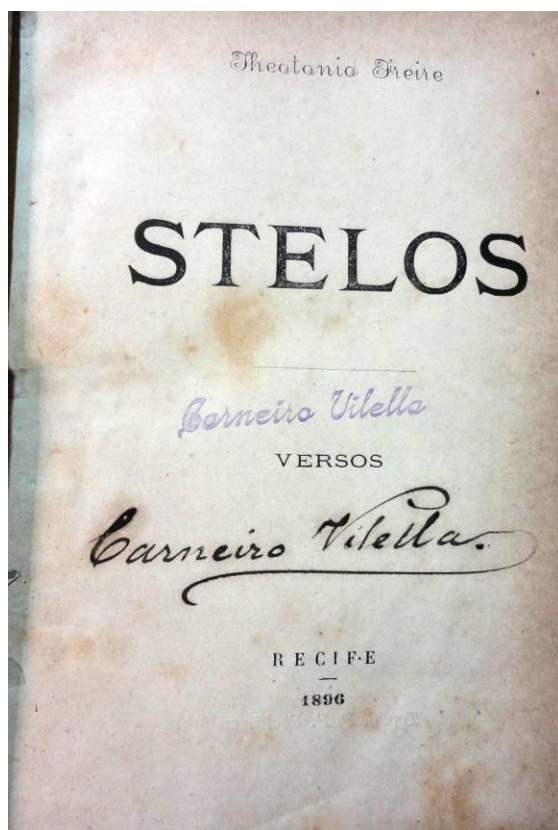
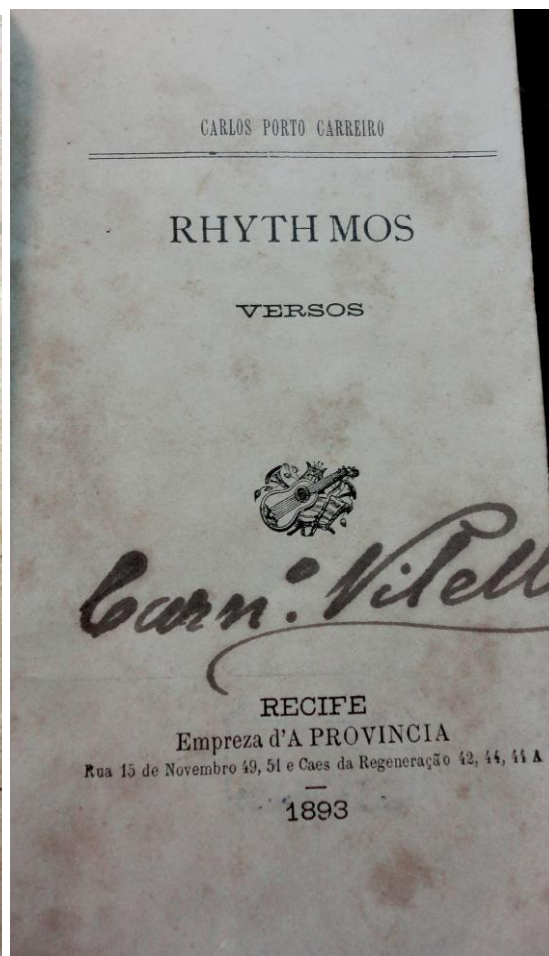
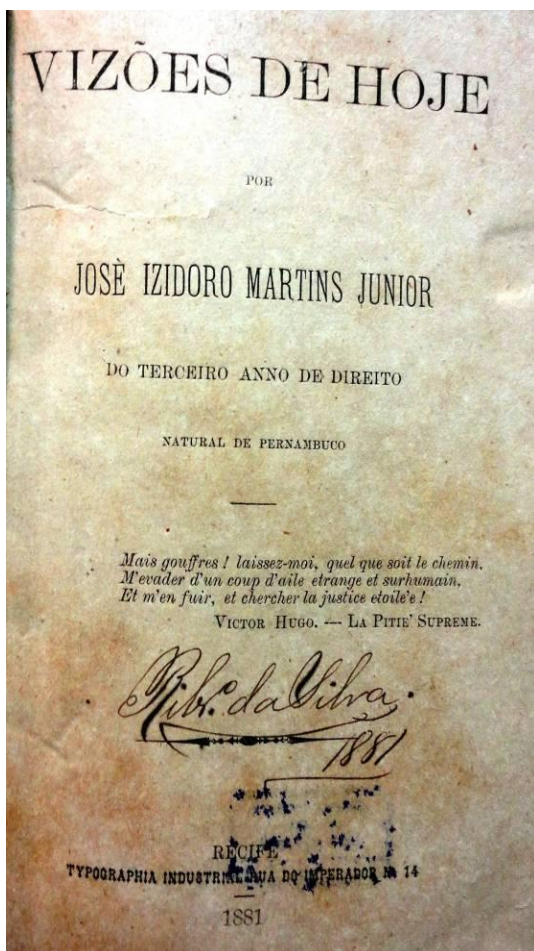
CAPAS DOS LIVROS DE ROMANCE

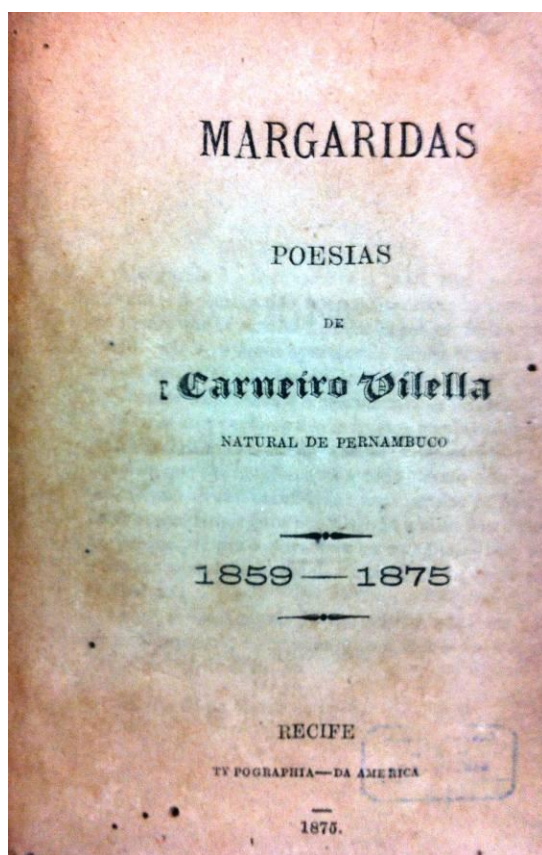




CAPAS DOS LIVROS DE POESIAS



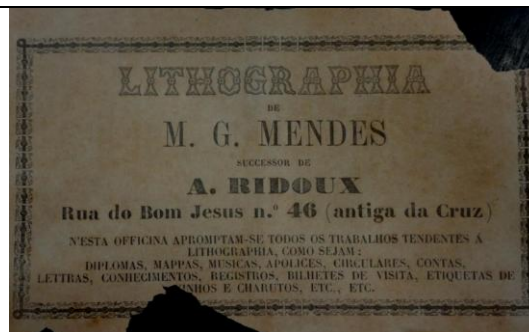




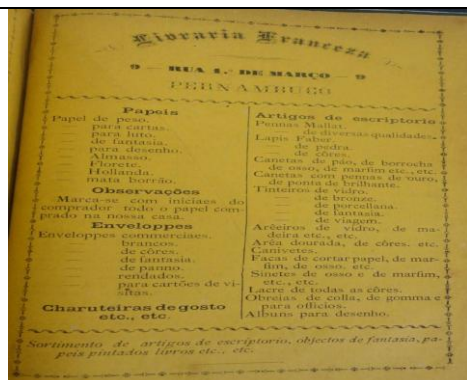
PROPAGANDAS DE LIVRARIAS E TIPOGRAFIAS



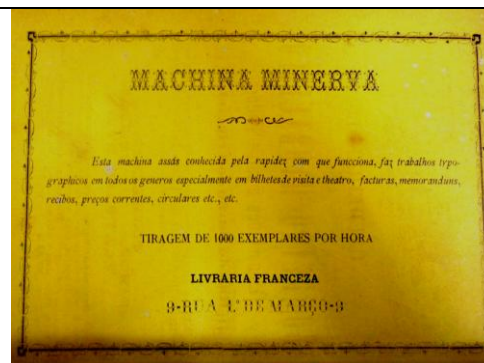
Anúncio da Loja de encadernação Parisiense, Rua do Imperador, nº 71. *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco. 1875.* Acervo APEJE



Anúncio da Loja de Litografia de M. G. Mendes, Rua do Bom Jesus, nº 76. *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco. 1875.* Acervo APEJE



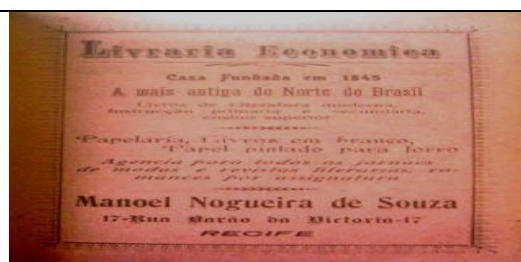
Anúncio da Loja da Livraria Franceza. *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco. 1881.* Acervo APEJE



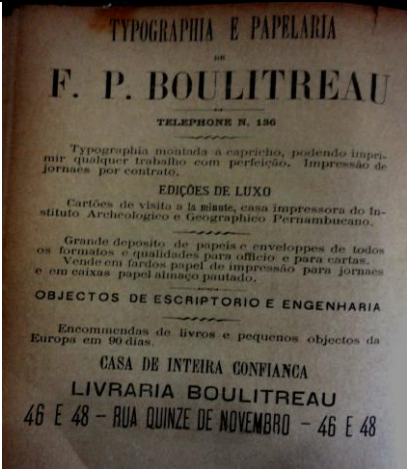
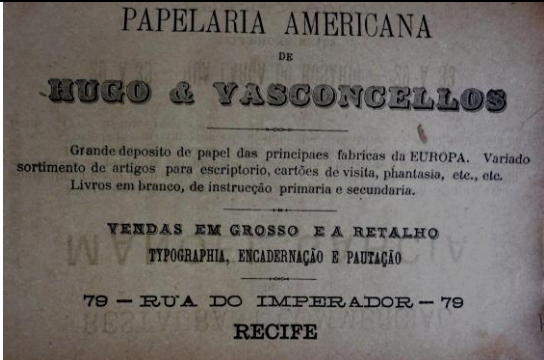
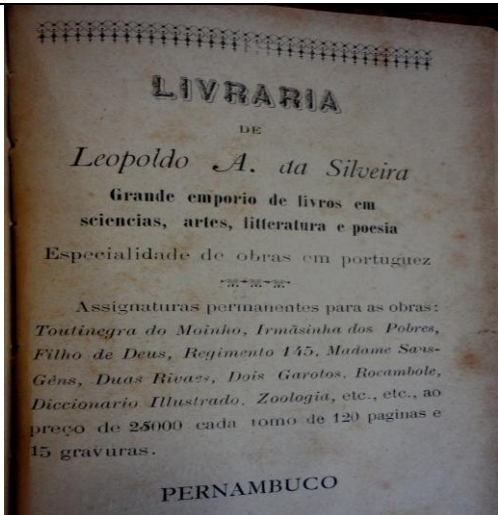
Anúncio da Loja da Livraria Franceza sobre a Machina Minerva - *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco. 1881.* Acervo APEJE



Anúncios da Loja da Livraria Econômica. *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco. 1881.* Acervo APEJE



Anúncios da Loja da Livraria Econômica. *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco. 1881.* Acervo APEJE

	
Anúncio da Loja da Livraria Contemporanea. <i>Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco</i>. 1881. Acervo APEJE	Anúncio da Loja da Livraria Contemporanea. <i>Almanach de Pernambuco</i> – 1899. Acervo APEJE
	
Anúncio da Typografia F. P. Boulitreau. <i>Almanach de Pernambuco</i> 1900. Acervo APEJE	Anúncio da Papelaria Americana. <i>Almanach de Pernambuco</i>. 1900. Acervo APEJE.
	
Anúncio da Empresa D'A Província. <i>Almanach de Pernambuco</i>. 1900. Acervo APEJE.	Anúncio da Livraria do Silveira. <i>Almanach de Pernambuco</i>. 1900. Acervo APEJE.